



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

FERNANDA LÉDO FLÔRES

NA MIRA DA REPRESSÃO:
MILITÂNCIA POLÍTICA E ESCRITA JORNALÍSTICA EM ANA
MONTENEGRO (1947-1983)

Salvador
2017

FERNANDA LÉDO FLÔRES

**NA MIRA DA REPRESSÃO:
MILITÂNCIA POLÍTICA E ESCRITA JORNALÍSTICA EM ANA
MONTENEGRO (1947-1983)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia para obtenção do título de mestre.

Área de concentração: Sociedade, Relações de Poder e Região.

Orientadora: Profa. Dr^a Lucileide Costa Cardoso.

Salvador

2017

Àquela que me incentivou desde o início a trilhar pelos caminhos do saber.

AGRADECIMENTOS

Desde as primeiras páginas que escrevi sobre Ana Montenegro eu me questionava a quem deveria agradecer pelo encontro com a história que se tornou meu objeto de pesquisa nos últimos quase quatro anos. Sem sombra de dúvidas, o primeiro agradecimento se deve àquele que me “apresentou” Ana, o seu neto, Renê Carmo Pinheiro. Entre encontros e acaso, o resultado daquela história é a história que vos conto nas páginas desta dissertação.

Também da família de Ana Montenegro, merece meus sinceros agradecimentos Sônia Carmo. Por ter aberto sua casa para mim, me concedido um quarto para trabalhar, me contado seus trajetos pela vida, as histórias do exílio, do tempo que viveu em Berlim, em Londres, de quando retornou ao Brasil e descobriu o ofício de fotógrafa, das viagens que fez pelo mundo fotografando... Na casa de Sônia me senti em um lar e entre catalogações e pesquisas, aprendi a admirar e a ter um carinho especial por essa mulher que fui aos poucos conhecendo.

Ainda no lar de Sônia em que fui tão bem recebida, outra mulher merece ser lembrada: Jau. Com seu sorriso largo e seu jeito espontâneo, nunca me deixou com a barriga vazia ou com sede, dizendo: “toma alguma coisa menina”! “Não pode ficar de estômago vazio trabalhando”.

Na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, primeiro agradeço a minha orientadora, a Prof. Dra. Lucileide Costa Cardoso. Trilhamos juntas desde 2013 por alguns mundos e acabamos entrando na vida uma da outra para além do âmbito acadêmico. Espero poder com este trabalho chegar perto do que ela esperava para mim lá em 2013 quando me selecionou para ser sua bolsista PIBIC.

Aos membros das minhas bancas (tanto a de qualificação quanto a de defesa) também agradeço. Ao Prof. Dr. Paulo Santos da UNEB, por suas excelentes considerações desde a banca de qualificação, buscando a melhoria da construção deste trabalho; à Prof. Dra. Laura de Oliveira que com o brilhantismo de seus comentários em minha banca de qualificação me fez enxergar o verdadeiro papel da imprensa no meu trabalho, contribuindo e muito para o meu processo de pesquisa e escrita; ao Prof. Dr. Muniz Ferreira, pela disponibilidade de se fazer presente na banca de defesa, e por ter plantado em mim “a semente” do interesse pela temática dos estudos sobre Ditadura quando fui sua aluna em 2009 na disciplina “Teoria, poder e contestação na formação da contemporaneidade entre os anos 60 e 80”.

Além dos já citados, ainda no âmbito da FFCH, por todo apoio, merece o meu muito obrigada a professora Lina Aras, quem em 2013 me colocou em contato com a responsável no NEIM pelo acervo de Ana Montenegro, possibilitando assim, o meu primeiro acesso aos documentos da militante. E Lina não só me ajudou nesse sentido, como também me incentivou por diversas vezes em eventos e encontros acadêmicos a continuar prosseguindo com a minha pesquisa. Lembro também de agradecer a Hozana e a todas “as meninas” da biblioteca, pelos ensinamentos e auxílios no processo de pesquisa e no acesso a livros para o desenvolvimento da dissertação.

Iraci Picanço e as meninas do Coletivo Feminino Classista Ana Montenegro de Salvador (e a Carol do Coletivo de São Paulo) me concederam algumas horas de entrevistas que, por razão metodológica, não puderam ser usadas neste trabalho, no entanto, a elas também deixo o meu obrigada pelo auxílio na pesquisa.

Aos colegas do grupo de pesquisa Memórias, Ditaduras e Contemporaneidade, agradeço pelas muitas horas de debates (e também de distrações) durante o trajeto de 2013 até aqui. Giba, Anne, Júlio e Felipe, nós somos uma equipe, e equipe que se apóia cresce junto. Como digo desde o início, nos vemos no doutorado!

À amiga Raiza Canuta por ter servido de exemplo na luta diária nesta longa jornada acadêmica e por ter sempre emanado energias positivas para que eu “chegasse lá”.

À amiga Carina Oliveira que, mesmo de longe e rodeada de pensamentos contrários à minha pessoa, nunca deixou de acreditar que eu era capaz!

E por último, um enorme obrigada a minha querida mãe que me suportou falando sozinha em casa e projetando meus textos no ar e meus debates acadêmicos nos últimos anos. Ela que não agüenta mais me ver ou me assistir falando sobre Ana Montenegro vai finalmente poder ler a conclusão de todo este trabalho.

E eu não gostaria de esquecer também de certa pessoa que entrou no meio dessa caminhada de aprendizado e que contribuiu bastante para que eu pudesse concretizá-la com plena sanidade mental. Que esteve comigo nas noites de insônia após exaustiva escrita filosofando sobre o futuro enquanto observávamos a vista da Gamboa e da Baía de Todos os Santos. Que me fez relaxar em seus ombros e perceber o quanto a vida é tão mais do que a gente espera carregar no lattes...

IN MEMORIAM

Assumo aqueles tempos- os tempos já vividos,
despida de jaeres e falsos ouropéis,
e vestida c'os mantos de algodão tecidos,
saí pelos caminhos que não dão lauréis.

Assumo as mãos sem luvas, ásperas, marcadas,
quando, sem medir passos, saí de pés no chão,
caminhando por montes, vales e esplanadas,
por terras e por mares, por vão e por desvão.

Assumo o cansaço das longas caminhadas
e as pedras todas em que meus pés feri,
mas nem a dor nem as marcas foram reclamadas:
Eram sinais dos males contra os quais argui.

Assumo a terra e o fruto, depois do florescer,
e o direito à vida, mesmo sob um fio,
ao arbítrio e à mercê dos donos do poder,
que negam o pão e a casa, os lagos e o rio.

Assumo cada rima do verso não falaz
e as frases todas nos muros, então, pintadas,
e os milhões de firmas em favor da Paz,
e as faixas abertas e aos ventos aladas.

Assumo as lutas todas, nesses tempos somadas,
ressuscitando os mortos, resgatando a memória,
o camponês em marcha e as fábricas paradas,
o passado e o presente- uma soma da história.

FLÔRES, Fernanda Léo. **Na mira da repressão:** militância política e escrita jornalística em Ana Montenegro (1947-1983). 180f. 2017. Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

RESUMO

Ana Montenegro filiou-se ao Partido Comunista em 2 de julho de 1945. Foi candidata a deputada estadual pelo PCB da Bahia em 1947, ano que começou a escrever nas páginas da imprensa comunista. Entre os anos de 1947 e 1964 foi colaboradora dos jornais *O Momento Feminino*, *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*. Tornou-se conhecida militante comunista nacionalmente e internacionalmente durante esses anos. Foi secretária da Liga Feminina do Estado da Guanabara e também cronista da Rádio Mayrink Veiga. Em primeiro de abril de 1964, por suas atividades na imprensa, nas uniões femininas e no Partido, já figurava na “lista de inimigos” da Ditadura civil-militar que se instalou no país. Seguiu para o exílio na Alemanha Oriental onde trabalhou para a Federação Democrática Internacional de Mulheres até o ano de 1979, quando então retornou para o Brasil. Em solo nacional, suas atividades continuaram sendo monitoradas pelo regime até 1983. O presente trabalho irá primeiro apresentar Ana Montenegro, quem foi, o que fez, as obras que publicou, eventos que participou, organismos que fez parte, dentre outros aspectos que configuram o cenário da vida da personagem. Após montado esse cenário, este estudo irá tratar de duas temáticas centrais: a atuação de Ana Montenegro na imprensa comunista e a repressão sofrida entre os anos de 1947 e 1983 através da análise aos acervos do DOPS/GB e do SNI.

Palavras-chave: Ana Montenegro. PCB. Imprensa Comunista. Ditadura civil-militar. Repressão. Exílio. FDIM.

FLÔRES, Fernanda Lédo. **In the sights of repression:** political activism and journalistic writing in Ana Montenegro (1947-1983). 180f. 2017. Master Dissertation- Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2017.

ABSTRACT

Ana Montenegro joined the Communist Party on July 2, 1945. She was a state deputy candidate for the PCB of Bahia in 1947, a year that she began to write on the pages of the communist press. Between the years of 1947 and 1964 she collaborated with the newspapers *O Momento Feminino*, *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*. Nationally and internationally, she became known communist militant during those years. She was secretary of the Women's League of the State of Guanabara and also a columnist for Mayrink Veiga Radio. On April 1, 1964, for her activities in the press, women's unions and the Party, she was on the "list of enemies" of the civil-military dictatorship that settled in the country. She went to exile in East Germany where she worked for the Women's International Democratic Federation until 1979, when she returned to Brazil. On national soil, her activities continued to be monitored by the dictatorship until 1983. The present work will first present Ana Montenegro, who she was, what she did, the works she published, events she participated in, organisms she was part of, among other aspects that configure the scene of the character's life. After setting up this scenario, this study will deal with two central themes: Ana Montenegro's role in the communist press and the repression suffered between 1947 and 1983 through the analysis of the collections of DOPS/GB and SNI.

Keywords: Ana Montenegro. Communist Party. Communist Press. Civil-military Dictatorship. Repression. Exile. WIDF.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Propaganda de candidatura de Ana Montenegro	28
Figura 2	Foto de Maria Brandão do Reis	31
Figura 3	Certidão de casamento de Ana Montenegro e Alberto Carmo	42
Figura 4	Uma cearense na neve. Ana em Berlim, data desconhecida	54
Figura 5	Com amigos em sua residência em Berlim, <i>Köpenicker Straße</i> , nº 110.....	54
Figura 6	Ainda na residência em Berlim, Ana com amigos.....	55
Figura 7	Em Salzburg, Áustria, em 1965	55
Figura 8	Em embarcação de Estocolmo para Berlim em outubro de 1966.....	56
Figura 9	Budapeste. Viagem durante o exílio. Data desconhecida	56
Figura 10	Título de nacionalidade que possibilitou o retorno para o Brasil em 1979.....	62
Figura 11	Na Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados da Bahia	66
Figura 12	Recebendo flores de Jardilina na OAB-BA em novembro de 2002.	66
Figura 13	Palestrando no I Seminário de Direitos da Mulher e Cidadã	67
Figura 14	Como candidata a vereadora pelo PCB aos 82 anos.....	67
Figura 15	Em atividade pelo Partido em 1989	68
Figura 16	Palestrando na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia.....	68
Figura 17	No lançamento do livro “Mulheres- participação nas lutas populares”	72
Figura 18	Mostrando a capa do livro “Ser ou não ser feminista”	73
Figura 19	Autografando o “Tempo de Exílio”	73
Figura 20	Comissão de reconstrução de “O Momento”	81
Figura 21	As candidatas baianas ao cargo de deputado estadual	82
Figura 22	Candidatos pela Chapa Popular	84
Figura 23	Poema “O direito de um lar”	86
Figura 24	Colaboradoras d’ <i>O Momento Feminino</i>	94
Figura 25	Ana entrevistando Hortensia Terragas	95
Figura 26	Mensagem pelo aniversário de Ana	95
Figura 27	Coluna “Coisas que acontecem”	114
Figura 28	Coluna “A cidade”	121
Figura 29	Identidade de Ana Lima Carmo	133
Figura 30	Mandado de Prisão de Ana Montenegro de 1965	140
Figura 31	Prontuário sobre Ana Lima Carmo na DPS	142
Figura 32	<i>Habeas Corpus</i> nº 15.363 de 17 de agosto de 1949.....	143
Figura 33	Planilha de Registro sobre Ana Lima Montenegro	144

Figura 34	Manifesto de passageiros da PANAIR DO BRASIL S.A.	146
Figura 35	Comunistas brasileiros viajando por território europeu.....	147
Figura 36	Sobre Ana Montenegro	148
Figura 37	Listagem dos comunistas brasileiros.....	150
Figura 38	Censura ao <i>Momento Feminino</i>	151
Figura 39	Contra-revolução comunista	153
Figura 40	Envolvidos na rede de imprensa comunista.....	154
Figura 41	Descrição do envolvimento.....	155
Figura 42	Organograma do relatório da CNV	157
Figura 43	Documento “A1” dado CENIMAR	163
Figura 44	Poetisa brasileira detida no Canadá.....	165
Figura 45	Sobre Ana em 1947 no DOPS.....	168
Figura 46	Sobre Ana em 1947 na AC/SNI.....	169
Figura 47	Sobre Ana em 1947 na ASV/SNI	170
Figura 48	Ana Montenegro sendo vigiada pela repressão ainda em 1983	175

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AI	Ato Institucional
ABI	Associação Brasileira de Imprensa
AC/SNI	Agência Central do Serviço Nacional de Informações
AIB	Ação Integralista Brasileira
ANL	Aliança Nacional Libertadora
ASV/SNI	Agência de Salvador do Serviço Nacional de Informações
CADH	Comitê de Anistia e Direitos Humanos
CEDP	Centro de Estudos e Defesa do Petróleo
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEV-BA	Comissão da Verdade da Bahia
CEV-RJ	Comissão da Verdade do Rio de Janeiro
CF	Constituição Federal
CIE	Centro de Informações do Exército
CIEX	Centro de Informações do Exterior
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CNV	Comissão Nacional da Verdade
COFAP	Comissão Federal de Abastecimentos e Preços
DESP	Departamento Estadual de Segurança Pública
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DGIE	Departamento Geral de Investigações Especiais
DGS	Direção Geral de Segurança
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DOPS/SP	Departamento de Ordem Política e Social do Estado de São Paulo
DOPS/GB	Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara
DOU	Diário Oficial da União
DPF	Departamento Polícia Federal
DPS	Divisão de Polícia Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informação
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
ESG	Escola Superior de Guerra
FBPPF	Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

FDIM	Federação Democrática Internacional de Mulheres
FFCH	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
HC	<i>Habeas Corpus</i>
IAPC	Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes
IAPI	Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários
IPASE	Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado
IPÊS ou IPES	Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais
IPM	Inquérito Policial Militar
MFPA	Movimento Feminino pela Anistia
MMMBR	Movimento de Mulheres Maria Brandão dos Reis
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NATO	<i>North American Treaty Organization</i>
NEIM	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OAB/BA	Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Bahia
OBDPC	Organização Brasileira de Defesa da Paz e da Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCP	Partido Comunista Português
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
SFICI	Serviço Federal de Informações e Contra- Informações
Sisni	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informação
SNI/AC	Agência Central do Serviço Nacional de Informações
SNI/ASV	Agência de Salvador do Serviço Nacional de Informações
SR	Superintendência Regional
STASI	Ministério para Segurança do Estado Alemão
STF	Supremo Tribunal Federal
STM	Superior Tribunal Militar
TSE	Tribunal Superior Eleitoral
UDN	União Democrática Nacional

UNESCO

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

WIDF

Women's International Democratic Federation

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 CONTANDO ANA MONTENEGRO	24
1.1 NASCE UMA QUIXERAMOBINENSE	24
1.2 A BAHIA, BERÇO DA MILITÂNCIA COMUNISTA	31
1.3 ESCREVENDO E MILITANDO SOB O CORCOVADO	41
1.4 UMA CEARENSE NA NEVE	48
1.5 O FIM DO OUTONO	60
1.6 CINZAS VERMELHAS	75
2 ANA E A IMPRENSA	76
2.1 O MOMENTO.....	79
2.2 O MOMENTO FEMININO	90
2.3 IMPRENSA POPULAR E NOVOS RUMOS	111
3 NA MIRA DA REPRESSÃO (1947- 1983)	125
3.1 AS ANAS DO DOPS/GB E A VIGILÂNCIA INTERNACIONAL DA PIDE	131
3.2 DO IPES AO SNI: REPRESSÃO PRÉ E PÓS-GOLPE	153
CONCLUSÃO	176
REFERÊNCIAS	180
ANEXO A- Respostas de Ana Montenegro ao questionário da DPF/BA	187

INTRODUÇÃO

Era novembro do ano de 2013, e à época eu integrava o projeto de pesquisa “Memória e Resistência à Ditadura Civil-Militar na Bahia”, coordenado pela Prof. Dra. Lucileide Costa Cardoso, e como bolsista de Iniciação Científica/PIBIC/CNPq desenvolvi um plano de trabalho que resultou nesta pesquisa sobre Ana Montenegro. Por um acaso da vida, conheci Renê Carmo Pinheiro e através de uma conversa informal sobre exilados políticos, o neto de Ana Montenegro me falou um pouco sobre ela. Segundo Roberto Richardson, uma das premissas basilares de um processo de pesquisa é a de que o pesquisador deve ser curioso¹. Ora, curiosidade era o que não faltava àquela estudante que dava seus primeiros passos pela pesquisa acadêmica. Logo descobri que no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher- NEIM, localizado na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia, havia um arquivo doado por Ana Montenegro. Através da professora Lina Aras foi possível conseguir acesso a esse acervo- acervo que estava desde 2009 para ser digitalizado e com a consulta não disponível aos alunos.

As cinquenta e sete pastas que compunham o arquivo do NEIM foram analisadas de janeiro a abril de 2014 e dessa pesquisa resultaram oitocentos e noventa e cinco fotos dos artigos; escritos sobre militantes políticas; esboços de apresentações; ofícios; cartas circulares; encartes políticos; recortes de jornais brasileiros e estrangeiros; atas de reuniões; *folders* e encartes de eventos; revistas nacionais e internacionais; relatórios de encontros; cópia de legislações (constitucional e leis extravagantes) e de jurisprudências; e fotografias de capas de seus livros. Foi o primeiro arquivo de Ana Montenegro a ser trabalhado, e foi a partir da análise desses documentos que foi possível iniciar a pesquisa que seguiria como projeto para o mestrado.

Durante o primeiro semestre de 2015, em contato com Sônia Carmo (filha de Ana), soube da existência de uma vasta documentação dentre os pertences deixados por Ana como herança para a filha. De junho a agosto do mencionado ano construí, com todos aqueles documentos e obras, um acervo na casa de Sônia, que foi dividido em 14 caixas de documentos e pertences, e 22 caixas de livros. As vinte e duas caixas de livros foram doadas à biblioteca da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia em maio de 2016 sob o meu intermédio. Foram entregues à UFBA 656 volumes de relevância

¹ RICHARDSON, Roberto Jarry e Col. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 2009.

para a comunidade acadêmica, volumes esses que foram catalogados durante a pesquisa. Títulos em francês, inglês, espanhol, obras raras do início do século XX com anotações à mão da própria Ana, bem como narrativas de grande valor para o estudo sobre mulheres, podem ser encontradas no acervo que agora está disponível para a consulta de todos. A doação para a UFBA permite que os livros de Ana sejam preservados e atendam a uma finalidade social dentro e fora da academia.

As quatorze caixas de documentos são compostas por: fotos; prêmios; certificados; cópias de obras escritas por Ana; escritos sobre Marighella; poemas; recortes de periódicos sobre ela e escritos por ela; cartas recebidas e enviadas; artigos escritos à mão e datilografados; atas de eventos que participou; processos que era parte; contracheques; pertences pessoais como agendas, identidade, CPF, certidão de casamento, cópia do passaporte e título de eleitor; dentre outros. Esses documentos foram digitalizados e organizados com a finalidade de preservação da história da vida de Ana, e serão, posteriormente, enviados ao Memorial de Marighella que tem previsão de ser criado na Baixa dos Sapateiros a partir de projeto que seu filho, o advogado Carlos Augusto Marighella, tem lutado para concretizar.

Na verdade, os documentos encontrados no NEIM e na casa de Sônia faziam parte de um acervo maior que foi organizado por Ana Montenegro e Yeda Maria no final da década de 80/início da década de 90, e que era composto de 109 pastas². As cinquenta e sete pastas do NEIM haviam sido doadas para um evento de comemoração do Núcleo e o restante do acervo ficou nas mãos de Ana até março de 2006, quando então acabaram por passar para Sônia (sua herdeira legal). Portanto, são arquivos complementares e que servirão de base para construção desta dissertação.

Na organização do arquivo, foi descoberta uma mídia de DVD com o nome de *CamaradAna*. Trata-se de um documentário criado por Jairo Eleodoro e que ainda não foi publicado. Gravado no início dos anos 2000, a película conta com 52 minutos e 34 segundos e com dez entrevistados, dentre eles familiares, políticos, jornalistas, militantes e ex-militantes comunistas, estudiosos sobre o período da Ditadura, advogadas que com Ana conviveram; além de falas e leituras de poesias pela própria Ana já no finalzinho da vida. Esse filme

² A funcionária do Detran Yeda Maria Ferreira dos Santos Mesle foi amiga de Ana Montenegro de longa data e faleceu em dezembro de 2016, pouco após o primeiro contato de que tive com ela. Seu nome consta como organizadora responsável pelo projeto do arquivo “Ana Montenegro”, projeto esse composto de onze páginas encontradas soltas dentre os documentos na casa de Sônia Carmo e que relatava um acervo com 109 pastas.

servirá de fonte³ na narrativa do primeiro capítulo deste trabalho, bem como três das obras de Ana: o “Mulheres – participação nas lutas populares” de 1985; o “Falando de Mulheres (em co-autoria com Jardilina Passos)” de 2002; e o “Tempo de Exílio” (1988), única autobiografia da militante.

Obra de denúncia contra o regime ditatorial, a autobiografia de Ana Montenegro serve como “arma” na luta contra o esquecimento sobre o período em que foi obrigada a seguir para o exílio. Segundo Lucileide Costa Cardoso, a autobiografia representa “uma espécie particular de Memórias; aquela em que o autor, narrando as recordações de sua própria vida, procura compreendê-la como um todo significativo”. Ainda de acordo com a autora:

o que o memorialista quer compreender é a sua trajetória pessoal vivida num certo momento situado no passado. Embora seja o memorizador, a narrativa que produz não é exclusivamente sua, pois o que o memorialista oferece ao leitor é uma representação dos outros e do mundo que o cerca, sendo, às vezes, a sua própria história⁴.

A escrita autobiográfica enquanto relato das memórias do tempo que viveu o narrador oferece uma única versão dos fatos passados (uma representação), versão essa que é passível de “manipulação de acordo com a correlação de forças e interesses das classes num determinado momento histórico”⁵. Assim como as memórias narradas no “Tempo de Exílio”, os relatos concedidos nas entrevistas para o *CamaradAna* também estão sujeitos à manipulação tanto por parte dos narradores, quanto por parte do entrevistador. Longe de atender ao viés da escrita de uma vida dotada de sentidos predefinidos pelo escritor do tempo presente e de utilizar as memórias de Ana Montenegro e dos entrevistados como única versão crível dos fatos passados, neste estudo, a obra “Tempo de Exílio” e o documentário *CamaradAna* serão analisados à luz de outras fontes históricas, com a intenção de ampliar as visões acerca do mesmo fato, trazendo ao leitor, como estratégia metodológica e narrativa, uma gama de hipóteses do passado vivido por Ana.

Além das fontes já mencionadas, também se fará presente neste estudo a pesquisa realizada nos acervos dos periódicos *O Momento*, *O Momento Feminino*, *Tribuna Popular*, *Imprensa Popular*, *Novos Rumos*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora*. Tanto

³ Uma vez que a mídia não foi publicada, procurei o autor dela, Jairo Eledoro, que cedeu autorização para o uso das transcrições das entrevistas do documentário para fins acadêmicos, todavia, ele não ofereceu liberação para utilização e veiculação do documentário em meios áudios-visuais, sob pena de violar o ineditismo do documentário.

⁴ CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da Memória**. UFRB: Cruz das Almas, p.30, grifo nosso.

⁵ *Ibid.*, p. 17.

a atuação de Ana Montenegro na imprensa comunista e feminina quanto fragmentos de notícias sobre ela nos periódicos recém mencionados, serão alvo de estudo nesta dissertação. Mapear a atuação de Ana na imprensa se faz premissa necessária à compreensão de como essa militante comunista tornou-se conhecida e era vigiada pelo governo brasileiro desde idos de 1947, ano em que o Partido Comunista retorna à ilegalidade.

Já na década de 50, Ana Montenegro figurava na mira da vigilância internacional. Em período de mestrado sanduíche na Universidade do Porto (segundo semestre de 2015), tive acesso às duas pastas sobre o Partido Comunista Brasileiro no acervo da PIDE mantido na Torre do Tombo em Lisboa. Nesta documentação pude localizar o nome de Ana Montenegro listado como comunista brasileira adentrando território europeu e que estava sendo vigiada pelo governo português na então Ditadura de Salazar. Essas fontes ali encontradas serão subsidiariamente utilizadas neste trabalho para demonstrar que Ana já era referenciada internacionalmente como comunista em meados da década de 50, pouco tempo após ter iniciado sua trajetória militante em território nacional e se tornar redatora na imprensa comunista e feminina.

Nacionalmente, são os acervos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB) e do Serviço Nacional de Informações (SNI) que importam para esta dissertação. Tais fontes colocam a atuação política de Ana Montenegro sob vigilância desde o ano de 1947 quando foi então candidata a deputada estadual pelo Partido Comunista na capital baiana.

Criado em 1962 e regulamentado em 1963, o DOPS/GB herdou toda uma estrutura e acervo do Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP) do Rio de Janeiro. Antes do DESP, o que existia era a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) que funcionava desde a Ditadura do Estado Novo e que desenvolvia as funções de polícia política tanto em âmbito federal quanto estadual. Abrigada pelo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP), a DPS passou a DESP quando da mudança da capital federal do Rio de Janeiro para a cidade de Brasília em 1960. Por tal razão é que, embora o DOPS/GB só tenha sido criado em 62, ele resguarde documentos de períodos anteriores àquela época. Documentos com informações sobre Ana do DOPS do Estado da Guanabara datados entre 1949 e 1979 foram encontrados no acervo da casa de Sônia Carmo, e serão neste trabalho objeto de análise⁶.

⁶ Relatório da Comissão Estadual da Verdade- Rio de Janeiro. Recurso eletrônico. Rio de Janeiro: CEV-RJ, 2015, p. 260.

Diferentemente do DOPS/GB, o SNI foi criado já sob um regime de governo militar, em 13 de junho de 1964, através da Lei 4.341. Apesar da criação do órgão remeter à década de 60, e os documentos sobre Ana Montenegro descobertos nos acervos da agência nacional do SNI (AC/SNI) e da agência de Salvador (ASV/SNI) terem sido produzidos entre os anos 1971 e 1983, as informações trazidas por essa documentação remetem à atuação da militante desde o ano de 1947. Ora, segundo o relatório da Comissão Nacional da Verdade, o SNI herdou o acervo documental do Serviço Federal de Informações e Contra-informações criado em setembro de 1946⁷; além disso, como muitos foram os empastelamentos sofridos pelas redações dos periódicos da rede de imprensa comunista, os repressores puderam obter uma série de informações sobre os redatores desses periódicos (como é o caso de Ana Montenegro), possibilitando assim, que o recém criado SNI pudesse mapear um grande número dos militantes e elaborar um histórico da atuação desses no país, sem contar, é claro, com as informações obtidas através de informantes anticomunistas e/ou dos militantes capturados e torturados durante o regime militar.

Também foi analisado durante o processo de pesquisa para elaboração deste trabalho, o acervo do Memorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, buscando encontrar informações a respeito do período em que Ana lá teria estudado. Complementar a essa pesquisa, tem-se a consulta e a resposta à consulta ao acervo da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro sobre o Histórico Escolar e o Registro de Matrícula de Ana naquela Universidade. Tais fontes serão analisadas na parte inicial do primeiro capítulo da dissertação.

A estrutura deste estudo será dividida em três capítulos ou seções. Não se pretende ao longo do texto vencer toda a trajetória da vida de Ana Montenegro; pretende-se aqui apenas iniciar a biografia da personagem histórica, uma vez que vinte e quatro meses para o processo de pesquisa e elaboração da dissertação não são suficientes para dar conta de construir minuciosamente todo o cenário da vida da biografada. A partir da análise da vasta documentação colhida desde a iniciação científica foram feitas escolhas, e embora se tenha mapeado e digitalizado todo o arquivo da casa de Sônia Carmo em um curto espaço de tempo em que se dedicou exclusivamente a essa tarefa, nem todo esse acervo, bem como o acervo do NEIM (complementar ao acervo da casa de Sônia) serão utilizados na escrita do presente

⁷ Relatório / Comissão Nacional da Verdade. – Recurso eletrônico. –Brasília: CNV, 2014, p. 117. Diferentemente do que dispõe o relatório da CNV, Elio Gaspari afirma que “operacionalmente o SNI herdou a estrutura do Serviço Federal de Informações e Contra-Informações, o SFICI, uma repartição inexpressiva vinculada ao Conselho de Segurança Nacional, e o arquivo do IPÊS”. GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. As ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014, p. 157.

trabalho. Aqui se preteriu mesclar parte daqueles documentos com a utilização de demais acervos (os dos jornais, o do DOPS, e o do SNI), enriquecendo a escrita e a pluralidade de visões acerca de Ana, bem como delimitando as temáticas de estudo (imprensa comunista e feminina; repressão).

Ana Montenegro nasceu cearense; cresceu carioca; viveu, tornou-se comunista e morreu na Bahia; exilou-se na Alemanha; viajou e trabalhou pelo mundo. Ficou conhecida como advogada, jornalista, historiadora, escritora, poetisa, feminista, e comunista. São muitas as facetas de Ana e uma rede de relações da qual fez parte ao longo dos seus quase 91 anos de vida, seja no partido, na família, na Ordem dos Advogados, na Federação Democrática Internacional de Mulheres, ou na militância feminina. O historiador que se propõe à escrita de uma vida deve ter em conta que longe de tentar narrar cronologicamente fatos do passado com um sentido preciso, deve demonstrar a complexidade dessa vida e das relações que compõem o ser biografado. No primeiro capítulo desta dissertação, serão apresentadas as diversas facetas de Ana, e como uma espécie de “minibiografia” da militante será criado o complexo cenário dessa trajetória de vida para compreensão das escolhas dos recortes temáticos nos capítulos seguintes.

Gênero híbrido que perpassa pela literatura e pela história, a biografia sofreu diversas críticas ao longo dos séculos XIX e XX. De acordo com Benito Bisso Schmidt,

o século XIX foi marcado pela discussão a respeito do papel do indivíduo na História. Essa, à medida que se constituía como disciplina autônoma e com pretensões científicas, acabou menosprezando o estudo de trajetórias individuais, estigmatizando a biografia como um gênero menor e mais próximo do anedótico e do antiquarismo dos amadores.⁸

A pretensão científica da História no século XIX trouxe um afastamento do campo literário, uma vez que se pretendia crível desse ponto de vista⁹. Nesse sentido, disciplina François Dosse que

a aventura apaixonante que é a biografia conheceu um demorado eclipse com respeito àquilo que era tido como um saber erudito ao longo do século XIX e parte do XX. Um desprezo obstinado condenou o gênero, sem dúvida muito dependente das concessões à emotividade e ao fomento da implicação

⁸ SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e regimes de historicidade**. MétiS, História & Cultura, Caxias, v. 2, n. 3, p. 56-72, jan./jun.2003, p.61.

⁹ Id., **Construindo biografias - historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 3-21, 1997.

subjetiva. Um muro tem separado o biográfico do histórico, tachando-o de elemento parasita capaz de perturbar os objetivos científicos.¹⁰

Tradicionalmente, a ciência história que conquistou seu espaço no século XIX traduzia-se em uma história política supostamente objetiva. Em oposição a essa suposta objetividade e verdade científica, estava a carga subjetiva e emotiva da escrita biográfica trazida por François Dosse no trecho acima. Coadunando com a premissa, Alexandre Avelar, afirma que “a narrativa biográfica supõe uma modalidade de escrita da História profundamente imbricada nas subjetividades, nos afetos, nos modos de ver, perceber e sentir o outro”¹¹.

Se no século XIX o gênero biográfico havia sido acusado de não atender à objetividade necessária à ciência histórica, na primeira metade do século XX, ele foi condenado pela historiografia francesa dos *Annales* (juntamente com a História Política) por ter como objeto uma história “vista de cima”, factual e linear. Antes mesmo dos *Annales*, novos paradigmas epistemológicos eram discutidos na historiografia alemã e na inglesa que iriam modificar a “fôrma” da escrita da biografia histórica¹².

As críticas ao modelo tradicional de escrita da biografia, no entanto, não levaram à queda do mercado editorial do gênero biográfico. Para Dosse,

o mercado da biografia sempre foi bom. Na época do triunfo da história dos Anais, no domínio da história erudita, a biografia histórica continuou a ter seus editores, seu público apaixonado e, conseqüentemente, seu enorme sucesso editorial¹³

Analisando o cenário nacional, Francisco Falcon afirma que “antes de 1970, predomina a historiografia política e esta é constituída em sua quase totalidade pelo modelo que denominamos de história política tradicional”¹⁴. Concordando com a ideia trazida por Dosse, e complementando a de Falcon, é possível afirmar que também no Brasil, tanto no campo editorial, quanto no âmbito das pesquisas acadêmicas, nem os estudos sobre História Política, nem as pesquisas biográficas perderam seu prestígio, continuando a ter preponderância quantitativa mesmo em tempos de prestígio das críticas dos *Annales*.

¹⁰ DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2015, p.16.

¹¹ AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da História**: possibilidades, limites e tensões. Dimensões, Vitória, v. 24, 2010, p. 166.

¹² BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992, p. 17-19.

¹³ DOSSE, op. cit., p.19.

¹⁴ FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.81.

No entanto, é preciso questionar que biografia é essa que permaneceu nas prateleiras das livrarias e nas universidades após a entrada no cenário brasileiro dos paradigmas da *nouvelle histoire*. A resposta do historiador gaúcho Benito Bisso Schmidt é a de uma biografia histórica renovada.

Apesar deste oportunismo acadêmico/editorial, penso que existe, sim, uma renovação da biografia histórica, perceptível em muitos trabalhos recentes. Essa acontece, geralmente, quando os historiadores-biógrafos levam em conta as críticas que já foram feitas ao gênero, procurando integrá-las às suas preocupações, tentando respondê-las na maneira como elaboram seus trabalhos.¹⁵

Contra a crítica da linearidade, da falta de preocupação explicativa, a proposta de uma história problema; contra a história dos grandes homens, a história “vista de baixo” e a micro-história; contra as falhas da representatividade, a individualidade e fragmentação do “eu” singular; e contra a “ilusão biográfica”, a compreensão de que a vida do biografado longe de ser dotada de um sentido e de um espaço limitado, é fruto do real, do descontínuo, das relações que compõem a sua história de vida.

Para François Dosse, a biografia histórica, hoje renovada, “pode ser um elemento privilegiado na reconstituição de uma época, com seus sonhos e angústias”¹⁶. Concordando com Dosse, Philippe Levillain defende que a biografia histórica “é o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre o passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova de vida”¹⁷.

Para Bourdieu, não podemos compreender uma trajetória

sem que tenhamos previamente construído os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto de relações objetivas que uniram o agente considerado – pelo menos em certo número de estados pertinentes – ao conjunto de outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis¹⁸.

Nesse sentido, propondo aqui a escrita do biográfico a partir do viés da biografia renovada, necessário se faz trazer a tona o contexto histórico e a individualidade socialmente

¹⁵ SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografias históricas: o que há de novo?** In: ANHEZINI, Karina et al. *Leituras do passado*. Campinas: Pontes, 2009, p. 74.

¹⁶ DOSSE, op. cit., p.11.

¹⁷ LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 176.

¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. *Usos & abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, p. 190.

instituída do agente biografado à luz das relações em que o mesmo encontrava-se inserido naquele determinado contexto. É preciso levar em conta a complexidade da personalidade humana, e longe de tentar escrever uma vida a partir da ótica da representatividade com o risco de cair no âmbito da generalização, imprescindível se faz o reconhecimento de que a singularidade do agente biografado importa para a história. E importa porque a escrita da sua vida reconstitui o cenário amplo do passado em viveu.

Embora o futuro da personagem biografada seja conhecido pelo historiador que analisa o passado a partir da sua posição do presente, não se deve cair na tentação da inevitabilidade histórica, sob pena de construir uma “ilusão biográfica”¹⁹. A vida real é fragmentada, ocasional, e sem predestinações. Diferentemente da hagiografia e do antigo modelo de escrita biográfica, a biografia histórica que se pretende renovada não deve tentar justificar os atos humanos com o intuito de glorificar as suas ações para servir de exemplo para a sociedade. Não se busca mais construir o herói, nem mesmo contar apenas a história de grandes homens. Conforme Philippe Levillain, “a biografia histórica hoje é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes”²⁰.

Este trabalho propõe-se a narrativa da vida de uma mulher. Uma história vista “de baixo” que traz na figura de uma militante do partido comunista seu principal objeto. Uma história-problema que busca complexificar as experiências individuais vividas por ela para discutir questões temáticas específicas pertinentes à época em que viveu, a exemplo da imprensa comunista, comunismo, anticomunismo, repressão, ditadura militar... Analisar a trajetória de Ana é reconstruir o cenário de um tempo em que muitos ainda restam impunes pelos crimes que cometeram; é contextualizar um momento político em que a liberdade de expressão era censurada e que falar sobre suas convicções ideológicas poderia te levar à morte ou ao exílio; é demonstrar os efeitos que a estrutura sócio-política brasileira causou na vida de seus cidadãos; é defender a voz de uma mulher em tempos em que se lutava por direitos das mulheres, direitos humanos, direitos sociais, e demonstrar a importância que essa mesma mulher teve na conquista dos novos direitos; é configurar a sociedade passada e perceber que grande parte das mudanças almejadas pela biografada ao longo de sua vida ainda permanecem não alcançadas na sociedade presente.

¹⁹ Termo consagrado por Pierre Bordieu em texto de igual nome (ibidem 18) e que foi analisado por Benito Schmidt no texto SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografias históricas: o que há de novo?** In: ANHEZINI, Karina et. al. *Leituras do passado*. Campinas: Pontes, 2009, p. 73-82.

²⁰ LEVILLAIN, op. cit., p. 176.

Diferentemente do primeiro capítulo, o qual versa sobre uma breve biografia de Ana Montenegro, contextualizando e trazendo diversas informações sobre toda a trajetória de vida da personagem 1915-2006; o segundo e o terceiro capítulo tratarão de recortes temáticos e temporais específicos. Embora se tenha pesquisado nos acervos da *Tribuna Popular (RJ)*, *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã e Última Hora*, e os seus recortes tenham servido de fonte à narrativa na construção do primeiro capítulo, as fontes jornalísticas principais analisadas na segunda parte deste trabalho são dos periódicos *O Momento*, *O Momento Feminino*, *Imprensa Popular e Novos Rumos*. Nesse segundo capítulo, serão as notícias sobre Ana e a sua atuação na imprensa comunista e na imprensa feminina que constituirão o objeto temático central. O recorte temporal vai de 1946 a 1964. Foram mapeadas todas as referências ao nome de Ana Montenegro nesses jornais, no entanto, em alguns deles, temas foram escolhidos para uma análise minuciosa, a exemplo, nas páginas de *O Momento*, da escolha da candidatura à deputada estadual de Ana Montenegro e a operação do Corta-braço à qual participou.

Já no terceiro capítulo, o tempo será de 1947 a dezembro de 1983- data da última fonte do SNI analisada e que vigiava a atuação de Ana Montenegro após o retorno do exílio. Premissa basilar ao terceiro capítulo se faz a compreensão dos diversos momentos de repressão no país e suas mais complexas estruturas. A estrutura repressiva durante o Estado Novo foi uma, repressão essa que se modificou com o fim desse governo ditatorial e trouxe a tona o poder de novas configurações políticas e empresariais que encadearam o golpe civil-militar de 1964. A discussão sobre tal temática é introdutória ao terceiro capítulo, uma vez que o mesmo tem por objeto central discutir, a partir das fontes analisadas, Ana Montenegro na mira da repressão brasileira. O capítulo anterior, o segundo, vai formando a personagem que será encontrada nas narrativas dos órgãos de repressão (a militante, redatora, escritora, jornalista). Por isso, a lógica estrutural escolhida para este trabalho.

Primeiro, contar Ana, quando nasceu, seu lugar de origem, locais onde residiu, qual sua filiação, seu partido, suas convicções políticas e sociais, as pessoas com que conviveu; depois, construir a narrativa da Ana que se tornou conhecida por sua trajetória política, atuação e aparição na imprensa comunista e feminina; para então, elucidar as razões trazidas nas fontes para a perseguição e vigilância constante do regime militar à personagem.

1 CONTANDO ANA MONTENEGRO

O ato de contar denota o relato de uma história, um enredo. Neste capítulo do texto pretende-se, como já restou mencionado na introdução, elaborar uma breve biografia de Ana Montenegro. Não é objetivo deste trabalho encerrar o todo da narrativa acerca da vida da personagem, todavia, um panorama geral da sua trajetória dá ao leitor um conhecimento primário acerca de quem foi essa mulher, da sua imagem, dos espaços que ocupou, dos locais que residiu, bem como da rede de relações a qual pertenceu; criando assim, um cenário para a análise das fontes nos capítulos seguintes.

1.1 NASCE UMA QUIXERAMOBINENSE

Brasil, ano de 1915. A Primeira República ou República Velha²¹, já na sua fase oligárquica²², estava sob o comando do advogado mineiro Venceslau Brás Pereira Gomes. A 1ª Guerra Mundial eclodia há alguns meses na Europa e o governo brasileiro ainda adotava o discurso de neutralidade ao conflito²³. A capital federal era o Rio de Janeiro e a Constituição vigente era a de 1891, a mais enxuta das sete constituições brasileiras²⁴, e que não trazia

²¹ Segundo Lilia M. Schwarcz e Heloisa M. Starling em “Brasil: uma biografia”, a República Velha é “termo pejorativo criado depois da Revolução de 1930” e “não seria a primeira vez que políticos e intelectuais vinculados a um novo momento atribuiriam a si mesmos os méritos da novidade e jogariam para o outro período, em geral o imediatamente anterior, a designação de ‘ultrapassado’” SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 349.

²² A Primeira República pode ser compreendida em duas fases: a primeira, que vai da proclamação da República até 1894, denominada “República das Espadas” em que “as espadas” representam o poderio militar que buscava afastar de vez a monarquia e legitimar a nova forma de governo; e a segunda, “República Oligárquica”, se iniciaria com o mandato de Prudente de Moraes em 1894 após ter vencido as eleições. Nessa segunda fase se consolidou “o primeiro governo civil da República e a ascensão da corrente moderada e pragmática do Partido Republicano Paulista, preocupada em executar uma política de pacificação do país, garantir os interesses da elite cafeeira de São Paulo e realizar a transição da República jacobina para a República oligárquica”. *Ibid.*, p. 321.

²³ Apenas em 1917, com a derrubada de navios da frota mercante brasileira por submarinos alemães que o Brasil saiu da sua posição de neutralidade e se junta ao bloco dos aliados na Guerra (Inglaterra, França e Rússia). SOUNDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial**. São Paulo: Contexto, 2014, p. 403.

²⁴ Com apenas 91 artigos. A Constituição de 1824 possuía 179 artigos e assegurava o poder moderador do monarca; a de 1834, a qual assegurou o voto secreto, continha 187 artigos; a de 1837, que fez no segundo dos cinco parágrafos de preâmbulo menção ao temor de infiltração comunista no país, implantou o Estado Novo e era composta também de 187 artigos; a de 1846, com 218 artigos, recriou o cargo de vice-presidente não existente na Constituição de 1834, bem como trouxe a garantia à propriedade privada e, no art. 141, § 13, texto capaz de colocar o Partido Comunista no rol da ilegalidade; a de 1867, a qual retirou dos cidadãos as eleições diretas para Presidente da República e legitimou as arbitrariedades do regime militar, contou com 189 artigos; a

expressa proibição ao voto feminino, embora a prática eleitoral brasileira contrariamente a aplicasse. Imperava no contexto nacional uma política do “Café com Leite” em que o poder republicano se alternava entre governantes mineiros e paulistas²⁵. A economia girava em torno da cafeicultura, enquanto o coronelismo reinava no país. Os estrangeiros, “importados” em sua maioria de países europeus desde o final da primeira metade do século XIX²⁶, além de compor parcela da mão-de-obra no território nacional, eram utilizados para concretizar o projeto de “embranquecimento” da nação. A urbanização estava a pleno vapor²⁷, e os cortiços eram vistos como locais de pouca higienização que deveriam ser derrubados, assim como os negros eram tidos por “classes perigosas” a serem excluídas dos centros urbanos²⁸. O mito do Nordeste “atrasado” e do Sul como “moderno” dava os primeiros passos para começar a ser construído na década seguinte²⁹. Nesse cenário, nasceu, em terras cearenses, em 13 de abril, Ana Lima.

de 1988, atual Constituição Federal Brasileira, possui 250 artigos e é a mais longa de todas as cartas constitucionais, trazendo em seu rol de direitos uma série de garantias fundamentais conquistadas a partir das lutas pela redemocratização do país.

²⁵ Conforme Carlos Fico, “o acordo tácito que havia entre as elites oligárquicas de São Paulo- cuja riqueza econômica repousava na produção de café- e de Minas, estado com o maior contingente eleitoral do país e grande produtor de leite, daí advindo a expressão ‘política do café com leite’. São Paulo e Minas Gerais controlavam o poder nacional, alternando na Presidência da República políticos paulistas e mineiros” FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo-** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015, p.9.

²⁶ Michael Hall afirma que “alguns fazendeiros, percebendo que a escravidão estava condenada, tinham realizado já nas décadas 1840 e 1850, mas geralmente abandonaram tais esquemas, devido à resistência dos imigrantes ao grau de exploração imposta”. Foi com o fim da escravidão, com a inevitável necessidade de mão-de-obra nas fazendas de café, que a imigração começou a ocorrer em grande escala e se manter “essencialmente a mesma até a I Guerra Mundial”. HALL, Michael. **Imigrantes**. Revista Trabalhadores, Campinas, Secretaria Municipal de Cultura, 1989, p. 3;5.

²⁷ Acerca do desenvolvimento da urbanização no país das últimas décadas do século XIX até 1930, Lilia Schawarcz disciplina que “os dois fenômenos que caracterizaram o contexto foram a entrada da imigração estrangeira em larga escala- subvencionada ou não- e a aceleração do crescimento e da modernização das cidades, que se transformaram nos novos cartões-postais do país”. Segundo a autora, “a população estrangeira foi contratada, originariamente, para engrossar o trabalho na lavoura rural; no entanto, com a crise da agricultura, boa parte desse contingente deslocou-se para as cidades, atraído não só pelas novas oportunidades, como pelas especializações profissionais que traziam de seus países de origem. Isto é, mais do que camponeses, entraram no país, sobretudo nessa primeira leva, profissionais liberais alemães, espanhóis e italianos, mais acostumados aos serviços urbanos que aos rurais” SCHWARCZ, Lilia M. et al. **População e Sociedade**. In: A abertura para o mundo. 1889-1930. Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2012, p. 43.

²⁸ Chalhoub traz que a política de higienização social, com a derrubada dos cortiços, a campanha pela modernização do país e marginalização das classes pobres e negras (tidas como “classes perigosas”) é fenômeno que ocorreu no Brasil desde as décadas finais do século XIX. CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

²⁹ De acordo com Durval Albuquerque, “assistimos, na década de vinte, à emergência de um novo regionalismo, não mais aquele difuso e provinciano do século XIX e início do século XX, mas um regionalismo que reflete as diferentes formas de se perceber e representar o espaço nas diversas áreas do país”. Esse “novo regionalismo” mitificou o sul, sobretudo, São Paulo a partir de uma ótica de superioridade que “se sustenta no desprezo pelos outros nacionais e no orgulho de sua ascendência européia e branca”. ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 52;57.

Filha de Paul Elpidio Vaughness e Sila Vaughness Correia Lima, Ana Lima nasceu em Quixeramobim, local em que seu pai possuía propriedades³⁰. Sobre a memória do tempo em que viveu em terras cearenses, nada restou encontrado. Em todos os arquivos, bem como nas entrevistas do documentário *CamaradAna* nesta dissertação analisadas, a única informação encontrada foi que pouco após seu nascimento Ana se mudou para o Rio de Janeiro. Não se sabe quantos anos viveu em Quixeramobim, nem mesmo o ano exato que para o Rio teria se mudado.

Em seu relato a respeito de Ana para o documentário *CamaradAna*, Emiliano José³¹ informou que “ela nasceu no Ceará, tornou-se cearense, embora, ela fosse uma genuína carioca”³²; afirmação essa que encontra respaldo no texto do livro que Ana escreveu em conjunto com Jardimilina de Santana Oliveira, na alegação de que “é a cidade do Rio de Janeiro que Ana considerou sua terra, pois foi lá que viveu, onde estudou e constituiu família”³³. Para ambas as fontes, embora Ana Lima tivesse nascido como uma cearense, ela identificava-se enquanto carioca. A própria Ana, em entrevista para o jornal *2 de julho*³⁴, deixou claro que a sua terra, a que se sentia “conhecadora das pedras dos caminhos, das estrelas, da lua, das pessoas humanas, das casas, é o Rio de Janeiro”.

Independentemente do sentido de pertencimento da personagem, o fato é que, embora nascida no Ceará, foi em terras cariocas que viveu a infância, a adolescência, e cursou o magistério em um convento de freiras francesas. No *CamaradAna*, a filha de Ana Lima, Sônia Carmo, alegou que a mãe “foi formada no Convento, ela foi criada pelas freiras católicas francesas; então na primeira formação ela saiu com magistério em francês; é o normal, antigamente na escola você fazia o magistério”. Nos textos de breve síntese da trajetória de Ana no “Dicionário das Mulheres do Brasil – de 1500 até a atualidade”³⁵ e no “Falando de Mulheres”³⁶, não há qualquer informação a respeito dessa formação de Ana Lima no magistério em língua francesa, todavia, foi possível encontrar no arquivo que ela deixou na casa da filha diversas obras em francês, o que estaria de acordo com a alegação de Sônia.

³⁰ MONTENEGRO, Ana; OLIVEIRA, Jardimilina de Santana. **Falando de mulheres**. Salvador: Casa amarela, 2002, p. 49.

³¹ Militante preso e torturado durante a Ditadura, político brasileiro, jornalista, escritor e doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia, autor de uma das biografias de Carlos Marighella (“O inimigo número um da Ditadura Militar”, 2004).

³² ELEODORO, Jairo. **CamaradAna**. Salvador, 2009.

³³ MONTENEGRO; OLIVEIRA, op. cit., p. 49.

³⁴ *2 de Julho*, maio de 2001, p. 10.

³⁵ BRAZIL; SCHUMAHER, op. cit., p. 60.

³⁶ MONTENEGRO; OLIVEIRA, op. cit., p. 49-62.

Além da formação no magistério, muitas são as fontes que informaram que Ana cursou e concluiu o ensino superior na Universidade do Rio de Janeiro (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro). No Dicionário Mulheres do Brasil, há a informação de que “estudou direito e letras na Universidade Federal”³⁷, afirmação essa presente em consulta sobre a militante na internet, e em textos diversos sobre ela em três línguas diferentes (inglês, espanhol e português) no site de consultas do Wikipédia, onde ela aparece como formada em “Direito e Letras”³⁸. De acordo com o texto do blog do jornalista Gutemberg³⁹, ela era formada em Direito e História. Em nota de pesar sobre o falecimento de Ana em 08 de abril de 2006, a Assembléia Legislativa afirmou que ela era formada em Direito⁴⁰. No mesmo site, em ocasião do centenário de Ana, em 14 de abril de 2015, a deputada Fabíola Mansur homenageou Ana com um texto alegando que essa estudou Direito e Letras no Rio de Janeiro⁴¹.

Em todos os recortes de jornais encontrados nos arquivos na casa de Sônia Carmo ou do NEIM ela foi configurada enquanto advogada, seja advogada apenas ou advogada e outro título (escritora, historiadora, jornalista, poetisa, socióloga), a exemplo da entrevista concedida a Tribuna da Bahia de 06 de abril de ano não identificado, onde é descrita enquanto historiadora e advogada. A própria Ordem dos Advogados do Brasil- Seção Bahia, em convite para homenageá-la pelos serviços prestados, a reconhecia como bacharela em Direito. Talvez, para a Ordem, independentemente da sua titulação, Ana fosse vista como um rábula⁴².

No “Falando de Mulheres”, há a informação de que Ana Lima se mudou para a cidade de Salvador em 1944 com o intuito de cursar a disciplina de Medicina Legal junto à Universidade Federal da Bahia, que tem como marco ter sido a primeira Faculdade de Medicina do Brasil, fundada em 1808, poucos meses antes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. De acordo com essa fonte, a disciplina “não estava inserida nos programas de outras faculdades nacionais”⁴³.

³⁷ BRAZIL; SCHUMAHER, op. cit., p. 60.

³⁸ ANA MONTENEGRO. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ana_Montenegro>. Acesso em: 15.dez.2016 às 15:22. ANA MONTENEGRO. Disponível em: <https://en.wikipedia.org/wiki/Ana_Montenegro>. Acesso em: 15.dez.2016 às 15:24. ANA MONTENEGRO. Disponível em: <https://es.wikipedia.org/wiki/Ana_Montenegro>. Acesso em: 15.dez.2016 às 15:27.

³⁹ ANA MONTENEGRO. Disponível em: <<http://blogdogutemberg.blogspot.com.br/2006/11/ana-montenegro.html#links>>. Acesso em: 15.dez.2016 às 15:30.

⁴⁰ ANA MONTENEGRO. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/noticias/Noticia.php?id=2592>>. Acesso em: 15.dez.2016 às 17:00.

⁴¹ ANA MONTENEGRO. Disponível em: <<http://www.al.ba.gov.br/noticias/Noticia.php?id=18844>>. Acesso em: 15.dez.2016 às 17:01.

⁴² Pessoa que advoga sem ser formada em Direito, a qual, por notório saber jurídico pode exercer a profissão jurídica mesmo sem a titulação.

⁴³ MONTENEGRO; OLIVEIRA, op. cit., p.50.

No entanto, texto encontrado no periódico *O Momento*, de 13 de janeiro de 1947⁴⁴, quando em exposição acerca da candidatura ao cargo de deputada estadual pelo Partido Comunista Brasileiro, põe em dúvida se de fato Ana teria vindo para Bahia com intuito acadêmico. Na primeira parte da notícia figura a informação de que a sua família perdeu tudo devido à seca e que ela só pôde concluir o ensino secundário. É preciso levar em conta, entretanto, que a fonte trata de propaganda de candidatura, restando suspeita a sua credibilidade, uma vez que criava uma narrativa que pudesse identificar a candidata com o “povo”, com uma “massa” de possíveis eleitores que, sensibilizados com a história de Ana Montenegro, a escolhessem como candidata a deputada estadual.

Figura 1 - Propaganda de candidatura de Ana Montenegro

A CHAPA POPULAR

ANA MONTENEGRO

Ana Lima Montenegro nasceu em Quixadá, Estado do Ceará, em 1915. Conhecendo de perto os horrores da seca, com seu cortejo de fome e doenças, preocupou-se, sempre, com os problemas do povo. Foi mesmo vítima desse estado de cousas, pois perdendo sua família todos os recursos financeiros, fez apenas o curso secundário.

Foi admitida, por concurso, no Instituto dos Industriários, onde trabalha desde 1940, estando capacitada a defender os interesses da enorme massa industrial, vítima de uma previdência social defeituosa.

Ingressou no Partido Comunista logo após a legalidade, em 1945.

Secretária da União Democrática Feminina, tem lutado pelas reivindicações das mulheres de todos os bairros.

Representa na Chapa Popular os associados dos Institutos e Caixas, os funcionários autárquicos e as mulheres de nossa terra.

ra no Congresso Sindi
Trabalhadores do Brasil
zado no Rio de Janeiro. I
mente membro da U.S.T.

E' um homem prático
preendedor, tendo anos
fundado dois clubes esp
sendo que num deles foi
de esporte e tesoureiro, t
vado a cabo a reconstr
sua sede.

Rubem Rates Chagas
membro do Partido Com
mas é um grande amigo

Os lavra

Regressou de uma long
gem eleitoral no interior
no, o candidato da Chapa
lar João Martins Luz qu
manhã de ontem, teve op
dade de fazer a O MOM

Fonte: Jornal *O Momento* de 13 de janeiro de 1947.

⁴⁴ *O Momento*, edição nº 291, p.3.

Em pesquisa no Memorial da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia foram analisadas as pastas da disciplina Medicina Legal entre os anos de 1944 a 1947. Ministrada durante todos esses quatro anos letivos pelo Prof. Dr. João Américo Fróes nas terças, quintas e sábados (nos anos de 1944 e 1947 às 9h; nos anos de 1945 e 1946 às 10h) não foi encontrado o nome de Ana Lima nas cadernetas. Também se pesquisou pelo nome dela nos livros de registro de matrícula do quarto ano do curso, uma vez que a disciplina Medicina Legal fazia parte do currículo daquele ano do curso de Direito. Não foi possível ainda encontrar qualquer registro de matrícula (ou como transferida, ou como matrícula normal ou especial) durante os anos de 1944 a 1947 em nome de Ana Lima⁴⁵.

Na casa de Sônia Carmo, dentre os documentos deixados por Ana, uma petição escrita pela militante para o Ministro da Previdência Social datada em 21 de novembro de 1979 (com o objetivo de requerer a reversão da exoneração *ex-officio* por abandono funcional do cargo de Assistente Administrativo nível 16 em 1964⁴⁶), trouxe uma série de informações pertinentes à trajetória de Ana Lima na década de 40. No documento, residem informações a respeito de um vínculo que Ana possuía com o extinto IAPI- Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (à época era o ativo INPS) desde 24 de setembro de 1940⁴⁷, vínculo esse também mencionado pela fonte d' *O Momento* acima. Ora, se Ana Lima tinha um vínculo com o referido órgão- que afirma ter ingressado mediante concurso público, como poderia ela ter se ausentado das suas funções durante todo o período em que esteve na Bahia (supostamente de 1944 a 1947)? Teria Ana se mudado mesmo do Rio para a Bahia, ou estaria vivendo ela em outro local antes da sua chegada em Salvador em 1944? Ainda na petição⁴⁸, Ana informou que

exerceu suas atividades funcionais no Ceará, inicialmente, e em seguida, na Paraíba, na Bahia e no Rio de Janeiro, a partir de 1946, sempre com indiscutível competência, probidade e zelo, não registrando os seus assentamentos funcionais qualquer penalidade, por mais branda que seja. Porém, muito ao contrário, sempre desfrutou, na repartição, na comunidade e alhures do mais público e notório bom conceito, moral e intelectual,

⁴⁵ Pesquisa realizada nos livros de registro de matrícula número 119 (1936/1945) e 123 (1946/1958).

⁴⁶ Exoneração em 06/05/1964; publicada no D.O.U (Diário Oficial da União) em 20/03/1970 e no BS/INPS/56 em 24/03/1970.

⁴⁷ À folha 1, §§3º e 4º.

⁴⁸ À folha 2, §5º.

inclusive, colaboradora que foi de jornais e revistas, onde figurava com o pseudônimo de Ana Montenegro⁴⁹.

No final do mencionado parágrafo, as alegações que Ana fez em prol de “comprovar” o seu ilibado *status* pessoal e enquanto servidora exonerada injustamente ao colocar-se como “colaboradora que foi de jornais e revistas” nada condizem, de fato, com os deveres esperados perante o órgão do qual foi exonerada, uma vez que tais atividades não são inerentes ao exercício das funções do cargo ao qual exercia (assistente em administração). Tal fonte (a petição) tem como viés apenas demonstrar o ponto de vista de uma Ana advogando em causa própria a favor de um direito à reversão da exoneração, tornando-a assim, por si só, questionável, devendo ser analisada à luz de outras fontes e partindo do pressuposto que qualquer fato alegado pela autora da petição traz em si um desejo de alcançar a aprovação na justiça do seu pleito.

Apesar de demonstrar no documento seu inegável saber jurídico através dos fundamentos legais e da jurisprudência que explana no texto⁵⁰, Ana Lima termina por assinar o documento sem referenciar-se como advogada, ato padrão dentre a classe de advogados quando na elaboração uma peça processual. Outra informação pertinente com relação à temática diz respeito ao fato de nenhum diploma ou certificado de conclusão do curso de Direito ter sido encontrado junto aos documentos na casa de Sônia Carmo. Talvez pelo fato de muitos documentos terem se perdido no trajeto de fuga para o exílio, hipótese que coincide com as informações constantes em ficha preenchida por Ana encontrada no acervo do NEIM, que na parte “formação acadêmica” escreveu:

deixa de ser citado o diploma de Ciências Jurídicas e Sociais porque toda a comprovação (diploma, atestados, estágios) foram retirados da minha residência, aliás, todos os meus pertences e da minha família no Rio de Janeiro, pelas autoridades policiais e militares, na primeira semana de abril de 1964.

No entanto, se de fato ingressou no ensino secundário ou mesmo se o concluiu, e se veio para a Bahia com o intuito acadêmico ou não, são questões de menor relevância para esta dissertação, uma vez que o que importa aqui e que será objeto da seção seguinte é que foi na Bahia que iniciou sua trajetória militante e que se filiou ao Partido Comunista.

⁴⁹ A hipótese nesta dissertação que ficará evidente a partir do tópico seguinte é a de que Ana Lima passou a adotar o pseudônimo Ana Montenegro quando se filia ao Partido Comunista em 1945. Vide A Tarde online de 13 de julho de 2005 e Diário Oficial Legislativo de primeiro de primeiro de abril de 2006.

⁵⁰ À folha 4, §12.

1.2 A BAHIA, BERÇO DA MILITÂNCIA COMUNISTA

Foi na cidade de Salvador, no ano de 1944, vivendo no bairro da Baixa dos Sapateiros, na pensão da militante Maria Brandão dos Reis – quinze anos mais velha que Ana, oriunda da cidade de Rio de Contas, no interior da Bahia, que Ana Lima começou a militar em prol das causas populares.

Figura 2 - Foto de Maria Brandão do Reis



Fonte: *O Momento*, edição nº 484, 02 de setembro de 1947, p.4⁵¹.

Sobre Maria Brandão, Ana escreveu a carta a seguir que está presente no seu livro “Mulheres- participação nas lutas populares”.

Minha companheira e minha amiga, eu a conheci, Maria, em 1944, quando cheguei à Salvador e não sabia subir ladeiras. Você me ensinou a subi-las. Eu a conheci, Maria, na sua pensão, na Baixa do Sapateiro, onde recebia a sua hospitalidade, onde bebia a sopa que você trazia (sem pimenta, eu pedia), onde descansava a minha cabeça cheia de sonhos, em um travesseiro enfeitado de rendas, onde recebia a força de suas mãos que me conduziam ao Taboão abaixo, para os comícios com estivadores.

⁵¹ Como líder do “Comando 13 de maio” na Campanha para arrecadação de fundos para o periódico *O Momento* em agosto de 1947, Maria Brandão dos Reis saiu vencedora e teve essa foto publicada e seu nome divulgados na mencionada edição do periódico.

Eu a conheci, Maria, a sua coragem, a sua confiança, nas passeatas e nos comícios cercados pela polícia, na praça da Sé, na praça municipal, na praça Castro Alves, na cidade Salvador.

Eu a conheci, Maria, usando uma linguagem que não era minha- a linguagem do povo. Eram expressões que não tinham me ensinado nas escolas e nem tinha lido nos livros e com as quais você convenciu pessoas, quando ia, de porta em porta, pedindo assinaturas pela paz.

Foi em sua casa que eu conheci o Bedegueda, o operário marceneiro Manoel Batista, que me explicou, termos de salário do operário e de lucro do patrão, a teoria da mais valia.

Eu a conheci, Maria, naquela noite de março de 1947, na invasão do Corta Braço (hoje, bairro Pero Vaz), em Salvador, quando lhe perguntei onde iríamos dormir, porque já era muito tarde e você me respondeu: -“Aqui mesmo, com as mulheres. Amanhã vai ser passeata”. E eu lhe perguntei:- Neste escuro? – “E as estrelas? Para que tem estrela?”

Eu a reencontrei, Maria Brandão, depois de tantos anos (quantos anos!) em outras terras tão distantes, como distante estava a última vez que a vi, através da fotografia que me mandou a minha filha, a fotógrafa Sônia Carmo. Era o mesmo rosto iluminado pela luz das estrelas, que vi naquela vigília no Corta-Braço, noite do dia 1º ao amanhecer do dia 02.03.1947.

Em qual daquelas estrelas você está morando? Não tenho o seu endereço porque não sei se as ruas do céu têm nomes... E como você não mora mais na Baixa dos Sapateiros, resolvi mandar-lhe, mesmo sem endereço, alguns fatos das mulheres, das quais você participou ativamente, e como uma homenagem por essa participação, eu a coloco entre as figuras que merecem ser conhecidas e homenageadas.

Se você, Maria, se encontrou com Bertolt Brecht em alguma estrela, certamente ele recitou um poema que escreveu em homenagem àqueles que, na realidade, são os que fazem história.

Muito obrigada, Maria Brandão dos Reis, por ter me ensinado a subir e a descer ladeiras da cidade de Salvador, uma lição que me ensinou, também, a subir e a descer as ladeiras da vida e que me servirá para subir até a estrela em que você estiver, uma daquelas que brilharam naquela noite de março de 1947. Sua companheira e amiga, Ana Montenegro ⁵².

De acordo com a carta, Ana aprendeu sobre as causas do povo, sobre a luta de classes, sobre militância política e luta pela paz durante o período que passou na pensão de Maria Brandão dos Reis. Maria teria ensinado a ela a linguagem “do povo”, aquela linguagem a qual não a haviam ensinado na escola ou não teria lido nos livros. Poder-se-ia inferir, a partir das informações trazidas na carta, que as causas populares não teriam feito parte do seu dia-a-dia antes da experiência vivida em terras baianas. A interpretação aqui é que o convívio com os debates políticos e com as lutas de homens e mulheres pelas ruas de Salvador e no interior da pensão levaram Ana a sensibilizar-se com as bandeiras levantadas por aqueles, ingressando na militância, e tomando consciência acerca do comunismo e suas demandas. Encontra respaldo a afirmação no trecho sobre Ana no livro “Falando de Mulheres” abaixo.

⁵² MONTENEGRO, Ana. **Mulheres-** participação nas lutas populares. Salvador: M&S, 1985a, p. 59-60.

Nesse mesmo período, entre os anos de 1945 e 1946, começou a tomar conhecimento e também participar das lutas populares de mulheres da Bahia por liberdades democráticas, pela paz mundial, por melhores condições de vida (contra a carestia, pelo direito de morar, por creches, escolas etc.), pela emancipação nacional, por seus direitos específicos, contra a discriminação no trabalho e na família e em todos os setores da sociedade⁵³.

Emiliano José trouxe em seu depoimento no documentário *CamaradAna* que Ana

veio para a Bahia em 1944 e então ela passou a ligar-se a militância comunista (que não é dizer pouco). Ser comunista naquela época é dizer que é uma pessoa que arriscava tudo. Em 1944 ainda não havia terminado o Estado Novo, embora já fosse um momento (pode-se dizer dessa maneira) de relativa abertura, mas ainda era o Estado Novo⁵⁴.

Fundado em 25 de março de 1922⁵⁵, em Niterói, com fortes inspirações da Revolução Russa de 1917⁵⁶ e com uma maioria de membros identificados com a ideologia anarquista⁵⁷, o Partido Comunista do Brasil possui um histórico de franca oposição ao governo e, conseqüentemente, de longos períodos de atuação na ilegalidade⁵⁸. Já no ano do seu surgimento, em julho, foi posto durante o governo do presidente paraibano Eptácio Pessoa⁵⁹ na ilegalidade. Apenas entre 31 de março de 1926 e agosto de 1927 figurou novamente na

⁵³ MONTENEGRO; OLIVEIRA, op. cit., p. 50.

⁵⁴ ELEODORO, op. cit.

⁵⁵ Pelo fato de não existir legislação específica para registro de partidos políticos à época, o Partido Comunista do Brasil foi então registrado como sociedade civil em 7 de abril de 1922 PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro**. (1922-1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1984, p. 88. Fausto afirma que “Recém-formado, o PCB registrou-se como entidade civil, com sede pública” FAUSTO, Boris (org.). **III. O Brasil Republicano**. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 365.

⁵⁶ “O êxito da revolução marxista na Rússia espalhou o pânico entre os governos e as classes dominantes em todo o planeta, fundamentalmente em razão do caráter radical e internacionalista das propostas políticas do bolchevismo. Os comunistas russos tinham a convicção de propor ao mundo uma solução sócio-política perfeita e de aplicação universal. Progressivamente, amplos setores do proletariado mundial voltaram os seus olhos para as transformações que ocorriam no país dos soviets” RODRIGUES, Luiz Cesar B. **A primeira guerra mundial**. São Paulo: Atual, 1994, p. 92. Nesse sentido, afirma-se que, assim como o Partido Comunista do Brasil, diversos outros núcleos, uniões e partidos ao redor do mundo foram criados à luz da experiência russa da Revolução de Outubro. Ao questionar o sistema capitalista vigente e marcado por crises em diversos países, a Revolução Russa “abriu os olhos” do planeta para “a solução socialista”.

⁵⁷ Sobre os membros participantes do Congresso de fundação do Partido Comunista em março de 1922: “Com exceção do alfaiate Manoel Cendón, que fora socialista, os demais eram antigos militantes anarquistas que passaram para o bolchevismo”. FAUSTO, op. cit., p. 364.

⁵⁸ Paulo Sérgio Pinheiro afirma que o “Partido Comunista Brasileiro é no mundo um dos campeões de ilegalidade. Poucos são os partidos que se podem apresentar sessenta anos de existência que estão sendo completados nesse mês de março, de 1982, com pouco mais de três anos de legalidade. Esse fato pode explicar muito os estreitos limites da democracia no Brasil e a prolongada paranóia que acomete os dirigentes durante a República”. PINHEIRO, Paulo Sérgio. Prefácio. In VINHAS, Moisés. **O Partidão**. A Luta por um partido de massas. 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982, p. XI.

⁵⁹ Eleito enquanto estava na França na Conferência de Versalhes, embora sua candidatura tenha sido apoiada por Minas Gerais, Eptácio Pessoa representou o primeiro abalo à política do “Café com Leite”.

legalidade, quando então, a Lei Celerada, criada para reprimir o movimento tenentista, censurando a imprensa e o direito de reunião, terminou por reprimir assim também os movimentos operários e dos comunistas, dando margem ao governo para o fechamento das agremiações e da sede do Partido. Somente com o fim do Estado Novo, em outubro de 1945, é que o PCB retomaria o seu *status* legal.

Na Bahia, a fundação e a organização do Partido Comunista foram tardias quando levada em consideração o seu surgimento no ano de 1922 em Niterói. Segundo Zacarias Sena Júnior, foi apenas em 1935 que os comunistas passaram a fazer diferença na política baiana. O autor alega que “a partir de 1935, o PCB na Bahia cresceu com a ANL e com o ingresso de estudantes que vão representar o grosso do partido, no período seguinte”⁶⁰. Sobre a temática, Luis Henrique Dias Tavares trouxe a informação de que somente dos finais de 1934 para os primeiros meses de 1935 é que o PCB na Bahia alcançou sua primeira dezena de militantes⁶¹.

A Aliança Nacional Libertadora (ANL) e a Ação Integralista Brasileira (AIB) foram movimentos políticos que surgiram no Brasil na década de 30. A AIB, de cunho ideológico fascista e conservador, foi criada por Plínio Salgado em 1932. Com o lema “Pão, Terra e Liberdade”, de viés nacionalista e contrário às empresas estrangeiras, a ANL surgiu no final de 1934 através da iniciativa de intelectuais e profissionais liberais, dentre eles, membros do Partido Comunista. O ano de 1935 foi o auge da atuação e agitação de ambas as iniciativas no país, todavia, conforme Tavares, a ANL não passou de um fantasma na capital baiana, diferentemente da sua real atuação em cidades como São Paulo, Recife, Fortaleza, Porto Alegre e Rio de Janeiro⁶².

Inexpressiva ou não, o fato é que a ANL na Bahia serviu de contraponto ao governo de Juracy Magalhães contra o funcionamento e as premissas da AIB. O governador utilizou a Aliança Nacional como “peça de manobra” para defesa de seus ideais políticos, embora fosse contrário as tendências socialistas do movimento. Contrário também era o seu governo aos comunistas, mantendo-os sob vigilância policial e apoiando a Lei de Segurança Nacional do governo varguista.

Apesar de toda a repressão após 1935, o Partido Comunista conseguiu sobreviver e se reorganizar, antes mesmo da implantação do Estado Novo no Brasil. Tomando por necessária a aliança com os setores do que denominavam de “burguesia nacional”, não abandonando a

⁶⁰ SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. **Os impasses da estratégia.** As comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948. São Paulo: Annablume, 2009, p. 301.

⁶¹ TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001, p. 406.

⁶² TAVARES, op.cit., p. 406.

luta contra o governo de Getúlio Vargas, o Partido Comunista deslocou seu Secretariado Nacional para a cidade de Salvador em agosto de 1936.

A princípio radicado em Recife, o Secretariado Nacional do PCB achou por bem não permanecer numa cidade tão vigiada, como a capital pernambucana, e se retirou para Salvador, em agosto de 1936. A partir da capital baiana, seriam tomadas as decisões relativas à adesão à linha programática em defesa da revolução democrático-burguesa, a ser seguida nos anos posteriores. Favoreceu as atividades dos comunistas o fato de que o governador estadual Juracy Magalhães estava muito mais voltado à vigilância da AIB, especialmente em resultado da pouca atuação que os comunistas tinham em Salvador até meados dos anos 1930.⁶³

O Estado Novo que foi implantado em 1937 e durou até 1945, tratou de expurgar “o perigo vermelho” da sociedade brasileira, condenando à ilegalidade o PCB e prendendo diversos membros do Partido, a exemplo do seu líder Luís Carlos Prestes. A Constituição Federal de 1937 previa no segundo parágrafo do preâmbulo que estava “ATENDENDO ao estado de apreensão criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente”.

Apenas em abril de 1945, com a decretação da anistia (Decreto-Lei n ° 7.747) por Vargas é que “mais 600 presos foram libertados, entre eles Luís Carlos Prestes e Carlos Marighella, velhos combatentes da ANL”⁶⁴. “A anistia geral aos presos políticos do Estado Novo, em abril, e o novo código eleitoral, de maio, haviam permitido ao PCB ressurgir como força política”. O retorno do PCB à legalidade possibilitou a ampliação dos quadros do Partido e a reorganização das suas políticas.

O Partido Comunista Brasileiro (PCB) chegava a maio de 1945 com uma situação de legalidade política que jamais conhecera em qualquer outro período da história. Ia concorrer a um pleito eleitoral pela primeira vez, o de 2 de dezembro, com sua própria legenda⁶⁵.

Embora Ana Lima tenha começado a aproximar-se da militância comunista e feminina desde quando chegou na Bahia em 1944 e na pensão de Maria Brandão dos Reis foi residir, é apenas nesse contexto de relativa abertura política e de grande ascensão do PCB em 1945 que se tornou uma filiada, não alcançando, portanto, enquanto “comunista de carteirinha”, o período de forte repressão a que o Partido Comunista foi submetido por quase todo o Estado

⁶³ SILVA, op. cit., p. 363.

⁶⁴ SILVA, op. cit., p. 370.

⁶⁵ TAVARES, op. cit., p. 439-440.

Novo. Sua filiação data de 2 de julho de 1945, mesmo dia em que foi instalado oficialmente o Comitê Estadual do Partido na Bahia na Ladeira de São Bento, nº 7⁶⁶. Segundo relato de Luiz Contreiras⁶⁷ para o documentário *CamaradAna*, Ana entrou no partido “no dia 02 de julho de 1945, sendo que a ficha foi assinada por Carlos Marighella”⁶⁸. Informação similar ao relato de Contreiras pode ser encontrada no “Dicionário Mulheres do Brasil- de 1500 até a atualidade”⁶⁹.

Segundo Mário Magalhães, em

1945, os pecebistas não queriam mais se esconder, e sim aparecer. Os militantes recebiam um documento identificando-os- tornavam-se, de fato, comunistas de carteirinha. Marighella promovia sessões de filiação em Salvador. Ele abonou a ficha da poeta Ana Montenegro, e ela indagou: “Afiml, quem é você?” “Sou um mulato baiano”, o amigo respondeu. Ana contou que amava os pintores impressionistas: “Parece que captaram toda a luz do universo para iluminar e colorir seus quadros”. “No entanto o universo continua iluminado e colorido”, disse Marighella⁷⁰.

Desde o dia 02 de julho de 1945, data da filiação, Ana se tornou amiga de Carlos Marighella, figura já expressiva no cenário político baiano recém saído da prisão a partir da anistia concedida em abril por Getúlio. Ele viria a ocupar, meses mais tarde, o único cargo de Deputado Federal eleito pelo PCB baiano. De acordo com o “Tempo de Exílio”, Ana relata que acompanhou de perto a campanha de Marighella ao cargo:

Marighella era um velho amigo dos anos 1945/1946 quando o acompanhei em sua campanha para deputado federal. Foi ele quem me ensinou a falar de improviso, nas praças públicas. É que ele descobria as possibilidades de cada um de seus companheiros e amigos. E exigia que essas possibilidades se transformassem em iniciativas⁷¹.

⁶⁶ ALVES, Iracélli da Cruz. **A POLÍTICA NO FEMININO: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)**. 2015. 240f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016, p. 81.

⁶⁷ Ex-militante político torturado durante a Ditadura.

⁶⁸ ELEODORO, op. cit.

⁶⁹ BRAZIL; SCHUMAHER, op. cit., p. 60.

⁷⁰ MAGALHÃES, Mário. **Marighella**. O Guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012, p. 161. No livro “Tempo de Exílio” Ana relembrou, na página 29, a conversa sobre pintura com Marighella, trazendo exatamente a ideia de que ela lhe contou a ele que amava os impressionistas, e a fala de Marighella em resposta de que “no entanto o universo continua iluminado e colorido”; todavia, não data a conversa como Mário Magalhães o fez, informando apenas que foi em “um dia, sem data na memória”.

⁷¹ MONTENEGRO, Ana. **Tempo de Exílio**. Novos Rumos: Aracaju, 1988, p. 28.

A amizade com Marighella durou muitos anos, mantendo-se, inclusive, quando da expulsão do “mulato baiano” do PCB em 1967 em razão de suas convicções a favor da luta armada. Em entrevista a Edson Teixeira da Silva Júnior, Ana deixou claro que, para “o mulato baiano”, as divergências de ideologia política não mudaria a amizade dos dois.

Outra coisa que eu quero dizer de Marighella, isso eu tenho muita vontade de contar, quando essa discussão, não sei se a palavra é essa, você vai me dizer, sobre o Partido Comunista, quando o Partido Comunista se dividiu entre os que eram a favor da luta armada, eu estava em Paris, ele foi a Cuba e lá, em 1967, eu nunca pensei que ele se encontrasse comigo, porque nós tínhamos idéias diferentes a respeito da luta. Passei por Cuba para ir a um seminário do trabalho que eu fazia na América Latina, ele soube o que pensava e disse: “O que é isso? Se eu for à Europa a primeira pessoa que eu pergunto é por você”. Ele disse: “Amizade é uma coisa Ana. Os princípios, outra”⁷².

Ana Lima, quando da sua filiação ao Partido Comunista passou a ser conhecida como Ana Montenegro, nome que repousa na memória dos antigos e novos militantes do PCB, havendo, inclusive, nos dias atuais, um coletivo de mulheres com alguns núcleos espalhados pelo país que leva o nome de Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro. Em fala sobre como era conhecida no *CamaradAna*, Ana declarou: “Ana Lima, Ana Carmo Lima, Ana Montenegro⁷³, mas, em geral, eu sou conhecida por Ana Montenegro”⁷⁴.

Conforme impresso da reportagem “Ex-exilada política concorre ao Nobel da Paz” no jornal *A Tarde Online* de 13 de julho de 2005, encontrado dentre os documentos na casa de Sônia Carmo, “o sobrenome Montenegro surge da assinatura que usa nos trabalhos jornalísticos que realiza principalmente em meios de comunicação ligados ao Partido Comunista Brasileiro”. Na petição ao INSS de 21 de novembro de 1979 já citada na seção anterior deste capítulo, Ana Lima Carmo afirmou que figurava nos jornais e revistas que foi colaboradora com o pseudônimo de Ana Montenegro. Nesse sentido, em entrevista para a reportagem “Militância de Ana Montenegro é exaltada no Legislativo baiano” para o Diário Oficial Legislativo de 1º e 2 de abril de 2006, Emiliano José afirmou que “o sobrenome Montenegro foi adotado desde que começou a atuar como jornalista no *Correio da Manhã* e

⁷² SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. Carlos, **a Face Oculta de Marighella**. São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.236.

⁷³ Em recibo de proventos por atividades prestadas à Ordem dos Advogados do Brasil em 31 de agosto de 2001 consta o reconhecimento de Ana enquanto Ana Lima Carmo Montenegro, embora ela tenha assinado seu nome apenas como Ana Montenegro. Também em documento de consulta no SISBB do Banco do Brasil em 06 de agosto de 2002, o nome da cliente aparecia como Ana Lima Carmo Montenegro. Na identidade que tirou em 25 de março de 2003, o nome que consta é de Ana Lima Carmo, o Carmo que foi adotado após casamento com Alberto Carmo em 13 de abril de 1959.

⁷⁴ ELEODORO, op. cit.

Imprensa Popular, mas, principalmente na imprensa porta-voz do PCB, como *O Momento*, *Seiva e Momento Feminino*".

No entanto, mesmo antes de 1947, ano em que foi encontrada a primeira publicação de sua autoria para a imprensa comunista (jornal *O Momento*⁷⁵), Ana Lima já era referenciada como Ana Montenegro por essa imprensa, quando da campanha para deputada estadual em finais de 1946 e início de 1947. Contraditoriamente ao que alega Emiliano José, não há qualquer evidência localizada após pouco mais de três anos de pesquisa para a elaboração deste trabalho de que Ana Lima tenha sido redatora do periódico *O Correio da Manhã*. O que restou encontrado foi apenas que Ana Lima Carmo, enquanto responsável pela seção de compras do Departamento de Assistência Médica do Instituto dos Industriários, assinava os avisos de Concorrência Pública desde 07 de abril de 1961 até 23 de março de 1962 às páginas do *Correio da Manhã*, não havendo qualquer relação desses registros com a atuação política e intelectual da militante, mas sim, enquanto cumprimento de função do trabalho que exercia junto àquele órgão. No tocante à *Imprensa Popular*, somente em novembro de 1952 é que textos de Ana Montenegro começaram a ser publicados naquele periódico.

No que diz respeito à revista baiana *Seiva*, não foi essa objeto de pesquisa do presente trabalho⁷⁶, no entanto, na busca pelo nome de Ana na relação de artigos e autores de todas as edições da primeira fase da revista (1932-1943) em anexo à dissertação de Rafael Oliveira Fontes⁷⁷, nada restou encontrado, ficando aqui a dúvida se de fato Ana Lima (ou Ana Montenegro) teve qualquer papel de redatora naquele periódico, assim sendo, o sobrenome Montenegro teria sido adotado inclusive antes da sua filiação ao Partido Comunista.

Poucos meses após o ingresso de Ana no Partido Comunista a Segunda Guerra Mundial terminava na Europa (em setembro) e o governo de Getúlio Vargas caiu no Brasil (em outubro). Quando Getúlio cai quem assume é seu ex-ministro de Guerra – o mato-grossense com formação militar gaúcha- Eurico Gaspar Dutra. O novo presidente teria

⁷⁵ Edição nº 347, de 20 de março de 1947, página nº 2, poesia sobre os moradores do Corta-Braço intitulada "O direito de um lar".

⁷⁶ Durante a pesquisa, foi encontrada a informação de que a revista *Seiva* circulou até o ano de 1942, ou seja, período anterior à vinda de Ana Lima para a Bahia, por isso, foi excluída do âmbito de periódicos a serem analisados. Contrária a essa informação, no entanto, em tese sobre o "Partido comunista, cultura e política cultural", Albino Rubim afirmou que a revista *Seiva* voltou a circular durante a década de 50 por iniciativa dos comunistas baianos. Ocorre que na década de 50 Ana Montenegro já estava residindo no Rio de Janeiro e trabalhava à frente de outros periódicos, como *O Momento Feminino*. Todavia, se seus textos foram publicados em mencionado periódico ou não, é uma questão para descoberta em futuras pesquisas. RUBIM, Albino. **Partido comunista, cultura e política cultural**. 1986. 416f. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁷⁷ FONTES, Rafael Oliveira. **A Seiva de uma juventude: Intelectualidade, juventude e militância política** (Salvador, Bahia, 1932-43). 2011. 164f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

demonstrado desde o começo do seu governo “sua orientação extremamente reacionária” acionando a Lei de Segurança.

Não tardaria, portanto, após o rompimento com a URSS em razão de dois episódios emblemáticos (a prisão de um funcionário da embaixada brasileira em Moscou por embriaguez e a publicação de um artigo na revista literária soviética desmoralizando generais brasileiros ao afirmar que eles conquistavam suas patentes em campos de café e não de batalha), ao PCB retornar à ilegalidade. Com um número muito maior de filiados devido à abertura política possível pela legalidade em 1945 (cerca de 180 mil membros), o PCB foi fechado e retornou à ilegalidade no início de 1947. O fechamento se deu em razão de acusação judicial de ser financiado pela União Soviética e levou todos os seus membros à atuação na clandestinidade, sobretudo o então secretário do Partido Luís Carlos Prestes⁷⁸

Entre a filiação de Ana Lima ao Partido Comunista em julho de 1945 e o seu retorno ao Rio de Janeiro em 1947, ela participou ativamente das atividades do Partido, ocupando os postos de secretária da União Democrática Feminina e candidata a deputada estadual pelo Partido Comunista da Bahia nas eleições de 19 de janeiro de 1947. Seguindo a linha argumentativa de Raquel Oliveira Silva⁷⁹, as Uniões Democráticas Femininas, enquanto derivações temáticas dos Comitês Populares Democráticos eram, na verdade, braços políticos do Partido Comunista que pretendia vincular-se às massas através desses organismos. De acordo com Ana Montenegro, “conquistada a anistia, as mulheres que participavam dos Comitês Democráticos desdobraram as suas atividades, passando a organizar-se nas Uniões Femininas”⁸⁰.

No tocante à candidatura a deputada estadual, as notícias colhidas nas páginas do jornal *O Momento* e que serão alvo do capítulo seguinte desta dissertação irão abordar desde o lançamento da candidatura de Ana em 19 de dezembro de 1946 pela Chapa Popular, à formação de comitê pró-candidatura, aos comícios em que esteve presente, às reportagens em que falou sobre o seu projeto político, bem como a computação dos votos que recebeu naquela eleição. Dito isso, deixemos para o seguinte capítulo a abordagem minuciosa dessa temática a partir das informações colhidas n’*O Momento*.

Em 1947, após ter perdido o pleito da eleição a qual se candidatou, Ana Montenegro participou da operação do Corta-Braço em março daquele mesmo ano, movimento político

⁷⁸ PACHECO, op. cit., 195-197.

⁷⁹ SILVA, Raquel Oliveira. **O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador** (1945-1947). 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia, Salvador.

⁸⁰ MONTENEGRO, op. cit., 1985, p. 23.

esse presente na carta que Ana escreveu para Maria Brandão dos Reis aqui já mencionada no início da seção. O Corta-Braço é um bairro popular da capital baiana que hoje é chamado de Pero Vaz. Segundo fala de Luis Contreras no documentário *CamaradAna*, a operação “era um movimento de invasão de terras pelas pessoas que não tinham habitação”. Sobre a temática, ainda no documentário, George Gurgel informou que até onde ele sabe foi

umas das primeira invasões que os movimentos sociais da Bahia ocupou como espaço de... no espaço de, na cidade, no território... uma das primeiras invasões organizadas. Aí também teve uma ajuda, me parece que de pessoas importantes do partido, da militância. Enfim, nesses movimentos do Corta-Braço. E tem análise histórica disso inclusive com muitos livros publicados sobre essa questão. E a Ana Montenegro falava com muito entusiasmo sobre esse processo que ela viveu ⁸¹.

Sobre a temática, Ana em relato para o documentário afirmou que

o Corta-Braço era um bairro aqui de Salvador onde os pobres estavam e sofriam. Então eu disse... Então nós fomos lá, organizamos essa gente e os trouxemos para o centro da cidade para protestar. Para mostrar que eles tinham consciência das necessidades deles. E isso é porque faz com que se organizem as manifestações, faz com que se organizem as pessoas ⁸².

Em algumas das falas de Ana para o documentário, sua velhice se mostrou nítida e sua lucidez questionável quando na expressão de suas ideias. Ela divagava um pouco e confundiu certas coisas, a exemplo dos livros que mostrou como perdidos no período que teve que se exilar do Brasil e que em realidade a capa que mostrou para câmera era de um livro produzido por ela mesma na década de 80. No entanto, nessa fala recém mencionada, a sua compreensão política ao narrar a operação do Corta-Braço se faz brilhantemente lúcida e consciente.

Depois da Operação do Corta-Braço, há mais duas notícias que figuram no jornal *Tribuna Popular*, editado no Rio de Janeiro, as quais informam que Ana continuou na capital baiana. A primeira notícia, veiculada em 21 de março daquele ano, cita que Ana Montenegro esteve em Salvador, no Comício da Praça da Sé em defesa da Constituição, em nome da União Democrática Feminina⁸³. Pela segunda notícia⁸⁴, do dia 1º de agosto de 1947, Ana esteve presente no comício em Salvador contra a ‘Lei Tarada’ que se realizou também na Praça da Sé no dia 31 de julho daquele ano. De acordo com o texto, a manifestação

⁸¹ ELEODORO, op. cit.

⁸² Ibid.

⁸³ O título da reportagem ao qual é mencionada era “O povo baiano em defesa da Constituição”, e ela está presente à folha nº 7 do jornal.

⁸⁴ “Grande comício em Salvador contra a ‘Lei Tarada’”, *Tribuna Popular*, edição de nº 665, ano III, p.1.

“constituiu a maior demonstração de massas desses últimos tempos na Bahia”. A Lei Tarada dizia respeito à cassação dos mandatos dos membros do Partido Comunista, o qual havia ingressado novamente na ilegalidade, após cassação em abril do seu registro pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Ainda naquele ano, Ana retornou ao Rio e ajudou a fundar *O Momento Feminino*, editado na “cidade maravilhosa” a partir de julho de 1947. A primeira publicação de Ana no jornal é 29 de agosto e a primeira vez que é mencionada como colaboradora foi em 07 de novembro, como será demonstrado a partir da análise das edições do periódico no segundo capítulo deste trabalho, que se dedica exclusivamente à relação de Ana com a imprensa comunista e feminina.

1.3 ESCREVENDO E MILITANDO SOB O CORCOVADO

Em 25 de julho de 1947 Ana Montenegro foi ao Rio de Janeiro e participou de uma passeata contra a carestia e a fome juntamente com as mulheres cariocas⁸⁵. No entanto, retornou à Bahia para participar do comício na Praça da Sé em 31 de julho de 1947. Quando exatamente a militante fixou residência na então capital do país, aqui fica apenas uma hipótese: provavelmente entre julho e agosto daquele ano. É possível que ela tenha ido ao Rio não só participar da passeata de mulheres, mas sim, e também, resolver suas pendências e/ou transferência do seu local de trabalho, uma vez que era funcionária do IAPI desde 1940.

Foi no Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários do Rio de Janeiro que Ana Montenegro conheceu Alberto Carmo, três anos e alguns meses mais velho que Ana, também funcionário do órgão e militante do Partido Comunista. Teve dois filhos com ele (Sônia e Miguel)⁸⁶ e se casaram oficialmente em 13 de abril de 1959.

⁸⁵ *O Momento*, edição nº 450, p. 6.

⁸⁶ Em texto de Natal para o *Imprensa Popular*, pode-se encontrar a informação de Ana era mãe, lá em 1957, de duas crianças: Sônia Teresa e Miguel, filhos legais de Alberto Carmo (edição nº 2292 de 15 de dezembro de 1957). Sônia é fotógrafa e reside até hoje em Salvador no bairro de Stella Maris. Miguel tornou-se um militante político que acabou sendo perseguido pela STASI (polícia alemã) e foi assassinado na década de 80 na Índia. Reconhecido na Alemanha por sua inteligência e atuação política, Miguel Carmo foi objeto de estudo da alemã Johanna Vogel, que escreveu a biografia do filho de Ana Montenegro lançada em 2011. VOGEL, Johanna. **Die Auflehnung des Miguel C.: Eine Spurensuche auf drei Kontinenten**. Berlin: Books on Demand, 2011, 348p.

Figura 3 - Certidão de casamento Ana Montenegro e Alberto Carmo.

Título nº 679.640
30000


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
 OSWALDO IORIO JUNIOR, Oficial de
 Registro Civil das Pessoas Naturais da 2ª Circunscrição,
 Freguesia de Sacramento e S. José do Estado do Rio de Janeiro
 Comarca da Capital

CERTIDÃO DE CASAMENTO

CERTIFICA que à fls. 261 - - - do livro n.º 182 - - - do Registro Civil de Casamento, consta sob o termo n.º 17.037 - - - - - o de "ALBERTO CARMO" com "ANA LIMA" - - - - -

realizado em 13 de abril de 1959. - - - - -

perante o Juiz Dr. Victorino Guimarães Chermont de Miranda - - - - -

e as testemunhas Antonieta Hamfsbire Campos e Hugo Meira de Oliveira - - - - -

Ele, nascido nesta Cidade - - - - - aos 11 - de janeiro - - - de 1.912, estado civil viúvo de Marieta de Mendonça Carmo - - - - -

profissão funcionário autárquico - - - - -

residente nesta Cidade - - - - -

Filho de Miguel Carmo e Sarah Raphael - - - - -

Ela, nascida no Estado do Ceará - - - - - aos 13 - de abril - - - - - de 1.915, estado civil solteira - - - - -

profissão funcionária autárquica - - - - -

residente nesta Cidade - - - - -

CERTIDÃO DE CASAMENTO 2.ª VIA

7525 - 851 - 1132

Como servidora pública do Instituto dos Industriários, Ana Lima Carmo foi responsável pela seção de compras do Departamento de Assistência Médica durante os anos de 1961 e 1962. Além da função de técnica administrativa que exercia no IAPI, muitas foram as atividades extra serviço público que Ana Montenegro esteve envolvida durante os anos de 1947 a 1964 no Rio de Janeiro. Como redatora, escritora, e poetisa, contribuiu para os jornais *O Momento Feminino*, *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*. Durante os anos 60, ajudou a fundar e foi secretária da Liga Feminina do Estado da Guanabara.

A Liga Feminina do Estado da Guanabara foi uma organização de mulheres fundada em 1960 que veio a substituir a Federação de Mulheres do Brasil, organismo fechado pelo governo de Juscelino Kubitschek em maio de 1958. A Federação de Mulheres do Brasil foi criada em 1949 com o intuito de “coordenar e unificar a ação das mulheres brasileiras em defesa de seus direitos, das crianças e da juventude, por um futuro melhor”⁸⁷. De acordo com o “Dicionário Mulheres do Brasil”, Ana Montenegro contribuiu para a fundação tanto da Federação de Mulheres do Brasil, quanto da Liga Feminina da Guanabara⁸⁸.

Para o “Falando de Mulheres” Ana Montenegro foi também “uma das fundadoras da Federação de Mulheres e do extinto jornal *Momento Feminino*. Até 1964 participou da Frente Nacionalista Feminista, ocupando a Secretaria da Liga Feminina do Estado da Guanabara (hoje estado do Rio de Janeiro)”⁸⁹. Segundo Ana Montenegro no “Mulheres- participação nas lutas populares”,

logo após a ascensão do Presidente Juscelino Kubitschek (1956), a Federação de Mulheres do Brasil e todas as organizações a ela filiadas, inexplicavelmente, foram fechadas e proibidas de funcionar (inclusive as organizações de bairro), em todo o país. Mais tarde, essa proibição seria revogada. Mesmo em face de tão insólita proibição as mulheres não desanimaram. E queremos destacar a fundação, em seguida, da Liga Feminina do Distrito Federal, que, depois, com a mudança do Distrito Federal para Brasília, passou a chamar-se LIGA FEMININA DO ESTADO DA GUANABARA⁹⁰.

Funcionando até o ano de 1964, Ana atuou junto à Liga até o golpe civil-militar daquele ano. Lourdes Bandeira e Hildete Pereira de Melo alegam que foi o golpe que fechou a Liga Feminina⁹¹. Conforme Schumacher e Brazil em “Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro” a

Liga Feminina da Guanabara teve seu auge de atuação no ano de 1961, quando então lançou um manifesto com 100.000 assinaturas contra a alta do custo de vida. Uma caravana de associadas levou o documento à Brasília, a nova capital inaugurada no ano anterior. Também em 1961, realizou-se, no Rio de Janeiro, o II Encontro Latino-Americano de Mulheres, que contou com a presença de representantes de organizações feministas de todo o continente. Contudo, as organizações de mulheres acabariam por se

⁸⁷ MONTENEGRO; OLIVEIRA, op.cit., p. 51-52.

⁸⁸ BRAZIL; SCHUMACHER, op. cit., p. 60.

⁸⁹ MONTENEGRO; OLIVEIRA, op.cit., p. 49.

⁹⁰ MONTENEGRO, 1985, p. 34.

⁹¹ BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias Movimento Feminista no Brasil**. Brasília: Secretaria de Política para Mulheres, 2010, p. 52.

fragmentar na década de 60, devido às divergências políticas da esquerda e à chegada dos militares ao poder, em 1964⁹².

Em tese de doutorado sobre “Mulheres na ALN”, Maria Cláudia Bandan Ribeiro, lista o nome de Ana Lima Carmo como uma das mulheres que integravam a Liga Feminina da Guanabara até 1964. Destaque-se a presença na lista do nome de Clara Charf, viúva de Carlos Marighella. Ribeiro traz em sua tese as informações de que a

Liga Feminina da Guanabara foi fundada em 21 de abril de 60 em substituição à Associação Feminina do Distrito Federal, que teve suas atividades suspensas por decreto em 1959. A suspensão das atividades da Associação Feminina do Distrito Federal e mais tarde o seu fechamento foi motivada pela descoberta do DOPS de suas ligações com o partido. A Liga integrou-se num amplo movimento de combate à carestia de vida, recolhendo também assinaturas para levar caravanas de representantes à Brasília. Suas propostas foram entregues ao Presidente da República João Goulart, que encontrava nelas também um apoio para suas Reformas de Base. Suas militantes reuniam-se para apresentar suas propostas, em bancas espalhadas pela cidade do Rio de Janeiro, em geral em regiões como Cinelândia ou Largo da Carioca, pontos de grande movimentação⁹³.

Enquanto atuou junto à Liga Feminina do Estado da Guanabara Ana Montenegro foi cronista da Rádio Mayrink Veiga⁹⁴. Fundada em janeiro de 1926, a Rádio Mayrink Veiga fez parte, em 1961, da “Cadeia da Legalidade”, que reuniu Rádios do país inteiro a favor do movimento intitulado por “Campanha da Legalidade”, movimento em prol da democracia e contra um golpe de Estado que ocorreria em 61, e essa “Campanha” foi encabeçada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul⁹⁵.

Leonel utilizava a Rádio Mayrink Veiga, assim como outras Rádios da “Cadeia da Legalidade” para veicular seus discursos e manipular a opinião pública a favor da posse de João Goulart na Presidência⁹⁶. A Rádio Mayrink Veiga foi a primeira vítima do regime militar instaurado pós-golpe de 1964. A Rádio ficou fora do ar por três semanas após o 1º de abril de

⁹² BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro / Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil. - Rio de Janeiro: REDEH, 2003, p. 52.

⁹³ RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de Luta na Emancipação Feminina: Mulheres na ALN**. 2011. 418f. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, USP, 2012, p. 91.

⁹⁴ Vide: MONTENEGRO; OLIVEIRA, op.cit., p. 49 e BRAZIL; SCHUMAHER, 2000, p. 60.

⁹⁵ TAVARES, Flávio. **1961 O Golpe derrotado**. Luzes e sombras do movimento da legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2011.

⁹⁶ KLÖCKNER, Luciano. Segunda Cadeia da Legalidade: a resistência ao golpe militar de 1964 que não passou para a história. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (orgs.). **História da Mídia Sonora**. Experiências, Memórias e Afetos de Norte a Sul do Brasil. Porto Alegre: EdiPucrs, 2009, p. 150.

1964 e durante esse período todos os seus funcionários foram investigados por Inquérito Policial Militar. A Rádio encerrou terminantemente suas atividades em 03 de novembro de 1965 sob alegação de caducidade da concessão dada por um Decreto de 1932. Trata-se do Decreto 21.111 de 1º de março de 1932, o qual cedia, em seu artigo 16, § 1º, alínea “c”, o prazo de concessão de 10 anos renovável a juízo do governo. Ainda no citado Decreto, o artigo 26, alínea “d” previa a caducidade da concessão caso fosse verificado o emprego de qualquer das estações para outros fins que não os determinados nesse instrumento. Ora, a partir da análise do Decreto, percebe-se que os militares estavam “munidos” de meios legais para extinção da Rádio Mayrink Veiga que já os vinha “incomodando” desde a “Campanha pela Legalidade”.

Em pesquisa ao acervo da Rádio Mayrink Veiga no Arquivo Nacional no Rio de Janeiro em agosto de 2015, foram analisados os três livros- catálogos com os nomes dos funcionários da Rádio, todavia, o nome “Ana Lima Carmo” ou “Ana Montenegro” não estava presente nos livros; livros esses que iriam direcionar para as caixas ou pastas com os contracheques recebidos, bem como documentos de admissão, função e outras informações dos funcionários guardadas no Arquivo Nacional com a respectiva numeração do catálogo. O outro acervo da Rádio é sonoro, no entanto, é composto apenas de *jingles*, e não com os programas e discursos. O interesse para este estudo era achar a gravação da fala de Ana Montenegro para a Rádio no fatídico dia primeiro de abril de 1964, uma vez que em seu livro de memórias, “Tempo de Exílio” Ana narrou que saiu da Rádio antes de seguir para a clandestinidade.

Cheguei à Rádio Mayrink Veiga às 7 horas da manhã, e, quando saí, algumas horas mais tarde, a rua já estava cercada de fuzileiros navais. (...) Encontrei o Coronel Bastos, (do Exército) que me disse “os tanques estão vindo. É melhor que você não fique por aqui. “os tanques estão vindo”, repetiu. Realmente, da esquina da Presidente Vargas, eu podia vê-los com seus pés de aço desfilando dos dois lados naquela avenida. A avenida Rio Branco quase deserta, e me parecia longa, facilitava o tráfego de notícias, as mais contraditórias.⁹⁷

Em razão de suas convicções políticas, sua atuação junto à Rádio Mayrink Veiga e à imprensa comunista como um todo, foi posta na “lista de inimigos” do governo golpista. Notícias sobre a perseguição por parte da polícia militar e do processo ao qual foi indiciada pelas “atividades subversivas” exercidas naqueles anos anteriores ao golpe civil-militar de

⁹⁷ MONTENEGRO, 1988, p. 23-24.

1964 como funcionária da Rádio Mayrink Veiga foram encontradas nas páginas do *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã* e *Última Hora*.

Em outubro de 1964, o *Jornal do Brasil*⁹⁸, na notícia “Major convoca IPM sobre imprensa comunista”, o nome de Ana Montenegro figurou entre as 55 pessoas que deveriam se apresentar ao Major Cleber Babacker encarregado no 3º Batalhão da PM a fim de prestar esclarecimentos sobre atividades subversivas e órgão da imprensa comunista. O *Correio da Manhã* veiculou a mesma notícia em 06 de outubro daquele ano⁹⁹, no tópico “Depoimentos”, acrescentando apenas o prazo de oito dias para que a militante se apresentasse ao Major. Ana Montenegro apareceu ainda no *Correio da Manhã*¹⁰⁰ na notícia “IPM da Rádio Mayrink Veiga indícia Leonel e Neuza Brizola” como uma das acusadas de pregação de ideais comunistas, incitamento ao motim e à revolta nos dias 31 de março e 1º de abril de 1964 através da rede nacional da legalidade.

Ainda no *Correio da Manhã*¹⁰¹, na notícia “auditor rejeita denúncia contra Brizola no STM”, o nome de Ana Lima Carmo apareceu como uma das pessoas que o juiz rejeitou a denúncia do IPM da Rádio Mayrink Veiga. Em abril de 1968, na reportagem “Juiz interroga radialistas da Rádio Mayrink Veiga”¹⁰², Ana Lima Carmo foi mencionada como sendo uma das processadas. Em maio de 1968, em “Promotor pede no STM justiça para lavradores: Magé”¹⁰³, figurou como acusada e julgada à revelia pelo processo da Rádio Mayrink Veiga. A vinculação a esse processo e a denúncia por atividades subversivas durante o governo de João Goulart se fez presente novamente no *Correio da Manhã*¹⁰⁴ de julho daquele ano na notícia “auditoria inicia sumário de 4 estudantes”.

Apesar das informações dos periódicos demonstrarem que Ana Montenegro foi denunciada e investigada após o golpe civil-militar de 1964 juntamente com os demais colaboradores e funcionários da Rádio que vinham atuando a favor da posse de João Goulart desde 1961 e contra as forças golpistas, bem como que tal inquérito se arrastou por muitos anos na justiça, a denúncia a Ana Lima Carmo terminou por ser julgada inepta através da

⁹⁸ *Jornal do Brasil*, edição nº 236, 06 de outubro de 1964, p. 4.

⁹⁹ *Correio da Manhã*, 06 de outubro de 1964, p.11.

¹⁰⁰ *Ibid.*, 25 de fevereiro de 1966, p. 2.

¹⁰¹ *Ibid.*, 25 de maio de 1966, p. 3.

¹⁰² *Ibid.*, 27 de abril de 1968, p.2.

¹⁰³ *Ibid.*, 01 de maio de 1968, p.8.

¹⁰⁴ *Ibid.*, 14 de julho de 1968, p.2.

concessão no Supremo Tribunal Federal ao pleito de *habeas corpus* por extensão em 10 de dezembro de 1968¹⁰⁵.

O *habeas corpus* (HC) é um remédio constitucional previsto como cláusula pétrea¹⁰⁶ no inciso LXVIII, artigo 5º, da vigente Constituição Federal de 1988. Segundo a Carta Magna, o *habeas corpus* serve “sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder”. No entanto, à época que Osvaldo Pereira de Mendonça Júnior¹⁰⁷ impetrou o referido remédio constitucional a favor de Ana Lima Carmo, a Constituição vigente era a de 1967 que previa em seu artigo 150, §20, que “dar-se-á *habeas corpus* sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder. Nas transgressões disciplinares não caberá *habeas Corpus*”.

Embora as redações tenham se modificado um pouco no tocante ao HC, as constituições de 1967 e de 1988 previam basicamente a mesma função a tal figura jurídica. Portanto, a intenção com a proposta de *habeas corpus* era livrar Ana Lima Carmo da denúncia abusiva que gerou o inquérito contra os funcionários e colaboradores da Rádio Mayrink Veiga. Na verdade, o primeiro paciente (aquele que sofre com a ameaça ou o cerceamento de sua liberdade) do *habeas corpus* foi o deputado federal da coligação PSB/PTB Max José da Costa Santos. Por se tratar de membro do Congresso Nacional, o órgão competente para julgamento do HC é o STF, por isso ter Ana Lima Carmo impetrado o pedido de HC por extensão em tal órgão. Como a inépcia da denúncia foi concedida ao deputado Max Santos, também colaborador da Rádio, Ana Lima Carmo pediu que fosse, por extensão daquele julgamento, considerada inepta a denúncia em seu nome. O HC por extensão foi concedido por entender o STF não haver indícios de materialidade do crime apresentado pela denúncia, ou seja, falta de provas que incriminassem Ana, sendo, portanto, a denúncia infundada e abusiva.

Encontrando-se já no exílio há pouco mais de quatro anos, Ana Lima Carmo foi então liberada legalmente da denúncia e da obrigatoriedade de se fazer presente nas etapas do processo. Em Carta ao Comitê Brasileiro pela Anistia pedindo auxílio para o seu retorno ao

¹⁰⁵ *Habeas Corpus* n.º 46.226. **INTEIRO TEOR DE ACÓRDÃO DO STF**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/geral/verPdfPaginado.asp?id=80173&tipo=AC&descricao=Inteiro%20Teor%20HC%20/%2046226%20-%20extens%E3o>>. Acesso em: 14. jan. 2017 às 08:17.

¹⁰⁶ Cláusula pétrea ou direito fundamental é todo e qualquer dispositivo constitucional que não pode ser excluído por reforma ou emenda à Constituição.

¹⁰⁷ Consta no inteiro teor do acórdão do HC o nome de Osvaldo como impetrante, todavia, sobre ele resta dúvida se foi advogado da militante ou não, uma vez que qualquer pessoa tem o direito de impetrar *Habeas Corpus*, não necessitando da formação jurídica para tal.

Brasil em março/abril de 1979, Ana demonstrou ter conhecimento de ter sido “absolvida alguns anos antes do processo da Mayrink Veiga (rádio)”¹⁰⁸.

1.4 UMA CEARENSE NA NEVE

Dentro do caos que se instalou no país a partir da cidade do Rio de Janeiro naquele dia posterior ao Golpe, Ana Montenegro entrou na clandestinidade e em seguida, decidiu-se pelo exílio. A preocupação com a sua segurança e de sua família foi o que levou a militante a escolher esse caminho. Em entrevista retirada do livro “Carlos Marighella, o homem por trás do mito”, Ana Montenegro afirma ter confessado a Marighella o seu não desejo em exilar-se, todavia, o companheiro do PCB respondeu: “Ana, você tem dois filhos; é preciso que você faça um sacrifício em função dessas crianças”¹⁰⁹. No mesmo sentido, em seu livro de memórias relata que encontrou com Marighella na noite anterior a que seguiu para Embaixada do México e que o amigo lhe recomendara deixar o país.

Marighella, naquela conversa, trouxe, como argumentos, os jornais daqueles dias. Não era um problema meu e eu não tinha, como me dizia ele, o direito de causar dano à minha família, aos meus filhos pequenos. (...) No dia seguinte eu entrava na Embaixada do México¹¹⁰.

O exilado é, de acordo com Denise Rollemberg¹¹¹, não só aquele que é perseguido por conta das suas convicções políticas e precisa retirar-se do país, mas também todo indivíduo da família do perseguido que com ele precisa fugir (a exemplo de seus filhos, cônjuge, pais); assim como se configuram enquanto exilados aqueles que, mesmo não sendo militantes políticos, decidem legalmente deixar o país por não suportar viver em um regime ditatorial. Ora, a partir desse conceito amplo que Rollemberg traz, é possível compreender que os filhos de Ana Montenegro se tornariam, juntamente com ela, exilados, ainda que sem idade e desenvolvimento psicológico para entender as convicções políticas da mãe e as razões pelas quais precisavam deixar seus amigos, sua escola, seu bairro, sua casa, seu país.

¹⁰⁸ _____ . Carta da Exilada Ana Montenegro. In: GUEDES, Ana; MENDONÇA, Lucimar Silva Cunha (orgs). **Construindo a memória: a luta pela anistia na Bahia**. Salvador, 2006, anexos.

¹⁰⁹ NOVA, Cristina; NÓVOA, Jorge (orgs.) Quando a Primavera Chegar. Entrevista com Ana Montenegro. In: **Carlos Marighella**. O homem por trás do mito. São Paulo: Unesp, 1999, p. 412.

¹¹⁰ MONTENEGRO, 1988, p. 30.

¹¹¹ ROLLEMBERG, Denise. **Memórias no exílio, memórias do exílio**. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). **Revolução e Democracia (1964-...)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

De acordo com Tatiana Paiva, os filhos são os herdeiros do exílio, aqueles que são exilados não por sua ideologia política ou escolha pessoal, mas que recebem esse “título de exilados”, essa condição de apátrida, como herança dos seus pais, os quais são imbuídos de uma militância ou ideais contrários ao governo no poder. Ainda segundo a autora, os pais e as crianças e adolescentes- herdeiras do exílio, carregam juntamente “uma marca de distinção que está calcada na aplicação de um castigo, de uma punição”¹¹², pois o exílio reside na impossibilidade moral, social ou jurídica, de viver em sua pátria de origem.

No “Tempo de Exílio”, Ana escreveu uma dedicatória aos seus filhos, informando que eles “jamais cobraram o preço” pela opção que ela tomou. Ao mesmo tempo em que foi levada ao exílio para a proteção de sua prole e dela própria, os submeteu a uma vida de “cidadãos de lugar nenhum”, ou seja, de exilados também, obrigados a viver em outras terras por conta das convicções políticas de sua mãe não permitir a eles e a ela uma vida segura no Brasil. Sobre a temática, fala de Sônia Carmo para o documentário *CamaradAna* merece aqui ser referenciada.

Você vai mudando, vai perdendo, como as fotos de infância, nada disso foi recuperado. Isso ficou, ficou. A vida de exilado é uma vida muito complicada. Não é uma vida que eu não tirasse de letra, porque na vida se tira tudo de letra, mas é com muita complicação. É muito difícil imaginar uma coisa dessa. Uma coisa que você olha, mas olha de fora. Mas quem passa por isso sabe exatamente o que é. É uma sensação que só quem vive para saber.

No dia primeiro de abril, depois de ler uma crônica política em defesa da Constituição para a Rádio Mayrink Veiga, Ana Montenegro, foi rumo ao Sindicato dos Professores com um grupo que encontrara na quase deserta Avenida Rio Branco, e de lá pegou uma carona para Copacabana. Na saída do Sindicato recebeu notícia sobre seus filhos da comunista ex-companheira na redação d’*O Momento Feminino*, Arcelina Mochel.

(...) E ao sair, na escada, encontrei Arcelina Mochel, que em tempos passados fora do Comitê Central do PCB¹¹³, e que morava em rua transversal à em que morava e que me disse “as crianças estão salvas. A menina está lá em casa e o menino em casa da família de seu marido”. E eu não pude

¹¹² PAIVA, Tatiana Moreira Campos. Memórias de uma herança: a experiência de filhos de exilados brasileiros da Ditadura Militar. In: TELES, Edson; TELES, Janaína; SANTOS, Cecília Macdowell (orgs.). **Desarquivando a Ditadura**. Memória e Justiça no Brasil. v.1. São Paulo: Hucitec, 2009, p. 136.

¹¹³ Eleita no IV Congresso do PCB, ocorrido em São Paulo, em 1954, como uma das sete mulheres membro do Comitê Central do Partido, sendo que, das outras seis mulheres, mais duas eram efetivas (Lourdes Benaim e Zuleika Alambert), e as outras quatro suplentes (Orondina Silva, Olga Maranhão, Maria Salas, e Iracema Ribeiro).

perguntar-lhe mais nada, pois já estávamos na Cinelândia, que mais parecia uma praça de guerra. Havia mais tanques, na Avenida e na praça. Telefonei para casa, pois estava sem chave, mas ninguém respondeu. Aceitei o oferecimento de amigos, que me levaram de carro até Copacabana¹¹⁴.

Ana Montenegro não retornaria a sua casa naquele dia, aliás, nunca mais retornaria ou retomaria aquele imóvel, nem mesmo seus filhos, ou seu marido. Seguiu o primeiro de abril na clandestinidade, recolhida na casa de pessoas solidárias: “sem notícias dos filhos e como se estivesse em um país estrangeiro”¹¹⁵. Pouco tempo depois, em 28 de abril, pediu refúgio junto à Embaixada do México do Estado da Guanabara no Botafogo. Nos meses que sucederam ao primeiro de abril até a sua chegada ao exílio no México, Ana teve poucas, secretas e raras informações sobre a família. Desconhecidos e membros do partido interceptavam notícias avisando que Ana estava bem e recebendo informações se sua família estava a salvo. Sobre as notícias da família, Ana relatou:

As notícias da família eram buscadas e trazidas até o momento em que entrei na Embaixada do México por pessoas que, antes, nem as conhecia. E era uma solidariedade não, apenas, pessoal, mas que envolvia os companheiros do Partido, quando era possível uma comunicação. Nunca me senti tão próxima deles, apesar das dificuldades em encontrá-los¹¹⁶.

Enquanto seguia na clandestinidade, a casa de Ana Lima Carmo e de seu marido à R. São Francisco Xavier, nº 43, ap. 302, foi revistada pelos militares. No *Correio da Manhã* de 16 de abril de 1964¹¹⁷, há informação de que a polícia encontrou na residência documentação correspondente a despesas pagas por “aquela autarquia” para viagens de pessoas, cujos nomes estavam sendo mantidos em sigilo, à União Soviética. Na reportagem que caracterizou Ana como secretária da Liga Feminina da Guanabara e Alberto como contador do IAPI, há também, no tópico “diligências”, a menção de terem encontrado correspondências entre Alberto Carmo e Luiz Carlos Prestes.

Ana Montenegro saiu do Brasil em junho de 1964. A rota foi a seguinte: Brasil (Rio de Janeiro)-> México-> Canadá-> Cuba-> Alemanha Oriental¹¹⁸. No *Jornal do Brasil*¹¹⁹ de 26 de janeiro de 1965, informação de que Ana Montenegro, ativista do movimento feminino, havia

¹¹⁴ MONTENEGRO, 1988, p. 24.

¹¹⁵ Ibid., p.27.

¹¹⁶ MONTENEGRO, op. cit., 1988, p.27.

¹¹⁷ *Correio da Manhã*, 16 de abril de 1964, p. 12.

¹¹⁸ MONTENEGRO, op. cit.,1988, p.32.

¹¹⁹ *Jornal do Brasil*, 26 de janeiro de 1965, p. 8.

partido do Uruguai até a Alemanha Oriental, rota completamente diferente daquela relatada em seu livro de memórias.

Na primeira parte do trajeto Ana Montenegro saiu do Brasil e chegou no México, com passagem aérea bancada pelo governo mexicano. Quanto a data de partida, o periódico *Última Hora*¹²⁰ informou que Ana Lima Carmo e seu marido Alberto Carmo deixaram o Brasil rumo ao México em avião da VARIG em 1º de junho de 1964 às 9:30h. As informações específicas sobre o vôo foram colhidas através de gravações de asilados grampeadas pelo Brasil na Embaixada do México. De acordo com as memórias de Ana Montenegro, ela saiu do Brasil em 02 de junho, um dia depois do que afirma o *Última Hora*.

Quanto à data de chegada no México, há também uma contradição entre as fontes. Nas memórias, Ana afirma que chegou ao México em 13 de abril de 1964¹²¹. No livro “Falando de Mulheres”, essa data aparece como sendo o dia 3 de junho de 1964¹²². Todavia, se em suas memórias ela afirmou que saiu do Brasil em 2 de junho, 10 dias não pode ser tido como um tempo razoável para sua chegada àquele destino por meio aéreo, podendo ter ocorrido na construção do livro algum erro de digitação.

No México, Ana permaneceu por quatro meses até receber uma proposta de emprego na Federação Internacional Democrática de Mulheres (FDIM), sediada, à época, na República Democrática Alemã. Durante esse período fez um curso de extensão universitária na área de História na cidade do México. De lá seguiu para a Europa financiada pela FDIM. Porém, no trajeto rumo ao Velho Continente, ficou detida em escala no aeroporto do Canadá, mesmo possuindo um visto mexicano de “deixe passar”. O governo canadense, não fosse a intervenção do governo mexicano, teria obrigado Ana Lima Carmo a retornar para o Brasil. Após a intervenção mexicana, Ana foi enviada de volta ao México, e de lá seguiu para Europa por uma rota alternativa: Cuba. De Cuba foi então para a cidade que residiria pelos próximos 15 anos: Berlim.

Fundada em novembro de 1945 em Paris, a Federação Democrática Internacional de Mulheres (*Women’s International Democratic Federation- WIDF*) surgiu da ligação entre as organizações e movimentos de mulheres ao redor do mundo em prol da luta antifascista que se desenrolou antes e durante a Segunda Guerra Mundial. Como premissas basilares, a Federação propunha a defesa da paz, dos direitos das mulheres, o bem-estar das crianças e o anti-fascismo. Apesar de ser constantemente referenciada como uma organização comunista

¹²⁰ *Última Hora*, 02 de junho de 1964, p.2.

¹²¹ MONTENEGRO, op. cit., 1988, p.32.

¹²² MONTENEGRO; OLIVEIRA, op. cit., p. 54.

ou “frente de atuação da União Soviética”, a FDIM não foi criada pelo Partido Comunista, muito menos era organismo ou “braço” do Partido. Tal estigma foi estabelecido pelos Estados Unidos que em prol do seu ideal anticomunista via com maus olhos o apoio ideológico da Federação à União Soviética durante a Guerra Fria¹²³.

Embora não seja uma organização comunista, a Federação teve como líderes ou representantes uma série de mulheres identificadas com o Partido Comunista (PC), a exemplo da sua primeira presidente, a francesa Engénie Cotton, que se vinculou antes mesmo do surgimento da FDIM ao Partido Comunista Francês em prol da luta antifascista.

Em janeiro de 1951 a Federação teve que se mudar de Paris para Berlim, não só por ter sido tachada de organização internacional comunista, como também pelo fato da líder da Federação, Eugénie, ter feito campanha contra a postura do governo francês no tocante ao restabelecimento do domínio colonial ao Vietnã. Em Berlim Oriental, na Avenida Unter den Linden, nº 13, a Federação funcionou até o ano de 1991.

A ligação da Federação com o Partido Comunista Brasileiro se deu muito antes do golpe civil-militar de 1964. Como já restou explicitado, mesmo não se tratando de uma organização comunista, a FDIM possuía ligações com o Partido, seja pelos membros comunistas vinculados a essa Federação, seja pelas convicções ideológicas. Em 1946, por exemplo, texto da Federação Democrática Internacional de Mulheres foi publicado no jornal comunista baiano *O Momento*¹²⁴. Na ocasião, a FDIM fazia um “apelo às mulheres de todo mundo pela destruição dos remanescentes do fascismo e a consolidação da paz”, bandeira essa também defendida pelo Partido.

Relação também a Federação possuía com o jornal de mulheres que Ana foi redatora, *O Momento Feminino*, que além de veicular as notícias sobre a atuação da Federação em suas páginas desde setembro de 1947, enviou a diretora do jornal Arcelina Mochel Goto para o II Congresso da FDIM, realizado em dezembro de 1948 na cidade de Budapeste. Na reunião do Comitê Executivo da FDIM em março de 1954 em Genebra, na Suíça, Arcelina novamente se fez presente representando o periódico e as mulheres brasileiras.

Ana Montenegro participou pessoalmente de dois eventos da Federação antes de ter sido convidada em 1964 para trabalhar para tal organismo. Em 1955, foi ao “Congresso

¹²³ HAAN, Francisca de. *The Women’s International Democratic Federation (WIDF): History, Main Agenda, and Contributions, 1945-1991*. Disponível em: <http://wasi.alexanderstreet.com/help/view/the_womens_international_democratic_federation_widf_history_main_agenda_and_contributions_19451991>. Acesso em: 15.out.2015 às 23:15.

¹²⁴ *O Momento*, edição nº 87, 09 de maio de 1946, p. 1;6. Vide também notícia sobre a FDIM em *O Momento*, edição nº 330, 28 de fevereiro de 1947, p.1.

Mundial das Mães” em Lausana, na Suíça. Em junho de 1963 esteve no “Congresso Mundial de Mulheres” realizado pela FDIM em Moscou. A partir de 1964 participou de outros eventos da Federação, todavia, já como funcionária dessa organização internacional pela qual atuou até abril de 1979. Durante o período que esteve residindo em Berlim além de ter trabalhado como redatora em francês da revista *Mulheres do Mundo Inteiro* editada pela FDIM, ministrou aulas de português na Universidade de Humboldt¹²⁵, localizada na mesma avenida da Federação (Unter den Linden)¹²⁶.

De acordo com Francisca de Haan¹²⁷, professora de História na Universidade Central da Europa em Budapeste e especialista na história de mulheres e das organizações femininas durante a Guerra Fria, a revista editada pela FDIM serviu para organizar mulheres do mundo em prol das lutas encabeçadas pela Federação (direitos das mulheres, antifascismo, bem-estar das crianças, e paz mundial), mesmo que essas mulheres nunca se encontrassem ou nunca fossem sequer a um Congresso da Federação. Elas liam a revista *Mulheres do Mundo Inteiro* e se identificavam com aquelas demandas, organizando-se localmente e apoiando de diversas maneiras a atuação da FDIM em âmbito mundial.

Pelas bandeiras defendidas e atuação, a Federação possuiu um *status* consultivo junto ao Conselho Econômico e Social da ONU. Em decorrência das políticas anticomunistas, a organização perdeu esse *status* durante os anos de 1954 a 1967, voltando a obtê-lo na categoria A, e não mais na B como assim era designado, demonstrando a importância que passava a ter perante a Organização das Nações Unidas na defesa dos Direitos das Mulheres de todas as nações.

Durante o exílio, atuando em nome da FDIM, Ana Montenegro viajou para diversos países, muitos deles, na África, foco de atuação da Federação em sua campanha anticolonialista. No Oriente Médio esteve em nome da Federação para conhecer a situação dos refugiados árabes no pós-guerra de 1967. Na década de 70, viajou para a Romênia, Viena, Genebra, Venezuela, México, Peru, Panamá e Chile para participar dos eventos organizados pela/ou em com parceira com a FDIM. No Chile, presenciou a queda de Allende em 1973. Em terras chilenas, Ana Montenegro permaneceu por alguns meses e, embora tenha viajado para aquele país em nome da Federação em fins de 1972, não se sabe se lá permaneceu em nome da Federação ou do Partido Comunista. O fato é que o trânsito de Ana pelo cenário global,

¹²⁵ Na mesma Universidade, além de ministrar aulas, foi aluna do curso de documentação histórica durante o exílio.

¹²⁶ HAAN, op.cit., p. 12.

¹²⁷ Ibid., op.cit.

mesmo sendo considerada no Brasil “uma comunista subversiva”, foi possível graças ao *status* que gozava de funcionária de um organismo internacional reconhecido pela ONU.

Figura 4 - Uma cearense na neve. Ana em Berlim, data desconhecida.



Figura 5 - Com amigos em sua residência em Berlim, *Köpenicker Straße*, nº 110.



Figura 6 - Ainda na residência em Berlim, Ana com amigos.



Figura 7 - Em Salzburg, Áustria, em 1965.



Figura 8 - Em embarcação de Estocolmo para Berlim em outubro de 1966.



Figura 9 - Budapeste. Viagem durante o exílio. Data desconhecida.



O exílio é um espaço vazio entre o homem e o seu meio. Esse espaço que vai do solo onde ele deu seus primeiros passos até o céu, onde, um dia, ele avistou a primeira estrela e começou a lutar para alcançá-la. É um espaço que o exilado não pode povoar nem de pedras nem de casas, nem de ruas, nem de solo e nem de céu, porque é vazio das lembranças, que estão ligadas às suas lembranças¹²⁸.

Nesse trecho Ana caracterizou o exílio como um espaço vazio. Todavia, no mesmo livro, algumas páginas antes, em parte da carta que escreveu para familiar ou amigo no Brasil em 1978, ela disse sobre o exílio: “não pense que foi um espaço vazio. Não posso ser negativa, pois aprendi muito”¹²⁹. Ora, não só Ana Montenegro conheceu diversas culturas, passeou por outros mundos e descobriu novas realidades, como também fez amigos, amigos dos mais diversos lugares do mundo, que lhes contaram versões de histórias que ela aprendeu de maneira diferente no Brasil (a exemplo da versão paraguaia da guerra do Paraguai contada por aqueles que conheceu no México¹³⁰). Nas palavras ainda de Ana, o exílio permitiu “um novo e melhor conhecimento de outros países de nosso Continente, de suas culturas, de seus problemas e de suas lutas presentes e passadas, de suas identidades, e de suas diferenças conosco”¹³¹.

Conforme Denise Rollemberg expõe, “o exílio, que a princípio foi a derrota, perda, eliminação, afastamento, abriu novos horizontes para as esquerdas, pondo-as em contato com realidades as mais diversas”¹³². Isso porque o exílio possui uma dupla face onde “há aspectos negativos e positivos que caminham juntos, muitas vezes enriquecendo a vida do exilado e contribuindo para sua sobrevivência”¹³³. O exílio é um tempo de separação, de perdas, de rupturas e desconstrução de realidades, mas também é para o exilado um tempo de conhecimento, reflexão, e reconstrução. Embora o exilado carregue o fardo de não pertencer, de não ser cidadão de alguma nação, de não poder ocupar aquela terra “em que deu seus primeiros passos” e que fez planos de vida, ele tem a oportunidade de vivenciar o novo, de desbravar lugares, e de vivenciar outras culturas, de recriar-se em espaços onde a sua cultura de origem não lhe impõe às demandas e premissas da sociedade em que nasceu.

Ana Montenegro fez parte da primeira geração de exilados políticos, aquela que se partiu para o exílio logo após o golpe de 1964 e que teve a sua formação política e intelectual nas décadas de 40 a 60. Foi uma militante que se exilou na casa dos quase 50 anos de idade,

¹²⁸ MONTENEGRO, op. cit., 1988, p. 50.

¹²⁹ Ibid., p. 19.

¹³⁰ Ibid., p. 35-36.

¹³¹ MONTENEGRO, op. cit., 1988, p. 38.

¹³² ROLLEMBERG, op. cit., p. 212.

¹³³ PAIVA, op. cit., p. 139.

diferentemente dos jovens que fizeram parte da segunda geração de exilados políticos, a de 1968 e que amadureceram no exílio. De acordo com Denise Rollemberg¹³⁴, o exílio no Brasil não foi um exílio de massa, uma vez que a massa brasileira, direta ou indiretamente, apoiou o golpe de 64. É comum, inclusive, aos exilados políticos culparem o Ditador e o regime ditatorial pelo exílio que foram obrigados a se submeter durante anos, não enxergando, que a culpa, de fato, é da sociedade a qual não se mobilizou ou não se conscientizou a tempo para impedir o golpe.

Em sentido contrário a essa premissa, Ana Montenegro, fez uma reflexão autocrítica sobre os acontecimentos do país muitos anos após o seu retorno do exílio (ela voltou em 1979 e o livro de memórias foi publicado apenas 1988), não culpando o regime em si ou o governo golpista, mas sim, a própria sociedade e os movimentos populares (dos quais ela fez parte). Para ela, não se enxergou na época a gravidade da situação, e o dia-a-dia atribulado de cada um dos envolvidos nos movimentos populares não os concedia tempo para importar-se com demandas além das campanhas rotineiras que estavam envolvidos. O não perguntar para onde estavam indo, para onde a sociedade estava seguindo, e a questão das massas participarem dos movimentos sociais, mas de não entenderem, de fato, e terem verdadeira voz e vontade para concretizar mudanças estruturais na sociedade, são as razões que Ana elencou como responsáveis pelo golpe e pela instauração de um regime ditatorial no Brasil.

Nós que então participávamos dos movimentos sociais populares, éramos pessoas muito ocupadas e muito apressadas, por isso não tínhamos tempo de olhar em volta de nós mesmos para perguntar (já não falo de responder) onde íamos. Contentávamos em viver os momentos das campanhas das palavras de ordem, sem atentarmos o que estava sendo preparado, às vezes nos bastidores, às vezes abertamente.

(...)

Atitudes como essa nos responsabilizam por um dos aspectos muito particulares que caracterizam os movimentos de massa no Brasil, e que têm sido bastante aproveitados pelos que se opõem a esses movimentos. Os trabalhadores, as mulheres, os jovens, pessoas pertencentes a setores e camadas sociais as mais diversas estiveram, sempre, presentes nos comícios, nos atos públicos, nas sedes das organizações populares, em todas as manifestações. Há, no entanto, um fato que deve ser estudado: o porquê da ausência das massas nos momentos decisivos, nas horas dos pronunciamentos políticos concretos. Muita atividade e organizações se somam e se multiplicam, mas em determinadas circunstâncias, elas são subtraídas, divididas e desaparece, em que pese a justeza das palavras de ordem e dos programas aprovados e defendidos. O erro estaria que nem

¹³⁴ Ibid., op.cit.

essas palavras de ordem, nem esses programas saíram do consenso, da responsabilidade e conscientização das massas¹³⁵.

Em que pese as reflexões de Ana, essas só foram possíveis a partir do seu retorno ao Brasil e o acompanhamento, de perto, da realidade sócio-política brasileira. Seguindo a linha de raciocínio de Rollemberg, as esquerdas que retornam do exílio tem uma má compreensão da realidade brasileira, uma vez que passaram muitos anos longe dessa, analisando os fatos apenas pela ótica das notícias que do estrangeiro recebiam sobre o seu país. Quando Ana escreveu, quando seu livro foi lançado, o Brasil já havia passado pelo processo de transição de uma Ditadura para uma Democracia. Não que, na realidade, os grupos no poder da Nação tenham se modificado muito, pelo contrário, os que assumiram o poder compactuaram e aceitaram o “perdão” às práticas dos seus antecessores políticos, silenciando os crimes da Ditadura e perpetuando políticas burguesas. No entanto, em uma democracia, a censura e os aparelhos repressivos não eram mais moralmente nem legalmente tolerados pela sociedade, podendo assim, Ana Montenegro narrar claramente em suas memórias a realidade que viveu enquanto exilada política.

Procurada à época que retornou do exílio para dar depoimento sobre os acontecimentos vividos, Ana informava: “O meu depoimento seria marcado, certamente, por critérios emocionais ditados pela minha impotência diante da prepotência de uma ditadura, e, por isso, eu me recusei a dá-lo, àquela ocasião”¹³⁶. Além da questão política nacional que se modificou durante os anos do pós-retorno de Ana ao Brasil e que será melhor retratada no tópico a seguir, é preciso aqui compreender que a análise do exílio feita por Ana foi também tardia, pois ela compreendia que o exilado carrega dois fardos: um político e um emocional, e esse último impedia que ela falasse friamente sobre o exílio logo após tê-lo vivido¹³⁷.

Para Ana Montenegro, que viveu 15 anos na Alemanha e pelos caminhos do mundo, a esperança de tornar a ver seu país mostra-se constante nos seus relatos em “Tempo de Exílio”. Sentindo-se como estrangeira em quase todos os lugares que passou (exceto Cuba), ela ansiava, para que “o outono” fosse embora e ela retornasse à pátria amada. Não que tivesse passado por dificuldades materiais no estrangeiro, pelo contrário, ela mantinha-se financeiramente com o trabalho da Federação e tinha plena capacidade intelectual de arranjar emprego em outros países da Europa, uma vez que era fluente no francês e no espanhol, lia e escrevia em italiano e alemão, e que possuía no seu currículo a experiência dos trabalhos

¹³⁵ MONTENEGRO, op. cit., 1988, p. 22.

¹³⁶ MONTENEGRO, 1988, p. 11.

¹³⁷ Ibid., p.21.

realizados para a FIDM e para o Conselho Econômico e Social da ONU e UNESCO em nome daquela organização.

No entanto, emocionalmente, preocupava-se em ser enterrada em um *Friedhof*, ao invés de um cemitério, já que estava com sessenta e poucos anos e a situação política brasileira demorava a modificar-se a ponto de Ana poder retornar em segurança àquela Nação. A ansiedade emocional de Ana Montenegro em voltar para o Brasil justificava-se também pelo retorno, alguns anos antes, da sua filha Sônia Carmo, que já era mãe de uma menina, Sara Vitória. Porém, toda essa angústia chegaria ao fim, quando, em maio de 1979, antes mesmo de promulgada a Lei de Anistia (agosto daquele ano), portando um título de nacionalidade válido por 48 horas, Ana retornou ao Brasil.

1.5 O FIM DO OUTONO

Para mim, que vivi os 15 anos de exílio pelos caminhos possíveis do mundo, mas tendo a Europa como ponto de partida e chegada, o outono foi, sempre, o meu limite, a minha dimensão, o meu calendário, o meu relógio. O vento de outono arrancava as folhas do calendário e as sombras eram o ponteiro do relógio¹³⁸.

O outono se fez presente em boa parte da narrativa de Ana no primeiro capítulo do “Tempo de Exílio”, e ele foi usado como metáfora para os acontecimentos que a traumatizaram com a implantação da Ditadura civil-militar no Brasil. É o calendário que marca uma época sombria, é a estação que a acompanha por todo o exílio, que ela espera que passe logo, assim como a sua condição de exilada. Vivendo uma vida que não era a que escolheu para si, mas sim aquela a qual foi obrigada a viver devido às circunstâncias políticas de sua Nação, o tempo do exílio não era o seu tempo, era um tempo criado pelas sombras trazidas no outono.

E nesse sentido metafórico, embora a sua reflexão crítica (analisada no tópico anterior) sobre os acontecimentos do golpe e da Ditadura não condenasse o regime, mas sim reconhecesse os erros dos movimentos populares e dos militantes de esquerda no pré-golpe, a sua escrita poética condenava. Os ponteiros do relógio eram as sombras, as sombras que chegaram durante o outono, as sombras que representavam o regime de governo que foi

¹³⁸ Ibid., p. 13.

implantado no Brasil com o golpe ocorrido no outono, assim, esse sombrio regime determinava o tempo no exílio; era ele que controlava o seu tempo de exilada.

Com a mudança no cenário político brasileiro a partir da revogação de todos os Atos Institucionais, sobretudo o Ato Institucional nº 5, o mais autoritário e repressivo de todos os 17 atos institucionais¹³⁹ - e que levou vários militantes a exilarem-se por temor as prerrogativas que esse AI-5 concedia ao governo; Ana Montenegro, que não mais respondia a qualquer processo em território brasileiro¹⁴⁰ e nem era legalmente procurada pelo governo (embora ainda fosse tida como comunista subversiva que precisava ter seus passos vigiados em território nacional¹⁴¹) decidiu mobilizar-se em prol do seu retorno ao país.

Como o seu passaporte estava vencido desde 1967, foi até a Embaixada do Brasil na Alemanha requerer um novo no final de 1978. No entanto, foi surpreendida com a notícia da impossibilidade de ser-lhe concedido um passaporte brasileiro válido, uma vez que ela tinha sido posta na lista de brasileiros com direitos políticos cassados, fato esse desconhecido até aquele momento. Em carta ao Comitê Brasileiro pela Anistia no Rio de Janeiro de março-abril de 1979¹⁴², não só Ana narra tal acontecimento na Embaixada brasileira na Alemanha, como também informa que estava com um distúrbio cardíaco e que por tal razão estava decidida a retornar ao Brasil o mais rápido possível. Alega que enviou uma procuração para Salvador em janeiro daquele ano para que certo advogado baiano impetrasse Mandado de Segurança em prol do seu direito à retirada de novo passaporte. Embora não tivesse recebido qualquer notícia sobre esse trâmite processual até a data que escreveu a carta, conseguiu junto à Embaixada um título de nacionalidade válido por 48 horas, documento esse que usaria para retornar ao país em maio de 1979.

¹³⁹ Em análise aos 17 Atos Institucionais promulgados durante o regime militar no Brasil (foram promulgados entre 1º de abril de 1964 e 14 de outubro de 1969), pode-se considerar que o Ato Institucional nº 5 foi o mais autoritário e repressivo de todos em decorrência de ter sido o que mais retirou direitos, garantias e liberdades civis e constitucionais do povo brasileiro. O AI-5 possibilitou a suspensão da garantia do *habeas corpus* para determinados crimes; dispôs sobre os poderes do Presidente da República de decretar: estado de sítio, nos casos previstos na Constituição Federal de 1967; deu permissão para uma intervenção federal para além dos limites constitucionais; suspendeu os direitos políticos e restringiu o exercício de qualquer direito público ou privado; cassou mandatos eletivos; recesso do Congresso Nacional, das Assembléias Legislativas e das Câmaras de Vereadores; excluiu da apreciação judicial atos praticados de acordo com suas normas e Atos Complementares decorrentes; e deu outras providências.

¹⁴⁰ Lembrar que através do *Habeas Corpus* nº 46.226 o STF concedeu em dezembro de 1968 a extinção do nome de Ana Lima Carmo do IPM da Rádio Mayrink Veiga.

¹⁴¹ No acervo pesquisado do SNI é possível obter informações sobre os passos da militante até 1983.

¹⁴² _____. Carta da Exilada Ana Montenegro. In: GUEDES, Ana; MENDONÇA, Lucimar Silva Cunha (orgs). **Construindo a memória: a luta pela anistia na Bahia**. Salvador, 2006, anexos. A carta tinha por propósito informar ao Comitê do seu retorno para o Brasil e requerer auxílio, de antemão, se Ana, já idosa e com problemas de saúde, tivesse qualquer problema com a justiça que a impedisse de permanecer em território nacional.

Figura 10 - Título de nacionalidade que possibilitou o retorno para o Brasil em 1979.

DOCUMENTO DE VIAGEM: autorizado pelo Ministério das Relações Exteriores, e válido pelo prazo de 48 (quarenta e oito) horas, exclusivamente para regressar ao Brasil. *anexo nº 4*

N.º 01/79

FOTOGRAFIA DO PORTADOR



TÍTULO DE NACIONALIDADE

Embaixador
O ~~Cônsul~~ da República Federativa do Brasil
em Berlim - RDA

Certifico que ANA LIMA CARMO
portador do presente, é cidadão brasileiro, o que comprovou com documento apresentado a ~~esta Embaixada~~ ~~esta Consulado~~, tendo sido matriculado a fls. / do livro n.º / de matrículas individuais.

Em fé do que, passo o presente, que assino e faço selar com o selo de armas ~~desta~~ ~~deste~~
~~Consulado~~... Embaixada.

Em 04 de maio de 19 79

Válido até 06 de maio de 1979

Mário Calábria
Embaixador
~~Cônsul~~ (Embaixador) **Mário Calábria**
Botschafter

Assinatura do portador:
Ana Lima Carmo
(Ana Lima Carmo)

Indicações pessoais

Natural de <u>Estado do Ceará</u>	Barba <u>-</u>
Idade <u>64 anos</u>	Rosto <u>oval</u>
Estado civil <u>casada</u>	Olhos <u>castanhos</u>
Estatura <u>1,52</u>	Nariz <u>-</u>
Cabelo <u>grisalhos</u>	Boca <u>-</u>
Sinais particulares <u>não os tem</u>	

Impressões digitais

304-3579

Polegar esquerdo

Polegar direito




Em 04 de maio de 1979, às 7h da manhã, no voo 250 da IFL, Ana Lima Carmo (vulgo Ana Montenegro), deixou Berlim e o seu tempo de exílio. Com escala em Praga, em Zurique e em Lisboa, o voo chegou em Salvador no dia 06 de maio de 1979 às 5 horas e 15 minutos. Três dias após a sua chegada teve que prestar depoimento no Departamento da Polícia Federal da Bahia, todavia, apesar do que temia conseguiu permanecer em território nacional. Ora, o cenário político estava se modificando e logo em seguida, poucos meses após pisar os pés em solo brasileiro, em 28 de agosto, a Lei nº 6.683/79 foi promulgada, concedendo assim, a anistia a uma parcela dos exilados brasileiros.

O *slogan* propagado pelo governo militar acerca desta Lei é de que a Anistia era ampla, geral e irrestrita. Todavia, “uma anistia que não contemplava crimes caracterizados

como o de terrorismo e que perdoava os crimes conexos estava muito distante da tão desejada anistia ampla, geral e irrestrita, *slogan* que se transformou em uma legenda da mobilização política de 1978 e 1979”¹⁴³. O §2º do artigo 1º da Lei de Anistia assim delimitava: “§ 2º - Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Dessa maneira, por análise ao dispositivo mencionado, é possível considerar que não houve, de fato, uma Anistia ampla, geral e irrestrita, como assim propagou o governo.

Apesar das fundamentadas críticas à Lei de Anistia, Maria Helena Moreira Alves considerou que essa “representou um efetivo avanço, na medida em que permitiu o retorno ao país de todos os exilados e a recuperação dos direitos políticos de todos os líderes deles privados”¹⁴⁴. Ora, que foi um avanço no campo da abertura da política ditatorial, isso foi, sem sombra de dúvidas, todavia, longe de tornar possível o retorno de todos os exilados políticos, ela foi restrita a um grupo de exilados, uma vez que não abrangeu todos os crimes políticos. Nesse sentido, Joviniano Neto afirmou que a partir da Lei de Anistia, das concessões de liberdades condicionais a presos políticos, da readequação e redução das penas com base na nova Lei de Segurança Nacional é que a maioria (e não todos) “dos exilados pôde voltar, os presos políticos saíram das prisões, os cassados readquiriram direitos políticos, centenas de militantes saíram da clandestinidade”¹⁴⁵.

Se Ana Montenegro não tivesse conseguido sair do exílio pelos meios que buscou, ainda em 1979, a Lei de Anistia teria propiciado o seu retorno legal ao Brasil, já que fazia parte do grupo de exilados abarcado pelas prerrogativas de tal dispositivo legal. No entanto, como ela afirmou na carta ao Comitê, estava idosa, acometida por problemas de saúde, e tinha receio de morrer em Berlim e de ser enterrada em um *Friedhof*¹⁴⁶. Afinal, a ansiedade era grande, uma vez que foram quase 15 anos de espera para tornar a ver-se como cidadã de uma pátria, e não mais, como estrangeira.

Foi na cidade de Salvador, local em que deu seus primeiros passos pela militância comunista, que viveu entre os anos de retorno do exílio e sua morte (1979-2006). Inicialmente foi viver com a sua filha Sônia Carmo no bairro da Federação. Não tinha meios de sustentar-se no Brasil, uma vez que foi exonerada do cargo de técnica administrativa do Instituto

¹⁴³ RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. **Revista História Unisinos**, Porto Alegre, 13(2): 131-139, 2009, p. 132.

¹⁴⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil** (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1984, p. 269.

¹⁴⁵ CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). **Ditadura Militar na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 261.

¹⁴⁶ MONTENEGRO, op. cit., 1988, p. 17.

Nacional da Previdência Social (ex-IAPI) por abandono em junho de 1971 em razão de ter saído do Brasil para o exílio na Europa. Requereu a reversão da exoneração ao Ministro da Previdência Social em 21 de novembro de 1979, todavia, tal reversão não foi concedida. O INPS concedeu a Ana e a Alberto Carmo¹⁴⁷ apenas a aposentadoria especial nos moldes com fundamento no artigo 4º da recém promulgada Lei de Anistia.

Art. 4º Os servidores que, no prazo fixado no art. 2º, não requerem o retorno ou a reversão às atividades ou tiverem seu pedido indeferido, serão considerados aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, contando-se o tempo de afastamento do serviço ativo para efeito de cálculo de proventos da inatividade ou da pensão.

A referida aposentadoria especial computou, para fins de cálculo do benefício, os anos trabalhados por Ana Montenegro de 1940 (início do vínculo com o extinto IAPI) a 1979, como se não exilada tivesse sido. No entanto, a aposentadoria por tempo de serviço foi inferior em termos de valores à concedida por idade que Ana fez jus a partir de 1º de novembro de 1985. Nessa data, o então Ministro da Previdência, Waldir Pires¹⁴⁸, concedeu-lhe o pleito da reversão requerido em novembro de 1979, retrocedendo-o de agosto de 1979 (promulgação da Lei de Anistia) até 13 de abril de 1985, data em que Ana teria sido compulsoriamente aposentada em razão da sua idade (70 anos).

Além de ter feito jus à computação do tempo de serviço para fins de aposentadoria devido à sua condição de anistiada política, com o advento da Lei 10.559 de 13 de novembro de 2002, Ana Montenegro passou a ter direito também a “reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada”¹⁴⁹. Em razão de tal prerrogativa, Ana Montenegro, por meio do seu advogado infra firmado Carlos Augusto Marighella, pleiteou perante o Ministério da Justiça pedido de indenização em 26 de novembro de 2002¹⁵⁰.

Apesar da prioridade do processo em razão da avançada idade de Ana (quase 90 anos) e dos repetidos pedidos de Marighella e da Deputada Federal Maria Helena do PP/RR para que o processo fosse agilizado, ele se prolongou durante os anos de 2003 a 2010¹⁵¹, sendo

¹⁴⁷ Processo INPS 5034866/79 e INPS 5036581/79

¹⁴⁸ Waldir Pires foi um dos dez entrevistados do *CamaradAna*.

¹⁴⁹ Lei 10.559/02, 1º, inciso II.

¹⁵⁰ Pedido autuado apenas em 17 de junho de 2003. Processo nº 2003.01.22456.

¹⁵¹ Durante esses anos, o Ministério da Justiça tentou reunir provas para montar o processo de anistia, todavia, o INSS não colaborou, vez que além de ter levado pouco mais de um ano para responder o ofício (nº 878/04 de junho de 2004) que recebeu do Ministério da Justiça, retornou com a resposta de que a funcionária não se encontrava nos quadros de funcionários daquele referido órgão. Ora, no processo o nome que consta de Ana era

julgado procedente e a Ana foi concedida a indenização no valor de 450 salários mínimos (respeitado o teto de 100 mil reais) em função da perseguição política que sofreu nos anos de 1964 a 1979. No entanto, embora fizesse jus à indenização, Ana Montenegro já não mais estava viva para gozar desse benefício, e sua herdeira legal, Sônia Carmo até o ano de 2017 não recebeu o pagamento da devida indenização.

Durante os anos que precederam a sua morte, Ana Montenegro, vivendo na Bahia, já idosa, continuava vinculada ao Partido Comunista Brasileiro, fazendo parte, inclusive, do Comitê Central do Partido. Pelo Partido, foi candidata até os 82 anos ao cargo de vereadora junto à Câmara Municipal de Salvador. Em recorte de jornal não identificado encontrado na casa de Sônia Carmo figura a reportagem “Militante comunista de 82 anos é a mais idosa candidata nas eleições municipais”. À época, na entrevista para o jornal, Ana afirmou que apesar da idade, continuava “subindo ladeiras, fazendo conferências, atendendo a quem a procurasse na OAB e ainda tinha tempo para brincar com seu bisneto Lucas”, filho de Sara Vitória.

Ora, além das atividades que exerceu junto ao Partido, Ana Montenegro foi militante ativa em prol dos Direitos Humanos e dos Direitos da Mulher, ocupando, entre a década de 80 e os anos 2000 a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Câmara Municipal, a Comissão de Defesa dos Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, a Comissão da Mulher e Direitos Humanos da OAB-BA, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher¹⁵², bem como foi membro do Conselho Municipal da Mulher¹⁵³ e do Fórum de Mulheres de Salvador. Nesse mesmo período, esteve presente em diversos seminários, congressos, e eventos na Bahia e ao redor do Brasil, palestrando para idosos, crianças, adolescentes, jovens universitários, professores, associações de mulheres, advogados, médicos, assistentes sociais, policiais, e políticos.

Ana Lima Carmo Montenegro, no entanto, para fins de aposentadoria, em seus contracheques vinha o nome de Ana Lima Carmo apenas. Talvez por essa razão, talvez pela quantidade de demandas do INSS, aquele órgão atrasou em muito o desenrolar do processo de anistia de Ana.

¹⁵² Gestão 85/89. Em 16 de julho de 1989 era citada pela *Tribuna da Bahia* como única representante baiana no CNDM. Yonne Oro, militante do PCB no jornal *A Voz* de 10-16/04/1987 afirma que Ana Montenegro representava a voz das mulheres comunistas no CNDM.

¹⁵³ Foi nomeada em 30 de setembro de 1993, Decreto publicado no Diário Oficial do Município em 01 de outubro daquele ano. À época a prefeita de Salvador era Lídice da Mata, que foi a fundadora do Conselho.

Figura 11 - Na Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados da Bahia.



Figura 12 - Recebendo flores de Jardilina na OAB-BA em novembro de 2002.



Figura 13 - Palestrando no I Seminário de Direitos da Mulher e Cidadã, 29 e 30 de março de 1998.



Figura 14 - Como candidata a vereadora pelo PCB aos 82 anos.



Figura 15 - Em atividade pelo Partido em apoio à candidatura de Roberto Freire em 1989.



Figura 16 - Proferindo palestra para os alunos da Faculdade de Direito da UFBA. Data desconhecida.



De avião, de trem, de ônibus, ou de pau-de-arara; para falar para duas, trinta ou mesmo mil pessoas; se hospedando em hotel cinco estrelas ou em albergue; chamando, lá estaria Ana! A pressão? “Vai bem, 12 por 8!”. E pense numa criatura que não tinha medo! Era ela. Baixinha, velhinha, toda enrugada, tomando suas pílulas diárias para o coração, mas lá ia Ana Montenegro pelas ruas das periferias de Salvador, subindo e descendo ladeiras, pegando ônibus tarde da noite. Essa imagem que se pode criar da personagem fundamenta-se nas notícias e reportagens dos jornais pesquisados durante a elaboração deste trabalho, assim como também em algumas das entrevistas do *CamaradAna*.

Sônia Carmo narrou sobre sua mãe no documentário:

Para ela não tinha problema de pegar um ônibus e ir para rodoviária para falar para 10, 20, 30 estudantes. Era tipo um sacerdócio dela. Se convidasse para ir para Xique-Xique, Xorroxó, para seja lá onde for, para ela nada era difícil. Ela ia para rodoviária, pegava o ô nibuzinho e ia lá fazer as palestras, dar o recado dela. (...) Não precisava de vôo internacional. Ela ia de pau-de-arara mesmo.

Mapeando o trajeto de Ana nos anos pós-exílio, foi possível identificar participação ativa da militante em, no mínimo, setenta e sete Congressos, Seminários e Simpósios ao redor do Brasil. Mesmo idosa, viajou, entre abril de 1980 e maio de 1990, para Natal, Vitória, Mossoró, São Paulo, Santo André, Caxias do Sul, Porto Alegre, Florianópolis, João Pessoa, Recife, Fortaleza, Aracaju, Maceió, Londrina, Cidade do Cabo (Pernambuco), Curitiba, Dias d’Ávila, Feira de Santana e Candeias. Falou sobre saúde da mulher, direitos humanos, direitos das crianças, lutas de mulheres, a mulher e o trabalho, violência, constituinte e história do Brasil. Tanto para palestrar em um evento formal e pomposo da Câmara dos Deputados (Brasília, 1984, “A Mulher e Legislação Trabalhista”) com despesas pagas, hotel luxuoso e transporte aéreo, quanto para ir de ônibus até Candeias para um bate-papo no Centro Comunitário da cidade (II Encontro de Mulheres de Candeias, maio de 1990), Ana se fazia presente.

O peso da idade não a impediu de continuar em sua luta diária em favor dos mais necessitados. Em 2001, aos quase noventa anos, ocupava o Conselho de Direitos Humanos da OAB e ia muitas vezes, sozinha, de ônibus, em visita às comunidades carentes, como alega a advogada Gleide Gurgel:

Todas as convocações que tinham nos bairros populares eu ficava impressionada. “Ana, como você pode ainda andar de ônibus?” Que às vezes ela nem comunicava a gente na OAB. Às vezes a gente mandava um carro

levar ela ou uma de nós levava ou ela ia com um colega que tinha carro, mas às vezes ela nem dizia, ela saía da casa dela, pegava um ônibus, ia para a periferia, os lugares mais afastados, naquela idade, chegava à noite, tarde. Eu dizia: “Ana, pelo amor de Deus, tenha cuidado com sua vida, olha a questão da violência”. Ela respondia: “Não, eu não tenho medo disso não”. Ela nunca teve problema de medo. Eu nunca vi Ana falar de medo ou não vou a tal lugar porque é difícil ou de acesso complicado. Não. Ela tinha uma coragem e uma vida dedicada aos outros.

A memória dessas pessoas sobre Ana Montenegro resguarda um ideal de coragem, bravura, de uma mulher sem medo, que enfrentava a violência noturna para ajudar as pessoas das comunidades carentes. Há nas falas uma espécie de heroificação da personagem, denotando a intenção de mostrar uma Ana que tanto a filha Sônia quanto a amiga advogada admiravam. Não que a trajetória de Ana Montenegro enquanto mulher que mesmo em idade avançada ainda sonhava e lutava por uma melhora social não possa ser tida como louvável, todavia, é preciso problematizar os fatos relatados nas memórias para que não se idealize aqui outras “Anas”. Longe de criar uma heroína, o objetivo é narrar uma Ana com medos, falhas, receios...uma mulher de carne e osso (embora já falecida).

Outro aspecto sobre a senhora Ana Montenegro, ativa militante vivendo na Bahia depois do seu retorno da Europa, diz respeito a sua produção intelectual entre os anos de 1981 e 2002. Foi autora de sete obras durante esse período, sem contar, é claro, os textos que publicou nos jornais e periódicos e as palestras que ministrou sobre os mais diversos temas nesta seção já mencionados. O primeiro de seus livros publicado foi o “Ser ou não ser feminista,” em 1981, obra essa que tem como função primordial “contribuir para a questão feminina tão manipulada e deturpada nos últimos tempos”¹⁵⁴. No livro, Ana Montenegro demonstra que a sua preocupação era com a origem e causa da opressão da mulher, com o contra quem era necessário lutar, e elucida a necessidade de se conhecer as raízes das injustiças e superá-las, pois, só dessa maneira, se poderia chegar ao fim da opressão masculina sobre a mulher. A verdadeira luta para Montenegro não era contra os homens, como ela afirma ser a proposta do feminismo clássico, mas sim, contra um sistema social que nega a prática de todos os direitos da mulher, assim como nega a milhões e milhões de homens.

No “Ser ou não ser feminista” Ana compreende o homem como produto de uma sociedade, e o machismo, fruto dessa sociedade opressora deve ser combatido dentro do contexto da luta de classes, e não como fenômeno separado dela. Para Ana, o feminismo clássico impedia as mulheres de se conscientizarem enquanto classe. Já o neofeminismo, que

¹⁵⁴ MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Recife: Guararapes, 1981, p. 61.

tem suas raízes em Simone de Beauvoir, Hebert Marcus, Betty Friedman, dentre outras, partiu do princípio “de que o marxismo não explica suficientemente a questão feminina, e se concentraram, em primeiro lugar, nos fenômenos a nível de consciência”¹⁵⁵.

Apesar de ter atuado junto ao movimento de mulheres e em prol dos direitos da mulher desde que iniciou a sua trajetória militante em 1945, Ana Montenegro não se considerava uma feminista, o que fica evidente a partir da leitura da sua primeira obra publicada. Ela foi sim, por quase 61 anos, uma comunista. E enquanto comunista, seu objetivo principal era acabar com a luta de classes através da revolução do proletariado. No entanto, as perspectivas teóricas de Ana Montenegro trazidas no “Ser ou não ser feminista” devem ser analisadas minuciosamente à luz da sua prática militante, dos movimentos feministas no mundo e no Brasil no determinado momento que construiu a obra, bem como dos pormenores da ideologia marxista e a compreensão e aplicação dessa pelo Partido Comunista Brasileiro. Ocorre que, tal demanda não é objetivo deste capítulo, nem mesmo desta dissertação. Estudos futuros sobre Ana Montenegro talvez permitam a elaboração e discussão mais aprofundada sobre tais questões.

A segunda obra de Ana é de 1985. Trata-se do “Mulheres- participação nas lutas populares” e que foi lançada também na cidade de Londrina, Paraná¹⁵⁶. Nesse livro, a autora traz um compêndio memorialístico sobre as lutas de mulheres no Brasil, enfocando nos anos de 1945 a 1963. Homenageia na obra mulheres que contribuíram para essas lutas, dentre elas, Maria Brandão dos Reis, a mulher que a ensinou “a militar”. Em 1988 foi a vez do seu livro autobiográfico. Narrou o exílio e as suas memórias do pré-exílio naquela obra já neste capítulo por vezes mencionada.

“Uma história de lutas”, “Presença e Participação das Mulheres- datas e fatos”, e “Crônicas e Poemas” são obras de Ana que não apresentam na sua encadernação ano de publicação, embora, durante o processo de pesquisa se tenha notícia através de fotos e encartes de que “Crônicas e Poemas” tenha sido lançado em 1985. Enquanto “Uma história de lutas” traz uma espécie de minibiografia de Carlos Marighella, assim como alguns poemas escritos por Ana e por Marighella; o “Crônicas e Poemas” reúne uma gama de textos publicados em jornais como o *Imprensa Popular*, *Novos Rumos* e *Momento Feminino*, assim como onze poemas de Ana, seis deles também presentes às páginas de “Uma história de Lutas”. Quanto à obra “Presença e Participação das Mulheres- datas e fatos”, seu texto faz um apanhado histórico das lutas de mulheres de 1719 a 1991.

¹⁵⁵ Ibid., p. 33.

¹⁵⁶ Em recorte de jornal encontrado no acervo do NEIM, notícia sem data informando tal feito.

O último dos escritos de Ana Montenegro foi publicado em 2002 em conjunto com a advogada baiana Jardilina de Santana Oliveira. Como propõe o título do livro, elas duas vão “falar de mulheres” em suas páginas. A intenção das autoras é contar as histórias de mulheres que foram relevantes no cenário social baiano. As homenageadas se destacaram ou por sua atuação na militância política, ou no sindicalismo, ou na área da educação, ou mesmo, na área jurídica. São seis as baianas que têm suas trajetórias narradas pelo livro, sendo duas delas as próprias autoras, Ana e Jardilina.

Figura 17 - No lançamento de “Mulheres- participação nas lutas populares em 1985.



Figura 18 - Em foto em 2001 mostrando a capa do “Ser ou não ser feminista” publicado em 1981.



Figura 19 - Autografando o “Tempo de Exílio”. Data desconhecida no ano de 1988.



Pela trajetória política e intelectual, Ana Montenegro recebeu diversos prêmios e homenagens que serão aqui listados:

- 1992-** Comenda Maria Quitéria pela Câmara Municipal de Salvador;
- 1995-** No dia da Mulher, Homenagem feita pela Polícia Militar de Salvador;
- 1996-** Recebeu o Prêmio de Honra ao Mérito da Comissão Especial de Direitos da Mulher da Assembléia Legislativa da Bahia;
- 1997-** No dia da Mulher, Homenagem do Sindicato dos Trabalhadores de Comunicações da Bahia;
- 2001-** Prêmio Direitos Humanos pela Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia;
- 2002-** Homenagem da OAB/BA pela Defesa dos Direitos Humanos;
- 2002-** Prêmio de Direitos Humanos pela República Federativa do Brasil;
- 2004-** Prêmio Carlota Pereira de Queirós de Mulher-Cidadã, pela Câmara dos Deputados em razão da sua atuação em Defesa dos Direitos da Mulher;
- 2005-** Indicada ao Nobel da Paz. Fez parte das 52 mulheres brasileiras entre as mil escolhidas no mundo inteiro;
- 2005-** Título de Cidadã Baiana pela Assembléia Legislativa do Estado da Bahia;
- 2005-** Homenagem da Prefeitura de Salvador por ter sido indicada ao Nobel da Paz;
- 2006-** Homenageada no Projeto Brasileiras Guerreiras da Paz da Natura;
- 2009-** Homenagem no VII Encontro Nacional dos Conselhos da Pessoa Idosa em Salvador;
- 2010-** Através da Lei 7.945/2010 do município de Salvador, uma rua no bairro de São Caetano passa a se chamar Ana Montenegro;
- 2011-** 23ª Medalha de Resistência Chico Mendes;
- 2011-** Ordem do Mérito Cultural na Classe Grã Cruz. República Federativa do Brasil;
- 2014-** Homenageada no II Fórum de Pensamento Crítico sobre os 50 anos do Golpe no Teatro Castro Alves;
- 2015-** Homenagem pelo Centenário de Ana Montenegro pela Câmara Municipal de Salvador;
- 2015-** Homenagem pelo Centenário de Ana Montenegro pela Ordem dos Advogados da Bahia.

Muitos desses prêmios, homenagens e indicações foram feitos quando Ana Montenegro ainda era viva. No entanto, ressalta-se que a memória coletiva sobre os seus feitos continuou lhe rendendo homenagens mesmo após a sua morte em 30 de março de 2006.

1.6 CINZAS VERMELHAS

Era outono. O Golpe havia sido deferido quarenta e dois anos antes naquele mesmo dia. Havia velas, flores e uma bandeira vermelha com a foice e o martelo. Havia povo¹⁵⁷. Jovens, idosos, pessoas comuns, políticos, familiares e amigos. Antes de seu corpo (que perdeu vida na noite anterior por falência múltipla dos órgãos devido à senilidade) ter sido levado para a cremação no cemitério Jardim da Saudade, uma cerimônia aconteceu na Câmara Municipal. Os seus restos virariam, apenas dois dias depois, cinzas vermelhas, pois morreu comunista, como diriam os companheiros do Partidão.

A camarada Ana morreu deixando um legado: sua escrita. Escreveu para muitos jornais e revistas, tornando-se conhecida pelos seus textos presentes às páginas de periódicos diários, semanais, mensais, trimestrais. Preocupou-se ainda na década de 80 em preservar seus escritos e os documentos das lutas de mulheres que participou. Publicou sete obras. Teve o cuidado de criar um arquivo e de doar parte desse para o acervo do Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a Mulher-NEIM na Universidade Federal da Bahia. Ora, ela estava interessada em resguardar o passado que viveu para que ele pudesse ser contado às novas gerações. Seu corpo, cremado no dia 2 de abril de 2006, pereceu logo nas chamas. Sua história, porém, se manteve nas páginas dos jornais, nos seus artigos, nas suas fotos, na memória das mulheres, dos militantes, dos companheiros e companheiras.

Depois da sua morte, a imagem de Ana Montenegro é usada por vezes, de forma simbólica, pelas mulheres e pelos membros do Partido Comunista. Seja homenageando a falecida militante “batizando” o Coletivo de jovens mulheres comunistas que tem ativos em vários estados do país¹⁵⁸ de Coletivo Feminino Classista Ana Montenegro, seja usando o seu nome em campanhas políticas, ou mesmo enaltecendo a figura de Ana nos debates sobre as lutas de mulheres no passado, o fato é que, para alguns, a memória de Ana Montenegro idealiza-se na personagem de uma heroína que viveu as mazelas de uma Ditadura.

Longe de narrar a história dessa superheroína que habita o imaginário dos comunistas, os capítulos seguintes irão analisar através dos jornais e dos acervos do DOPS e do SNI, a trajetória da redatora, “comunista subversa”, militante política, alvo da repressão nacional e internacional, Ana Montenegro.

¹⁵⁷ Em poesia que escreveu em homenagem à morte de Carlos Marighella, Ana escreveu: “Em seu enterro não havia velas, como acendê-las sem a luz do dia? Em seu enterro não havia flores, como colhê-las nesta manhã fria? Em seu enterro não havia povo, como encontrá-lo nesta rua vazia?”. MONTENEGRO, op. cit., 1985b, p. 55.

¹⁵⁸ São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina, Bahia e Rio Grande do Sul são os estados que se tem notícia da existência do Coletivo Feminino Classista Ana Montenegro.

2 ANA E A IMPRENSA

A importância da imprensa, com o seu poder de penetrar, com a sua possibilidade de fazer-se ouvida, mesmo pelos surdos, com a sua capacidade de percorrer distâncias, sem cansaço, é, mais do que nenhum outro, o meio de levar a todas as casas, a palavra do esclarecimento, o apelo à luta...¹⁵⁹.

Como arma de luta, instrumento de propaganda política, “cão de guarda público denunciador dos dirigentes”¹⁶⁰, ou mesmo “agitador e organizador coletivo”¹⁶¹, a imprensa teve grande importância ideológica/cultural e política para os comunistas. Chegou a representar 70% do trabalho do Partido, uma vez que o colocava em contato com as massas como nenhum trabalho partidário poderia fazer¹⁶².

O surgimento da imprensa comunista no Brasil data, inclusive, de período anterior à fundação do PCB. Em janeiro de 1922 foi criada a revista *Movimento Comunista*, que passaria poucos meses depois a ser editada pelo recém fundado Partido. Em seguida, em 1925, surge o jornal *A Classe Operária*¹⁶³, circulando e sendo editado pelo PCB, com muitas interrupções até o ano de 1952¹⁶⁴. De 1922 até a data em que o regime ditatorial se instalou no país, a imprensa comunista passou por um série de mudanças sejam estruturais, sejam nas temáticas trabalhadas pelos periódicos, atingindo o auge na década de 40.¹⁶⁵

Na passagem da década de 30 para a década de 40, por exemplo, a imprensa comunista praticamente inexistia no Brasil, em razão da repressão do Estado Novo. O próprio Partido Comunista figurava na ilegalidade e nacionalmente havia sido desarticulado. Todavia, esse cenário muda com a anistia dos presos políticos, o fim do Estado Novo e o retorno à legalidade do Partido. A política de abertura para as massas refletirá não só no aumento

¹⁵⁹ *O Momento*, edição nº 20, 05 de dezembro de 1947, p. 9.

¹⁶⁰ Sonia Serra comenta opinião de Karl Marx sobre a imprensa: imprensa como “cão de guarda” público, denunciador incansável dos dirigentes. A liberdade de imprensa era vista como direito social no marxismo, ao invés de um direito natural. SERRA, Sonia. *Jornalismo político dos comunistas no Brasil: diretrizes e experiências da “Imprensa Popular”*. **Revista Compólitica**, 2007, p. 24.

¹⁶¹ Sobre a concepção leninista do jornal. SERRA, op. cit., p. 17.

¹⁶² SERRA, op. cit., p. 17.

¹⁶³ **CLASSE OPERÁRIA**. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLASSE%20OPER%C3%81RIA,%20A.pdf>>. Acesso em: 25.jan. 2017 às 10:45h. FERREIRA, Daniela de Jesus. **IMPRENSA COMUNISTA: Um panorama da produção de revistas e jornais do Partido Comunista do Brasil**. Revista eletrônica de discentes em História, UFRB, Cachoeira, v. 2, n.3, 2014.

¹⁶⁴ A partir de 1962 o PCdoB recriou o periódico e tornou-o órgão central do Partido. No site da Fundação Maurício Gabrois existe a informação do acervo do jornal até o ano de 2014. **CLASSE OPERÁRIA**. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=7>>. Acesso em: 25.jan.2017 às 10:32h.

¹⁶⁵ Tanto em quantidade de periódicos editados pelo Partido quanto nas publicações influenciadas por ele, bem como pela ampla circulação desses em território nacional. RUBIM, Albino. **Partido comunista, cultura e política cultural**. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1986, 416f. Tese de Doutorado.

significativo do número de filiados ao Partido a partir de 1945, como também na criação e divulgação das imprensas controladas e influenciadas pelos comunistas.

Com a democratização e legalização do PC as coisas mudam para o partido de forma radical e até inesperada: de 2 a 4 mil filiados na clandestinidade o PC cresce rapidamente até atingir 200 mil, em maio de 1947, quando novamente é tornado ilegal; nas eleições constituintes de 1945, o partido tem quase 10% dos votos, elegendo uma bancada de 1 senador e 14 deputados. Estas modificações extraordinárias nas dimensões do PC terão significativas repercussões na sua imprensa já no ano de 1945¹⁶⁶.

O Partido Comunista entre os anos 1940 e 1950 irá criar uma rede de imprensa voltada para o grande público, conquistando um vasto número de militantes e simpatizantes entre operários, setores profissionais médios e importantes intelectuais. Em julho de 1946, após resolução da III Conferência do PCB, Prestes irá mobilizar uma campanha em prol da Imprensa Popular, com o intuito de criar uma rede de jornais legais em todas as localidades¹⁶⁷. A intenção era que, de fato, a ideologia comunista se espalhasse por todo o território nacional, alcançando um número cada vez maior de adeptos à revolução social.

No entanto, embora a imprensa comunista tenha se difundido por boa parte do país e estabelecido essa rede de jornais e revistas para o grande público (as massas), a maioria da imprensa nacional voltava-se para o conservadorismo, anticomunismo, e para a defesa dos interesses do capital estrangeiro, uma vez que na luta pelos pólos de força durante a Guerra Fria, o Estados Unidos conquistaram sua parcela de influência sob o território brasileiro¹⁶⁸. Manter sua opinião perante a imprensa comum e sustentar toda a gama de periódicos que criou, tornou-se cada vez mais difícil para os comunistas, sobretudo, quando, em 1947 novamente o Partido foi relegado à ilegalidade.

De invasões da polícia à sede dos jornais às dificuldades financeiras enfrentadas pela falta de vendagem dos periódicos ou de publicidade pagante, muitos foram os problemas que assolaram a imprensa comunista até a data que se deflagrou o golpe civil-militar de 1964. Todavia, apesar dos pesares, sejam periódicos legais ou clandestinos; órgãos centrais de publicações de massa; periódicos especializados, ou mesmo os generalistas; a imprensa comunista exerceu, ao longo dos anos 40 a 60, forte influência na cultura nacional, já que oferecia alternativa ideológica àqueles que não concordavam com as mazelas sócio-políticas nacionais, nem com o regime e forma de governo em vigor à época. A crítica ao imperialismo

¹⁶⁶ Ibid., p. 37.

¹⁶⁷ SERRA, op. cit., p. 4.

¹⁶⁸ Ibid., p. 26.

norte-americano e a defesa ao petróleo brasileiro, por exemplo, foram pontos importantes dos escritos comunistas que conquistaram uma série de leitores, haja vista uma parcela de nacionalistas discordantes da crescente influência estrangeira na Nação.

Foi em 20 de março de 1947, quando o PCB ainda figurava na legalidade, que Ana publicou seu primeiro texto em um periódico comunista. A poesia “Direito de um lar”¹⁶⁹ teve como objeto central a operação do Corta-Braço, invasão popular na cidade de Salvador em que os comunistas foram participantes ativos. D’*O Momento* em 1947 até *Novos Rumos* em janeiro de 1964, os escritos de Ana Montenegro e sua atuação política e militante noticiados por essa imprensa, serão foco deste capítulo.

Faz-se necessário ressaltar que os comunistas possuíam um controle sobre as temáticas a serem trabalhadas nos textos divulgados por sua rede de imprensa. Ou seja, os escritos de Ana eram pautados em uma lógica de propaganda ideológica do Partido, embora, reste aqui a dúvida se esse controle se fazia presente da mesma maneira em *O Momento Feminino* como nos demais veículos de imprensa aqui analisados (*O Momento*, *Imprensa Popular* e *Novos Rumos*).

A articulação da imprensa do Partido dava-se via a agência de notícias *InterPress*, que “distribuía notícias internacionais e nacionais, artigos, crônicas e folhetins entre outros materiais e passava para a rede de jornais da Imprensa Popular orientações de como melhor editar esse material”¹⁷⁰. O PCB, além de encaminhar materiais e orientações, exercia outra forma de controle de sua imprensa através da promoção de reuniões periódicas com as direções dos jornais¹⁷¹.

Nesse sentido, vale concluir que se a imprensa comunista como um todo era controlada de acordo com as bases fundamentais do Partido, embora durante um período o objetivo central dos escritos comunistas fosse o de cativar “as massas” (o grande público), foi o viés partidarista que prevaleceu nessas publicações. Em outras palavras, no embate entre imprensa de massas e imprensa partidária, os jornais da rede de controle comunista terminavam por voltar-se quase que exclusivamente para o atendimento das demandas do Partido.

E é primordial entender essas questões antes da análise dos textos de Ana Montenegro para que fique claro que a linguagem e os temas elucidados pela militante nada mais eram que

¹⁶⁹ *O Momento*, edição nº 347, p.2. Mais tarde, em 1985, essa poesia seria publicada no livro “Crônicas e Poemas” à p. 53.

¹⁷⁰ SERRA, op. cit., p. 7.

¹⁷¹ Ibid., p. 8.

versões suas das demandas do Partido Comunista. Por detrás dos escritos de Ana e da Ana redatora e escritora, estava a sua militância política, o seu lugar de pertencimento ao Partido desde os idos de 1945. Tornou-se conhecida pelo que escreveu; tornou-se perseguida pelo que discutiu; mas, acima de tudo, escreveu e debateu os temas que serão aqui abordadas por ter se tornado comunista de “carteirinha” e ter permanecido comunista mesmo quando o Partido enfrentou seus longos períodos de ilegalidade.

2.1 O MOMENTO

Ponta do *iceberg* da rede de imprensa comunista que começou a ser construída em meados da década de 40¹⁷² estava o jornal baiano *O Momento*, que circulou desde 09 de abril de 1945 até novembro de 1957. Jornal com escrita direta, com extrema concisão e simplicidade para poder atingir às massas, guiado pela ciência do marxismo-leninismo-stalinismo, *O Momento* iniciou como semanário e se tornou “Diário do Povo” a partir de 31 de março de 1946, passando a circular, em tese, todos os dias. Em tese porque ao longo dos seus doze anos de existência¹⁷³, o periódico sofreu uma série de interrupções, a exemplo do empastelamento de maio de 1947, ou mesmo, o de 31 de julho de 1953. Toda essa repressão causou a diminuição do número de tiragens, bem como a perda da clientela de publicidades e ações do jornal¹⁷⁴.

O jornal tinha como assuntos principais as demandas da política em âmbito nacional e local, e a atuação do PCB nesse cenário político, sobretudo nos períodos eleitorais; a luta pela PAZ; contra o imperialismo ianque, o anticomunismo e os resquícios do fascismo; a campanha pelo Petróleo nacional; os movimentos sindicais; as lutas sociais; as invasões urbanas; assim como as campanhas pró-Imprensa Popular. Através de reuniões nos bairros, organização de eventos populares, e sabatinas em portas de fábricas, essa imprensa comunista tinha por objetivo influenciar a opinião pública e tornar-se porta-voz do povo.

De acordo com Sonia Serra, pautando-se em testemunhos presentes em processo judicial encontrado no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia sobre o segundo

¹⁷² A primeira peça a ser montada da estrutura. RUBIM, op. cit., p. 38.

¹⁷³ *O Momento* circulou até 1957 pela direção do PCB, todavia, em 1979 o PC do B passou a reeditar o periódico como órgão de imprensa daquele Partido.

¹⁷⁴ RUBIM, op. cit.

empastelamento de *O Momento* em 1953, apesar do jornal ter-se pretendido um periódico com pautas amplas e voltado para as massas, por condições sejam humanas, materiais e gráficas, não conseguiu alcançar tais pretensões durante o período de seu funcionamento¹⁷⁵.

A falta de pessoas para manutenção do trabalho jornalístico, sobretudo, pessoas qualificadas para exercer tais funções, assim como as dificuldades financeiras enfrentadas pelo periódico, é que levaram os comunistas a criar uma série de campanhas como meio de sobrevivência dessa imprensa, a exemplo das campanhas para suprir a demanda de papel¹⁷⁶; para aumento da vendagem dos jornais a partir das vendas realizadas nas ruas pelos militantes, pessoas do povo, e também dirigentes comunistas, muitas vezes com prêmios para aqueles que alcançassem maior destaque nessa atividade¹⁷⁷; e as de repórter popular¹⁷⁸, as quais entregavam nas mãos do povo a tarefa de comando de uma reportagem.

Além das já citadas, outras foram também as campanhas realizadas pelos comunistas através d' *O Momento*: a de recrutamento de novos militantes; a de levantamento de valores para as campanhas eleitorais; e a de reconstrução d' *O Momento* após o empastelamento da redação do jornal em maio de 1947. Nessa última campanha, Ana Montenegro foi referenciada como membro da Comissão pró-reconstrução do jornal *O Momento*.

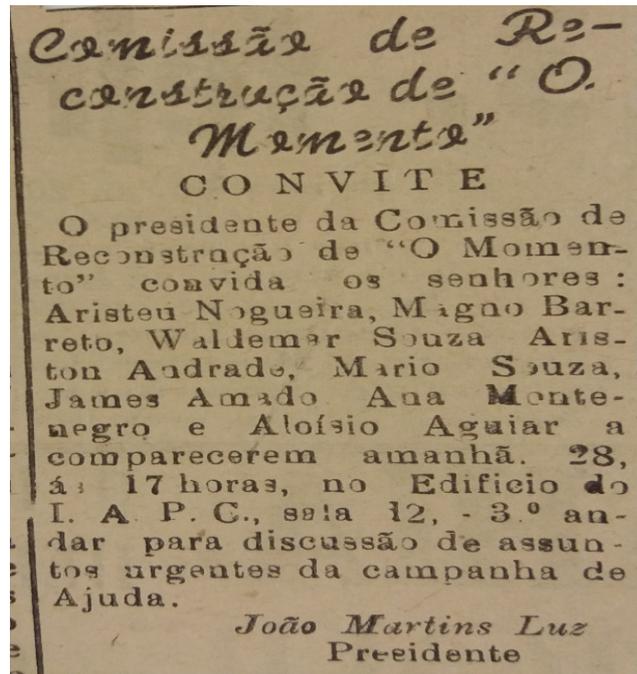
¹⁷⁵ SERRA, op. cit., p. 18-19.

¹⁷⁶ Exemplos: *O Momento*, edição nº 301, 23 de janeiro de 1947, p.1; edição nº 306, 30 de janeiro de 1947, p. 1; edição nº 386, 06 de maio de 1947, p. 6; edição nº 396, 18 de maio de 1947, p. 1.

¹⁷⁷ Exemplos: *O Momento*, edição nº 285, 05 de janeiro de 1947, p. 1; edição nº 289, 10 de janeiro de 1947, p. 1; edição nº 293, 15 de janeiro de 1947, p. 8; edição nº 487, 05 de setembro de 1947, p.2.

¹⁷⁸ Exemplo: *O Momento*, edição nº 300, 22 de janeiro de 1947, p. 3.

Figura 20 - Comissão da reconstrução de “O Momento”



Fonte: *O Momento*, edição n.º 453, 27 de julho de 1947, p. 2.

Juntamente com Mário Alves, Monteiro Lobato e Ariovaldo Matos, Ana Montenegro figura na tese de doutorado de Albino Rubim, na lista de colaboradores d'*O Momento*¹⁷⁹. Todavia, diferentemente dos demais periódicos que serão neste capítulo trabalhados, em *O Momento*, as publicações de autoria de Ana são reduzidas apenas a uma poesia sobre o Corta-Braço na edição de 20 de março de 1947 e a uma reportagem sobre passeata de mulheres cariocas contra a carestia e a fome em julho daquele mesmo ano¹⁸⁰. Por outro lado, seu nome apareceu diversas vezes nas páginas do periódico em notícias sobre campanhas e comícios realizados pelo Partido. Em 16 de outubro de 1946, por exemplo, foi mencionada como oradora ao lado de Jacob Gorender em comício em prol da Imprensa Popular que seria realizado no dia 17 daquele mês no Largo 2 de julho¹⁸¹.

Como candidata a deputada estadual pela legenda do Partido Comunista na Bahia nas eleições de 19 de janeiro de 1947 muitas também foram as notícias veiculadas em *O Momento* sobre Ana. Apesar da Chapa Popular com os candidatos do Partido Comunista ter sido divulgada oficialmente em 15 de novembro de 1946, apenas em 19 de dezembro é que Ana

¹⁷⁹ RUBIM, op. cit., p. 38.

¹⁸⁰ *O Momento*, edição n.º 347, 20 de março de 1947, p.2, e edição n.º 450, 25 de julho de 1947, p.6.

¹⁸¹ *Ibid.*, edição n.º 218, 16 de outubro de 1946, p.2.

Montenegro foi apresentada como nova candidata pelo Partido¹⁸². A partir daquele data, o nome da militante comunista começou a aparecer com mais frequência no jornal até o período das eleições em janeiro de 1947.

Em 22 de dezembro de 1946 Ana falou ao lado de Giocondo Dias e Antonio Marques em comício do PCB em prol da sua candidatura realizado na Estrada da Liberdade¹⁸³. No dia 24 daquele mesmo mês e ano, “Comissão Pró-candidatura de Ana Montenegro Lima” foi organizada pelos moradores do Alto do Perú¹⁸⁴. Em comícios preparatórios ao grande comício “A Bahia a Luiz Carlos Prestes”, Ana Montenegro discursou ao lado de Jaime Maciel no Largo da Mariquita no dia 28, e ao lado do candidato Mário Alves, no dia 29, no Alto do Perú¹⁸⁵.

Em 03 de janeiro de 1947 teve sua foto publicada em *O Momento* juntamente com as fotos de Carmosina Nogueira e Maria Lopes de Melo em notícia sobre as candidatas baianas a deputadas estaduais.

Figura 21 - As candidatas baianas ao cargo de deputado estadual



Fonte: *O Momento*, edição nº 283, 03 de janeiro de 1947, p. 1.

¹⁸² Ibid., edição nº 272, 19 de dezembro de 1946, p.1.

¹⁸³ Ibid., edição nº 275, 22 de dezembro de 1946, p.5.

¹⁸⁴ Ibid., edição nº 276, 24 de dezembro de 1946, p.2.

¹⁸⁵ Ibid., edição nº 276, 24 de dezembro de 1946, p.8; edição nº 278, 27 de dezembro de 1946, p. 2; edição nº 279, 28 de dezembro de 1946, p.2; edição nº 280, 29 de dezembro de 1946, p.2.

Com o candidato Mário Alves e o deputado federal Carlos Marighella, Ana Montenegro pôde mais uma vez colocar em prática sua oratória em comício realizado no Largo da Fonte Nova em 04 de janeiro de 1947¹⁸⁶. Em 08 de janeiro foi a vez de Ana falar sobre sua campanha em entrevista para *O Momento*. Colocando-se enquanto mulher do povo, sem qualquer “título honorífico que saem pelas ruas em cartazes”, a candidata responde questões a respeito de temas como maternidade, natalidade, analfabetismo, situação dos bairros operários, das mulheres, e da previdência social. Em uma de suas respostas ao entrevistador do jornal, Ana Montenegro repete a concepção aceita à época pelos comunistas de que viviam em regime semi-feudal no Brasil.

A lógica marxista seguida pelo Partido era de que todos os países passariam por essas cinco etapas: primeiro a comunidade primitiva, depois a escravidão, na linha seguinte estava o feudalismo e, posteriormente, o capitalismo, para então, em último estágio, ser alcançado o sistema socialista¹⁸⁷. Ora, embora intelectuais comunistas como Caio Prado Jr. Tenham questionado a existência do feudalismo ou semi-feudalismo no Brasil, essa era a ideologia predominante entre os militantes do Partido Comunista naquele ano de 1947 quando Ana concedeu entrevista a *O Momento*, representando, portanto, através de sua fala, a ótica do Partido ao qual estava vinculada. Talvez se não concordasse com a tese, à página d’*O Momento* não seria veiculada tal discordância, uma vez que as pautas da rede de imprensa comunista eram controladas pelo Partido.

No dia 13 de janeiro, Ana Montenegro foi até Candeias com sua campanha eleitoral. Desmascarando os latifundiários que muitas promessas fizeram ao povo de Candeias durante as eleições de 2 de dezembro de 1945, a candidata foi, segundo a notícia, bem aplaudida pelos trabalhadores do Conselho Nacional do Petróleo. Ainda conforme a fonte, os trabalhadores do petróleo possuíam extrema simpatia pelos comunistas- verdadeiros defensores da riqueza nacional, tendo contribuído financeiramente para a campanha da Chapa Popular. A questão do petróleo era uma das pautas centrais do Partido Comunista veiculada em sua rede de imprensa. Em *O Momento* essa pauta se fez presente em diversas ocasiões no ano de 1947, a exemplo da reportagem à capa do jornal em 15 de maio com o título “Os imperialistas querem

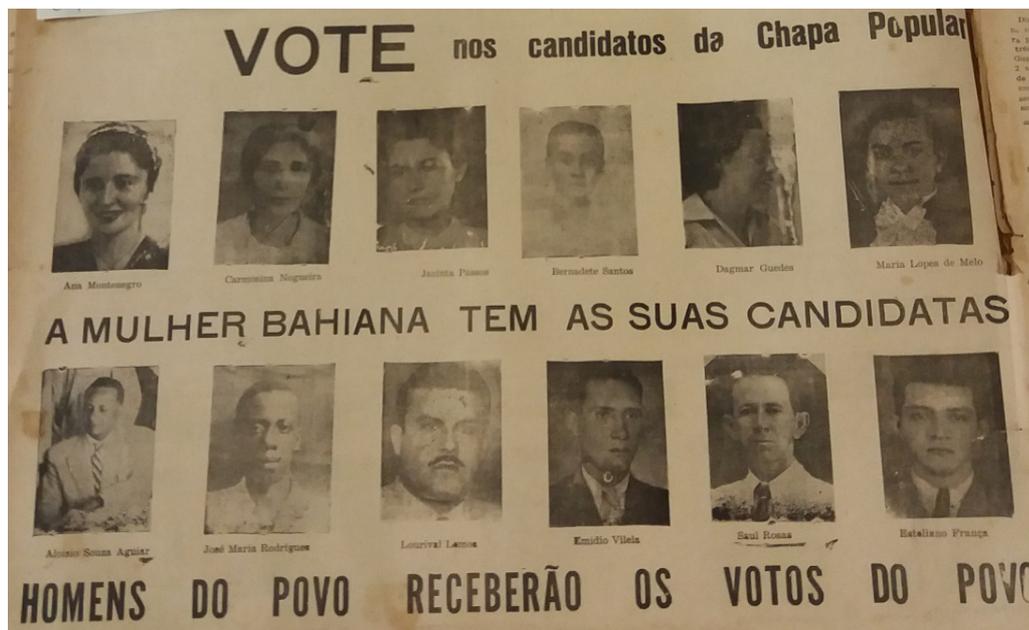
¹⁸⁶ *O Momento*, edição nº 284, 04 de janeiro de 1947, p. 8.

¹⁸⁷ MENDES, Claudinei Magno Magre. **A questão do feudalismo no Brasil**: um debate político. Notandum 32 CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, maio-ago 2013, p. 199-212.

apossar-se do nosso petróleo”, e no texto da edição de 10 de agosto “Só pelos brasileiros deve ser explorado o nosso petróleo”¹⁸⁸.

Em 16 de janeiro, outro comício foi realizado pela vitória dos candidatos da Chapa Popular na Praça da Sé. Ana Montenegro foi a única mulher junto com os comunistas Almir Matos, Carlos Marighella, Giocondo Dias, e João dos Passos, que subiu naquele dia no palanque para discursar¹⁸⁹. Depois desse comício, só na véspera das eleições seu nome foi novamente mencionado no jornal junto com os demais candidatos do Partido, lembrando aos leitores do periódico quem seriam esses para que pudessem proceder a devida votação no dia seguinte.

Figura 22 – Candidatos pela Chapa Popular



Fonte: *O Momento*, edição nº 298, 18 de janeiro de 1947, p.6.

O resultado da apuração dos votos válidos foi divulgado n’*O Momento* em 31 de janeiro, e com 73 votos, Ana foi a segunda candidata mais votada da legenda do Partido¹⁹⁰, embora o número possa parecer nos dias atuais um tanto quanto irrisório. Para estabelecer uma comparação, por exemplo, o candidato mais votado do Partido, o eleito a deputado

¹⁸⁸ Ibid., edição nº 394, 15 de maio de 1947, p. 1; edição nº 465, 10 de agosto de 1947, p. 2.

¹⁸⁹ Ibid., edição nº 293, 17 de janeiro de 1947, p. 1.

¹⁹⁰ A primeira mais votada foi Bernadete Santos com 88 votos.

estadual Giocondo Dias, obteve 1.192 votos, sendo ele militante antigo do Partido, filiado desde meados da década de 30, ex-integrante da ANL, membro do Comitê Estadual do Partido na Bahia, e do Comitê Central do Partido (desde 1946).

Se pensarmos na recente trajetória de Ana no PCB (a filiação se deu apenas em 2 de julho de 1945), bem como na história das mulheres na política brasileira (que só tiveram garantido o direito ao voto com o Código Eleitoral em 1932¹⁹¹), assim como no menor contingente populacional da época, e também na não obrigatoriedade de votação aos analfabetos e menores de 18 anos em uma população que possuía um índice de mais de 50% de analfabetismo entre os jovens de 15 anos ou mais¹⁹², o número de votos que Ana Montenegro recebeu não pode ser considerado irrelevante do ponto de vista político e sociocultural.

Apesar de reduzido número de publicações de sua autoria em *O Momento*, é possível perceber, através da análise do periódico, que Ana Montenegro começou, ainda na Bahia, entre os anos de 1946 e 1947, a tornar-se conhecida dentre os comunistas, seja pelas campanhas que participou ativamente em nome do Partido e/ou mesmo do periódico, seja pela sua oratória nos comícios que discursou; ou pelas demandas femininas que tomou parte; ou até mesmo pela candidatura a deputada estadual. Os anos que seguiram a 1947 não foram neste trabalho analisados em razão do retorno de Ana Montenegro ao Rio de Janeiro e posterior dedicação da militante à fundação e colaboração do periódico *O Momento Feminino*.

Após as eleições de janeiro e posterior divulgação dos resultados, há notícia em *O Momento* da presença de Ana em homenagem a Olga em fevereiro de 1947. Na ocasião, na solenidade pública “Os antifascistas a Olga Benário Prestes”, realizada na Associação de Empregados no Comércio, estavam “cooperando entusiasmadamente” com o evento as células femininas do PCB, que entendiam ser a homenagem importante por servir de reafirmação para a luta da mulher baiana¹⁹³. Em março daquele ano, Ana proferiu Conferência no Pilar em homenagem ao Dia da Mulher¹⁹⁴. Na mesma edição, teve o seu primeiro texto nas páginas de *O Momento* publicado, tratando-se da poesia do Corta-Braço, intitulada “O Direito de um Lar”¹⁹⁵

¹⁹¹ CEVA, Antonia; SCHUMAHER, Schuma. **Mulheres no Poder**. Trajetórias na política a partir das lutas sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015, p. 87.

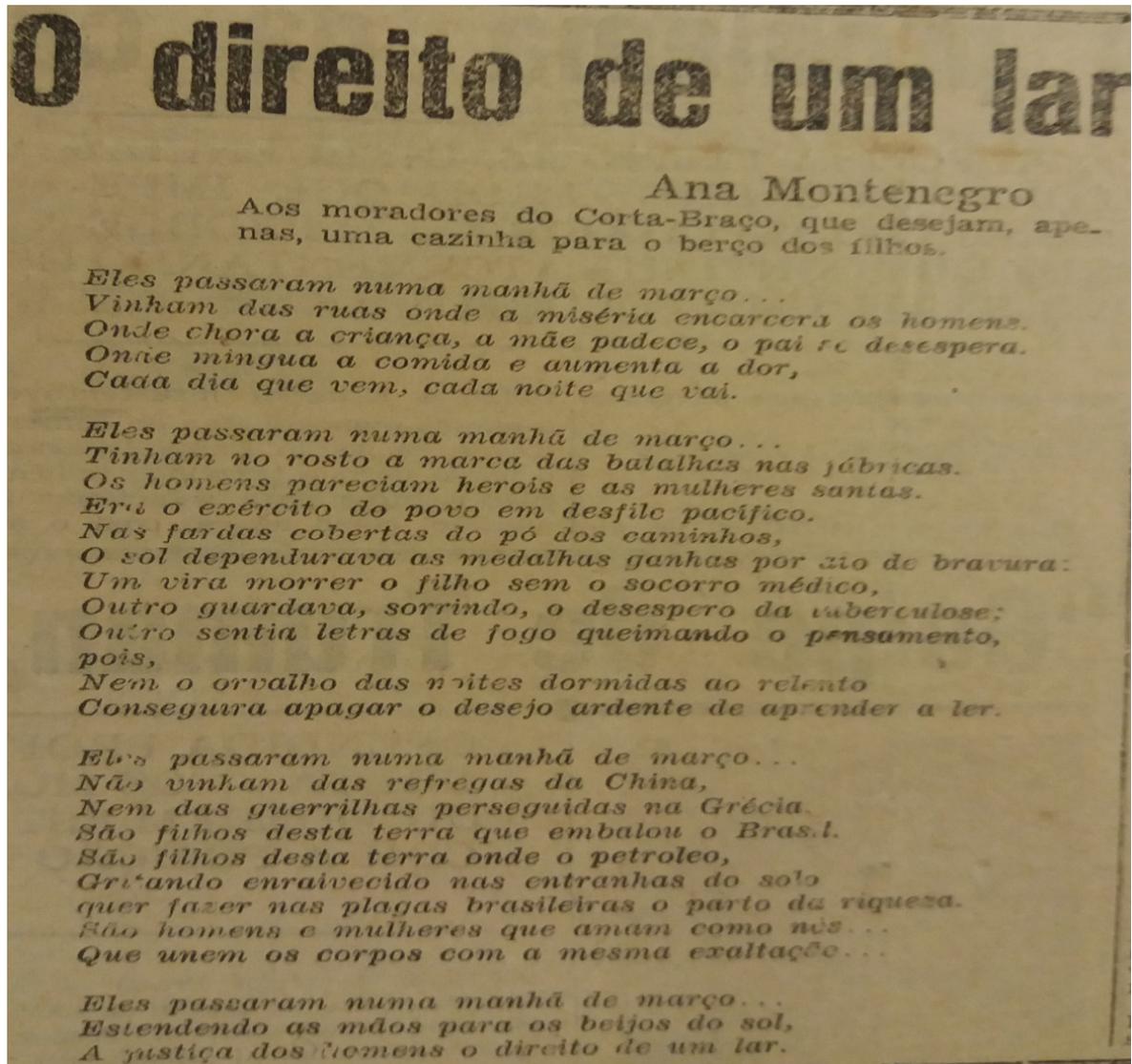
¹⁹² **MAPA DO ANALFABETISMO NO BRASIL**. Brasília: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p.8.

¹⁹³ *O Momento*, edição nº 317, 12 de fevereiro de 1947, p. 1.

¹⁹⁴ *Ibid.*, edição nº 337, 08 de março de 1947, p. 4.

¹⁹⁵ A poesia foi novamente publicada pela autora com outro título em sua obra “Crônicas e Poemas” em 1985 (Aos posseiros do Corta-Braço). MONTENEGRO, Ana. **Crônicas e Poemas**. Salvador, 1985b, p. 53.

Figura 23 - Poema “O direito de um lar”



Fonte: *O Momento*, edição nº 337, 08 de março de 1947, p. 2.

O Corta-Braço, atual bairro Nova Pero Vaz foi uma das invasões em que o Partido Comunista e o jornal *O Momento* participaram ativamente. De acordo com Albino Rubim, as invasões, um dos assuntos privilegiados por esse órgão da imprensa comunista teriam começado a ocorrer na Bahia a partir de 1947¹⁹⁶. Todavia, apesar do fatídico dia de embate no Corta-Braço com o apoio dos comunistas ter acontecido em 02 de março daquele ano, a invasão nas terras do italiano Francisco Pelozzi iniciou-se em setembro de 1946¹⁹⁷.

¹⁹⁶ RUBIM, op. cit., p. 38.

¹⁹⁷ *O Momento*, edição nº 331, 01 de março de 1947, p. 1.

Como narra Ana em sua poesia, movidos pelo desejo do direito à moradia para sua família, um lar para seus filhos, vindos de “onde a miséria encarcera os homens”; homens e mulheres tornaram-se o que ela caracterizou como os moradores do Corta-Braço. Eles invadiram as terras desocupadas e improdutivas que pertenciam a um italiano e lá começaram a construir suas casas. Como em pouco tempo a vasta extensão de terra foi rapidamente ocupada, há a desconfiança de se a invasão foi uma atividade do partido previamente combinada com o povo ¹⁹⁸. Essa, no entanto, não foi a opinião trazida pelo comunista Ariovaldo Matos também colaborador d’*O Momento*, em seu romance sobre o Corta-Braço¹⁹⁹.

Partindo em defesa da não autoria da invasão do Corta-Braço pelos comunistas-embora tenha reconhecido a ativa participação desses, do Partido e do jornal *O Momento*, na “operação do Corta-Braço”; trazendo uma narrativa rica em detalhes sobre a capital baiana nos anos de 1946 e 1947; Ariovaldo Matos vai mesclar, no seu romance, realidade²⁰⁰ e ficção de maneira criativa e minuciosa. Ao mesmo tempo em que cria nomes e histórias fictícias sobre os envolvidos na verídica ocupação, traz a tona em seu texto, personagens políticos e partidários reais, a exemplo do presidente Eurico Gaspar Dutra, do então candidato a governador Otávio Mangabeira, do deputado federal pelo Partido Comunista, Carlos Marighella, do dirigente nacional do Partido, Luis Carlos Prestes, e do diretor do jornal *O Momento*, o advogado João da Costa Falcão.

Para Ariovaldo, as primeiras casas foram construídas no Corta-Braço em meados de julho de 1946. O terreno era de propriedade de um italiano, todavia, foi criada uma personagem com o nome fictício de Aníbal Montecano para representar o verdadeiro proprietário dos terrenos. Acerca da personagem principal da narrativa, Mário, embora não se fale o sobrenome dele no texto, pode-se inferir que Ariovaldo inspirou-se para criá-lo na história do jornalista baiano Mário Alves que coincidência ou não iniciou sua trajetória de militante comunista naquele período e foi também colaborador d’*O Momento*.

Temas abordados na ficção foram, de fato, realidade política no tempo em que o romance é ambientado, a exemplo do anticomunismo e propaganda nacional contrária à União Soviética. Em debate retrospectivo sobre Aliança Nacional Libertadora e o anti-fascismo no Brasil, Ariovaldo Matos também alcançou aproximação entre a ficção narrada e os fatos históricos. Outras questões pertinentes nesse debate entre história e ficção no romance de

¹⁹⁸ Ariovaldo Matos em seu romance cita que o jornal *A Tarde* havia veiculado à época tal informação. MATOS, Ariovaldo. **Corta-braço**. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988, p. 143.

¹⁹⁹ MATOS, op. cit.

²⁰⁰ Ao tratar do jornal *O Momento* no jornal, Ariovaldo Matos dá o endereço real da redação do periódico à Ladeira de São Bento, nº 16.

Ariovaldo merecem destaque: a posição do povo e dos comunistas com relação a Otávio Mangabeira; e a apologia à luta armada pelo Partido Comunista.

O Corta-Braço foi utilizado como palco político de diversos candidatos que se comprometiam em resolver a questão “em troca” do apoio daqueles moradores nas eleições de janeiro. A candidatura de Otávio Mangabeira a governador nas eleições de janeiro de 1947 foi apoiada pelo Partido Comunista. Como uma das promessas de campanha de Mangabeira, estava a desapropriação dos terrenos do Corta-Braço, fato que não só lhe rendeu muitos votos, como também o tornou, por um breve espaço de tempo, um verdadeiro herói para os moradores daquele bairro, quando conseguiu, finalmente declarar a utilidade pública dos terrenos em 20 de abril de 1947.

No entanto, o apoio ao seu governo não duraria muito, pois já em junho de 1947²⁰¹ quando o governador elogiou demasiadamente o presidente Dutra, a imprensa comunista começou a questionar a política contraditória de Mangabeira. Em seguida, em julho, passou a ser referenciado pelo periódico como traidor do povo por esquecer-se dos seus compromissos e apoiar a cassação dos mandatos dos comunistas²⁰². Essa dualidade política e “a traição” aos comunistas foi denunciada por Ariovaldo Matos, embora na época em que o romance se passou não se tinha uma noção da maneira como Mangabeira iria agir com relação à cassação dos mandatos dos comunistas; no entanto, por ter sido escrito anos mais tarde, Matos terminou por desacreditar em algumas falas de seus personagens o governador baiano²⁰³.

Ana Montenegro mencionou em carta para Maria Brandão dos Reis uma noite no dia 1º de março de 1947 que teriam dormido na invasão do Corta-Braço juntas em atividade política²⁰⁴. De acordo com o comunista Ariovaldo Matos, muitos teriam sido os membros do Partido que como Ana teriam dormido nos terrenos do Corta-Braço realizando atividade política. No romance Ariovaldo conta a história de personagens que eram membros do Partido e que construíram casas no local como meio de poder lutar ao lado do povo pela ocupação, assim como organizar aquela população para defender seus direitos.

Se Ana Montenegro foi uma dessas militantes designadas para ocupar, construir moradia no terreno e organizar uma célula do Partido no Corta-Braço não se tem notícia. O que se sabe é que a data que dormiu no terreno condiz com a véspera da ameaça de despejo dos moradores em razão de decisão judicial autorizando a reintegração de posse em favor do

²⁰¹ *O Momento*, edição nº 423, 23 de junho de 1947, p. 2.

²⁰² *Ibid.*, edição nº 444, 17 de julho de 1947, p. 1; edição nº 445, 18 de julho de 1947, p. 2.

²⁰³ Sobre Mangabeira “Prometeu a Giocondo Dias que se for eleito desapropriará as terras. Mas, o velho é treteiro... Vamos ver!”. MATOS, op. cit., p. 135.

²⁰⁴ MONTENEGRO, Ana. **Mulheres-** participação nas lutas populares. Salvador: M&S, 1985a, p. 59-60.

proprietário. De acordo com o autor do “Corta-Braço”, a defesa dos terrenos pelos moradores através da luta armada foi sugerida pelo então diretor d’*O Momento*, o advogado João da Costa Falcão, uma vez na fala da personagem criada na obra, a lei e a polícia serviam aos ricos e às autoridades controladas por esses.

Após a publicação da poesia sobre o Corta-Braço em março de 1947, Ana seria referenciada apenas mais duas vezes no periódico *O Momento*. Em 25 de julho, seu segundo texto foi publicado²⁰⁵, tratando-se de uma reportagem sobre passeata de donas-de-casa cariocas que se manifestaram contra a carestia no Distrito Federal. Segundo a reportagem, os policiais além de não terem sido violentos com essas mulheres e opondo-se ao movimento, ainda contribuíram para que a passeata alcançasse sucesso. Nesse sentido, Ana Montenegro concluiu que tal manifestação serviu de exemplo das mulheres cariocas para as mulheres baianas no tocante à luta por seus direitos.

A última referência diz respeito à participação de Ana na Comissão em prol da reconstrução do jornal²⁰⁶, já que esse órgão da imprensa comunista sofreu empastelamento em maio daquele ano e vinha circulando com tiragens reduzidas desde o ocorrido. Em convocação para a reunião da Comissão, foram citados os nomes de Aloísio Aguiar, Aristeu Nogueira, James Amado, Magno Barreto, Mario Souza e Waldemar Souza como os demais membros, figurando Ana novamente como única mulher do grupo. Na convocação o endereço mencionado era o do Edifício do I.A.P.C, sala 12, 3º andar, local em que funcionou a redação do periódico entre 27 de julho e 13 de agosto daquele ano, quando retornaria ao endereço antigo à Ladeira de São Bento, nº 16.

Ainda sobre *O Momento* é importante ressaltar que não possuía uma sessão feminina, embora no Partido já existissem células femininas espalhadas pela Bahia, visando o debate sobre demandas específicas das mulheres. *O Momento* foi criado em um período de relativa abertura política; era para os comunistas “a hora de aparecer” através da sua imprensa; conquistar as massas; recrutar novos filiados. Era, portanto, “o momento” dos comunistas! No entanto, às mulheres comunistas não restava lugar nessa imprensa para que pudessem abordar as questões relativas as suas próprias demandas. Nesse sentido, é possível dizer que a elas era necessário um *Momento Feminino* para discussão das temáticas relevantes às lutas de mulheres; um espaço próprio de reflexão; lugar de dar voz às mulheres do povo, suas queixas, seus conflitos diários; de relato sobre os movimentos femininos que estavam sendo configurados em todo o país.

²⁰⁵ *O Momento*, edição nº 450, 25 de julho de 1947, p. 6.

²⁰⁶ *Ibid.*, edição nº 453, 27 de julho de 1947, p. 2.

2.2 O MOMENTO FEMININO

Em 25 de julho de 1947, uma sexta-feira, saiu a primeira edição do semanário *O Momento Feminino*. Variando entre sete²⁰⁷ e quarenta e uma páginas²⁰⁸, com o *slogan* de um “Jornal para seu lar” (*slogan* esse que desapareceria a partir de abril de 1948²⁰⁹), o periódico seguiu sendo publicado até a edição nº 118 em 1956. Ao longo dos anos a publicação que deveria ser semanal²¹⁰, passou a ser cada vez mais esparsa, chegando a ser trimestral no último ano de sua circulação. Outras variações no correr dos anos podem ser observadas, como a mudança no valor que o periódico era comercializado e o local da sua redação e administração.

De julho de 1947 até agosto-setembro de 1952²¹¹, *O Momento Feminino* foi vendido ao preço de Cr\$ 1,00, passando a ser comercializado a Cr\$ 2,00 em outubro/novembro de 1952²¹². Novamente o preço subiria em outubro/novembro/dezembro de 1953²¹³ (para Cr\$3,00), e em 1955²¹⁴ (para Cr\$ 4,00). Ora, sem fins lucrativos e divulgando em várias edições as suas contas, mostrando através delas a dificuldade financeira em manter um periódico que não pagava por suas matérias e reportagens, o aumento no valor da comercialização era estratégia de sobrevivência do mesmo. Em junho de 1948, quando o jornal deixou de circular por três semanas, em nota explicativa na seção “Nossos Problemas”, era colocada pela primeira vez a falta de verbas para sua manutenção²¹⁵.

De acordo com Marcela Cristina de Oliveira Morente, “o financiamento para a publicação do jornal se mostrou emblemático desde o início, pois o lançamento de um volume dependia sempre do valor arrecadado pela venda do volume anterior”²¹⁶. Em outras palavras, se não havia venda suficiente do volume anterior, daí a não possibilidade de publicação da nova edição, e a razão pela qual as publicações não terem tido condições para se manterem

²⁰⁷ *O Momento Feminino*, edição nº 13, 17 de outubro de 1947; e edição nº 41, 11 de novembro de 1948.

²⁰⁸ *Ibid.*, edição nº 115, 1955.

²⁰⁹ *Ibid.*, edição nº 37, 16 de abril de 1948.

²¹⁰ Conforme assim é caracterizado em texto da diretora Arcelina Mochel na coluna “Nossos Problemas”. *O Momento Feminino*, edição nº 1, 25 de julho de 1947, p.2.

²¹¹ *Ibid.*, edição nº 95.

²¹² *Ibid.*, edição nº 96.

²¹³ *Ibid.*, edição nº 102.

²¹⁴ *Ibid.*, edição nº 115.

²¹⁵ *Ibid.*, edição nº 41, 11 de junho de 1948, p.2.

²¹⁶ MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o mundo público**. Movimentos de Mulheres (1945-1964). 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016, p.97.

semanais a partir de fevereiro de 1948²¹⁷. Em 1948, antes mesmo de *O Momento Feminino* completar um ano da sua existência, e apesar de ter sido esse o ano com maior número de edições (30 no total), já se notava a dificuldade na manutenção dessa imprensa feminina.

O baixo orçamento com o qual contava *O Momento Feminino* talvez tenha sido a razão da série de mudanças de endereço durante os quase nove anos em que foi publicado²¹⁸. Outra hipótese que pode ter levado à mudança sucessiva de endereço diz respeito à circulação de temáticas pertinentes às bandeiras comunistas e grande parte das suas colaboradoras estarem ligadas ao Partido, sendo a mudança contínua do endereço da redação uma estratégia de segurança do periódico e de sua equipe.

De acordo com Iracélli da Cruz Alves,

apesar do investimento em agregar diversos grupos feministas, o jornal *Momento Feminino* era amplamente influenciado pelo Partido Comunista do Brasil. Além de ter sido dirigido quase exclusivamente por mulheres comunistas, o periódico foi largamente divulgado por parte da imprensa vinculada ao PCB²¹⁹.

O Momento Feminino colocou-se desde a sua primeira edição como órgão auxiliar de luta de todas as mulheres, mas, por ter como fundadoras e colaboradoras, em sua maioria, mulheres vinculadas ao Partido Comunista, era amplamente influenciado pela ideologia do Partido, não aceitando, por exemplo, caracterizar-se como uma imprensa feminista. A luta das feministas era para os comunistas, a exemplo de Carlos Marighella, uma luta pequeno-burguesa e divisionista. Ora, conforme restou explicado no capítulo anterior, a própria Ana Montenegro nunca aceitou o feminismo, seja ele o clássico ou o neofeminismo. Nesse sentido, apesar de tratar-se de uma imprensa feminina, pode-se dizer que *O Momento Feminino* foi indiretamente controlado pelo Partido, uma vez que exercia parcela de influencia sobre a maioria das mulheres que escreviam para o jornal.

²¹⁷ *O Momento Feminino*, edição nº 29, 13 de fevereiro de 1948. Primeira edição em que se começou a pular as semanas de publicação do periódico.

²¹⁸ Inicialmente sediada à Av. do Lavrado, nº 55, 1º andar, sala 14, a redação do jornal passaria à Av. Rio Branco, nº 257, sala 715, a partir de março de 1948 (ed. nº 32, de 05 de março). Em março de 1951 (ed. nº 82, p.4), novo endereço era anunciado: R. Evaristo da Veiga, nº 16, sala 808. Em novembro de 1954, há mais uma modificação na localização da redação, dessa vez para a Av. Almirante Barroso, nº 97, 10º andar, sala 1.008, mas essa não seria a última mudança de endereço. Em 1955, mais duas localizações novas foram anunciadas: a primeira na Av. Nilo Peçanha, nº 12, sala 426 (ed. nº 111, p.3) ; a segunda na Av. 13 de maio, nº 23, 15º andar, sala 1515 (ed. nº 115, p.26).

²¹⁹ ALVES, Iracélli da Cruz. **A POLÍTICA NO FEMININO: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)**. 2015. 240f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016, p. 92.

No tocante à exclusividade feminina no periódico, pode-se perceber, a partir de junho de 1948 que começam a aparecer nomes de homens como colaboradores do periódico, a exemplo de Danilo Perestrelo, Flaviano Pereira, Jorge de Lima, José Morais, Mário Lago e Oscar Meira²²⁰. Uma lista com o nome de quinze mulheres aparece na primeira edição de *O Momento Feminino*²²¹, nomes esses que foram modificados agosto de 1947²²², excluindo algumas mulheres e encaixando outras, formando uma nova lista de quatorze mulheres que figuram exclusivamente como colaboradoras do jornal. Todavia, a presença de homens no periódico não exclui a afirmação de que sua direção era feita por mulheres. Da primeira à última edição, Arcelina Mochel figurou como diretora do periódico.

O editorial de apresentação foi assinado por Arcelina Mochel, que ocupou o cargo de diretora d'*O Momento Feminino* da primeira a última edição, em fevereiro de 1956. Nesse texto inaugural, Mochel argumentava que as mulheres, colaboradoras indispensáveis em todos os assuntos da vida nacional, necessitavam de uma arma na imprensa capaz de organizar as mulheres dos mais diferentes lugares do país em uma frente única, e o lançamento de *O Momento Feminino* vinha para suprir essa necessidade²²³.

Apesar de ser editado na cidade do Rio de Janeiro, *O Momento Feminino* conseguiu ser essa “arma na imprensa capaz de organizar as mulheres os mais diferentes lugares do país”, uma vez que era comercializado em diversas regiões. Conforme Ana Montenegro em “Mulheres- participação nas lutas populares”

foi um jornal muito útil no decurso de seus dez anos de vida, coordenando o trabalho de todas as organizações femininas então existentes, difundindo experiências e os seus programas, contribuindo para a conscientização das mulheres. Era vendido nos seguintes Estados e Municípios: Bahia, Ceará, Distrito Federal (Rio), Anápolis (Goiás), todas as cidades do Triângulo Mineiro, Belo Horizonte (Minas Gerais), Pernambuco, Paraná, Estado do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo- Capital e em Santo Amaro, Santo André, Santos, Tatuaté, Sergipe, Goiânia (Goiás), São Luiz (Maranhão), Santa Catarina, Paraíba, Mato Grosso, Belém (Pará). Em suas páginas encontramos a maioria das resenhas das organizações femininas: congressos, conferências, assembleias, programas²²⁴.

²²⁰ *O Momento Feminino*, edição nº 43, 25 de junho de 1948, p.1.

²²¹ *Ibid.*, edição nº 1, 25 de julho de 1947, p.1.

²²² *Ibid.*, edição nº 03, 08 de agosto de 1947, p.1.

²²³ MORENTE, op. cit., p.97.

²²⁴ MONTENEGRO, op. cit., 1985a, p. 51.

Além da citada Arcelina Mochel, diretora do início ao final da existência do periódico, outros nomes de mulheres podem ser listados como fundadoras de *O Momento Feminino*. Conforme Ana o jornal foi fundado

por um grupo de mulheres cujos nomes devem ser conhecidos pelos serviços que prestaram, guardando nas páginas de um jornal para as mulheres, feito por mulheres, a memória de uma década de lutas: Eneida Moraes, jornalista e escritora, Sílvia Chalreo, pintora, Arcelina Mochel, advogada e líder feminina, eleita vereadora pelo Rio de Janeiro em 1946; Heloísa Ramos e Luísa Lebon Regis²²⁵.

Ora, dos quatro nomes mencionados por Ana, apenas Luísa Lebon Regis não figura dentre as quinze mulheres listadas na primeira edição de *O Momento Feminino*. Em pesquisa no acervo de *O Momento Feminino* na hemeroteca digital pelo nome da mencionada Luísa, apenas uma menção ao seu nome aparece. Ela figura na lista de nomes que se unem em uma Comissão em prol da defesa do mandato de Arcelina Mochel²²⁶. O nome de Ana Montenegro também aparece listado, e embora a mesma não se coloque como uma das fundadoras do periódico há fontes que assim a caracterizam.

Para Albino Rubim, Ana Montenegro foi uma das diretoras do periódico ao lado de Arcelina Mochel²²⁷. No “Falando de Mulheres” ela foi caracterizada como uma das fundadoras “do extinto jornal Momento Feminino”²²⁸. Já o “Dicionário Mulheres do Brasil- de 1500 até a atualidade” afirmou que Ana Montenegro “teve papel ativo na criação do jornal *Momento Feminino*, editado por cerca de 10 anos, a partir de 1947, pelo movimento de mulheres comunistas”²²⁹. De acordo com Marcela Morente,

durante os nove anos de existência de *Momento Feminino*, algumas colaboradoras acabaram tendo destaque, tanto pela constância quanto pela qualidade de seus textos que, muitas vezes, abordavam polêmicas e tabus para a sociedade da época. Dentre as principais colaboradoras temos: Ana Montenegro, Nice Figueiredo e Arcelina Mochel Goto.²³⁰

Nesse sentido, Elza Dely Veloso Macedo em tese de doutoramento pela Universidade Federal Fluminense alega que

²²⁵ Ibid., p. 51-52.

²²⁶ *O Momento Feminino*, edição nº 23, 26 de dezembro de 1947.

²²⁷ RUBIM, op. cit., p.51.

²²⁸ MONTENEGRO; OLIVEIRA, op. cit., p. 49.

²²⁹ BRAZIL;SCHUMAHER, op. cit., 2000, p. 60.

²³⁰ MORENTE, op. cit., p. 99.

muitas foram as colaboradoras do jornal (por alguns designado Revista) “O Momento Feminino” porém, pela constância e densidade da colaboração há que se destacar as contribuições de Nice Figueiredo, Eneida, Ana Montenegro e Arcelina Mochel Goto²³¹.

Ana Montenegro, apesar de inquestionável colaboração ao *Momento Feminino*, foi apenas listada no rol de colaboradoras na última edição do periódico.

Figura 24 - Colaboradoras d’*O Momento Feminino*



Fonte: *O Momento Feminino*, edição nº 118, 1956, p.3.

Todavia, ela é configurada como redatora do jornal desde novembro de 1947, quando entrevistou a representante da mulher boliviana Hortensia Terragas que estava no Brasil para proferir conferência no dia 14 no Salão do Instituto dos Arquitetos no Rio de Janeiro. No fragmento de reportagem aparece inclusive foto dela com a conferencista.

²³¹ MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta!** Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha- uma militante. 2001. 300f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002, p. 172.

Figura 25 - Ana entrevistando Hortensia Terragas



Fonte: *O Momento Feminino*, edição nº 16, 07 de novembro de 1947, p.4.

Novamente em novembro daquele ano²³², Ana foi mencionada como redatora de *O Momento Feminino* representando o periódico na Mesa Redonda da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino – F.B.P.P.F. Em abril de 1948, foi denominada como companheira e parabenizada pela equipe da redação pelo seu aniversário no passado dia 13 daquele mês.

Figura 26 - Mensagem pelo aniversário de Ana



Fonte: *O Momento Feminino*, edição nº 37, 16 de abril de 1948, p.10.

²³² *O Momento Feminino*, edição nº 18, 21 de novembro de 1947.

Em pesquisa ao acervo de *O Momento Feminino* pelo nome “Ana Montenegro” na hemeroteca digital, durante os quase nove anos²³³ de edição e publicação do periódico, constatou-se trinta e uma ocorrências. Todavia, em análise de edição por edição do acervo, foram encontradas quarenta ocorrências com o nome “Ana Montenegro”. O erro no sistema ao buscar todas as menções à Ana no periódico se deu em decorrência de algumas edições estarem com suas letras um pouco apagadas, dificultando assim, a pesquisa por palavras. No entanto, chegado ao número correto de vezes em que Ana Montenegro figurou nas páginas d’*O Momento Feminino*, cabe aqui uma síntese desse mapeamento e a análise de algumas de suas publicações.

Foram doze as vezes em que o título “Ana Montenegro” foi mencionado como: ou por algum evento em que Ana esteve presente, apoio a sua presença nesses, ou tese apresentada em algum desses eventos: jornalista que secretariou os trabalhos na sala de Conselho da A.B.I sobre a Lei de Segurança; redatora do *O Momento Feminino* em palestra com Hortensia Terragas; uma das três redadoras do periódico que compareceria à Mesa Redonda da F.B.P.P.F.; apresentou a tese “Imprensa Feminina- Fatos de Educação”; delegada da Organização Brasileira em Defesa da Paz e da Cultura na Convenção Feminina do Distrito Federal; apoio d’*O Momento Feminino* às redadoras do periódico que compareceram naquele 8 de março, dentre elas, Ana; ou por uma mensagem parabenizando por seu aniversário; ou em referência a ter sido membro de alguma comissão ou defensora de alguma campanha (Comissão em defesa do cargo de Arcelina Mochel; Campanha de Ajuda à Imprensa Feminina); ou mesmo como colaboradora do periódico (em mensagem de parabéns por um ano da Revista, a União Democrática Feminina da Bahia cita Ana como umas das colaboradoras dessa; é listada como uma das colaboradoras de *O Momento Feminino*²³⁴).

Reconhecida por sua capacidade para a escrita poética, Ana Montenegro teve, nas páginas d’*O Momento Feminino* seis das suas poesias publicadas. De acordo com Moema Gramacho no documentário *CamaradAna*, “através da sua poesia ela também falava da luta”, ou seja, os poemas de Ana expressavam as questões pelas quais lutava²³⁵, pelas quais defendia suas causas, como veremos a seguir.

²³³ Contagem por data corrida, ao invés da contabilização por ano de publicação que Ana Montenegro em “Mulheres- participação nas lutas populares” fez (MONTENEGRO, op. cit., 1985a, p.51) e o “Dicionário Mulheres do Brasil- de 1500 até a atualidade” também (BRAZIL; SCHUMAHER, op. cit., 2000, p. 60).

²³⁴ Respectivamente: *O Momento Feminino*, edições nº 12, p. 5; nº16, p.4; nº 18, p.10; nº 20, p.9; nº 57, p.4 (2 ocorrências), nº 37, p.10; nº 58, p. 2; nº 23, p.2; nº 81, p.6; nº 46, p.10; nº 118, p.3.

²³⁵ Amábilia Almeida em fala para o documentário *CamaradAna* argumenta que “Ana foi uma pessoa que através de sua poesia conseguiu resgatar e trazer até os jovens figuras como Martin Luther King, Carlos Marighella, Chico Mendes, nosso ambientalista”. Para Emiliano José, no mesmo documentário, “ela tinha, você

Assim como em *O Momento*, o primeiro texto de autoria de Ana Montenegro publicado em *O Momento Feminino* foi uma poesia. Em agosto de 1947²³⁶ a poesia “Meus Versos” estreou Ana naquele jornal. Nesses seus versos, Ana tratou de denunciar a seca, a fome, a miséria que passam as crianças, o sofrimento das mulheres- ora mães, dessas crianças, de enaltecer a luta delas por alimento, por vida, e terminou por clamar por Paz, Justiça, Fartura e Liberdade!

Somente em fevereiro de 1948²³⁷ uma nova poesia de Ana Montenegro foi publicada em *O Momento Feminino*, dessa vez “Bem-vindo seja tu”. A Ana poeta fez dessa sua poesia um misto entre denúncias acerca da destruição da natureza, do sofrimento dos homens e mulheres por conta das mazelas do mundo como violência, pobreza, miséria, e a esperança na união entre irmãos. Ousaria afirmar neste trabalho que o “Bem-vindo seja tu” é como que um convite à esperança pautada na união dos homens e mulheres pela mudança; um convite à luta pela mudança. Nos últimos versos do poema, Ana escreve:

Não falarei de noites indormidas, e mágoas e amarguras.
 Não contarei histórias de renúncia, de dor, de sacrifício.
 Encherei meus lábios de calor, meu corpo de desejo, minha alma de ternura.
 E tu? Quem és? Bem-vindo seja tu!
 A vida trouxe a dor, a vida trouxe a luta, a vida trouxe o amor.
 De onde vieste, amigo? Bem-vindo seja tu!

Em outubro de 1948²³⁸, a questão do petróleo, uma das pautas principais dos comunistas trazida nas páginas de *O Momento*, foi trabalhada por Ana através da poesia “É o nosso o petróleo”. Em alusão a história do Brasil, em que a autora elucida desde os escravos que sofreram com o chicote cortando o seu corpo à luta do proletariado, a poesia denota suas convicções políticas acerca do tema; as convicções de uma militante comunista; de uma comunista “de carteirinha”. Segundo Marcela Morente, os poemas de Ana “também refletiam suas posições firmes”²³⁹. Neste poema Ana Montenegro posicionava-se ao lado dos nacionalistas que estavam à frente da campanha do “Petróleo é nosso” no final da década de 40. Abaixo as duas primeiras estrofes do poema.

vê, esse senso poético de olhar o mundo. Ela olhava o mundo com os olhos de uma comunista, mas com os olhos da poesia, da sensibilidade e da alma feminina, da capacidade de reter coisas que os homens às vezes não tem tanto como a mulher”. (ELEODORO, op. cit., 2009).

²³⁶ *O Momento Feminino*, edição nº 6, 29 de agosto de 1947, p.3.

²³⁷ *Ibid.*, edição nº 31, 27 de fevereiro de 1948, p. 7.

²³⁸ *Ibid.*, edição nº 50, 1º de outubro de 1948, p. 9.

²³⁹ MORENTE, op. cit., p.100.

O sangue vai correndo nas entranhas da terra...
 E enquanto corre, as histórias se escrevem:
 - Dos homens sofrendo nos cárceres frios.
 Do chicote cortando o corpo dos bravos
 Das lutas heróicas às margens dos rios.
 Às portas da cidade. A' sombra das noites.
 À luz das madrugadas. Ao calor dos dias.
 Da vitória cantando na boca dos jovens.
 Das vermelhas rosas florindo em profusão nos muros das aldeias.
 Nas ruínas dos palácios. No colo das mulheres.
 Nas mãos dos operários.
 Da terra que se estende, queimada, viva e nua,
 Os homens vão abrindo as veias intumescidas.

E o grito rolando: É O NOSSO O PETROLÉO!
 Nas frestas estreitas das casas proletárias.
 No abandono dos bairros. Na miséria dos morros.
 Nas senzalas do campo. Entre colonos pobres.
 Nas estradas de ferro, com o apito das máquinas.
 Penetrando sem medo, bem no fundo das minas.
 Acompanhando as procissões da morte, nas estradas do norte.
 Nos portos, misturados com o marulhar das águas.
 Nos porões dos navios entre milhões de caixas.
 Nas matas do Amazonas. Nas coxilhas do sul.
 Na voz das cachoeiras, imitando os trovões.
 Nas cantigas bonitas dos homens do mar.
 Nos rolos de fumaça da garganta das fábricas.
 No ruído, no asfalto, nas luzes das cidades.
 Nos nove mil quilômetros das costas coloridas do Brasil.

Desde a Primeira República o “problema” do petróleo já era uma preocupação dos governantes, todavia, somente a partir da Revolução de 30 recebeu mais atenção. Como produto que passava a ter grande valor para os mercados norte-americano, britânico e francês, devido à elevação do seu consumo, os revolucionários de 30 passaram a dedicar maior atenção à questão do petróleo. Legislação nacionalista para o setor mineral foi criada (Lei das Minas, 1934), e os bens minerais passaram a ser bens inalienáveis. No entanto, apesar das mudanças legislativas, foi apenas durante o Estado Novo que o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) foi criado, bem como a imposição legal de que apenas brasileiros natos poderiam ser acionistas de empresas de mineração.

Com o advento da 2ª Guerra Mundial, boa parte dos militares passou a defender a questão do petróleo como um ponto necessário à defesa nacional. Empresários nacionais e intelectuais também partiam em defesa da extração do petróleo em território nacional, tomando como exemplo os *hermanos* latinos bolivianos e venezuelanos. Nesse momento, explicações técnicas alegando o baixo potencial petrolífero brasileiro surgiram e foram denunciadas como interferência estrangeira na questão nacional por estudiosos brasileiros, a

exemplo de Monteiro Lobato²⁴⁰. Em 1947, o então presidente Eurico Gaspar Dutra, utilizando-se do insucesso da legislação restritiva anterior no tocante ao alcance da auto-suficiência nacional do petróleo, elabora um Estatuto do Petróleo, tomando por base a liberação à concessão da exploração por capital estrangeiro trazida pela Constituição Federal de 1946.

Com o pós-guerra e a necessidade de conquista de mercado pelos Estados Unidos, o governo Dutra e boa parte dos militares que defendiam o investimento estrangeiro no país, esperavam pela entrada do capital norte-americano no Brasil com o intuito de resolução da questão petrolífera, todavia, a política de Truman desviou esse investimento para os mercados asiático e europeu, visando assegurar seu domínio naquele território, onde estabelecia acirrada concorrência com a União Soviética. Após a intensificação do debate no território nacional sobre a questão do Petróleo levantado a partir do não bem sucedido e contraditório Estatuto de Dutra²⁴¹, a maior parte dos militares acabou por decidir-se pela posição nacionalista e apoiar a criação do Centro de Estudos e Defesa do Petróleo (CEDP) no Rio de Janeiro em 1948. O CEDP tinha como lema básico a campanha do “Petróleo é nosso”. De acordo com Luis Carlos dos Passos Martins:

Com o tempo, a campanha pelo monopólio estatal do petróleo tomou ares de uma verdadeira luta pela libertação do Brasil, uma cruzada patriótica pela independência econômica, a qual era vista como condição necessária para uma verdadeira independência política. Essa tendência se acirrou mais ainda quando os comunistas aderiram e, depois, lideraram a Campanha, fazendo uma forte associação entre a luta pelo petróleo e o combate ao “imperialismo yankee”²⁴².

Em curso em todos os estados do país desde 1948, ano em que Ana escreve a poesia para o periódico, a Campanha do “Petróleo é nosso” segundo Luís Henrique Dias Tavares:

ganhou as ruas, praças, salões de conferências e plenários da Câmara Federal e Assembléias Legislativas, com a participação de personalidades da política e da cultura e oficiais militares de alta patente. Tinha-se a expectativa de que

²⁴⁰ Monteiro Lobato foi citado por Albino Rubim como um dos colaboradores d’*O Momento*. RUBIM, op. cit , p.38. Foi grande admirador de Prestes e do Partido Comunista conforme notícia da carta que enviou ao dirigente do Partido felicitando pelas vitórias nas eleições daquele ano. *O Momento*, edição nº 329, 27 de fevereiro de 1947, p.1.

²⁴¹ Contraditório porque ao mesmo tempo em que concedia a exploração do petróleo por empresas estrangeiras, limitava o percentual de exploração, e também obrigava ao atendimento prioritário da demanda interna, prerrogativas que não agradavam aos investidores estrangeiros; assim como a abertura ao capital estrangeiro não agradava aos nacionalistas.

²⁴² MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **Petróleo e “Nacionalismo” no segundo governo Vargas: o debate em torno da criação da Petrobrás**. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 401-425, 2015, p.410.

a exploração industrial do petróleo brasileiro seria o grande incentivo para o desenvolvimento econômico do país. As possibilidades de produção dos poços já abertos na Bahia se afirmavam com o trabalho do Conselho Nacional de Petróleo. A descoberta do poço de Água Grande, no município de Catu, revelou uma produção de setecentos barris ao dia, dado promissor de novas descobertas ainda mais produtivas²⁴³.

Em “Brasil- Uma biografia”, Lilia Schwarcz e Heloísa Starling disciplinam que:

a Campanha do Petróleo, como o movimento ficou conhecido, assumiu formato de grande mobilização cívica em defesa das riquezas nacionais e reuniu setores muito amplos da sociedade em torno da idéia de que o desenvolvimento autônomo do país dependia sobretudo da vontade política dos brasileiros²⁴⁴.

Foi essa Campanha que se disseminou pelo país a partir de 1948 que foi levada adiante no novo governo Vargas, eleito com quase 50% dos votos válidos em 03 de outubro de 1950 e que serviu de base ideológica para a criação de uma empresa nacional de extração petrolífera. Em “6 de dezembro de 1951, o Presidente Vargas, na Mensagem n. 469/51, apresentou ao Congresso Nacional o programa para a criação da Petrobras”, visando solucionar “a questão do petróleo” no país²⁴⁵. Celso Carvalho Júnior informa que:

Nos debates que ocorreram no congresso prevaleceu a tese do monopólio estatal, pois um número significativo de deputados optou por esse ponto de vista. Assim, o projeto governamental ganhou uma feição mais nacionalista. As discussões sobre a Petrobrás encerraram-se no dia 15 de setembro de 1953 e, pouco depois, 3 de outubro, o presidente Getúlio Vargas sancionou a Lei nº 2004, que estabeleceu a política do petróleo e a criação da Petrobrás S.A.²⁴⁶.

Esclarecida a questão do petróleo defendida por Ana na poesia “É o nosso o petróleo”, voltemos à análise dos demais escritos de Ana para o periódico. As crianças em situação de miséria, abandono, fome, frio, doenças, carências emocionais e físicas, serão objeto central do quarto poema de Ana Montenegro às páginas d’*O Momento Feminino*. Em novembro de 1948, o “Irmão pequenino”²⁴⁷ estava em busca “do leite que o rico escondeu, mostrando a

²⁴³ TAVARES, op. cit., p. 470.

²⁴⁴ SCHWARCZ; STARLING, op. cit., p. 402.

²⁴⁵ MARTINS, op. cit., p. 411.

²⁴⁶ CARVALHO JR., Celso. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário de notícias**. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004, p.4.

²⁴⁷ *O Momento Feminino*, nº 52, 12 de novembro de 1948, p.5.

miséria, mostrando o abandono, pequeno, pisado, doente; indefeso, buscando ternura, buscando alegria, buscando pousada, buscando [o futuro?]" (última estrofe).

Em abril de 1949, mais uma poesia de Ana foi publicada. “Jornadas ”²⁴⁸ retrata a caminhada pela Paz, pelo fim da guerra, da morte aos filhos que deixaram suas casas para morrer em cidades alheias pelos canhões dos inimigos. Ana se posiciona claramente contra essas guerras, a favor das mães que perderam seus filhos para essas batalhas. Ela clama por Paz, tema que se fará presente em muitos dos seus escritos, a exemplo de um poema que escreveu muitos anos mais tarde, na cidade de Salvador, intitulado “Eu quero a Paz!”²⁴⁹.

A última poesia de Ana para *O Momento Feminino* data de março de 1950²⁵⁰. Com o título “Jornada da Paz”, o poema que é em verdade uma homenagem ao Dia Internacional da Mulher. Ela traz em seu texto as mulheres viúvas de heróis; mães de guerrilheiros e dos filhos que fazem greve nos portos franceses; irmãs de Castro Alves; filhas dos que lutaram no 2 de julho; as mulheres que fogem dos salários de fome nas fazendas e dos maus tratos dos patrões; as que são contra o imperialismo; as que sofrem com a seca... Enfim, ela fala, em suma, para todas as mulheres e das suas lutas diárias.

Além das seis poesias e das doze menções à Ana Montenegro, ainda resta falar das outras vinte e duas referências dela no periódico, referências essas em que ela escreveu artigos, prosas, comentários de livros e reportagens para as páginas d’*O Momento Feminino*. Iniciaremos falando das reportagens. Foram cinco reportagens ao longo da existência do jornal que Ana Montenegro foi responsável. A primeira é do ano de 1947. “Uma triste fila dentro da noite”²⁵¹ irá retratar a situação de pobreza de mulheres e crianças que esperam na R. da Assembléia por restos de pão da padaria Colombo. Na reportagem, Ana entrevistou mulheres em situação de miséria que, no sábado, dia 13 de dezembro não puderam contar com aquele alimento, uma vez que a padaria não distribuiu os restos de pão naquele dia.

Em 1948 a reportagem “Catumbi – Morro Onde Há Fome, Doença e Barracos Demolidos – Morro Onde as Mulheres Sofrem e Lutam”²⁵², iria tratar sobre a situação do Morro do Catumbi, culpando e ironizando o Sr. Prefeito pelo seu falho programa que estava despejando famílias do morro. Ana informa na reportagem que Arcelina Mochel visitou o morro, e na ocasião relembra o mandato arrancado injustamente da ex-vereadora em função da cassação do registro do Partido Comunista pelo TSE em abril de 1947.

²⁴⁸ Ibid., edição nº 58, 29 de abril de 1949, p.3.

²⁴⁹ Poesia de 1985 encontrada dentre os documentos na casa de Sônia Carmo, datilografada e assinada por Ana.

²⁵⁰ *O Momento Feminino*, edição nº 66, 17 de março de 1950, p. 4.

²⁵¹ Ibid., edição nº 22, 19 de dezembro de 1947, p. 8.

²⁵² Ibid., edição nº 25, 09 de janeiro de 1948, p. 3.

Outra reportagem de Ana ainda em 48²⁵³, dessa vez sobre o Morro do Querosene, denunciando a falta de água e a situação de calamidade que aquelas mulheres estão vivendo. No texto, Ana questionou, por aquelas mulheres, onde estaria o governo, onde estaria o prefeito que não fazia nada para mudar a situação. Ainda provocou: “o Governo esqueceu-se de que foram os votos do povo que o conduziu aos palácios onde o povo não pode entrar para não estragar os tapetes?”. Há também na reportagem entrevistas com mulheres do morro que contaram suas situações enquanto moradoras do local.

“O nordestino em busca de novos sofrimentos- O Sopro Do «Aracaty»” é uma reportagem de Ana de 1951²⁵⁴. O texto aborda a questão da seca no Nordeste e o interessante é ver a autora falar sobre a terra onde nasceu, explicando como as propriedades são divididas, uma vez que seu pai possuiu terras na região (teria sido ele também um desses proprietários que tratavam os seus funcionários como se fossem animais?).

No sertão do Ceará as terras são divididas em fazendas, onde dezenas de famílias, os chamados «moradores», vivem sem amparo, sem escolas para os filhos, sem remédio, sem médico, morando em casebres mal cobertos de palha de catolé, sob a dependência do dono da fazenda que os utiliza como se fossem animais de carga de sua propriedade. E é comum ouvir um fazendeiro dizer: tenho tantas léguas de terra, tantas cabeças de gado e tantos moradores.

Depois de narrar como as terras eram divididas e também configurar a seca no Nordeste, e no caso específico do Ceará, Ana vai explicar, no final do texto, o porquê do “sopro do Aracaty”.

Os cearenses chamam o vento da noite de «aracaty», o que quer dizer — vento doce. E o que se verifica é que uma espécie de aracaty andou passando pelas suas consciências, deixando-lhes as doces esperanças de um futuro diferente, sem miséria e sem exploração. Sente-se que já não se conformam em morrer de inanição e começam a exigir solução para o velho problema do flagelo das secas. Grupos se reúnem junto às casas dos prefeitos e se organizam para obter comida. Os moradores se rebelam contra o trabalho gratuito. Os olhos dos nordestinos estão abertos para os caminhos que conduzem ao destino de um governo popular, e democrático, que lhes dê terra, que lhes dê amparo, que lhes dê meios de transformar a natureza. Conquistem esse governo, conquistemos esse governo e solucionando estará o problema das E as.

²⁵³ Ibid., edição nº 26, 16 de janeiro de 1948, p. 4.

²⁵⁴ Ibid., edição nº 83, abril de 1951, p. 5.

Ana Montenegro demonstra franqueza nos seus escritos, todavia, na parte da reportagem mencionada, há certa rispidez, rispidez essa que pode ser tomada, inclusive, de maneira equivocada; de maneira a trazer uma visão negativa por parte da autora acerca do povo nordestino. Apesar de falar de uma região que viveu e que, decerto, conheceu bem, ao estimular os nordestinos à luta contra o governo, acaba por “culpabilizar” de alguma maneira esses mesmos nordestinos pelas secas, afirmando, inclusive, indiretamente, a falta de consciência anterior desse povo para com os seus problemas. O texto, embora recheado de esperança em um novo futuro para o Nordeste, termina por caracterizar os nordestinos enquanto “vítimas algozes” no tocante ao problema das secas.

A última reportagem realizada por Ana Montenegro para *O Momento Feminino* foi em 1956²⁵⁵. Trata-se de um texto sobre o 1º de maio, em que festa e símbolo são analisados desde Chicago em 1886, com a greve deliberada naquela data em busca da jornada de 8 horas de trabalho, até o ano de 1950 no Rio Grande do Sul, quando, enquanto operários celebravam a data em churrasco com suas famílias, a tecelã Angelina Gonçalves, militante comunista, foi assassinada. Ao fechar o texto com a questão de Angelina, Ana deu seu recado de que “a luta continua”, que por mais que se tenham alcançados direitos, muitos ainda devem ser alcançados, para garantir a todos que casos como o da tecelã não mais possam ocorrer.

Elencadas as reportagens, passemos ao único comentário de livro que Ana Montenegro escreveu para *O Momento Feminino*. O comentário foi sobre a obra “Gente da Terra” de Agnes Smedley²⁵⁶. Na sofrida vida de Maria Rogers personagem central da trama, Ana afirma que “cada uma de nós tem seu episódio”. Não sendo o foco deste trabalho, analisar a obra, a menção ao comentário de Ana Montenegro sobre o livro deveu-se apenas no intuito de mapear todas as suas atividades junto a *O Momento Feminino*, bem como exemplificar quais tipos de escritos figuravam no periódico.

Nas próximas referências, foram analisados os artigos e as prosas de Ana para o jornal. Em dezembro de 1947²⁵⁷, em texto sobre as “crianças sem sol” ela denunciou à situação das crianças que viviam na casa coletiva da R. Laranjeiras. Na escuridão, analfabetas, sem alegria ou brincadeiras, aquelas crianças eram para Ana prisioneiras e as grades do local só reforçavam o aspecto de uma cadeia. Como em outros de seus escritos aqui já mencionados, concluiu o texto chamando as mulheres à luta pela mudança nessa situação.

²⁵⁵ Ibid., edição nº 118, 1956, p. 29. Última edição do periódico.

²⁵⁶ Ibid., edição nº 19, de 28 de novembro de 1947, p. 6.

²⁵⁷ Ibid., edição nº 21 de 12 de dezembro de 1947, p.6.

Diante do espetáculo doloroso que vimos e da realidade dolorosa das ações, exclusivamente de fachada, em benefício das crianças, resta-nos essa força construtiva das mulheres unidas e organizadas, para uma luta concreta no amparo à nossa infância, aos nossos filhos, aos filhos de nossas irmãs, até que surja um mundo onde não existam porões escuros de casas coletivas.

No “Natal de 1947”²⁵⁸ Ana Montenegro lembrou do comércio enfeitado, dos símbolos natalinos e das festas que contagiavam a todos, fazendo uma reflexão sobre os que sofriam pela pobreza, falta de água, de alimento, de um teto para viver. Como poderia ela desejar um feliz natal em 1947, diante de tanta infelicidade e miséria no mundo? Como poderia ela achar que Natal seria feliz para aquelas crianças da favela, do morro, das ruas; para aquelas crianças que nem pão tem e que supostamente deveriam pedir brinquedos a Papai Noel? Em razão das reflexões no texto, Ana não desejou um Feliz Natal em 1947. Ela alegou que desejaria um Feliz Natal em 1948, pois até lá esperava que, de fato, com o fim das desigualdades e mazelas sociais, todos pudessem viver um Feliz Natal!

Em “As mulheres desejam a Paz” de janeiro de 48²⁵⁹, novamente a questão da defesa das mulheres que perderam seus filhos, maridos, irmãos na guerra foi debatida por Ana. Ana propõe em seu escrito a união de todas as mulheres em prol da Paz, paz essa que já vem sendo requerida através da Federação Democrática Internacional de Mulheres pelas cem milhões de mulheres no mundo inteiro desde 1946, segundo informa a autora. No mesmo mês e ano, o texto “Protestamos contra a miséria e a opressão”²⁶⁰ trouxe um protesto contra a prisão de Adalgisa Cavalcanti, que Ana afirmou ser da família, da união de mulheres, e que sua prisão não deveria e não poderia enfraquecer essa união. Para a ela, resistir era preciso. Iniciou seu texto falando que a vida das mulheres que lutam contra o fascismo era um combate contra a miséria e a opressão, razão que justificava o título do artigo.

No mês seguinte, foi publicado o “Porque lutam as mulheres”²⁶¹. Já no começo do texto a autora provocou:

Muitas pessoas perguntam por que só falamos de miséria. Não se conformam essas pessoas que, mesmo em nossos poemas, localizemos os problemas da terra, a fome e opressão do povo. Gostariam que falássemos de amor, do crepúsculo, de madrugadas, de luar. Mas, como podemos falar de beleza, se os morros não têm água, se as crianças não têm escolas, nem

²⁵⁸ Ibid., edição nº 23^a, 26 de dezembro de 1947, p. 4;10.

²⁵⁹ Ibid., edição nº 27, 23 de janeiro de 1948. O texto não termina na edição, embora exista uma mensagem de que continuaria na página 11, mas na verdade, fragmento do texto se faz presente à página 16, no entanto, lá não se faz presente seu fim, que supostamente deveria continuar na edição seguinte, o que não ocorre.

²⁶⁰ Ibid., edição nº 28, 30 de janeiro de 1948, p.5.

²⁶¹ Ibid., edição nº 29, 13 de fevereiro de 1948, p. 3.

roupas, nem sapatos, se os salários de fome dos homens não dão para as mulheres comprarem comida?

Após a provocação, Ana listou uma série de razões pelas quais acreditava que as mulheres lutavam e continuariam lutando. Além de trazer as questões pertinentes às mazelas sociais, ela terminou por dizer por que a luta das mulheres deve sempre continuar.

E, conseqüentemente, todas nós, mulheres, estaremos lutando por beleza, porque quando não houver fome, quando as camponesas tiverem terra, quando os traidores e criminosos estiverem respondendo por seus crimes e traições, quando as mulheres tiverem casa e água, então falaremos de beleza. A beleza conquistada através de uma luta corajosa, falaremos das realizações do povo unido e organizado e falaremos de nossos sentidos.

Em outras palavras, o que Ana desejava era mostrar que não se tinha tempo a perder com banalidades enquanto muito ainda se devia batalhar para melhorar as condições das mulheres e da humanidade. Só depois de conquistadas essas batalhas é que se poderia parar para debater a beleza, mas a beleza das lutas que foram conquistadas, dos objetivos que foram alcançados através delas. Para Elza Macedo, Ana Montenegro “assinala vivamente sua posição de feminista” em “Por que lutam as mulheres?”²⁶², posição essa que este trabalho discorda completamente, sobretudo, pela autora não conceituar o que entendia por feminismo ao trazer tal afirmação em sua tese. Como já foi debatido brevemente no primeiro capítulo, Ana não aceitou o feminismo, nunca se entendeu por feminista; nesse sentido, a alegação de Elza Macedo é contraditória à própria essência ideológica de Ana Montenegro.

Em março de 1948 foi a vez de Ana homenagear o poeta Castro Alves em seus escritos²⁶³. A figura do homenageado havia completado 101 anos pouco antes da publicação daquela edição do periódico, e sua foto figurou na capa de *O Momento Feminino* ao lado da caracterização “o poeta dos escravos, cantor da liberdade”. Na prosa, que contou com dois trechos de versos de Castro Alves, Ana narrou a comemoração do centenário do poeta no ano anterior na cidade de Salvador.

Em outubro de 1949, outro texto de Ana foi publicado²⁶⁴. A prosa “Campanha da Criança”, apesar de apresentar as crianças que sofrem nas ruas, das órfãs, das doentes, com vermes, sujeitas à escravidão, sem escolas, e trazer a informação da taxa de mortalidade mensal no Distrito Federal (à época Rio de Janeiro), e apesar de ter colocado o texto como

²⁶² MACEDO, op. cit., p. 173.

²⁶³ *O Momento Feminino*, edição nº 34, 25 de março de 1948, p.11.

²⁶⁴ *Ibid.*, edição nº 62, 30 de outubro de 1949, p. 2.

uma Campanha em defesa das crianças, visou, de fato, defender e apoiar a luta das mulheres-ora mães, da cidade de Cruzeiro, São Paulo, que se colocaram em frente às locomotivas estatais- ora trens de guerra, episódio pouco detalhado no texto e aqui desconhecido.

No ano de 1950, “os lares estão ameaçados”, de acordo com Ana²⁶⁵. Esse foi, sem sombra de dúvidas, dos textos até agora analisados neste trabalho, o que Ana Montenegro demonstrou como mais clareza a defesa de uma das pautas centrais do Partido Comunista Brasileiro naquele período, que era a de denúncia aos estratagemas do imperialismo ianque. Com uma prosa amarrada e devidamente estruturada em que traz um homem bem vestido à porta da casa de uma mulher em analogia ao EUA (chamando esse homem de *Mister Kennan*), ela acusa o sujeito de querer ferir a segurança das mulheres e homens brasileiros, de querer levar suas riquezas, trazer a guerra, o terror, agravar a fome e o roubo no país. Afirma ainda que os embaixadores dos “trustes” querem a guerra, pois essa significa mais poder para eles. Pede que os brasileiros resistam e que lutem contra esse perigo externo e contra os traidores nativos, os quais abriram às portas para esse “homem”.

Com o *Mister Kennan*, Ana Montenegro fazia analogia a Charles Foster Kane, personagem do drama norte-americano de Orson Welles “Cidadão Kane”. Lançado em 1941, o filme logo se tornou conhecido por todo o mundo ao ganhar o Oscar no ano seguinte. Para construção do personagem principal do filme, Welles baseou-se na história do democrata norte-americano William Randolph Hearst, proprietário da *Hearst Communications*. A rede de imprensa *Hearst* possuía enorme poder de influência política seja nos EUA, seja em outros países alvo do projeto imperialista norte-americano, a exemplo do Brasil. No período que Ana Montenegro escreveu sua prosa para *O Momento Feminino*, parte da imprensa brasileira havia sido convencida pelos americanos (ou poderíamos dizer comprada?) em não apoiar o monopólio estatal do petróleo.

Utilizando-se desse quarto poder (a mídia), os norte-americanos tentaram manipular a opinião pública brasileira a favor dos seus ideais políticos. Seriam os donos dessas imprensas brasileiras contrárias ao monopólio estatal do petróleo, portanto, os traidores nativos referenciados no texto de Ana. Essa “imprensa maquiada” norte-americana (a analogia do homem bem vestido) que chegou à casa dos cidadãos brasileiros tentando convencê-los de que o melhor para o país seria ceder a exploração do petróleo (riqueza nacional) ao capital estrangeiro, é que estava colocando “os lares em ameaça”- e tomando aqui lar também em sentido amplo, colocando em risco o território nacional.

²⁶⁵ Ibid., edição nº 65, 24 de fevereiro de 1950, p.5.

O próximo texto de Ana Montenegro para *O Momento Feminino* foi publicado em maio de 1950. Em “Novos mártires”²⁶⁶, a autora fala sobre Argelina Gonçalves, assim como a última reportagem escrita para o periódico aqui já analisada. Mas nesse texto, bem reduzido em relação ao outro, Ana exaltou também os operários, os mártires do Rio Grande do Sul, aqueles que, como Argelina eram as “raízes da fecunda terra de luta”.

“O caminho das mães”²⁶⁷ foi publicado no mês seguinte pelo jornal, e traduz-se em uma prosa-convite para que todas as mães (que não só mães de seus filhos, mas também daqueles que foram gerados nos ventres de outras mulheres) se juntassem na Jornada Internacional da Criança com as mães famintas, com as mães cansadas, e caminhem abrindo portas para um novo mundo.

O próximo texto foi lançado em outubro de 50. Intitulado “Eleições marcadas de sangue”²⁶⁸, o artigo ofereceu uma denúncia aos esquemas eleitorais, inclusive financiados pelos Estados Unidos, e também elencou as conseqüências graves daquela última eleição do dia 03 de outubro. No início do texto podem ser encontradas as seguintes informações:

A imprensa que recebe dinheiro para publicar noticiário transmitido pela Agência Latina do sanguinário ditador Franco, que recebe matéria feita em dólares do Departamento de Estado americano, que defende a bomba atômica e, prega, abertamente, a guerra, em público desrespeito à Constituição, essa mesma imprensa vêm propagando a mentira da honestidade do governo nas eleições de 3 de outubro último. Honestidade, realmente, houve, quando se tratou da garantia dos candidatos donos de terras, dos fazendeiros, dos capitalistas, tios fascistas, dos policiais. Houve, porém, honestidade e justiça no registro e na propaganda dos candidatos populares? Não tiveram, em diversos Estados, seus registros cassados ou concedidos à véspera das chamadas eleições honestas? Tiveram liberdade para fazer propaganda? Comprovemos, porém, com fato, que é mentira afirmativa de eleições livres.

Segundo Ana, duas adolescentes (12 e 14 anos) foram presas por fazer propaganda das candidatas pela Frente de Libertação Nacional; dezenas de mulheres foram presas no Distrito Federal, inclusive membros d’*O Momento Feminino*; uma mulher foi presa e espancada e abortou na cadeia; uma candidata foi presa, espancada e teve sua residência invadida por tiras; dois homens que pregaram cartazes foram espancados e esfaqueados e um deles morreu; quatro homens foram massacrados em Livramento, no Rio Grande do Sul; e Nerida Castro,

²⁶⁶ Ibid., edição nº 69, 18 de maio de 1950, p. 3.

²⁶⁷ Ibid., edição 70, 1º de junho de 1950, p.11.

²⁶⁸ Ibid., edição nº 77, 20 de outubro de 1950, p. 3.

em Pernambuco, teve apenas “dois ou três dias para fazer campanha sob o terror norte-americano”.

Ainda nesse texto, falando das eleições presidenciais, Ana mencionou a figura de Getúlio como “aquele homem sob cuja ditadura as mulheres tiveram os seios queimados a ponta de cigarro; é aquele homem que encarcerou e matou dezenas, centenas de criaturas, e que entregou Olga Benário à gestapo, por isso nenhuma ilusão pode ser alimentada”. Para Ana, eleições livres mesmo só seriam alcançadas em um “governo popular e democrático”.

Temos que pensar que nos idos de 1950, em um periódico feminino (embora fortemente influenciado pelo Partido Comunista que à época figurava na ilegalidade), Ana Montenegro expressou fortes opiniões em seus escritos e trouxe em suas pautas veemente crítica à intervenção norte-americana no Brasil. Foram muitos os textos publicados por Ana seja em *O Momento Feminino*, seja na rede de imprensa comunista estudada neste trabalho. A sua forma de escrita, a maneira de expressar sua opinião/ideologia, assim como a militância ativa junto as atividades do Partido, ou mesmo ao lado da luta de mulheres, foram as principais razões que levaram Ana Montenegro a figurar na mira da repressão dos órgãos de investigação do governo, tema que será amplamente abordado no capítulo seguinte.

Para o Natal de 1950, mais uma prosa de Ana se fez presente nas páginas d’*O Momento Feminino*. O “Conversas de Natal”²⁶⁹ foi dividido em duas partes. A primeira reforçou a campanha, já trazida por Ana em outros escritos, pela paz. Falou dos filhos que querem sair dos quartéis e ir para seus lares no Natal, que não são eles assassinos e que também não deveriam ser mortos em guerra. Nas primeiras linhas da segunda parte do texto Ana não falou mais às mães, mas sim, aos filhos dos morros, das favelas, da pobreza; aos filhos negros, brancos (filho de negro e branco pobre não liga para o *Mister Truman*- em nova alusão aos EUA), chineses, norte-americanos; ela conta que homens e mulheres que falavam da Paz estavam preparando um natal de 365 dias, que não adiantava esperar o Papai Noel, que todos deveriam sair juntos, de mãos dadas. E de mãos dadas, segundo Ana, continuariam “quando a eterna Noite de Natal chegar, os rapazes não viverão em perigo, vocês não sentirão fome e Papai Noel será a própria vida distribuindo presentes...”.

O *Mister Truman* referenciado diz respeito ao então presidente dos Estados Unidos no período Harry S. Truman, autor da Doutrina Truman. No poder de abril de 1945 a janeiro de 1953, Truman semeou com a sua doutrina o anticomunismo em escala global. Visando combater a influência soviética no mundo, manipulou e interferiu em políticas estrangeiras em

²⁶⁹ Ibid., edição nº 79, 20 de dezembro de 1950, p. 11.

prol de controlar territórios e fazer prevalecer o projeto de governo norte-americano. No texto, a menção a Truman dizia respeito a uma suposta falta de interesse das crianças pobres brasileiras na ideologia pregada por ele. Em outras palavras, Ana estava dizendo que o capitalismo norte-americano e o seu mercado de estímulo do consumo exacerbado não eram as preocupações daquelas crianças. Os anseios delas seriam para que a fome e a miséria acabassem no Brasil e para que a paz reinasse, para que todas as crianças pudessem igualmente ter não só um Natal feliz, como todos os dias do ano.

Já no ano de 1951, “A Companheira do General”²⁷⁰, Olga Benario Prestes, “exemplo de heroísmo, beleza e ternura” foi homenageada pelo seu aniversário em escrito de Ana Montenegro. Após contar a história de Olga, Ana afirmou que nos próximos aniversários dela, desejaria receber “de volta, com nossos carinhos de mães, a menina do general- Anita Leocadia”. Como já mencionado neste trabalho, Ana Montenegro deixou claro que considerava Getúlio Vargas culpado pela morte de Olga, bem como pelo o nascimento da filha do casal Prestes na prisão nazista.

Em dezembro de 51, mais um escrito sobre o Natal. No “Nossa crônica de Natal”²⁷¹ Ana informava que “Natal é apenas, mais uma noite. Um pedaço sem sol na vida de uma criança abandonada; de cada criança analfabeta; de cada criança doente; de todas as crianças famintas”. Longe de esmolos natalinas de donos de fábricas tocados pelos festejos de Natal, as crianças pobres precisavam da verdadeira mudança, não na mudança de uma única noite em que recebiam saquinhos de senhoras. No “nosso natal”, Ana clamou novamente pelas melhoras sociais efetivas, por uma sociedade em que todas as crianças teriam o que comer, não só no Natal, mas em todos os dias do ano.

No periódico mais longo de todas as edições d’*O Momento Feminino* publicadas (41 páginas), no texto “Direitos da Mulher”²⁷², Ana elencou os artigos 372 a 401 do Capítulo III da Consolidação das Leis Trabalhistas, para enaltecer a luta das mulheres em prol dos seus direitos. Afirmou que as leis não são cumpridas, e que há uma jornada de trabalho de oito horas incômoda para as mulheres em locais de trabalho que não possuem creches e que em muitos deles não são aceitas quando são casadas e têm filhos. Ana colocou como solução a criação de Departamentos Femininos nas Associações de Classe em prol de fazer com que os direitos das mulheres fossem cumpridos, e também, conhecidos por essas mulheres.

²⁷⁰ Ibid., edição nº 81, 12 de fevereiro de 1951, p. 10.

²⁷¹ Ibid., edição nº 89, dezembro de 1951, p. 9.

²⁷² Ibid., edição nº 115, 1955, p. 34.

Última referência de texto de Ana nas páginas d' *O Momento Feminino*, “De um ano para o outro”²⁷³ traduzia-se em uma retrospectiva de 1955 sem final. Sem final porque não termina com pontos, mas com vírgulas; não segue o texto na próxima página, mas sim, acaba sem um término na fala escrita. Estranho é que não há qualquer menção de “continua na próxima página”, o que nos leva a concluir que, talvez, tenha havido algum erro na edição do jornal. Todavia, deu para entender qual era o enfoque do texto: lembrar os acontecimentos do ano passado, como uma espécie de balanço, para um começo de 1956 “para frente”, sempre em direção a um ano melhor. Na primeira edição daquele ano, acontecimentos positivos do ano anterior foram lembrados, como o Congresso Mundial de Mães na Suíça o qual Ana Montenegro se fez presente e a Conferência de Genebra, bem como acontecimentos negativos como o assassinato do adolescente de 14 anos Emmet Till, em Money, Estados-Unidos, por ter assobiado para uma mulher branca.

Findo o mapeamento e análise sobre as referências de Ana Montenegro em *O Momento Feminino*, algumas considerações merecem aqui ser feitas. Conhecer um pouco mais sobre a militante comunista, suas lutas, anseios, ideologia política e filosófica, bem como eventos que participou, papéis que desempenhou, foi possível a partir das páginas do periódico, no qual ela contribuiu ativamente durante os anos de 1947 a 1956. Como colaboradora foi autora de prosas, poesias, reportagens, artigos, sobre os mais diversos temas: de personalidades históricas como Castro Alves e Olga Benário a textos comemorativos sobre o Natal e o 1º de maio; de denúncias sobre situações de miséria e descaso nos morros, favelas, casa coletiva de crianças, às Campanhas pela Paz, pelo fim da guerra, pelos Direitos das mulheres, mães, das crianças. Muitas foram as questões neste tópico anunciadas e que permitirão discutir Ana Montenegro a partir de outras fontes com uma maior visibilidade de quem foi essa Ana, a Ana que foi redatora do periódico, militante feminina, comunista, contra o imperialismo norte-americano, defensora das eleições diretas, de um governo democrático e popular, das crianças e da Paz mundial.

Apesar de ter trazido aqui as quarenta referências sobre Ana Montenegro no jornal *O Momento Feminino*, nota-se que, entre os anos de 1952 e 1954, nenhuma notícia ou menção a ela restou mapeada, mesmo que a pesquisa tenha aqui sido realizada de edição por edição do periódico. No entanto, durante esse período, mesmo que de forma ainda pouco freqüente, textos de Ana já estavam sendo publicados no *Imprensa Popular*, como será visto no tópico a seguir.

²⁷³ Ibid., edição nº 116, 1956, p. 3.

2.3 IMPRENSA POPULAR E NOVOS RUMOS

Com o fechamento do periódico comunista *Tribuna Popular*²⁷⁴ em janeiro de 1948, o *Imprensa Popular* teria surgido cerca de dois meses depois como jornal substitutivo daquele, possuindo, inclusive, conteúdos e formatos similares, assim como o mesmo diretor, Pedro Mota Lima²⁷⁵. Segundo Leonardo Soares dos Santos, O *Tribuna Popular*, o *Imprensa Popular* e o *Novos Rumos* foram um mesmo jornal que passou por alteração nominal por questões de estratégias de funcionamento.

Os jornais *Tribuna Popular* (1945-47), *Imprensa Popular* (1947-58) e *Novos Rumos* (1959- 1964) eram os chamados órgãos noticiosos do Partido Comunista do Brasil que circulavam no então Distrito Federal, que em 1960 se tornou o Estado da Guanabara. Na verdade tratava-se aqui de diferentes nomes que um mesmo jornal, ligado a uma mesma entidade política, foi adotando ao longo do tempo. Na primeira mudança, em 1947, tratou-se de uma estratégia jurídica para que o jornal não continuasse a sofrer sanções – inclusive a proibição de circular – devido á decretação de ilegalidade do PCB. Já na segunda vez, em 1959, a troca do nome seria fruto de condições internas do Partido, no caso, tendo a ver com a reformulação da linha programática pecebista²⁷⁶.

O primeiro dos periódicos não será nesta subseção alvo de estudo, uma vez que as esparsas notícias sobre Ana naquele jornal já foram analisadas como fonte subsidiária no capítulo anterior. Pela ordem cronológica, trabalharemos primeiramente com o *Imprensa Popular*. Jornal que circulou quase que diariamente²⁷⁷ entre os anos 1948 e 1958, a pesquisa ao seu acervo só foi possível a partir da edição de 03 de janeiro de 1951²⁷⁸, uma vez que não estão disponíveis para pesquisa, no sítio da hemeroteca digital, as edições anteriores a essa.

²⁷⁴ O *Tribuna Popular* foi criado em 1945 e era editado no Distrito Federal. Foi fechado em razão da violenta repressão que vinha sofrendo desde a cassação do registro do Partido Comunista em maio de 1947.

²⁷⁵ RUBIM, op. cit., p.55.

²⁷⁶ SANTOS, Leonardo Soares dos. **Das folhas de jornal para a realidade: lutas pela terra no Sertão Carioca, pequenos lavradores e imprensa comunista (1945-1964)**. Revista Convergência Crítica, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS, v.1, n.1, 2012, p. 3.

²⁷⁷ Apesar de ter sido proposto como um periódico de circulação diária, ao longo dos anos, analisando edição por edição das 2065 disponíveis no acervo do *Imprensa Popular* na hemeroteca digital (281 em 1951; 242 em 1952; 160 em 1953; 301 em 1954; 305 em 1955; 301 em 1956; 300 em 1957 e 175 em 1958), há falhas temporais quanto à publicação do jornal.

²⁷⁸ *Imprensa Popular*, edição nº 587.

De acordo com Marieta de Moraes Ferreira²⁷⁹ em verbete para o *site* da Fundação Getúlio Vargas sobre o *Imprensa Popular*, há a informação que foi

com o fechamento do jornal Tribuna Popular em dezembro de 1947 (ano da cassação do registro do PCB), que tornou-se necessário criar um novo órgão de imprensa que preenchesse as mesmas funções do primeiro: ou seja, um órgão que funcionasse como um jornal de massa, apresentando formulações mais amplas do que o jornal oficial do partido. Com esse objetivo, no decorrer do ano de 1948, foi fundada a Imprensa Popular.

Para Jorge Ferreira “o partido, na ilegalidade, realizou grande esforço para reabrir os jornais. No caso de Tribuna Popular, era necessário substituí-lo por um jornal que realizasse a mesma tarefa de alcançar um amplo público. Nesse sentido, em 1948, surgiu o Imprensa Popular”²⁸⁰.

Com edições que apresentavam por vezes a mesma numeração, porém com lado A e lado B²⁸¹, o periódico que no ano de 1951 era comercializado a Cr\$ 0,50 passou em 1958 a ser vendido ao preço de Cr\$ 1,50²⁸². Ao longo dos anos o endereço da sua redação também foi alterado. Localizada à R. Gustavo Lacerda, nº 19, Sobrado, a redação do Imprensa Popular passará à R. Álvaro Alvin, nº 21, 22º andar a partir de julho de 1955²⁸³. Estabelecendo um comparativo com *O Momento Feminino* que à época ainda estava sendo publicado, o *Imprensa Popular* foi mais estável quanto à mudança de localização da sede de redação do periódico (lembrar que de 1954 a 1955 *O Momento Feminino* modificou seu endereço por três vezes). Quanto à direção do jornal, permaneceu a mesma de 1951 a 1958: Pedro Motta Lima.

Mapeando a atuação de Ana junto a essa imprensa ligada ao Partido Comunista, verificaram-se referências sobre a militante de novembro de 1952²⁸⁴ a agosto de 1958²⁸⁵. Entre os anos de 1952 a 1955, apenas há registro de três textos publicados e uma reportagem realizada. O primeiro dos textos tratou da questão da “Primeira Assembléia Nacional de

²⁷⁹ FERREIRA, Marieta de Moraes. **IMPRENSA POPULAR**. Disponível em: < <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>>. Acesso em: 14.out.2016 às 12h45m.

²⁸⁰ FERREIRA, Jorge. **Novos Rumos**: jornal do Partido Comunista Brasileiro. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.19, n.02, p. 205-224, 2013, p. 206.

²⁸¹ É possível perceber também que, iniciando o arquivo do acervo à edição nº 587 e terminando à edição nº 2486, há publicações com o mesmo número de edições que foram divididas por A e B, mesmo que publicadas em datas diferentes (exemplo: edição nº A .1726 de 12 de fevereiro de 1954 e edição nº de B 1.726 de 13 de fevereiro de 1958, sendo que na capa e às páginas do jornal não há tal diferenciação por A e B).

²⁸² A partir de 1957 o periódico que circulava aos domingos passou a ser vendido por Cr\$2,00, mesmo valor cobrado pela edição atrasada a partir de 1951 (essas “edições atrasadas” seriam comercializadas a Cr\$ 3,00 desde 1958).

²⁸³ *Imprensa Popular*, edição nº 1.560, 22 de julho de 1955.

²⁸⁴ *Ibid.*, edição nº 1269, 14 de novembro de 1952.

²⁸⁵ *Ibid.*, edição nº 2486, 02 de agosto de 1958.

Mulheres”²⁸⁶; o segundo, sobre “Maternidade e Infância no Programa do PCB”²⁸⁷; o terceiro abordou a “Festa das Mães”²⁸⁸. Já na reportagem, o objeto central da escrita de Ana versou sobre a situação da operária brasileira “Explorada e sem dinheiro”²⁸⁹.

Nesse jornal da rede da imprensa comunista os escritos e citações em nome de Ana Montenegro se fizeram ausentes no ano de 1956. Por outro lado, a partir de 1957 os seus escritos foram mais frequentes às páginas do *Imprensa Popular*, ano esse, por coincidência ou não, em que não era mais publicado *O Momento Feminino* (recordar que ele só circulou até 1956 e na última edição Ana figurou como uma das colaboradoras do periódico²⁹⁰).

Em setembro de 1957, Ana foi autora de sete reportagens no *Imprensa Popular* sobre crianças, trazendo à tona os problemas de mortalidade infantil no Rio de Janeiro e no Brasil, a falta de assistência médica e creches para elas, o trabalho doméstico ao qual as meninas eram submetidas sem remuneração, bem como a situação de menores abandonados.

Ainda em 1957, Ana escreveu para a coluna “Nossos Problemas” em três ocasiões²⁹¹. Em seus textos abordou sucessivamente a questão das “Operárias metalúrgicas”, o problema social do “Morro Azul e de outros morros”, e a “Independência do Brasil e as crianças”. Diferentemente do periódico *O Momento*, o *Imprensa Popular* possuiu uma seção feminina, a *IP Feminina*, que estava quase sempre presente na folha 6 do jornal, e era nessa seção que a coluna “Nossos Problemas” se encontrava localizada. Entre setembro e novembro daquele ano, além dos textos para a coluna, seis foram os escritos de Ana publicados na parte feminina do *Imprensa Popular*, abordando temas como a China²⁹², o preço da carne²⁹³, o dia das crianças²⁹⁴, os aviões²⁹⁵, a situação da mulher comerciária²⁹⁶ e a vinda do balé Bolshoi ao Brasil²⁹⁷.

Inaugurada em outubro de 1957²⁹⁸, a coluna “Coisas que acontecem”- geralmente localizada na terceira página da publicação, passou a ser assinada por Ana a partir do dia 09 daquele mesmo mês e ano. No texto de inauguração da coluna informava que

²⁸⁶ Ibid., 14 de novembro de 1952, p.02.

²⁸⁷ Ibid., 04 de fevereiro de 1954, p. 02.

²⁸⁸ Ibid., 11 de junho de 1955, p. 03.

²⁸⁹ Ibid., 07 de março de 1954, p.08.

²⁹⁰ *O Momento Feminino*, edição nº 118, 1956, p.3.

²⁹¹ Nas edições de 04 de agosto, e em 1º e 8 de setembro.

²⁹² *Imprensa Popular*, 29 de setembro de 1957.

²⁹³ Ibid., 06 de outubro de 1957.

²⁹⁴ Ibid., 13 de outubro de 1957.

²⁹⁵ Ibid., 20 de outubro de 1957.

²⁹⁶ Ibid., 27 de outubro de 1957.

²⁹⁷ Ibid., 02 de novembro de 1957.

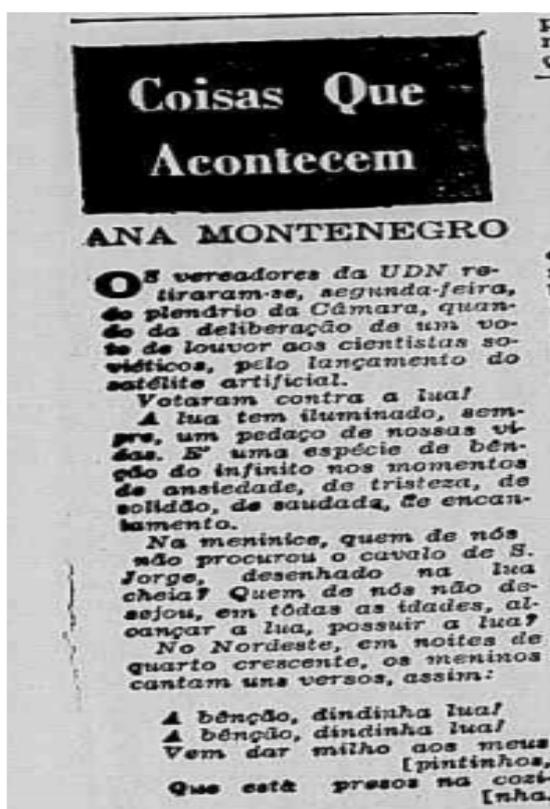
²⁹⁸ Ibid., 08 de outubro de 1957, p.3.

A vida- a nossa, em particular e da humanidade- é feita de fatos diários, grandiosos ou insignificantes, alegres ou tristes, positivos ou negativos.

Coisas que acontecem...

Esses fatos, essas coisas serão vistas por nós, daqui, deste canto da IP, numa seção diária. Se vocês não concordarem com nosso modo de encará-las, de senti-las, de transmitir as emoções diárias desta cidade, deste país, do resto do mundo, podem reclamar.

Fonte 27 - Coluna “Coisas que acontecem”



Fonte: *Imprensa Popular*, 09 de outubro de 1957, p.3.

A narrativa das “Coisas que acontecem” por Ana Montenegro esteve presente em todas as edições publicadas desde 09 de outubro a 31 de dezembro de 1957, excetuando quatro edições²⁹⁹ em razão da publicação dos folhetins de Astrojildo Pereira no local onde normalmente se localizava a coluna. Em novembro daquele ano³⁰⁰, Ana informou que os seus

²⁹⁹ Três nos domingos: edições nº 2240 de 13 de outubro; nº 2246 de 20 de outubro; e nº 2252 de 27 de outubro; e uma no sábado: nº 2257 de 02 de novembro. Observação: O valor que o periódico era comercializado era de Cr\$ 1,50, excetuando os domingos, quando então era vendido a Cr\$2,00, todavia, na edição nº 2257 foi comercializado no sábado ao valor do domingo Cr\$2,00.

³⁰⁰ *Imprensa Popular*, edição nº 2263 de 10 de novembro de 1957.

escritos estariam presentes também nas edições dos domingos e passaria a utilizar o pronome “eu” atendendo ao pedido dos leitores. Desde aquela data, escreveu ininterruptamente até a última edição do ano³⁰¹, contabilizando 65 narrativas sobre “As coisas que acontecem” no total.

A partir da análise e leitura dos textos presentes na coluna naquele ano, é possível dividir os temas trabalhados em dois blocos: internacionais e nacionais. No primeiro bloco, os temas versavam sobre: a opinião do Vaticano sobre o satélite soviético; o preconceito racial nos EUA; húngaros *versus* norte-americanos: do basquete para a realidade social; a URSS e os seus Sputnkis³⁰²; os EUA e a corrida espacial com a URSS: Sputniks *versus* bólides norte-americanos; o discurso do presidente dos EUA sobre o perigo do programa científico da URSS e da necessidade de armamento; o socialismo, a Paz e o discurso de Nikita Kruschov; a circulação de notícias sobre a URSS no Brasil; sobre o reatamento das relações de amizade entre Brasil e URSS; a solidão do Coronel inglês Peter Townsend; a reunião da NATO e o uso da palavra LIVRE em Paris; o Sr. Eisenhower na reunião da NATO em Paris; a URSS e a ONU; a Paz Mundial e o desarmamento; em tempos de Paz: os EUA e o maior orçamento militar para 1958.

Quanto aos assuntos nacionais, abordou os seguintes: vereadores da UDN frente aos cientistas soviéticos no plenário da Câmara; a situação dos choferes no Rio de Janeiro; o problema da terra no Brasil e o caso do Paraná e dos seus posseiros; a COFAP, a carestia e os falsos discursos políticos sobre os preços dos alimentos; a inconstitucionalidade da manutenção do privilégio das pensões das viúvas de militares quando se casavam novamente com militares; homenagem ao Dia do Mestre; greve das operárias paulistas *versus* desfile de moda no Copacabana Palace; II Conferência Nacional dos servidores públicos; a influência da sociedade no comportamento da juventude feminina; a intervenção e fraude das freiras no processo eleitoral; Pena Boto e a passeata contra os 40 anos da Revolução de Outubro; raptos de crianças e a pena de morte; crítica ao programa do Dia Mundial da Infância sobre a fome e alimentação das crianças; a história do assassinato de Zélia Magalhães; troca de bebês na maternidade: o ônus do trabalho cansativo da enfermeira- atenuação do erro; a

³⁰¹ *Imprensa Popular*, edição nº 2304.

³⁰² Há um fato curioso no texto de Ana sobre o lançamento do Sputnik II soviético³⁰² no dia 03 de novembro de 1957. A autora mencionou o nome Damka, como se esse fosse o animal levado naquela missão. Todavia, há uma contradição nessa informação, uma vez que Laika era o nome da cadela que viajou na missão no Sputnik II; Damka foi uma cadela (que recebeu o apelido posteriormente de Shutka) que esteve presente ao lado do cão Krasavka (Kometka) no plano do vôo soviético abortado por falha de sistema em 22 de dezembro de 1960.

Poupança Popular: o remédio deflacionário; o Dr. Darci Evangelista e seu concurso da “criança ideal”; as “assembléias” no trânsito, crimes de amor e a não empatia ao prefeito; violência contra as crianças; a Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal contra o projeto de Lei do executivo de tornar o Pau Brasil e o Ipê Amarelo árvores e flor nacional; a importação em massa no Brasil; em defesa do IPASE; a próxima legislatura se o Sr. Ibrahim Sued for eleito pela UDN; o petróleo, o nacionalismo e UDN; não dê a seu filho brinquedo de guerra; a animosidade latente das criaturas cariocas: os problemas de viver no Rio para além da falta de água, transporte e etc; sobre o fechamento da Carteira de Consignações da Caixa; o desejo de posse e os problemas sociais que tornam crianças em ladrões; as favelas “encantadoras” no discurso da jornalista americana Thyra Winslow; a não submissão de 55 milhões de brasileiros à Inglaterra; o encarecimento do papel e a escassez na disseminação do conhecimento; os vendedores ambulantes; os dois lados da história da juventude transviada; a presença americana no Brasil; a falta de vagas nas escolas públicas; esmolas: dar ou não dar?; a passagem de ano e os problemas da cidade do Rio de Janeiro; os palhaços como heróis do riso nos hospitais; a posição política do “Diário de Notícias” sobre as relações entre Brasil e China Popular; e o D. Jaime e o evangelho de interferência na política externa brasileira vetando a amizade entre povos.

O Natal também foi tema nacional trabalhado por Ana em suas narrativas para “Coisas que acontecem”. Entre as notícias sobre solidão natalina e o Natal do *Imprensa Popular*, pode-se encontrar a informação de que era mãe, lá em 1957, de duas crianças: Sônia Teresa e Miguel³⁰³. Ora, a certidão de casamento encontrada na casa de Sônia com Alberto Carmo, pai dos filhos de Ana data de 13 de abril de 1959, ou seja, só posteriormente à maternidade que Ana Lima casou-se com Alberto Carmo, passando a adotar, a partir daquela data o nome oficial de Ana Lima Carmo.

Ainda no bloco nacional, o Ceará foi um dos temas abordados em alguns dos textos da coluna “Coisas que acontecem”. Em uma narrativa em que traz uma conversa com um senhor humilde cearense que a questionou sobre notícias do “Cavalheiro da Esperança” (Prestes) ela caracterizou a voz do seu povo como “doce e cantada”³⁰⁴. Em outro escrito ainda sobre o Ceará e a analogia que estabelece entre os profetas cearenses “da chuva” e os profetas americanos do *Vanguard*, configurou o local como “sua terra”³⁰⁵. Em dezembro de 1957³⁰⁶ o

³⁰³ Ibid., edição nº 2292; 15 de dezembro de 1957.

³⁰⁴ Ibid., edição nº 2269, 19 de novembro de 1957.

³⁰⁵ Ibid., edição nº 2285, 07 de dezembro de 1957.

³⁰⁶ Ibid., edição nº 2297 de 21 de dezembro de 1957.

Ceará apareceu também na notícia sobre a presença americana no território brasileiro. Ana alegou na ocasião que já sentia essa presença quando era menina lá na sua terra natal e eles queriam ajudar/construir a barragem de Orós na região.

No texto sobre as freiras e as suas práticas eleitorais persuasivas e fraudulentas no processo eleitoral³⁰⁷, Ana Montenegro colocou-se como alguém que estudou em colégio de freiras, confirmando a informação trazida em entrevista com Sônia Carmo para o *CamaradAna*, nesta dissertação já analisada no capítulo anterior.

Mais um escrito³⁰⁸ de Ana Montenegro para a coluna do *Imprensa Popular* merece aqui destaque. Nele ela traz informação sobre possível descendência portuguesa ao afirmar que era “neta de Braga”. Na ocasião, teceu uma série de elogios às terras portuguesas, mas criticou a Ditadura de Salazar no território. Entretanto, essas foram apenas informações secundárias do escrito, uma vez que o foco era tecer uma crítica ao professor português Cid Varela, diretor do Centro de Estudos Aeronáuticos do Instituto Técnico Superior, que duvidou da existência dos Sputniks soviéticos. Contrariando a crítica do professor, ela relata que os satélites norte-americanos ainda não haviam sido colocados em órbita, e que, talvez, ao invés de questionar o sucesso soviético no espaço, o professor devesse tentar explicar os problemas científicos dos satélites americanos.

Noutra notícia³⁰⁹ sobre os satélites norte-americanos, especificamente sobre o caso da queda do *Vanguard*, Ana afirmou que não alimentava qualquer animosidade contra o povo norte-americano, sobretudo suas crianças e cientistas. No texto ela informa que para além de uma política de controle e fiscalização pelo FBI das produções científicas do país, os cientistas americanos foram responsáveis por várias invenções importantes no mundo, e que devem valorizar-se por tais inventos. Em outras palavras, reconhecendo a importância no avanço da ciência norte-americana, a autora refletiu que não havia necessidade da política de auto-afirmação enquanto potência adotada por aquele país através da corrida espacial “contra” a União Soviética.

Em 1958, Ana Montenegro continuou responsável pela coluna “Coisas que acontecem”, figurando em quase todas as 175 edições do último ano de circulação do *Imprensa Popular*. De 09 de outubro de 1957 até 15 de janeiro³¹⁰, Ana escreveu ininterruptamente para a coluna. No entanto, por problemas de saúde informados na

³⁰⁷ Ibid., edição nº 2255 de 31 de outubro de 1957.

³⁰⁸ Ibid., edição nº 2264 de 12 de novembro de 1957.

³⁰⁹ Ibid., edição nº 2287 de 10 de dezembro de 1957.

³¹⁰ Ibid., nº 2316.

publicação daquele dia 15, os seus escritos não se fizeram presentes no periódico entre 16 de janeiro e 20 de fevereiro. Ela tirou férias para cuidar do seu debilitado estado e se ausentou do Rio de Janeiro. Seus textos só tornaram a ser publicados no periódico a partir de 21 de fevereiro.

Para análise dos temas abordados em “Coisas que acontecem” priorizou-se neste trabalho os escritos do ano de 1957, uma vez que, explicitada a razão pela qual a coluna foi criada no *Imprensa Popular*, o estudo daquele ano restou suficiente para a compreensão dos temas e assuntos abordados por Ana no periódico. Nesse sentido, restou tempo para a pesquisa e abordagem no acervo de outro órgão da rede de imprensa comunista, o *Novos Rumos*.

Antes de iniciarmos a análise do *Novos Rumos*, necessário se faz informar que, quatro dos textos de Ana para o *Imprensa Popular*³¹¹ foram posteriormente publicados no livro “Crônicas e Poemas” de Ana Montenegro³¹². A obra, que é composta de duas partes- a primeira com as crônicas, e a segunda com os poemas, trouxe também três textos retirados d’*O Momento Feminino*³¹³ e 40 textos dos escritos para o periódico *Novos Rumos*.

O jornal *Novos Rumos* circulou entre os anos de 1959 e 1964, com 265 edições, e surgiu

da necessidade de assegurar ao pensamento de vanguarda da classe operária um órgão de difusão mais vivo e atuante, mais capaz, portanto, de participar e influir na grandiosa luta que trava o povo brasileiro pela emancipação nacional, a democracia e o progresso social³¹⁴.

O texto, presente na coluna “Novos Propósitos” da edição de inauguração do periódico, informou ainda que

adotar os ideais do marxismo não significa, porém, fechar-se em atitude de isolamento sectário. O marxismo-leninismo é contrário, por princípio, a todo sectarismo, porque as transformações revolucionárias não são fruto de ação de pequenos grupos de líderes desligados das massas, e sim de atuação histórica das próprias massas. Em razão disso, não pretendemos ser um jornal de interesse apenas aos comunistas. Desejamos que *Novos Rumos* possa levar o pensamento de vanguarda a círculos mais amplos dos trabalhadores e do povo.

³¹¹ Ibid. “Os pássaros de aço” em 20 de outubro de 1957; “Coisas que acontecem” em 06 de março de 1958; “Coisas que acontecem” em 23 de março de 1958; e “Crianças sem futuro” em 30 de março de 1958.

³¹² MONTENEGRO, op. cit., 1985b, p. 10-13.

³¹³ Ibid. “As mães tiram a sorte grande”; “Nosso aniversário” e “Direitos da Mulher”.

³¹⁴ *Novos Rumos*, edição nº 1, 28 de fevereiro a 06 de março de 1959, p.1.

Embora se tratasse de uma imprensa comunista, o jornal não pretendia que seu público leitor se restringisse aos comunistas. A intenção era alcançar as massas, o povo; era levar os pensamentos do periódico para além dos membros do partido. Contraditoriamente a esse desejo de alcançar às massas, o jornal foi comercializado por um valor muito mais alto que os demais periódicos aqui já analisados. Entre 1959 e 1964 o preço variou de Cr\$ 5,00 a Cr\$ 30,00. Quando comparado com o valor de comercialização do *Imprensa Popular*, levando em consideração que nesse intervalo de tempo não houve alteração de moeda no Brasil, o preço do *Novos Rumos* chegou a 20 vezes o valor daquele outro periódico comunista.

De acordo com Jorge Ferreira, o conteúdo de *Novos Rumos* “era voltado mais para os quadros do partido do que para o grande público”, embora tenha sido, pelas orientações da nova linha política, “mais aberto e menos sectário que seus antecessores”. Propriedade da Editora Aliança do Brasil Ltda., o periódico que foi editado legalmente por cerca de cinco anos, chegou a uma tiragem de 60 mil exemplares. Não se sustentou por publicidade comercial, e, ainda, segundo Ferreira, seu orçamento foi garantido com vendas de números avulsos, assinaturas e, muito certamente, com financiamento do próprio partido³¹⁵.

Quanto à sede da redação do periódico, funcionou na Av. Rio Branco, nº 257, 17º andar, sala 1712 da primeira à última edição³¹⁶. Lembrando o endereço da redação d’*O Momento Feminino* de março de 1948 a março de 1951, essa também esteve localizada na Av. Rio Branco, nº 257, embora tivesse funcionado na sala 715, ao invés da sala 1712 do *Novos Rumos*. O diretor do periódico foi inicialmente o comunista baiano Mário Alves e, em 14 de setembro de 1962³¹⁷, foi substituído pelo ex-redator chefe e diretor executivo Orlando Bomfim Jr.

A circulação do periódico, de acordo com o “Caderno de Comunicação- Série Memória” da Prefeitura do Rio de Janeiro sobre a “Imprensa Revolucionária- O jornal como agente politizador”

Novos Rumos foi o porta-voz mais aberto da nova política do partido. O jornal polemizou com o radicalismo camponês de Francisco Julião, advogado defensor da causa camponesa, que criou o Movimento Tiradentes, mantendo, em pleno Governo João Goulart, um campo de treinamento de guerrilha no Centro-Oeste. A partir de setembro de 1962, até o final da crise

³¹⁵ FERREIRA, op. cit., 2013, p. 208; 209; 211.

³¹⁶ A primeira edição é de 28 de fevereiro de 1959, e a última de 27 de março de 1964.

³¹⁷ *Novos Rumos*, edição nº 187.

dos mísseis soviéticos em Cuba, o jornal circulou diariamente, primeiro por conta da campanha eleitoral³¹⁸.

No entanto, a informação trazida não condiz com a real periodicidade de circulação do *Novos Rumos*, uma vez que, analisando as edições do jornal, percebe-se que era um semanário, e não, um periódico diário. Desde a primeira edição configurou-se com um jornal que circularia de 28 de fevereiro a 06 de março de 1959, ou seja, semanal. A segunda edição sairia para a semana de 07 a 13 de março daquele mesmo ano.

Da opinião também de que o periódico circulou semanalmente e que tornava público uma nova linha política do partido (os novos rumos a partir da Declaração de Março de 1958), mas discordando que tenha substituído o *Imprensa Popular*, estão Jorge Ferreira e Moisés Wagner Franciscón. Para ambos, *Novos Rumos* teria, em verdade, sido o substituto do *Voz Operária*, outro órgão da rede de imprensa comunista³¹⁹.

A nova orientação política dos comunistas sintetizada na Declaração de Março de 1958 “permitiu a abertura do partido para a sociedade. O partido cresceu, alcançando expressão na política brasileira”. Nomes bastante conhecidos entre os comunistas brasileiros escreviam no *Novos Rumos*, sendo que alguns deles assinavam coluna fixa. Em artigo de Jorge Ferreira há uma lista com nomes dos redatores de *Novos Rumos*, dentre eles: Astrojildo Pereira, Carlos Marighella, Giocondo Dias, Leandro Konder e Pedro Mota Lima (Diretor do extinto *Imprensa Popular*)³²⁰. Não há, entre os nomes listados, qualquer menção a uma mulher, ou mesmo, a Ana Montenegro, comunista que, apenas entre 28 de fevereiro de 1959 e 1º de junho de 1961 foi autora de cinquenta e quatro textos para o periódico e sete reportagens.

Quanto às sete reportagens que Ana Montenegro foi responsável em *Novos Rumos*, os assuntos abordados foram: pobres sendo despejados de suas casas; a situação dos moradores dos barracos e das favelas; os problemas das operárias têxteis; a situação política na China; as mulheres e as crianças chinesas; e a revolução social³²¹.

³¹⁸ **Imprensa revolucionária**- o jornal como agente politizador. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. — Rio de Janeiro : Secretaria, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008, p.61.

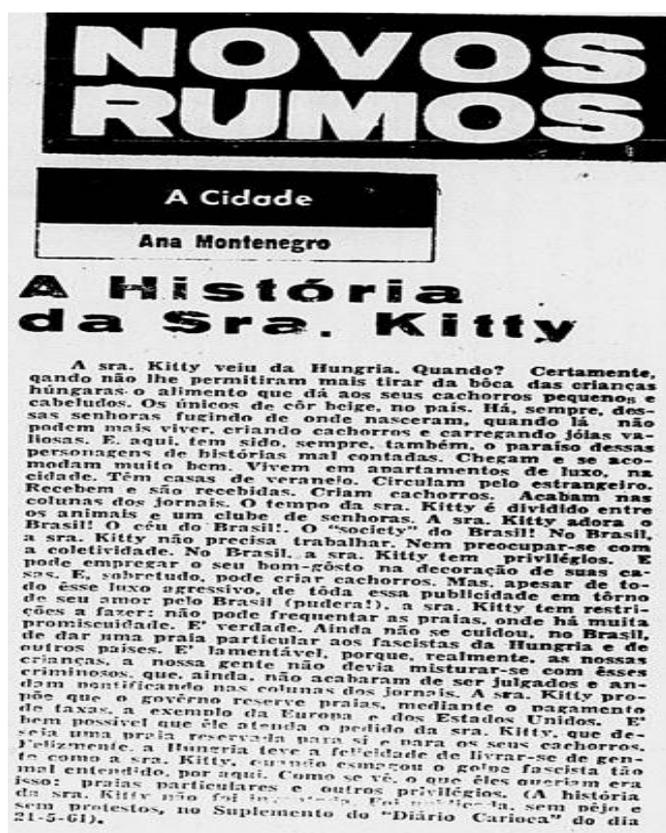
³¹⁹ FERREIRA, op. cit., 2013, p. 208. FRANCISCON, Moisés Wagner. **Os jornais do PCB e a representação no Brasil da atuação soviética na Segunda Guerra**. Contreiras, Revista Catarinense de História, Santa Catarina, ANPUH-SC, n. 26, 2015, p.139.

³²⁰ Ibid., op. cit., 2013, p. 209.

³²¹ *Novos Rumos*, edições: nº 10 de 01 a 07 de maio de 1959; nº 17, 19 a 25 de junho de 1959; nº 19, 03 a 09 de julho de 1959; nº 21, 17 a 23 de julho de 1959), nº 91, 25 de novembro a 1º de dezembro de 1960; nº 92, 02 a 08 de dezembro de 1960 e 93, 09 a 15 de dezembro de 1960.

Sobre os textos escritos, em 02 de junho de 1961 assumiu a coluna “A cidade” que circulou entre até 30 de agosto de 1962³²². Essa coluna tratou de temas muito comuns a “Coisas que acontecem” que Ana Montenegro assinou no *Imprensa Popular*. Enquanto naquele periódico a coluna a qual Ana assinava se localizava geralmente na terceira página, em *Novos Rumos*, o padrão era aparecer ou na sexta folha do jornal, ou, na oitava. Favelas, infância, mulheres, maternidade, problemas da cidade e na política, dentre outros temas, foram assuntos abordados por Ana em seus escritos para “A Cidade”.

Figura 28 - Coluna “A cidade”



Fonte: *Novos Rumos*, edição nº 117, 02 a 08 de junho de 1961, p.8.

Ana Montenegro não escreveu para a coluna que assumiu no *Imprensa Popular* por pouco mais de um mês em razão da necessidade de repousar fora do Rio de Janeiro, fato que também ocorreu com relação ao *Novos Rumos*, todavia, devidamente anunciada às páginas do

³²² Ainda que com algumas falhas na regularidade semanal de publicação, a exemplo das edições nº 121 de 30 de junho a 06 de julho de 1961 e nº 183 de 17 a 23 de agosto de 1962, em que a coluna esteve presente.

jornal³²³, a razão da ausência nesse outro periódico foi a de ter ido a Cuba para os festejos de 26 de julho, de onde só retomou em outubro de 1961. O próximo texto que publicou quando voltou para o Brasil foi sobre o socialismo e a educação em Cuba³²⁴.

De acordo com uma fala de Ana Montenegro no *CamaradAna*, a militante afirmou que “conheceu o Che Guevara em Cuba”. Deu o seguinte depoimento sobre tal acontecimento:

algumas vezes eu vi o Che Guevara em Cuba. E se contava muita coisa dele, ele se dava comigo. E uma vez houve uma reunião lá e etc e tal e ele disse: eu não sei porquê eu achei que não foram... esse pessoal que veio aí da América Latina não foi muito ligado ao Brasil, não deu ao Brasil a importância que ele tem. Ele disse: Ô Ana, essa gente não vai querer dar tanta importância ao Brasil e... Já matou tanta gente aí ao redor dele. (Risos dela). Que matou também, E? Vocês do Partido Comunista também mataram, também fizeram todos os distúrbios também... Depois foi muito difícil. Por que o Brasil deveria ter uma importância fundamental? Ele tem uma importância fundamental, mas é preciso saber dividir essa importância e mostrar essa importância do ponto de vista histórico³²⁵.

Completando e confirmando a fala de Ana, George Gurgel³²⁶, também para o documentário afirmou que

Ana esteve em Cuba pós-revolução cubana. Foi uma tarefa do partido. Depois eles foram (o partido comunista) para ver e objetivamente ajudar a revolução cubana. Muitos foram. Muitos foram depois também. Ana Montenegro conheceu todos os líderes da Revolução Cubana, inclusive, o próprio Fidel.

Sobre a tarefa desempenhada em Cuba em nome do partido, como assim caracterizou George, Ana informou:

Essa era a relação de trabalho. Discutir os problemas da América Latina, principalmente, como usar Cuba, Fidel, os outros, para fazer com que se conhecesse quais eram as dificuldades que existiam na América Latina e quais eram as possibilidades. Isso era o meu maior trabalho com Guevara.

A primeira fala citada de Ana é um tanto confusa, restando complexo definir onde começa e termina a fala dela e entra e sai a do Che Guevara. O interessante aqui é destacar que talvez tenha sido na ocasião dos festejos de julho de 1961, atuando em nome do partido

³²³ *Novos Rumos*, 04 a 10 de agosto de 1961, edição nº 126, p. 6.

³²⁴ *Ibid.*, edição nº 139, 06 a 12 de outubro de 1961.

³²⁵ ELEODORO, op. cit., 2009.

³²⁶ George Gurgel contribuiu com Jairo Eleodoro para a produção do documentário. Presidente da Executiva Estadual do Partido Popular Socialista, o político baiano tendo conhecido Ana Montenegro, foi um dos entrevistados no *CamaradAna*.

para compreender e colaborar com o processo de implantação do socialismo em Cuba, que Ana Montenegro conheceu os líderes da Revolução Cubana. Senão nesse período que informou em *Novos Rumos* que iria se ausentar da sua escrita na coluna “A cidade” para ir a Cuba, a outra possibilidade, é que tenha conhecido Fidel e Che em seu trajeto para o exílio em 1964, quando, barrada no Canadá, teve que seguir por Cuba para Europa.

Para além da análise dos escritos de Ana Montenegro em *Novos Rumos*, e da síntese dos temas tratados nesses textos- muitos deles similares aos abordados no *Imprensa Popular*, estão as notícias do jornal que configuram a militante no tempo e espaço. Durante a pesquisa no acervo do periódico por todo o período em que circulou (1959-1964), foram encontradas duas ocorrências em nome de “Ana Lima Carmo”; cinqüenta quando se buscou por “Ana Montenegro”; e duzentas e sessenta e três pelo título “Ana M”³²⁷. Desse número, seis foram os registros encontrados que diziam respeito a atividades em que Ana Montenegro esteve presente e que foram noticiadas por esse periódico da imprensa comunista.

Pelo Dia Internacional da Mulher, em março de 1960, Ana participou de Conferência no Sindicato dos Bancários patrocinada pelo Departamento Feminino da entidade³²⁸. Naquele mesmo mês do ano de 1963, Ana Lima Carmo, configurada como representante da Liga Feminina da Guanabara, esteve presente no Comício na Gare Leopoldina³²⁹ no Rio de Janeiro e também foi listada no periódico como dirigente feminina que apoiou o Congresso de solidariedade a Cuba³³⁰.

Ainda em 1963, esteve entre os que entregaram o memorial com 25 mil assinaturas a João Goulart apontando a responsabilidade dos poderes públicos pela carestia da vida e reclamando medidas concretas capazes de manter os preços. Foi referenciada novamente como atuando em nome da Liga Feminina da Guanabara em abril daquele ano³³¹. Em agosto, na notícia “Multidão exigiu reformas”, mais uma vez foi listada como representante daquela Liga Feminina³³².

Em janeiro de 1964, discursou, em nome da Liga Feminina do Estado da Guanabara, no evento de solidariedade a Cuba que levou 2 mil pessoas à ABI³³³. Segundo a notícia, o

³²⁷ A ferramenta de busca da hemeroteca digital tem suas falhas, não conseguindo localizar muitas das referências sobre Ana Montenegro quando se buscou pelo nome completo da militante. Com o título “Ana M”, estratégia de busca, foi possível localizar muito mais ocorrências que correspondiam, de fato, a textos e notícias sobre Ana Montenegro no jornal.

³²⁸ *Novos Rumos*, edição nº 55, 18 a 24 de março de 1960, p. 4.

³²⁹ *Ibid.*, edição nº 212, 15 a 21 de março de 1963, p.3.

³³⁰ *Ibid.*, edição nº 213, 22 a 28 de março de 1963, p. 12.

³³¹ *Ibid.*, edição nº 217, 19 a 25 de abril de 1963, p.3.

³³² *Ibid.*, edição nº 233, 09 a 15 de agosto de 1963, p.8.

³³³ *Ibid.*, edição nº 256, 17 a 23 de janeiro de 1963, p. 1.

comunista e ex-deputado Carlos Marighella também proferiu discurso e esteve presente no evento.

Sobre a trajetória da redatora feminina e comunista Ana Montenegro, alguns aspectos importantes podem ser desvendados a partir das notícias às páginas de *Novos Rumos* recém descritas. Ora, no decorrer dos anos de militância e enquanto comunista “de carteirinha”, Ana Montenegro, por seus escritos e atividades dentro e fora do Partido foi alcançando notoriedade nesse cenário. D’*O Momento* em que publicou apenas uma poesia e foi responsável por uma reportagem, ao *Novos Rumos*, em que assumiu uma coluna no periódico e teve seus textos publicados durante todos os anos em que circulou. As notícias sobre os eventos em que esteve presente nos períodos próximos ao golpe configuram quem era essa militante, que importância tinha dentro da rede de imprensa comunista, o nome que carregava enquanto líder de uma organização feminina que merecia referência às páginas de um periódico controlado pelo Partido.

Compreender essa trajetória de Ana Montenegro dentro do maior meio de divulgação das pautas comunistas que eram os periódicos vinculados ao Partido, mapeando seus escritos, delineando quais causas abraçou, os pontos de vista teórico-ideológicos expressados, as temáticas que discutiu, como as defendeu através dos espaços que ocupou, é premissa necessária para o debate sobre repressão no capítulo seguinte. Os documentos colhidos no acervo do DOPS e do SNI relatam informações sobre as atividades de Ana Montenegro desde 1947, coincidentemente, ano que ela teve o seu primeiro texto publicado nas páginas da imprensa comunista.

3 NA MIRA DA REPRESSÃO (1947-1983)

Com remotas origens no movimento iluminista do século XVIII na França, a liberdade de expressão é hoje garantia constitucional no Brasil³³⁴. No entanto, embora trate de direito fundamental de qualquer cidadão, durante muitos períodos da história contemporânea brasileira ele foi negado aos cidadãos, sobretudo aos que escrevendo ou militando, colocaram-se ideologicamente contra o governo no poder. Desde o início do século XX, procurou-se combater as ações de trabalhadores imigrantes anarquistas, por serem esses “inimigos” ideológicos do regime em vigor. A partir da criação do PCB em 1922, os novos comunistas (muitos provenientes de uma ideologia anarquista) passaram a também figurar como inimigos internos e “indesejáveis” cidadãos³³⁵.

A vigilância e controle dos “indesejados” necessitava de um aparato próprio para funcionar. Segundo Célia Cardoso,

desde o final do século XIX, e mais precisamente com a criação do Gabinete de Investigações e Capturas em 1910, os delegados da polícia vinham exigindo do governo central mecanismos mais eficientes de controle e vigilância sobre aqueles que andavam “fora da lei”, especializando-se cada vez mais em perseguições políticas. Essa tradicional função de polícia política, predominantemente civil, ficou garantida constitucionalmente, sendo seu poder ampliado após o golpe de 1964³³⁶.

Ainda na década de 1920, mais precisamente no ano de 1924, foi criado no estado de São Paulo, pela Lei estadual nº 2.034, mais tarde regulada pelo Decreto nº 4.405-A de 1928, a Delegacia de Ordem Polícia e Social³³⁷. Em julho de 1945, com o Decreto-Lei nº 14.854, o DOPS deixou de ser uma simples polícia política e tornou-se o então Departamento de Ordem Política e Social, passando a ter maior importância após o processo de redemocratização em 1946³³⁸.

A polícia política atuou no sentido de domesticação das massas, de saneamento ideológico, buscando impedir a circulação de ideias rotuladas de perigosas. Ao longo da sua

³³⁴ Art. 5º, IX, Constituição Federal de 1988.

³³⁵ CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de Paulo sob os governos militares** (1963-1983). São Cristovão: UFS, 2014, p. 185.

³³⁶ Ibid., op. cit., p. 183.

³³⁷ O DOPS/SP é a mais antiga polícia política surgida no Brasil, conforme Relatório da Comissão Nacional da Verdade, p. 161.

³³⁸ Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, p. 260; Relatório da Comissão Nacional da Verdade, p. 161-162.

atuação teve como foco de vigilância oficial indivíduos negros, judeus, anarquistas, comunistas, ciganos e japoneses. A ideia desse aparato de controle e repressão era bloquear a heterogeneidade do pensamento e silenciar os potencialmente perigosos à segurança da nação. Durante a Ditadura do Estado Novo os serviços secretos de investigação e polícia política ganharam novos *status* mediante atribuições que lhe foram delegadas pelo Estado dito moderno³³⁹.

Homogeneizar o pensamento político e as ações dos indivíduos, através de uma propaganda ideológica manipuladora presente no discurso nacionalista, foi premissa utilizada pela Ditadura getulista no intuito de eliminar os canais de contestação e manter a população sob controle. Em um modelo de Estado interventor e disciplinador das massas, a censura e o medo foram disseminados, e a vigilância aos subversivos da ordem praticada rotineiramente.

Ana Lima filiou-se ao Partido Comunista em 2 de julho de 1945, já no finalzinho da Ditadura do Estado Novo. Sua trajetória militante iniciou em um período de relativa abertura política com o fim de um governo totalitário. Não podemos afirmar que sofreu qualquer tipo de vigilância ou repressão anterior a 1947, uma vez que as fontes encontradas e que serviram de objeto de estudo neste capítulo retratam a atuação de Ana a partir daquele ano. No entanto, é preciso entender que quando Ana Lima tornou-se a militante comunista Ana Montenegro, um sistema de controle aos “subversivos comunistas”, embora ainda não tão complexo quanto o que se formou nos anos da Ditadura civil-militar de 1964 a 1985, já havia sido estruturado no país. Desde o início do século XX, aqueles que fundaram o PCB ou foram se vinculando ao partido, sofreram uma série de represálias por expressar suas convicções ideológicas.

Em 1945, poucos meses após Ana entrar para a lista de filiados do PCB, a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim, deixando o mundo polarizado em dois blocos: o capitalista, liderado pela potência norte-americana, e que resguardava um “ocidente democrático cristão”, e o socialista, liderado pela potência soviética, e onde imperava o “totalitarismo comunista”³⁴⁰. De acordo com o General Golbery do Couto e Silva, a localização geográfica do Brasil dava ao país uma posição de aliado dos Estados Unidos, e conseqüentemente, do bloco capitalista. Nesse sentido, os militares brasileiros deveriam se unir aos Estados Unidos em defesa do ocidente capitalista e colocar-se contra as ambições imperialistas da União Soviética³⁴¹.

³³⁹ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a segurança nacional. In: PANDOLF, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 336.

³⁴⁰ JOFFILY, Mariana. “**A verdade**”: sobre o uso de documentos do órgãos repressivos. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

³⁴¹ SILVA, Golbery do Couto e. apud. ALVES, op.cit., 1984, p. 37.

Foi nesse contexto de Guerra Fria que surgiu no Brasil uma teoria de guerra baseada na ideia de que a guerra não mais se limitava ao território dos países beligerantes ou a setores específicos da economia e da população. Essa teoria foi que deu início a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) no país. Vinculada às teorias antimarxistas, geopolíticas e às tendências conservadoras do pensamento social católico, com remotas origens no final do século XIX e começo do XX³⁴², a DSN “implicava na defesa da ordem interna, adaptada às especificidades de cada país latino-americano e no combate aos comunistas e ‘impatriotas’, principalmente intelectuais, políticos, estudantes e operários”³⁴³.

Segundo Maria Helena Moreira Alves, a DSN foi formulada pela Escola Superior de Guerra (ESG) em colaboração com os institutos IPES e IBAD e traduzia-se em um “abrangente corpo teórico constituído de elementos ideológicos e de diretrizes para infiltração, coleta de informações, planejamento político-econômico de programas governamentais”³⁴⁴. Sob o viés dessa doutrina e conforme manual da ESG trazido pela autora, a maior preocupação para a segurança nacional era com a guerra revolucionária, espécie de guerra não-declarada ou clássica em que são disseminadas as sementes da rebelião.

A guerra revolucionária colocava em conflito os socialistas e os capitalistas. O combate na guerra revolucionária trazia em si uma lógica de suspeição de que qualquer indivíduo é culpado até que se prove o contrário, e isso porque, essa espécie de guerra assumia feições psicológicas e de manipulação ideológica da população. Ao buscar o combate aos inimigos internos, as forças militares – responsáveis pelo controle das atividades subversivas, em razão dessa lógica de suspeição, terminaram por cometer graves abusos de poder e a não respeitar os direitos humanos.

Foi sob a égide dessa Doutrina de Segurança Nacional que boa parte dos documentos encontrados no DOPS sobre a atuação de Ana Montenegro foi produzida. Filiada ao PCB, partido que figurava na ilegalidade e de doutrina contrária aos ideias capitalistas defendidos pelo pólo norte-americano, Ana foi vista por esse órgão como “inimiga interna” da nação. Ora, pela lógica da suspeição, ela era culpada até que pudesse provar a sua inocência. Como cidadã, o seu direito à liberdade de expressão foi tolhido, uma vez que não tinha o “direito” de propagar ideias “perigosas” à segurança nacional, e perigosas porque a ideologia comunista, vista como exógena (ou seja, uma doutrina de fora, que não foi criada no Brasil), era veículo de manipulação e dominação do país pela nação soviética.

³⁴² Ibid., p.41.

³⁴³ CARDOSO, op. cit., 2014, p. 176.

³⁴⁴ ALVES, op. cit., 1984, p. 35.

Durante os anos que precederam o golpe civil-militar de 1964, Ana não só permaneceu como alvo da constante vigilância nacional do DOPS, como seus escritos também foram investigados pelo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais (IPES), um dos organismos empresariais responsáveis pelo Golpe segundo Dreifuss, e que foi criado em 1961 com capital de empresários nacionais e estrangeiros vinculados por uma ideologia anticomunista³⁴⁵. Internacionalmente, na década de 50, a polícia política portuguesa, vigiando o trânsito de comunistas brasileiros em território europeu, registrou a entrada de Ana Montenegro naquele continente.

Quando uma nova Ditadura foi instaurada em abril de 1964, uma lista de “inimigos” já figurava nas mãos daqueles que tomaram o poder a Golpe. Tanto o grupo de empresários do IPES, como a estrutura da polícia política, já possuía relatórios sobre uma série de “subversivos”, dentre eles, Ana. Medidas então foram tomadas desde aquele primeiro ano do novo governo para expurgar qualquer movimento social e indivíduos que colocassem em risco a instauração da estrutura política governamental autoritária. Iniciou-se uma “Operação Limpeza”, onde se “caçavam as bruxas”, ou seja, os comunistas.

A ‘Operação Limpeza’ foi um conjunto de medidas destinadas a ativar as forças repressivas e dar ao Estado controle sobre as áreas políticas, militares e psicossociais. O objetivo era varrer os que estivessem ligados ao governo anterior, a partidos políticos considerados comunistas ou altamente infiltrados por comunistas e movimentos sociais anteriores a 1964. Especialmente eram líderes sindicais e estudantis, intelectuais, professores, organismos leigos de movimentos católicos em Universidades e no campo³⁴⁶.

Os Inquéritos Policiais Militares, ou IPMs, previstos já no primeiro Ato Institucional de 09 de abril de 1964 (Art. 8º)³⁴⁷, serviram à “Operação Limpeza” para “neutralizar qualquer cidadão que pretendesse opor-se organizadamente às políticas em aplicação”. Os IPMs possuíam “alvos gerais e específicos de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional”³⁴⁸. O IPM 709, ou IPM do Partido Comunista, do qual trataremos com melhor precisão quando da análise do documento a respeito desse assunto no acervo do DOPS/GB, trouxe Ana Montenegro juntamente com mais 970 indiciados por atividades subversivas. É óbvio que as informações que fundamentaram esse indiciamento e suposta culpabilidade dos comunistas de

³⁴⁵ DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981.

³⁴⁶ ALVES, op. cit., 1984, p. 56.

³⁴⁷ O artigo 8º do AI-1 lançou as bases para os IPMs, no entanto, foi com o Decreto-Lei nº 53.897 de 27 de abril de 1964 que esse modelo de inquérito foi instituído.

³⁴⁸ ALVES, op. cit., 1984, p. 78.

exercerem atividades contrárias a segurança da nação foram colhidas ao longo dos anos anteriores ao Golpe. No caso de Ana Montenegro, como será demonstrado, desde 1947.

O Serviço Nacional de Informações (SNI), inovação administrativa fundamental do novo governo, foi criado em junho de 1964, combinando “as funções de agência central de informações com as de conselho de assessoria para formação das diretrizes políticas nacionais”³⁴⁹. Quando o SNI surgiu, Ana Montenegro já havia partido para o exílio, no entanto, seja pela herança documental que esse órgão recebeu, seja pelo mapeamento de informações sobre a militante comunista durante a Ditadura Militar – mesmo que residindo em outro país entre os anos de 1964 a 1979 – o fato é que uma gama de documentos com a circulação de notícias sobre ela foi encontrada nos acervos do SNI da agência central e regional de Salvador.

A Ditadura civil-militar durou 21 anos. Muita documentação foi produzida e circulou pela complexa rede de informações que foi sendo estruturada ao longo do regime ditatorial. Esses documentos justificaram e ocultaram uma série de ações repressivas e violentas praticadas pelos militares e pelos civis que comandavam e administravam o aparato repressivo. Justificaram porque criavam imagens segundo uma ideologia oficial que supervalorizava o inimigo, para que a atuação repressiva fosse vista como necessária à ordem e à segurança nacional. Ocultaram porque as verdades formuladas por esses órgãos representavam apenas uma versão parcial e tendenciosa dos acontecimentos, em que não constavam narrativas das atuações ilícitas dos repressores para conseguir depoimentos, como, por exemplo, das torturas.

Embora tratem apenas da “verdade oficial”, esses arquivos podem revelar três diferentes discursos em seu bojo: o policial, que reflete a ordem e a “veracidade”; o da resistência, que remete à desordem e a suspeição da “culpabilidade”; e o colaboracionista, aquele dos delatores e da grande imprensa que apóia as ações repressivas³⁵⁰. Portanto, é preciso identificar cada um desses discursos para compreensão dos papéis dos sujeitos que, vítimas ou algozes, ou mesmo vítimas-algozes, vivenciaram os “tempos da repressão”.

Boa parte das informações veiculadas pelo DOPS e pelo SNI não chegou ao século XXI, seja pela ação do tempo, seja pela ação humana. Segundo Mariana Joffily, “a documentação destinada ao público está cheia de lacunas, pois é uma tendência geral dos

³⁴⁹ DREIFUSS, op. cit., p. 421.

³⁵⁰ CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da Polícia Política Brasileiro**: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. São Paulo: PROIN- Arquivo Público do Estado de São Paulo, p. 2.

regimes autoritários, em situações de transição política, a destruição de documentos comprometedores”³⁵¹. No entanto, mesmo com toda a perda documental, significativa foi a quantidade de arquivos sobre Ana Montenegro encontrada nesses acervos e que serviu para a construção deste capítulo.

Para análise dos arquivos da repressão, uma série de cuidados deve ser tomada pelo historiador. Em primeiro lugar, conforme James Green, “se os documentos depositados em um arquivo são apenas alguns dos vestígios do passado, teoricamente cabe ao historiador o papel de usar esse material incompleto para recuperar e criar narrativas sobre o passado”³⁵². Em outras palavras, deve-se ter mente ao analisar as narrativas, por exemplo, do DOPS, que elas não retratavam o passado como um todo. Há brechas e esquecimentos propositais nessas narrativas que devem ser identificados e reconstruídos pelo historiador. É preciso detectar a lógica da narrativa oficial repressiva para compreender o que está sendo dito nas “entrelinhas”. Por vezes, além de incompletos, esses documentos são contraditórios entre si, revelando falhas na coleta e veiculação de dados pela comunidade de informações. Para Green, é raro um documento do DOPS que “não contém uma mentira, distorção, falsificação ou silêncio”³⁵³.

Também a partir desses documentos evidencia-se “um *modus operandi* do regime de atuação contra os movimentos sociais e indivíduos que se situaram no campo de oposição à Ditadura”³⁵⁴, ou seja, como atuavam, como conseguiam essas informações, as fontes utilizadas, como elas foram colhidas, por quais razões, em quais momentos, etc. Desvenda-se como a rede de informações se estruturava e propagava as notícias sobre determinados indivíduos através desses documentos.

Por fim, além dos documentos não apresentarem a totalidade das ações desenvolvidas pelos órgãos, eles dificilmente terão condições de responder a todas as perguntas ou dar a conhecer a verdade de maneira precisa. Entretanto, “embora não possuam o condão de esclarecer todos os pontos obscuros, são matéria-prima para nos aproximarmos de uma verdade possível sobre o passado”³⁵⁵. No caso deste trabalho, aproximar-se da verdade

³⁵¹ JOFFILY, op. cit., p. 6.

³⁵² GREEN, James. **A proteção da privacidade com a abertura plena dos arquivos**. Acervo, v.24, nº 1, Rio de Janeiro, jan./jun. 2011, p. 210.

³⁵³ Ibid, op. cit., p. 213.

³⁵⁴ RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem**. A cooperação DEOPS-SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia. 1975-1983. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015, p. 74.

³⁵⁵ JOFFILY, op. cit., p.8.

possível sobre o passado da militante comunista Ana Montenegro que foi alvo da repressão brasileira entre os anos de 1947 a 1983.

3.1 AS ANAS DO DOPS/GB E A VIGILÂNCIA INTERNACIONAL DA PIDE

Durante o governo ditatorial de Getúlio uma estrutura repressiva foi sendo construída visando combater a infiltração comunista no país, e parte desse aparato repressivo permaneceu em funcionamento mesmo após a queda de Vargas em outubro de 1945, servindo de base, posteriormente, para a construção da complexa estrutura repressiva que vigorou durante os anos da Ditadura civil-militar. Um exemplo de órgão do aparato repressivo criado durante o Estado Novo e que permaneceu ativo após o fim daquele regime, foi a Divisão de Polícia Política e Social (DPS) que teve, inclusive, em 1946, a suas funções ampliadas.

A DPS que inicialmente tinha por função “a prevenção e repressão dos crimes e atividades contra a personalidade internacional, a estrutura, a ordem do Estado e a segurança internacional”, manteve-se, após o Estado Novo, enquanto responsável “por monitorar atividades consideradas potencialmente perigosas e por formar um amplo conjunto documental que compilava informações sobre a vida de milhares de cidadãos”³⁵⁶.

Até 1960, a DPS era abrigada pelo Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)³⁵⁷ que funcionava no Rio de Janeiro, contudo, com a inauguração de Brasília enquanto capital federal foi então fundado o Estado da Guanabara e o Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP). Esse novo órgão herdou toda a estrutura, arquivos e funcionários da DPS. Pouco tempo depois, em 1962, foi criado o Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara (DOPS/GB) que passou a abrigar esse “conjunto de órgãos e estruturas responsáveis por exercer a função de polícia política no âmbito federal ao longo do século XX”³⁵⁸.

Na mira da repressão desde os idos de 1947 quando então concorreu ao pleito de Deputada Estadual pelo Partido Comunista da Bahia, Ana Lima Carmo figura nos documentos do DOPS/GB mantidos no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Também se fez presente informações sobre a militante em documentos do Departamento

³⁵⁶ Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, p. 260.

³⁵⁷ Também pelo Departamento Federal de Segurança Pública era abrigado o DOPS paulista surgido em 1924.

³⁵⁸ Relatório da Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, p. 260.

Geral de Investigações Especiais (DGIE), órgão esse que passou a abrigar o DOPS/GB a partir de 1975, quando da fusão daquele órgão com o DOPS/RJ.

Nas páginas da documentação do Departamento de Ordem Política e Social do Estado da Guanabara, os nomes Ana Montenegro, Anna Montenegro, Ana Maria Montenegro, Ana Lima Montenegro, Ana Maria Lima Carmo ou Ana Maria Lima Carmos, tratam todos da mesma pessoa, a vigiada “subversiva” Ana Lima Carmo. Não só há contradição entre os nomes às páginas da documentação do DOPS/GB, como também, há contradição com relação à data de nascimento, o endereço de residência, a filiação da militante (dados de qualificação de Ana Lima Carmo); bem como na narrativa dos fatos passados (o conteúdo descrito), demonstrando assim, o quanto esse aparato repressivo produzia, por vezes, inverdades e informações incompletas, recheadas de deduções de acordo com a ideologia do sistema.

Em uma série de relatórios que aparecem em documento de abril de 1961³⁵⁹, por exemplo, Ana Lima Carmo foi referenciada como Ana Lima Montenegro e Ana Montenegro, relatórios esses, com informações que se complementam, e terminam por versar sobre a atuação de uma única militante. Ana Lima Montenegro, por sua vez, figurou em documento de novembro de 1965³⁶⁰, o qual, versando sobre o IPM nº 709, pede que a comunista seja presa para que se apure fatos relativos a atividades “subversivas”. No tocante a Ana Maria Lima Carmos ou Ana Maria Montenegro, ambas representaram as atividades de Ana Lima Carmo em documento confidencial de maio de 1979³⁶¹.

Ainda sobre a divergência nominal nos documentos do DOPS/GB, o nome Ana Maria Lima Carmo é referenciado em documento direcionado ao SSP/DOPS- Serviço de Cadastro e Documentação, sem data. Configurada como colaboradora do jornal *Novos Rumos*, Anna Montenegro é o nome que aparece em documento secreto, sem data, origem ou destinatário.

Faz-se necessário a compreensão aqui de que os documentos apresentam uma classificação de acordo com a relevância dada pelo órgão que veicula as informações, podendo ser esse documento: reservado, urgente, confidencial, secreto, expediente, ou mesmo, não apresentar qualquer classificação. Dos documentos encontrados no acervo do DOPS/GB, apenas um restou classificado como reservado e urgente; um como expediente; dez documentos como secretos; quatro como documentos confidenciais (resguardando a informação ao destinatário da mensagem sobre o dever de sigilo de acordo com o Art. 62 do

³⁵⁹ Informe nº 974 do Departamento Estadual de Segurança Pública/DPS/SI/SFP para o Gabinete do Coronel Diretor da Divisão em 12 de abril de 1961.

³⁶⁰ IPM nº 709 do Ministro da Guerra- I Exército, sem destinatário, em 03 de novembro de 1965.

³⁶¹ LDA nº 250/79 da SSP/DGIE- Divisão de Informações- Serviço de Informações- INT à Difusão de Divisão de Informações em 07 de maio de 1979.

Decreto nº 60417/67); e os demais (a grande maioria) com critério de classificação não informado.

A respeito da data de nascimento de Ana Lima Carmo, boa parte dos informes da repressão veicula equivocadamente o dia 13 de março de 1918 como sendo a data correta. Exemplo disso no documento de maio de 1962³⁶² que trouxe em uma página a informação do nascimento de Ana no ano de 1918 e na página seguinte do mesmo documento informa como tendo sido no ano de 1915. Documento de outubro de 1975³⁶³ pode também ser citado como exemplo que mencionada a data de 1918, assim como o documento de maio de 1977³⁶⁴. Em pedido de busca de abril de 1976³⁶⁵, também foram apresentadas as duas datas para seu nascimento, tanto a do ano de 1915, quanto a do ano de 1918. Conforme identidade da militante, a exata data de seu nascimento foi em 13 de abril de 1915.

Figura 29 - Documento de Identidade de Ana Lima Carmo



³⁶² Prontuário nº 42.730 do Departamento Estadual de Segurança Pública para D.F.S.P/SI- ARQUIVO, em 09 de maio de 1962.

³⁶³ LDA nº 40721 do D.ARQ./DGIE/SSP/RJ para SSP/DOPS/GB-DI/SD/SAF em 23 de outubro de 1975.

³⁶⁴ PB nº 008/77-DOPS/SSP/CE da DARQ-DGIE para o DOPS/SSP/CE em 05 de maio de 1977.

³⁶⁵ Pedido de Busca nº 213/76-D do CIE para o I Exército- SI/SR/DPF/RJ- DPPS/RJ- Arq. de 02 de abril de 1976.

A contradição documental no tocante ao momento do nascimento da militante pode ser entendida apenas como um detalhe banal que não prejudicaria de fato a configuração e vigilância das atividades da comunista Ana Montenegro. No entanto, o fato das informações contraditórias dos órgãos de repressão não se limitarem ao simples erro da data de nascimento, trazendo uma série de dados confusos e equivocados, demonstra o quanto essa rede de informações ou sistema de informações passou longe de ser coordenadamente perfeito. As informações circulavam por vezes desordenadamente sem uma correção gráfica e factual, uma vez que se percebem páginas de um mesmo documento elencando dados completamente díspares sobre igual questão. Por outro lado, as informações obtidas nacionalmente e internacionalmente são vastas, denotando o quão amplo era o sistema de captação dessas informações.

Quero afirmar que os documentos das forças de repressão, e aqui me refiro aos documentos da polícia política, ou seja, dos DOPS, são, no seu conjunto, cheio de mentiras. Qualquer pessoa que entra nos arquivos tem que partir do pressuposto que um documento pode trazer mais decepções do que verdades³⁶⁶.

No entanto, ao analisarmos os documentos do DOPS, devemos estar preocupados não em buscar uma verdade ou verdades acerca de determinado fato ou sujeito, mas sim, “como os fatos foram construídos segundo a lógica de uma polícia que tinha como objetivo reprimir e ordenar o pensamento político do país, tornando-se único e incontestável”³⁶⁷. Longe de estar o aparato do DOPS preocupado em veicular informações corretas e sem equívocos sobre determinado sujeito ou movimento social, esse sistema buscava reunir o maior conjunto de dados possíveis no intuito de detectá-los e construir estratégias para reprimir-los. De acordo com a lógica da suspeição, todos eram culpados até que se provasse o contrário, e quanto maior a quantidade de documentos produzidos para comprovar essa culpabilidade e reforçar o mito dos “inimigos internos”, melhor.

É importante ressaltar que dentre as fontes utilizadas pela repressão para configuração de Ana Montenegro e sua atuação no cenário sócio-político brasileiro e internacional, estão os periódicos da rede de imprensa comunista, como o *Imprensa Popular* e o *Novos Rumos*, jornais esses em que Ana Montenegro foi redatora responsável, em cada um deles, por uma coluna de notícias diárias, como já trabalhamos no capítulo anterior. Jornais nacionais não

³⁶⁶ GREEN, op. cit., p. 211.

³⁶⁷ CARNEIRO, op. cit., p. 6.

pertencentes à rede de imprensa comunista como *O Diário de Notícias*, foram de igual forma utilizados de fonte para a colheita de informações sobre a militante. Internacionalmente, podemos citar a utilização pela repressão brasileira de informações contidas em periódico mexicano sobre “*poetisa brasileña detenida en Canada*”, e em revista da República Checa com escritos do esposo de Ana sobre os “*Problemas del Brasil actual*”. De acordo com Maria Luiza Tucci Carneiro, os jornais recortados pelos policiais e colados junto aos prontuários contribuíam para reforçar a imagem negativa do indiciado³⁶⁸.

Demais fontes aqui a serem mencionadas são os depoimentos de militantes presos interrogados e/ou torturados pelo sistema repressivo e que acabaram por mencionar, por exemplo, que Ana foi à Rússia em 1963 enquanto militante do movimento feminino³⁶⁹. É interessante perceber que a série de possíveis nomes representando Ana Lima Carmo nos documentos podem ter sido utilizados como estratégia dos interrogados para não denunciarem tudo sobre a militante, ou seja, dificultarem a identificação do aparato repressivo à localização e configuração dela. Exemplo disso é o depoimento de Marcos Antônio da Silva Lima prestado em 13 de março de 1967³⁷⁰ que informou que Ana Maria Lima Carmos ou Ana Maria Montenegro era casada com Alberto Pires Barbosa que foi para o México, Cuba e depois de seis meses para Tchecoslováquia. Ambos os nomes foram dados ao interrogante com erros, erros esses que, provavelmente, foram propositais no intuito de preservação da identidade de seus companheiros comunistas.

Conforme Mariana Joffily, quando os militantes eram capturados pelo aparato repressivo, buscavam resistir entre 24 ou 48 horas como meio de possibilitar aos seus companheiros desfazerem as estruturas seja dos aparelhos, dos pontos de encontro ou das reuniões³⁷¹. Nesse sentido James Green afirma que “ocultar os nomes verdadeiros, endereços residenciais, locais de trabalho e identidades alheias era essencial para a proteção aos indivíduos, caso algum deles fosse preso, torturado e obrigado a dar informações para a polícia”³⁷².

Quando prestavam suas confissões (prova suprema para os agentes da repressão), no intuito de satisfazer os torturadores, começavam a relatar informações próximas da realidade, embora alterando alguns dados que dificultassem a identificação dos sujeitos. Uma dessas

³⁶⁸ Ibid., p. 6.

³⁶⁹ Documento confidencial do acervo do DOPS de 10 de abril de 1972 do Gabinete do Ministro do Ministério do Exército enviado ao CIE que contém depoimento de Antonieta Hampshire Campos da Paz (“A Tereza”) que recorda-se que foi à Rússia com Clara Charf e Ana Montenegro.

³⁷⁰ Documento confidencial da SSP/DGIE enviado à Difusão de Divisão de Informações em 07 de maio de 1979.

³⁷¹ JOFFILY, op.cit.

³⁷² GREEN, op. cit., p. 206.

estratégias era exatamente a dos nomes, alteravam-se os nomes dos companheiros como forma de protegê-los da repressão.

Além dos depoimentos, existiram também as escutas telefônicas, como a que, grampeando a Embaixada do México, descobriu a data, hora, número de voo e destino da saída de Ana Montenegro rumo ao exílio³⁷³. Arquivos apreendidos pelo aparato repressivo, seja na casa de militantes, sejam em aparelhos do Partido, ou mesmo na sede de organizações populares também serviram de fontes aos relatórios recebidos ou enviados pelo DOPS/GB.

Ainda resta ser elencada como fonte aos documentos produzidos pela repressão, a infiltração de informantes anticomunistas nas reuniões, comícios e movimentos populares apoiados pelo Partido, ou mesmo, pelas uniões femininas que Ana fazia parte. Exemplo disso é a informação de Ana esteve presente em reunião dos previdenciários frente ao Ministério do Trabalho no dia 20 de dezembro de 1963 e que foi obtida por infiltrado no evento³⁷⁴. Segundo Tucci Carneiro, os agentes “infiltravam-se em qualquer tipo de reunião ‘suspeita’, observando os mínimos detalhes, registravam as frases de efeito proferidas durante os discursos, relacionavam os nomes de todos os presentes e seus respectivos cargos³⁷⁵”.

Dito isso, retomemos a análise das confusas informações colhidas, repassadas ou armazenadas pelo DOPS da Guanabara. Quem seriam os verdadeiros pais de Ana Lima Carmo? Paul Elpidio Vaughnesse e Sila Vaughnesse ou Elpidio Correia Lima e Sila Correia Lima? De acordo com documento de abril de 1976³⁷⁶, ambos os nomes para pai e mãe seriam cabíveis, vez que no mesmo texto configura Ana Montenegro como sendo filha tanto do primeiro casal quanto do segundo, ou seja, Paul Elpidio Vaughnesse e Elpidio Correia Lima seriam a mesma pessoa, assim como Sila Vaughnesse e Sila Correia Lima. Ora, segundo a identidade aqui trazida da militante, o nome de seus pais foram Paul Elpidio Vaughnesse e Sila Vaughnesse Correia Lima, restando assim, o documento do DOPS mesclando os nomes, não tendo preocupação em veicular a informação correta.

Outro aspecto de contradição diz respeito à configuração do endereço da residência de Ana Lima Carmo. Embora eles a estivessem vigiando e a militante possa, de fato, ter se mudado uma série de vezes dentre os anos de 1947 a 1964 na cidade do Rio de Janeiro, resta dúvida se parte desses endereços informados pelos DOPS não seriam, talvez, moradias de outras pessoas (amigos ou parentes) que Ana Montenegro apenas visitava com certa

³⁷³ Informe secreto nº 2295 da DFSP-DPS para a S.F.A em 15 de junho de 1964.

³⁷⁴ Documento de 23 de dezembro de 1963 dirigido ao DOPS/GB, sem origem.

³⁷⁵ CANEIRO, op. cit., 1999, p. 338.

³⁷⁶ Pedido de Busca nº 213/76-D do CIE para o I Exército- SI/SR/DPF/RJ- DPPS/RJ- Arq. de 02 de abril de 1976.

freqüência. Em documento de maio de 1977³⁷⁷, há menção a três endereços de Ana Montenegro: um primeiro localizado à R. Barata Ribeiro, nº 185, apartamento nº 705, outro, na Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 1292, apartamento nº 904 e, por último, na R. Marquês de Valênga, nº 68. Os endereços da R. Barata Ribeiro e da Av. Marquês de Valênga seriam repetidos em documento sem data encontrado no acervo do DOPS/GB³⁷⁸.

Além dos três endereços já registrados, um novo local de residência da militante é mencionado em outro documento do DOPS³⁷⁹, localizado na R. São Francisco Xavier, nº 43, apartamento nº 802. No texto, presente se fez a informação de que naquele imóvel residiam os comunistas: Ana Lima Carmo, Antonio Teixeira A. Carmo, Miguel Carmo e Sabina Carmo. Sobre essa última parte da informação, é possível dizer que até 1964, Ana Lima Carmo residia com seu esposo, o comunista Alberto Carmo (também conhecido dentre os documentos do acervo repressivo como Alberto Pachá ou Alberto Carmo Pachá) e seus dois filhos Sônia e Miguel Carmo. Ressalta-se aqui que o esposo não foi referenciado como morador daquele imóvel e nem mesmo a filha Sônia, e duas pessoas a mais foram, dentre elas, Sabina, parente de Ana ou do seu esposo. Quanto a Antônio, é provável que seja o esposo de Sabina. Portanto, a hipótese de que o DOPS veiculou como residência de Ana o local de moradia de parente seu ao qual freqüentava a casa assiduamente é possível a partir da análise desse documento.

Miguel Carmo, filho de Ana e Alberto, apareceu configurado no documento enquanto comunista. Embora tenha atuado enquanto militante comunista na Europa- e foi inclusive perseguido pela polícia secreta alemã e assassinado na década de 80 na Cisjordânia, não se pode dizer que enquanto residia no Brasil era um comunista, pois, era à época anterior ao Golpe de 1964, ainda uma criança. Nascido em 1952, deixou o país em 1965 rumo à Alemanha Oriental para exilar-se com sua família, contando, naquele momento, com apenas 13 anos. Seria, nesse sentido, o DOPS aplicando, para definir a criança, uma ideologia de que “filho de comunistas seria comunista”, para além da compreensão da idade daquele jovem. Conforme Maria Helena Moreira Alves, a culpabilidade “pelos laços de família era comum”³⁸⁰. Por essa lógica, qualquer parente próximo de comunista, sobretudo sua prole, poderia ser taxado de comunista pela repressão.

³⁷⁷ PB nº 008/77-DOPS/SSP/CE da DARQ-DGIE para o DOPS/SSP/CE em 05 de maio de 1977.

³⁷⁸ Documento proveniente do Departamento Estadual de Segurança Pública do Estado da Guanabara, sem destinatário, data ou classificação.

³⁷⁹ Boletim do COREA nºs 03 e 04, secreto, sem data, origem ou destinatário.

³⁸⁰ ALVES, op. cit., 1984, p. 58.

Por último, o endereço Koppicker Strasse, IID, Berlim Oriental, é citado como o de Ana Montenegro e Alberto Carmo em 1969³⁸¹. Naquele ano, ambos participaram, segundo o relato, da Assembléia Mundial pela Paz que ocorreu entre os dias 21 e 24 de junho na cidade de Berlim.

Sobre a candidatura a deputada estadual, temática abordada pelo DOPS, Ana Lima Montenegro havia se candidato ao cargo pelo PCB, conforme documentos apreendidos, em 15 de maio de 1947, muitos meses depois inclusive do período real em que as eleições daquele ano ocorreram. Ana Montenegro foi apresentada como candidata em dezembro de 1946 à página do jornal *O Momento*³⁸², tendo a eleição ocorrido em 19 de janeiro de 1947, distante período daquele apresentado pelo documento do DOPS³⁸³.

Quanto à fonte que se obteve a informação, o texto informa que adveio de “documentos apreendidos”. É interessante ressaltar que o relatório que possuía essa informação teve seu conteúdo repetido em quatro outros relatórios no acervo do DOPS/GB. Nesse recém citado documento, que data de 12 de abril de 1961, há a referência às informações obtidas em arquivos apreendidos e em boletins ou dados reservados, termos esses que foram apagados em outros relatórios de igual teor, a exemplo do apresentado pela Secretária de Segurança Pública do Estado da Guanabara ao Gabinete do Sr. Diretor³⁸⁴. Naquele relatório, houve também a mudança de um termo, substituindo a informação de que Ana Lima Carmo “agia em setores da espionagem comunista e mantinha contato com diversos comunistas” pela frase “mantendo contato com um grande número de vermelhos”.

Além de espiã comunista, Ana Montenegro foi configurada pela repressão como “comunista radical” em uma listagem de nomes que incluem o seu marido e os ex-companheiros do periódico *O Momento*, James Amado e Jacob Gorender³⁸⁵.

Por suas “atividades subversivas” figurou na lista dos indiciados no IPM nº 709 do I Exército comandado pelo coronel Ferdinando de Carvalho em Mandado de Prisão de 03 de novembro de 1965, momento esse em que, há muito, a militante já se encontrava no exílio na Alemanha Oriental trabalhando para a FDI.

³⁸¹ Pedido de busca confidencial nº 0159 do CENIMAR para o DOPS/DI-SP/SCBI-GMM-EMA-COM-CIE-CISA-SNI/AC0DSI-MRE-DSI/MC-DSI/MEC-DOPS/GB-CENIMAR em 03 de junho de 1974 e Documento nº 23056 da DGIE, sem destinatário, de 04 de maio de 1979.

³⁸² *O Momento*, edição nº 272, 19 de dezembro de 1946, p.1.

³⁸³ Documento nº974 do Departamento Estadual de Segurança Pública/DPS/SI/SFP ao Gabinete do Coronel Diretor da Divisão em 12 de abril de 1961.

³⁸⁴ Processo S.I-S.F.A nº 4662, sem data e sem classificação.

³⁸⁵ Documento expediente da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Guanabara para o SSP/DPS em 24 de agosto de 1976.

Os inquéritos policial-militares deveriam investigar as atividades de funcionários civis e militares, de níveis municipal, estadual e federal, para identificar os que estavam comprometidos em atividades “subversivas”. Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do “inimigo interno” como primeiro passo³⁸⁶.

O artigo 8º do Ato Institucional nº 1 previu a instauração coletiva ou individual de inquérito “visando à apuração da responsabilidade pela prática de crime contra o Estado ou seu patrimônio e a ordem política e social ou de atos de guerra revolucionária”. Ora, o “inimigo interno” na guerra revolucionária era aquele cidadão que fosse identificado com a ideologia comunista.

As investigações já partiam de uma lógica de culpabilidade prévia onde o indiciado é quem deveria reunir “provas” para fazer crer a sua inocência. Não havia uma fundamentação jurídica formal para basear as decisões nos IPMs, utilizando, os coronéis responsáveis por elas, de preceitos legais para basear suas decisões, a exemplo de testemunhos de opinião pública. Nesse sentido, uma simples acusação em um IPM poderia desencadear uma série de perseguições que podiam incluir prisão e tortura³⁸⁷.

Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de facto para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuram o primeiro núcleo de um aparato repressivo em germinação e o início de pressão de oficiais de linha-dura dentro da ESN³⁸⁸.

O militar carioca anticomunista Ferdinando de Carvalho, responsável pelo IPM 709 ou IPM do Partido Comunista, vinculava-se à “linha-dura” segundo Sandra Regina Barbosa, pois seu projeto repressivo estava globalmente implantado por este grupo que deixou de ser apenas “grupo de pressão” e assumiu a posição de “comunidade de informação e segurança”. De acordo com o coronel, a crise moral no país havia sido fomentada por um movimento comunista internacional que tinha por objetivo “abalar os fundamentos da família, desorientar os jovens e disseminar maus hábitos – sendo, dessa maneira, a ante-sala da subversão”³⁸⁹.

Nos IPMs da “subversão” atribuía-se ao PCB a responsabilidade por tudo que existiu de apoio ao governo deposto. Os comunistas eram vistos como irracionais, fanáticos, e traidores da pátria a serviço da União Soviética, bem como, os únicos responsáveis pela

³⁸⁶ ALVES, op. cit., p. 56.

³⁸⁷ Ibid, p. 57.

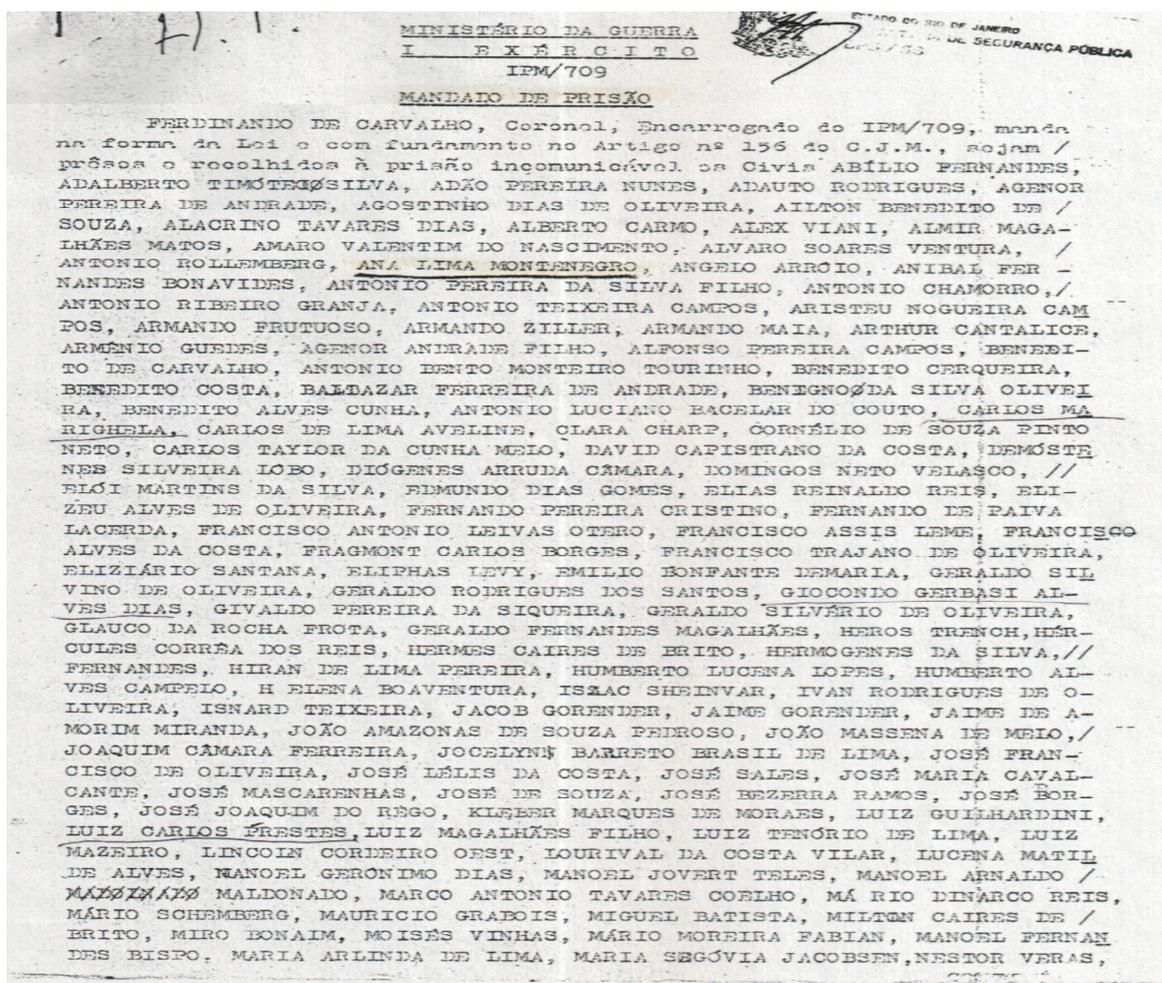
³⁸⁸ Ibid., p.57.

³⁸⁹ SOUZA, Sandra Regina Barbosa. **Os sete matizes do rosa ou o mundo contaminado pela radiação comunista: homens vermelhos inocentes úteis**. 2009. 211f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal da Bahia, Salvador.

reação dos militares em 31 de março de 1964. De acordo com o coronel Ferdinando, no bojo do IPM 709, o Golpe de 64 foi na verdade uma contra-revolução necessária que livrou o país de uma crise³⁹⁰.

Iniciado ainda em 1964, o IPM 709 foi concluído em 1966. Durante todo o inquérito, Ana Montenegro e uma série de indiciados não se apresentou para responder aos trâmites do procedimento investigatório, seja por estarem na clandestinidade ou no exílio, seja por medo ou apreensão das conseqüências que estar diante do aparato repressivo prestando “depoimentos” poderia causar. Uma vez passíveis de decisão pelo judiciário, os IPMs eram constantemente revogados por esse poder. O que de fato ocorreu com Ana Montenegro através do *habeas corpus* nº 46.226 do STF que julgou inepta a denúncia fundamentada pelo IPM nº 709.

Figura 30 - Mandado de Prisão de Ana Montenegro de 1965



Fonte: Pasta “Prontuário”, folha nº 28141- Acervo do DOPS/GB no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

³⁹⁰ Ibid., p.50.

Quando o Mandado de Prisão referente ao IPM 709 foi expedido, Ana estava no exílio, portanto, sua prisão não foi efetivada nem no ano de 1965, nem nos seguintes que seguiram até a exclusão da denúncia pelo STF em 1968. Contudo, antes mesmo da Ditadura civil-militar ter sido implantada no Brasil, a comunista foi presa em decorrência da sua militância política, segundo informações encontradas no acervo do DOPS/GB.

Em agosto de 1949, Ana Lima Carmo esteve encarcerada em razão de “pretender assistir reunião de caráter comunista que havia sido impedida pela polícia”. Há informação no acervo do DOPS/GB de que Ana permaneceu detida entre os dias 17 a 19 de agosto de 1949³⁹¹. Entretanto, de acordo com informação do mesmo acervo documental, a data da detenção foi em 16 de agosto e da libertação o dia 18 daquele mês³⁹². Em prontuário da DPS sobre Ana Lima Montenegro ou Ana Lima Carmo, há registro de que a data seria mesmo a de 16 de agosto, e não, a de 17 de agosto, data inclusive em que foi impetrado *Habeas Corpus* visando a defesa do direito de locomoção da detida.

³⁹¹ Documento nº 974 do Departamento Estadual de Segurança Pública/DPS/SI/SFP ao Gabinete do Coronel Diretor da Divisão em 12 de abril de 1961.

³⁹² Prontuário nº 42.730 do Departamento Estadual de Segurança Pública do Estado da Guanabara para D.F.S.P/SI-ARQUIVO de 09 de maio de 1962.

Figura 31 - Prontuário sobre Ana Lima Carmo na DPS

PRONTUARIO 42.730

Nome ANA LIMA MONTENEGRO OU
ANA LIMA CARMO

D. F. S. P.
 D. P. S.
 Pront. N.º _____
 S/I - ARQUIVO

DATAS			ANOTAÇÕES DIVERSAS
6	8	949	Recolhida á Sala de Petidos.
8	8	949	Posta em liberdade.
3	8	949	Ofício nº 1337-S/I, em resposta ao de nº 35 263, datado de 17 de agosto do corrente, do Juiz de Direito da 2a. Vara Criminal, informando que o prontuariado não se encontra prêso por ordem ou á disposição desta Divisão. Docs. 2 e 3
6		955	Nesta data, solicitou verificação de antecedentes para fins de viagem a Europa -JO
3	8	960	Nesta data solicitou verificação de antecedentes para fins de viagem a França, Belgica, e demais países da Europa-Sv.
2	4	1961	Cópia da Inf. nº 974-S.F.P., Ref." Informação prestada ao Gabinete do Sr. Cel. Diretor da Divisão, com referencia á prontuariada. (Doc. 4 a 8).
	7	961	Nesta data solicitou verificação de antecedentes para fins de viagem a países da Europa-Sv.
	10	1961	Cópia da Inf. n. 5930, da S.F.P., desta data, ref.-pret., n. 12.686/61 - D.P.S. - prestando informação a respeito de prontuariada e outras. - (Doc. n. 9/13.-)-
	5	1962	Cópia da Inf. da S.F.P., n. 3459, desta data, ref. - Solicitação da Seção de Atividades Culturais - prestando informação a respeito da prontuariada e outras.- (Doc. n. 14/19.-)-
	9	1963	Cópia da Inf. Nº 4879/SFA, desta data, ref. pedido Gab. Dir. DOPS., transmitindo os antecedentes do prontuariado. (Doc. 20).-----

Fonte: Pasta "Prontuário", folha nº 42730- Acervo do DOPS/GB no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Figura 32 - Habeas Corpus nº 15.363 de 17 de agosto de 1949


 JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL
 2ª. VARA CRIMINAL

Escrivão - Dr. Joaquim L. Assumpção

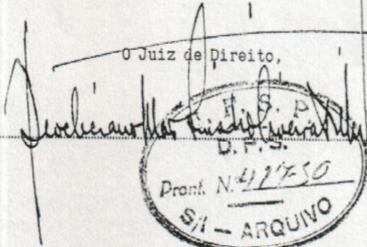
N.º 15.363 Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1949

Ilmo. Snr. Dir. da Comissão de Ordem Política e Social

Tendo sido em favor de: Alba de Castro; Anita Garcia, Stella Alvarus Gonçalves, Sofia Aguiar, Lina Elvira, Otávio Brandão e São Paulo Moreira impetrado perante este Juízo uma ordem de HABEAS-CORPUS

requisito-vos as necessárias informações sobre motivos da prisão de que se queixa o paciente, até o dia 18 (am) às 12 horas, bem como se teve lugar a mesma prisão em flagrante delito, ou em virtude de mandado judicial e qual o estado atual do processo,

N.º 141
 POLÍCIA
 POLÍCIA E SOCIAL
 AGO 18 11 06 AM '49
 Nº 15463

O Juiz de Direito,

 H. S. P.
 D. F. S.
 Pront. N.º 41750
 57 - ARQUIVO

1337 8/1 Imp. Nacional

24

Fonte: Pasta "Prontuário", folha nº 42730- Acervo do DOPS/GB no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Figura 33 - Planilha de Registro sobre Ana Lima Montenegro


 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES
 DEPARTAMENTO FEDERAL DE SEGURANÇA PÚBLICA



PLANILHA DE REGISTRO

Nome ANA LIMA MONTENEGRO

Nacionalidade Brasileira
 Naturalidade Ceará
 Filho de Elpidio Corrêa Lima
 e de Sila Corrêa Lima
 Idade 31 anos, Nascido em 13 de abril de 1918
 Estado Civil Casada + Instruções Sim
 Profissão Funcionária de Previdência Social
 Residência Barata Ribeiro 185 - 2.º 775
 Motivo Rua N. Colacabuma - 1292 - 261 - 904

Notas Cromáticas

Cutis Cabelos
 Olhos Bigodes
 Barba Como usa

Filiação morfológica e exame

Altura 1, m
 Frente: Altura Inclinação
 Largura Sobrancelhas
 Pálpebras
 Nariz: dorso
 Base
 Boca Lábios Queixo Orelhas
 Marcas particulares, cicatrizes e tatuagens




Fotografia tirada em de de 19.....

Assinatura do Identificado Ana Lima Montenegro Identificado em 16 de Agosto de 1949
 SÉRIE M. L. L. L. L. L.

Nome: Ana Lima Carmo
 Residência: Rua Marques de Vasconcelos 68
 Destino: HAVANA
 Transporte: AVIAÇÃO Profissão: FUNC. PÚBLICA
 Observações: RIO - 19/7/61

SÉRIE

Fonte: Pasta "Prontuário", folha nº 42730- Acervo do DOPS/GB no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

A imagem acima demonstra o antecedente de prisão registrado exatamente no dia 16 de agosto de 1949. Em uma das fotos, Ana se apresenta com uma pequena placa com numeração na camisa o que dá a entender que, provavelmente, a fotografia foi retirada na cadeia. Importante perceber que na primeira parte do documento, na qualificação da militante comunista, a data de nascimento dela e a filiação são díspares das encontradas na identidade já anexada neste capítulo.

Segundo o prontuário da DPS, Ana Lima Carmo requereu os antecedentes para viagem a Europa Soviética em julho de 1961. No entanto, àquela altura, viajou para os festejos da Revolução Cubana em Havana. A segunda parte da planilha de registro comprova essa afirmação, uma vez que requereu, de acordo com o último documento, os antecedentes para viagem a Havana em 19 de julho de 1961. Sobre a viagem a Cuba, documentos encontrados no DOPS³⁹³ informam que Ana Lima Carmo partiu do Brasil para Havana em avião da CUT em 22 de julho de 1961. Contraditoriamente, em lista de passageiros da companhia PANAIR DO BRASIL S.A anexa aos documentos do DOPS, Ana Lima Carmo se fez presente como uma das pessoas que viajou no vôo n° CUT 671 para Havana, provindo da cidade de Recife, em 21 de julho.

³⁹³ LDA n° 40721 do D.ARQ./DGIE/SSP/RJ para SSP/DOPS/GB-DI/SD/SAF em 23 de outubro de 1975; Prontuário n° 42.730 do Departamento Estadual de Segurança Pública para D.F.S.P/SI- ARQUIVO, em 09 de maio de 1962; Documento sem data, proveniente do Departamento Estadual de Segurança Pública, sem destinatário e classificação.

Figura 34 - Manifesto de Passageiros Panair do Brasil S.A.

MANIFESTO DE PASSAGEIROS Passenger Manifest PANAIR DO BRASIL, S. A.		
PROPRIETÁRIO OU EXPLORADOR Owner or Operator	ALONAVE Aircraft	VÔO N. Flight N.
PROCEDENCIA Point of Lading	DESTINO Point of Destination	DATA Date
SOBRENOME - INICIAIS Surname and Initials	PARA USO EXCLUSIVO DO PROPRIETÁRIO OU EXPLORADOR For use by owner or operator only	PARA USO EXCLUSIVO DA ADMINISTRAÇÃO For official use only
26. LOUZADA, João		
27. CARMO, Ana Lima		
28. MIRA, A lice Madelons Ca lande	OFF AT RIO	
29. PINTO, Ewaldo de Almeida	OFF AT RIO	
30. BERTACIO, Serafin Encosa	" " "	
31. DIAS, WILMAR Orlando	REP V TADO	
32. DE ARRUJO, L ^{do} Astolfo Novaes		
33. DIAS, Marilto Paulo de Oliveira		
34. SALVADOR Lauro		
35. VELOSO, Gilberto C. Paranhos		
36. MIRA Y LOPEZ, Emilio Ra Enal		
37. MIRA Y LOPEZ, Aline	OFF AT RIO	
38. CUPERTINO, Benito Guimaraes		
39. VERJOVISKY, Olga		
40. MARTINELLI, Rafa el		
41. MORENA, Roberto		
42. FERNANDEZ FILHO, Fra nklm		
43. DIAS, Martin ¹ Moira ² NARCISO ³	01	
44. LIMA ¹ Macy ² Pereira ³		
45. TERURLIANO, Jose ¹ RIBEIRO ² ARRUJO ³		
AUREO FERREIRA		

PREPARADO POR: D. LENKO
PAGINA: 1 (UM)
DE: 2 (DOIS)
PAG: 7

Fonte: Pasta "Diversos- Dossiê 04", folha nº 02- Acervo do DOPS/GB no Arquivo Público do Rio de Janeiro.

Ainda no prontuário, informação que, em junho de 1955, Ana Lima Carmo solicitou antecedentes para fins de viagem à Europa. Na época, com o intuito de participar do Congresso Mundial das Mães, em Lausane, na Suíça³⁹⁴, teve sua entrada em território europeu mapeada pela Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) portuguesa.

³⁹⁴ Contraditoriamente, documento do DOPS sem data proveniente do Departamento Estadual de Segurança Pública informa que o Congresso Mundial das Mães teria ocorrido em 1956, e não, em junho de 1955.

Figura 35 - Comunistas brasileiros viajando pelo território europeu

234

S-E-C-R-E-T

COUNTRY	Brazil
SUBJECT	Travel of Brazilian Communists
DATE OF INFORMATION	1953, 1954, 1955
TENTATIVE APPRAISAL OF CONTENT	Documentary
SOURCE	B

Listed below are Brazilians who traveled outside the country during the years 1953, 1954 and 1955 and who are considered Communists by the Federal District police. The date given is that on which the individual applied for a clearance from the Departamento Federal de Segurança Pública (Federal Department of Public Safety).

Moacyr Souto de Abreu : imprisoned because of the Communist Revolution of 1935; police record No. 53; traveling to North and South America - 26 January 1953.

Augusto Wanderley Aguiar : Communist antecedents; police record No. 44 973; traveling to Bolivia - 9 January 1953; Argentina, Uruguay and Chile - 6 July 1953; Central America - 9 June 1954; Chile - 21 March 1955.

Celcio Dias Aguiar : registered antecedents of Communist ties; record in the Setor Trabalhista (Labor Section); employee of the Ministerio da Fazenda; traveling to Argentina and Uruguay - 22 June 1954.

Maria Beatriz Cavalcante de Albuquerque (aka Maria Beatriz Cavalcanti Pontes de Miranda) : registered Communist antecedents; police record No. 44 328; traveling to the United States - 26 October 1953.

Antonio Pedro Gomes de Alcantara : Communist; traveling to France - 3 July 1953.

Joaquim Eduardo de Alencar : Communist antecedents; record in the Serviço de Investigações (SIV); traveling to France and Austria - 18 April 1955. *Extratido por Proc. de Fed.*

Helio Mello Almeida : police record No. 30 048; detained in 1938 and accused of maintaining ties with Communist elements; traveling to the United States - 18 November 1953; United States - 31 March 1955.

Iraci Ribeiro Barbosa de Almeida : Communist; International Congress of Women; traveling to Denmark - 12 May 1953.

Nery Reis de Almeida : Communist; police record No. 22 334; traveling to Italy - 20 August 1953.

Os brasileiros abaixo mencionados saíram do país durante os anos de 1953, 1954 e 1955 e são considerados comunistas pela Polícia do Distrito Federal. A data citada é aquela em que o indivíduo solicitou uma certidão do Departamento de Segurança Pública.

Tradutor - Chefe Carmindo Rocha.

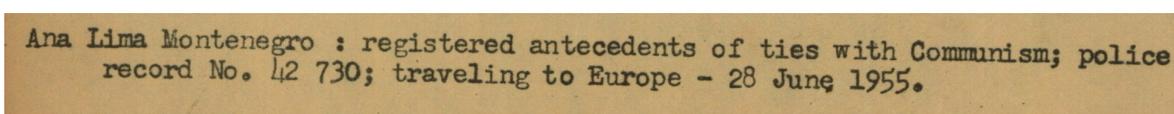
Fonte: Documento secreto do acervo da PIDE, Torre do Tombo, Lisboa-Portugal.

A PIDE, polícia política de Portugal que funcionou durante boa parte do período da Ditadura de Salazar (1945-1969³⁹⁵), centralizou “todos os organismos em funções de prevenção e repressão política dos crimes contra a segurança interna e externa do Estado”³⁹⁶. A PIDE tinha por competências, tanto questões relativas à emigração, passagem das fronteiras, e regime de permanência e trânsito de estrangeiros em Portugal³⁹⁷, quanto a censura política e moral da imprensa³⁹⁸.

O documento da PIDE apresentado³⁹⁹ traz uma lista de nomes de brasileiros considerados comunistas pelo Distrito Federal. A imagem revela que, primeiro, é um texto escrito em inglês; segundo, é um texto que traz informações obtidas a partir do aparato repressivo brasileiro. Ora, a escrita em inglês facilita a circulação do documento intitulado como secreto por todo o território europeu, não só pelo português. As polícias internacionais de outros países europeus poderiam ter acesso e facilmente traduzir o documento para o idioma oficial de cada país, vez que o português apresenta um menor número de falantes que o idioma inglês até os dias atuais.

Com relação à questão da obtenção das informações a partir do Brasil, percebe-se que, na tradução, o documento revela que a lista trata de “considerados comunistas pelo Distrito Federal”. Seria esse o Distrito Federal Brasileiro? Quando da análise dos dados elencados sobre Ana Lima Montenegro no documento, percebe-se que as informações são as mesmas obtidas através do acervo do DOPS, especificamente no processo n° 42.730, numeração que aparece, inclusive, na parte superior direita do prontuário já anexado a este capítulo.

Figura 36- Sobre Ana Montenegro



Ana Lima Montenegro : registered antecedents of ties with Communism; police record No. 42 730; traveling to Europe - 28 June 1955.

Fonte: Documento secreto do acervo da PIDE, Torre do Tombo, Lisboa-Portugal.

³⁹⁵ A PIDE foi criada pouco mais de um mês após o fim da Segunda Guerra Mundial, em 22 de outubro de 1945, através do Decreto-Lei n° 35.046, substituindo a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) ativa desde 1933. Após 1969, foi substituída pela Direção Geral de Segurança (DGS).

³⁹⁶ PIMENTEL, Irene Flunser. **A Polícia Política do Estado Novo Português- PIDE/DGS**. Acervo, Rio de Janeiro, v.24, n. 1, p. 139-156, jan/jun.2011, p. 139.

³⁹⁷ Ibid., op. cit., p. 140.

³⁹⁸ BOURDON, Albert-Alain. **História de Portugal**. Lisboa: Texto&Grafia, 2013, p. 125.

³⁹⁹ Documento do Acervo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Pasta “Partido Comunista Brasileiro”, Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

Portanto, tal fonte confirma que existia uma relação de troca de informações entre a polícia política brasileira e a portuguesa, visando mapear as atividades de comunistas, sejam eles brasileiros vinculados ao PCB, ou portugueses vinculados ao PCP. No sistema português, as denúncias e infiltrações, assim como no sistema repressivo brasileiro, também serviam de fontes para a formação de relatórios sobre os “subversivos”. Percebe-se que há tanto em Portugal quanto no Brasil a preocupação com a atuação dos comunistas e com o comunismo em si em escala global, sendo tratados (tanto os militantes como a doutrina comunista) como verdadeira ameaça aos sistemas de governo em regimes capitalistas. Ora, o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da Guerra Fria terminou por dividir o mundo em dois blocos, um capitalista e dos aliados ao sistema capitalista (anticomunistas por ideologia), e o outro socialista e dos aliados ao regime socialista (e que apoiavam os partidos comunistas em outros países e disseminavam os ideais da Revolução Social para o mundo).

Ainda no acervo da PIDE sobre o Partido Comunista Brasileiro, Ana Lima Montenegro foi listada, ao lado de outros brasileiros comunistas⁴⁰⁰, dentre eles Jorge e James Amado (seus companheiros no periódico *O Momento*), e seu esposo Alberto Carmo.

⁴⁰⁰ Documento sem data, processo nº 1-SR/46. O texto sobre Ana Lima Montenegro faz menção a uma página 12 em que supostamente haveria um relatório sobre ela, mas essa página não foi encontrada em nenhum dos documentos das duas pastas sobre o Partido Comunista Brasileiro existentes no acervo da PIDE na Torre do Tombo.

Figura 37- Listagem dos comunistas brasileiros

Processo nº. 1-SR/46 8

MILMAN, REBECA	- pag.	12
MIRANDA, LUIZ PINTO	- " 92-66-20	20
MIRANDA, MARIA BEATRIZ CAVALCAN	-	
TI PONTES DE ou MARIA	-	
BEATRIZ CAVALCANTE DE	-	
ALBUQUERQUE	- "	1
MONTE, ANTONIO DE PADUA	- "	12
MONTEIRO, ALMIR DOS SANTOS	- "	23
MONTENEGRO, ANA LIMA	- "	12
MONTESANO, ANTONIO	- "	12-26
MORÃES, ANTONIO CAMPOS	- "	12
MORÃES, ZENAIDE MONTEIRO ou ZE	-	
NAIDE MORÃES VIANA <i>tem processo próprio</i>	-	13
MORENA, ROBERTO <i>tem proc. próprio</i>	- "	13
MORETO, ANTONIO	- "	20
MOTA, ANTENOR TEIXEIRA	- "	13
MOURA, CREUZA DE SOUZA	- "	13
MURARO, MAUTILIO	- "	13
MUSCO, HEITOR	- "	23
NACHBIN, LEOPOLDO <i>tem Proc. próprio</i>	- "	23
NETO, FRANCISCO ANTONIO GOMES	- "	9
NETO, FRANCISCO COSTA <i>Tem Proc. próprio</i>	- "	6
NETO, JOÃO JUSTINIANO	- "	15
NETO, LUIS DE CASTRO	- "	5
NETTO, HELENA BOAVENTURA	- "	4
NOGUEIRA, GECEMIR RODRIGUES	- "	23
NOVAES, RICARDO GOMES	- "	13
NUNES, ADÃO MANUEL PEREIRA	- " 93-87	13
NUNES, VANDERLINO VIRGINIO	- "	13
ODINTSOFF, VALERIAN KLIMENTE-	-	
VICH	- "	13
OLIVEIRA, COARACY MARTINS DE	- "	13
OLIVEIRA, DJALMA MARQUES DE	- "	13
OLIVEIRA, ERDIR PENA	- "	13
OLIVEIRA, EURICO	- "	23
OLIVEIRA, EURICO GARCIA ALVES	- "	13
OLIVEIRA, FRANCISCO TRAJANO	- "	13
OLIVEIRA, HELIO PINTO DE	- "	23
OLIVEIRA, FRANCISCO FERRAZ DE	- "	13
OLIVEIRA, JESUS BATISTA	- "	13
OLIVEIRA, MARIO DE	- "	13
OLIVEIRA, MOACYR BITTENCOURT	- "	13
ORESTES, MARIA JOSE VIANA	- "	14
ORTEGA, EDUARDO ASPILCULETA	- "	20

Fonte: Documento do acervo da PIDE, Torre do Tombo, Lisboa-Portugal.

Para além de mapear as atividades e o trânsito dos comunistas, a PIDE ocupou-se em censurar as obras, periódicos e revistas, nacionais e internacionais, que veiculavam a ideologia comunista. Exemplo disso é a censura em 1949 ao periódico *O Momento Feminino*, por reconhecer um caráter comunista nessa publicação.

Figura 38- Censura ao *Momento Feminino*

Título: MOMENTO FEMININO Vide 29

Rev. Brasileira

Proveniência: P. I. D. E. Processo nº ~~200~~

INTERDITA EM 10 DE JANEIRO DE 1949 18999

Números presentes a Censura			
Número	Data	Despacho	Observações
51	3/I/949	PROIBIDO	Ofício Nº.3 á P.I.D.E.
52	3/I/949	PROIBIDO	Idem
41	10/I/949	INTERDITA	Caracter Comunista Ofício 41 á P.I.D.E.

Fonte: Documento secreto do acervo da PIDE, Torre do Tombo, Lisboa-Portugal.

Assim como a PIDE⁴⁰¹, documento do DOPS de abril de 1961⁴⁰² também caracterizava *O Momento Feminino* como órgão de orientação comunista. Além de ter sido relacionada com *O Momento Feminino*, outros foram os organismos tidos por comunistas que Ana fez parte de acordo com informações obtidas no acervo do DOPS/GB.

Em 1949 fez parte da Organização Brasileira em Defesa da Paz e da Cultura (OBDPC), organização essa que, conforme os documentos⁴⁰³, Ana foi segunda tesoureira e

⁴⁰¹ Acervo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), Pasta “Direcção dos Serviços de Censura”, Torre do Tombo, Lisboa, Portugal.

⁴⁰² Documento nº 974 do Departamento Estadual de Segurança Pública/DPS/SI/SFP ao Gabinete do Coronel Diretor da Divisão em 12 de abril de 1961.

⁴⁰³ Documento reservado/urgente SSNJ/172/49 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Seção de Segurança Nacional ao Senhor Major Aduato Esmeraldo- Diretor da Divisão de Polícia Política e Social em 13

diretora. Em 13 de maio de 1949, o aparato repressivo deu parecer de que fosse impugnado o registro da organização e investigado os comunistas e ex-comunistas envolvidos na formação do órgão, dentre eles, Ana Montenegro e seu esposo Alberto⁴⁰⁴.

No ano de 1955, Ana Montenegro ministrou palestra no Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Fiação e Tecelagem do Rio de Janeiro sobre “Os Direitos da Mulher Trabalhadora”. De acordo com o relatório do DOPS⁴⁰⁵, a palestra juntamente com as atividades listadas de outras pessoas e organismos, eram decorrentes de orientação imprimida pelo Partido Comunista Brasileiro. Ou seja, a palestra proferida por Ana, embora versasse sobre direitos da mulher, possuía “cunho comunista”; estava relacionada às demandas do Partido.

A Liga Feminina do Estado da Guanabara também esteve na mira da repressão brasileira, figurando como organismo que “possuía ligações com o PCB e teve seu programa ditado por aquele partido”. Criada em 21 de abril de 1960 sob o registro de pessoa jurídica nº 86682, a LFG teve por fundadora e 1ª Secretária Ana Montenegro. Na circular veiculada sobre a Concentração Popular em frente à Central do Brasil que ocorreria no dia 13 de março com a presença de Jango, Ana Montenegro assinou o documento distribuído à população como líder da Liga Feminina do Estado da Guanabara que se faria presente no evento⁴⁰⁶.

Nesse evento que Ana participou (que reuniu cerca de 200 mil pessoas), Jango falou sobre as “Reformas de Base” e anunciou decretos desapropriatórios, sendo um dos pontos culminantes para que a oposição desse o Golpe em 1964 justificando que a “Revolução Democrática”⁴⁰⁷ vinha para impedir a ameaça de uma contra-revolução comunista no país. Conter os comunistas, dentre eles, Ana Montenegro, era necessário para preservação da ordem e da Segurança Nacional.

Lucileide Costa Cardoso ao analisar os discursos produzidos pelos militares golpistas concluiu que “suas versões não mencionavam a interrupção do processo democrático em 1964”, pois, “os ideais de 1930 permaneceram em 1964”. Conforme a autora, a “Revolução” por detrás do Golpe de 1964 constituía “um episódio que remontava especialmente a 1930,

de maio de 1949 e Documento nº 974 do Departamento Estadual de Segurança Pública/DPS/SI/SFP ao Gabinete do Coronel Diretor da Divisão em 12 de abril de 1961.

⁴⁰⁴ Documento reservado/urgente SSNJ/172/49 do Ministério da Justiça e Negócios Interiores- Seção de Segurança Nacional ao Senhor Major Aduino Esmeraldo- Diretor da Divisão de Polícia Política e Social em 13 de maio de 1949

⁴⁰⁵ Documento nº 6747/DOPS do Departamento Federal de Segurança Pública ao Senhor Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio em 11 de maio de 1955.

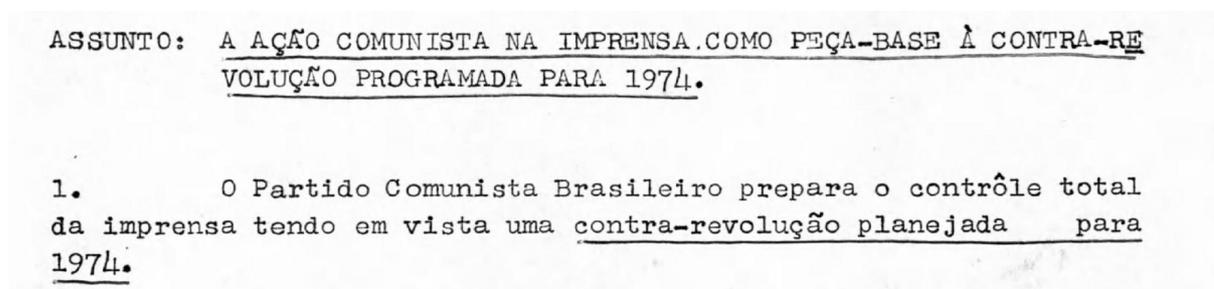
⁴⁰⁶ Documento do Departamento de Ordem Política e Social, sem destinatário, de 20 de fevereiro de 1964.

⁴⁰⁷ No acervo do AC/SNI é possível encontrar o aparato repressivo reportando o Golpe de 1964 como “Revolução”. Exemplo disso no documento confidencial nº 0110 do CISA-RJ para SNI/AC em 03 de dezembro de 1975.

corrigindo os erros do passado e consolidando uma verdadeira democracia⁴⁰⁸”. Tomando por base que a República Velha não trouxe a democracia e que a verdadeira revolução democrática se deu em 1930, os acontecimentos de 1964 seguiam “uma tradição revolucionária interrompida em 1935 com a Intentona Comunista e com a instauração da Ditadura em 1937”,⁴⁰⁹.

Conforme documento do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPÊS)⁴¹⁰, uma contra-revolução comunista estava prevista para 1974, e para isso, os comunistas buscavam controlar a imprensa nacional.

Figura 39- Contra-revolução comunista



Fonte: Acervo IPES, Arquivo Nacional.

3.2 DO IPES AO SNI: REPRESSÃO PRÉ E PÓS-GOLPE

O IPES, fundado em 1961⁴¹¹, apoiava grupos contrários ao governo de João Goulart, e ministrando palestras e/ou cursos, visava impedir e denunciar a infiltração comunista no país. Financiado por capital de empresários, o Instituto veiculava propagandas anticomunistas que tinham por intuito desestabilizar o governo de Jango e proteger a ordem capitalista no Brasil.

⁴⁰⁸ CARDOSO, Lucileide Costa. **Os discursos da celebração da ‘Revolução de 1964’**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v.31, n° 62, p.117-140, 2011.

⁴⁰⁹ CARDOSO, op. cit., 2011, p. 120.

⁴¹⁰ Arquivo Nacional, Fundo do Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). BR AN, RIO.QL.O.CDI.37, sem data, p.18.

⁴¹¹ Conforme documento do Arquivo Nacional sobre o Fundo do IPES, o Instituto teve estatutos registrados em 09 de dezembro de 1961, mas só foi fundado oficialmente em 02 de fevereiro de 1962, e foi resultado da fusão de grupos organizados de empresários do Rio de Janeiro e de São Paulo, ganhando rapidamente adesão das classes produtoras de outros estados. Arquivo Nacional (Brasil). Coordenação Geral de Processamento e Preservação do Acervo. **Fundo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (QL): instrumento provisório dos documentos iconográficos**. Rio de Janeiro: O Arquivo, 2014, p.6.

Pensando no elemento civil que corroborou com o Golpe de 1964, especificamente sobre o empresariado por detrás do Golpe e do regime militar que foi instaurado, Armand Dreifuss informou que o IPES era formado por grupos militantes de ação de *backgrounds* diferentes, em que o que os unificava eram suas relações econômicas multinacionais e associadas, o seu posicionamento anticomunista, e a sua ambição em readequar e formular o Estado⁴¹². Os ativistas do IPES se “envolveram em várias operações funcionando como um centro de distribuição de informações e propaganda anticomunista”⁴¹³.

Para o IPES, uma das principais “armas” dos comunistas e que constituía perigo à Nação era a sua rede de imprensa, rede essa que Ana Montenegro esteve vinculada e atuou como redatora durante os anos de 1947 a 1964. Sua atuação caiu também “na mira do IPES”, sendo relacionada em documento do acervo do Instituto com o periódico *Novos Rumos*.

Figura 40- Envolvidos na rede de imprensa comunista

RELAÇÃO DOS NOMES	
(1) Luiz Carlos Prestes	(32) Elias Chaves Neto
(2) Ivan Ribeiro	(33) Huberto Menezes Pinheiro
(3) Roberto Morena	(34) Paulo Motta Lima
(4) Agostinho de Oliveira	(35) Ana Montenegro
(5) Carlos Marighela	(36) Abel Chermont
(6) Astrogildo Pereira	(37) Elson Costa
(7) Osvaldo Pacheco da Silva	(38) Heros Trench
(8) Jacob Gorender	(39) Raimundo Castelo de Souza
(9) João Amazonas	(40) Felicíssimo Cardoso
(10) Lincoln Oest	(41) Leandro Konder
(11) Maurício Grabois	(42) Rafael Martinelli
(12) Pedro Pomar	(43) Felipe Ramos Rodrigues
(13) Benedito Cerqueira	(44) Nelson Werneck Sodré
(14) Armando Ziller	(45) Sérgio Milliet
(15) Newton E. de Oliveira	(46) Othon Canedo Lopes
(16) Hércules Correia dos Reis	(47) Valério Konder
(17) José Lacerda	(48) Eneida
(18) Francisco Julião	(49) Zuleika D'Alembert
(19) Mário Alves	(50) Paulo de Santana Machado
(20) Fragmon C. Borges	(51) Wilson Reis
(21) Orlando Bonfim Jr.	(52) Osny Duarte Pereira
(22) Nilson Azevedo	(53) Nelson Alves
(23) Rui Facó	(54) Geraldo Silvino de Oliveira
(24) Antônio Pereira Filho	(55) Jarbas Santana
(25) Maria A. Tibiriçá Miranda	(56) João Santana
(26) Henrique Miranda	(57) Elza Soares Ribeiro
(27) Luiz Bayardo da Silva	(58) Lúcia Mulholand
(28) Oscar Gonçalves Bastos	(59) Heloísa Lins
(29) Lindolfo Silva	(60) José de Almeida Barreto
(30) Nestor Vera	(61) Luiz Viegas da Mota Lima
(31) Aldo Arantes	(62) Dante Pellacani
	(63) Demistóclides Batista

Fonte: Acervo IPES, Arquivo Nacional.

⁴¹² DREIFUSS, op. cit., p. 163.

⁴¹³ Ibid., p. 423.

Figura 41- Descrição do envolvimento

d) elementos do mais conhecido órgão de divulgação dos comunistas (NOVOS RUMOS) figurando na diretoria da FEDERAÇÃO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS (20, 21, 22), infiltrados na imprensa (34, 41, 48) e presentes em várias entidades (24, 35, 48);

Fonte: Acervo IPES, Arquivo Nacional.

Apesar do documento do IPES não ter sido datado, pressupõe-se aqui que trata de informação veiculada entre os anos de 1962 e 1964, uma vez o funcionamento efetivo do Instituto se inicia naquele ano e a atuação de Ana Montenegro junto ao periódico *Novos Rumos* se encerra com o Golpe de 1964. Ora, vinculada a esse órgão da rede de imprensa comunista desde 1959, Ana era peça-chave do jornal, sendo redatora de uma coluna presente a cada edição do periódico como restou analisado em capítulo anterior. Portanto, se era comunista atuante na rede de imprensa, constituía grave ameaça de acordo com o IPES, pois, segundo documento mencionado do Instituto, os comunistas planejavam sua contra-revolução de 1974 através desse veículo de circulação de informações.

Todo o acervo documental do IPÊS foi herdado pelo Serviço Nacional de Informações de acordo com Elio Gaspari⁴¹⁴. Dreifuss detalhou que

os arquivos completos de informações do IPES reunidos pelo Grupo de Levantamento da Conjuntura chefiado pelo general Golbery e onde haviam sido compilados dados sobre 400.000 brasileiros, foram levados por ele para Brasília como base para a rede do SNI⁴¹⁵.

Nesse sentido, é possível afirmar que informações sobre Ana Montenegro e sua atuação na imprensa já eram conhecidas pelo SNI desde a sua criação em junho de 1964. No entanto, discordando de Gaspari e Dreifuss, o relatório da Comissão Nacional da Verdade

⁴¹⁴ Para Gaspari, o SNI herdou a estrutura do SFICI e o arquivo do IPÊS. GASPARI, op. cit., p. 157. Ainda segundo o autor, “as fichas do IPÊS listavam dados para identificação da vítima, como filiações, telefones e endereço, deixando apenas nove linhas para informações internacionais. Esse arquivo não chegou a 5 mil nomes. Foi transferido em caixas de papelão e tornou-se o núcleo da memória do SNI”. p. 158. Ressalta-se aqui que o autor utiliza a sigla do Instituto acentuada (IPÊS).

⁴¹⁵ DREIFUSS, op. cit., p. 422.

trouxe que o SNI herdou todo o acervo do Serviço Federal de Informações e Contra-Inteligência, em atuação desde 1946⁴¹⁶. Se o IPÊS do Rio de Janeiro funcionou até 1972, e o de São Paulo, por exemplo, até 1970, como é que teria um órgão surgido com o acervo de outro ainda em atividade? Entende-se, em consonância com o relatório da CNV que teria o SNI herdado, de fato, o acervo documental do SFICI, que em 1964 foi desestruturado e substituído pelo SNI.

Desde os primeiros dias do novo regime o general Golbery do Couto e Silva, ex-diretor do IPES e também ex-chefe do SFICI durante o governo de Jânio Quadros, idealizou o SNI, o qual foi legalmente criado em 13 de junho de 1964 pela Lei 4.341. Na verdade, segundo Maria Helena Moreira Alves, Golbery já falava da necessidade de uma rede de informações desde a década de 50⁴¹⁷, rede essa que vai ser estruturada a partir da criação do SNI em 1964. Ainda conforme a autora, o SNI representou a “primeira aplicação legal da Doutrina de Segurança Nacional”, e o seu criador e primeiro diretor, o general Golbery do Couto e Silva, foi um dos “mais poderosos homens dos bastidores do regime”⁴¹⁸.

Inicialmente com uma estrutura pequena e com um número restrito de funcionários (cerca de 100), em sua maioria militares, chegou a uma complexa estrutura que contava com mais de 6 mil pessoas da Comunidade de Informações em 1982. O chefe do SNI possuía o *status* de super ministro e só respondia à Presidência da República, isso explica, inclusive, o porquê durante todo o seu funcionamento (1964-1990) ninguém foi processado ou julgado pelo que descobriu, ou mesmo, condenado pela corrupção no órgão⁴¹⁹. Para Dreifuss, o SNI tornou-se um “superministério” intocado e intocável pelo legislativo e pelo judiciário e não subordinado das forças armadas⁴²⁰.

Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, o SNI funcionou precariamente, até que Médici reorganizou o órgão, criando subseções em cada Ministério, repartições governamentais, inclusive estatais e universidades federais. Com essa nova estrutura, o SNI “passou a espionar e controlar a vida de milhares de brasileiros que podiam, a qualquer momento, ser acusados de subversão e, em decorrência, ser presos”⁴²¹. A respeito da temática, e para melhor compreensão do acervo documental do SNI sobre Ana Montenegro que será em seguida

⁴¹⁶ Relatório da Comissão Nacional da Verdade, op. cit., p. 117.

⁴¹⁷ ALVES, op. cit., 1984, p. 74; 41.

⁴¹⁸ Ibid., p. 72.

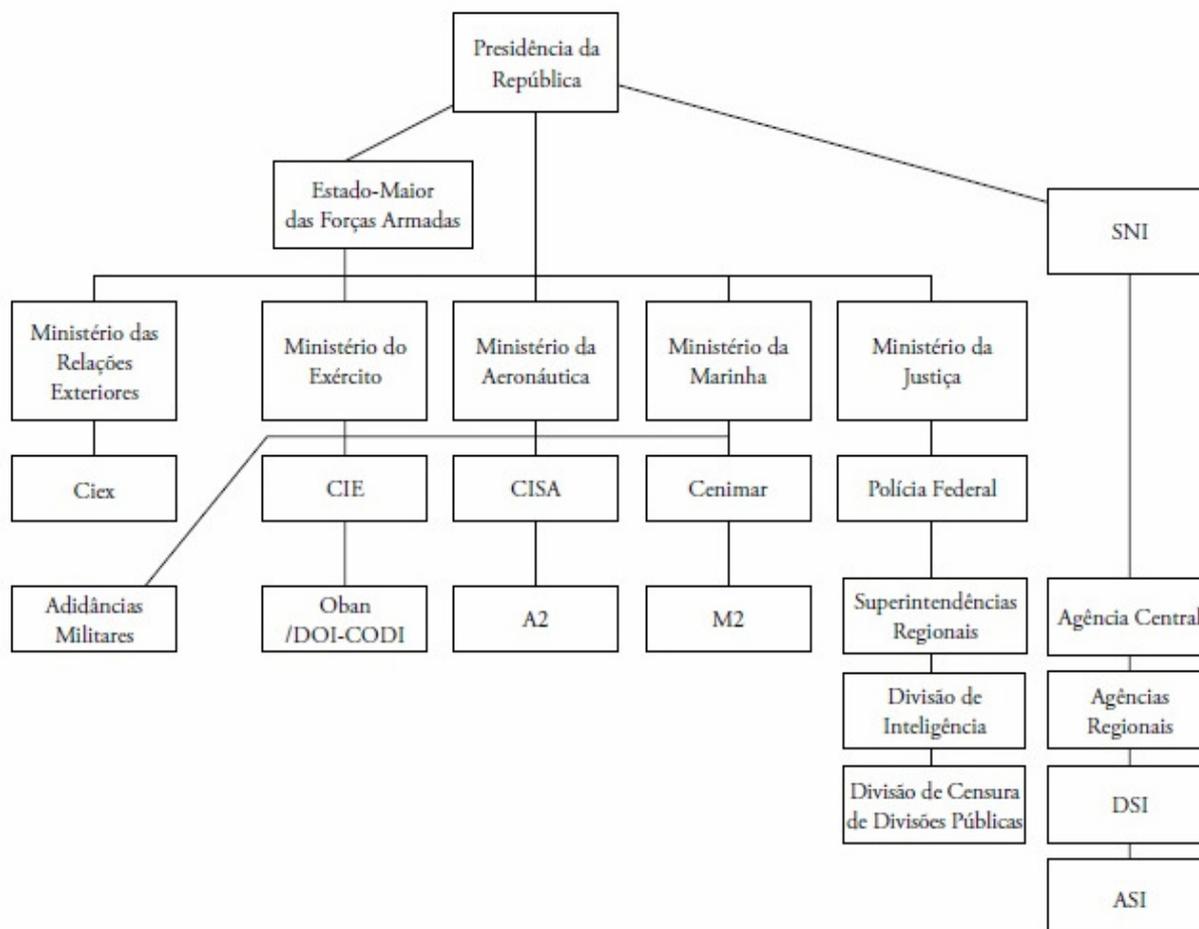
⁴¹⁹ GASPARI, op. cit., 164.

⁴²⁰ DREIFUSS, op. cit., p. 422.

⁴²¹ FICO, op. cit., p. 68.

analisado, organograma elaborado pela Comissão Nacional da Verdade merece aqui ser apresentado.

Figura 42- Organograma da repressão



Fonte: Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

A estrutura apresentada pelo organograma demonstra a complexa rede de circulação de informações que foi construída durante os anos da Ditadura civil-militar no Brasil. É preciso ter em mente que todos os órgãos colhiam as informações e “alimentavam” o acervo do SNI, no entanto, o SNI não tinha por dever apresentar todas as informações colhidas aos demais órgãos, respondendo apenas à Presidência da República. Pela imagem do organograma percebe-se que o SNI estava acima dos Ministérios, porém, não a eles diretamente vinculados. Esse “caráter superministerial” do SNI permitiu que seus chefes

estivessem em direto contato com o Presidente da República e que assumissem posição de destaque no governo ditatorial, chegando dois deles (Médici e Figueiredo), inclusive, à cadeira da Presidência da República.

Na prática, o SNI tornou-se um poder político de facto quase tão importante quanto o do próprio executivo. Todos os chefes do SNI têm sido homens extremamente poderosos no Estado de Segurança Nacional e muitos tornaram-se Presidentes da República. (...) Os generais Garrastazu Médici e João Baptista Figueiredo, ambos chefes do SNI, seriam posteriormente indicados presidentes do Estado de Segurança Nacional, na realidade, o ocupante deste cargo é geralmente o mais provável sucessor presidencial⁴²².

Os “espiões” do Sistema Nacional de Informações (Sisni) começaram a ser treinados desde 1965 através de cursos na Escola Superior de Guerra⁴²³. Contudo, apenas em 1971, com o intuito de profissionalizar os agentes de informações, a Escola Superior de Informações foi criada em Brasília⁴²⁴ e ficou responsável por treinar cerca de 120 militares e civis por ano na atividade de espionagem⁴²⁵.

Único organismo da comunidade de informações a ter funções definidas⁴²⁶, o SNI, em 1974, foi considerado pela sua estrutura lógica, um dos serviços de informações mais equipados do mundo. Internacionalmente, o órgão ligou-se à rede de serviços ocidentais de informações, a exemplo da CIA⁴²⁷.

As informações obtidas, sejam nacionais ou internacionais, eram classificadas de acordo com o assunto tratado como reservadas, confidenciais, secretas e ultra-secretas. Segundo o relatório da CNV, quem estabelecia essa classificação era o próprio chefe do SNI, e ela era feita de acordo com o regulamento para salvaguarda das informações que interessavam a Segurança Nacional⁴²⁸. Pela fidedignidade do documento, ele poderia ser classificado de “A” a “F”, e pela veracidade, de “1” a “6”, ou seja, segundo essa classificação, um documento caracterizado como “A1” dizia respeito a uma informação verdadeira e proveniente de fonte confiável⁴²⁹.

Quando o SNI entrou em funcionamento em 1964, os DOPS estaduais foram perdendo o seu papel de importância, passando a exercer função secundária na coleta de informações

⁴²² ALVES, op. cit., 1984, p. 72-73.

⁴²³ GASPARI, op. cit., p. 159.

⁴²⁴ Pelo relatório do CNV ela só foi inaugurada em maio de 1972. Relatório da CNV, op. cit., 120.

⁴²⁵ FICO, op. cit., p.68.

⁴²⁶ Relatório da CNV, op. cit., 118.

⁴²⁷ GASPARI, op. cit., p. 168.

⁴²⁸ Relatório da CNV, op. cit., 118.

⁴²⁹ FICO, op. cit., 69.

sobre os “subversivos”⁴³⁰. Até 1960, a capital federal era o Rio de Janeiro, e a partir daí, passou a ser Brasília. Quando o SNI surge, enquanto a agência central não era construída em Brasília, a agência regional da Guanabara passou a exercer o papel de agência central, vez que a estrutura do extinto SFICI estava lá localizada⁴³¹.

Seguiremos o capítulo analisando os documentos encontrados no acervo da agência central do SNI (AC/SNI) e na agência regional do SNI em Salvador (ASV/ SNI) sobre Ana Lima Carmo. Na agência central, os documentos encontrados foram produzidos entre 1971 e 1983, enquanto que, na agência regional de Salvador, o lapso temporal em que a documentação foi produzida é de 1979 a 1983, embora ambos os conjuntos de documentações resguardem informações sobre a militante anteriores a esses períodos. Importante ressaltar que entre os anos de 1979 a 1983, Ana Montenegro, recém chegada do exílio de 15 anos na Alemanha Oriental, residia na cidade de Salvador.

No acervo do SNI também foi possível detectar uma série de contradições nas informações veiculadas e receptadas pelo órgão, embora, quando analisada a documentação do SNI à luz da produzida pelo DOPS, percebe-se naquela um maior rigor na exposição das ideias, seja gráfico, seja no tocante à organização e detalhamento das informações colhidas. Pâmela Resende, ao trabalhar com ambos os acervos, tanto do SNI quanto o do DOPS, chegou à constatação de que “nota-se uma sofisticação na produção e circulação de informações, sobretudo após a criação do SNI e a existência de novos órgãos que passaram a produzir documentos sistêmicos”⁴³².

No entanto, tal sofisticação não foi suficiente para sanar os problemas na circulação de informações pelo aparato repressivo, e assim como o DOPS, o SNI cometeu várias análises equivocadas sobre os indivíduos vigiados. A respeito do assunto, Elio Gaspari, trouxe em sua obra exemplos sobre esses equívocos, como o caso do SNI ter fichado certo deputado moderado como um dos parlamentares ligados ao Partido Comunista⁴³³.

Da análise da documentação pode-se extrair que as informações veiculadas e armazenadas pelo SNI sobre Ana foram colhidas através de fontes jornalísticas, testemunhos de ex-militantes, cartas e documentos apreendidos, e por informantes infiltrados em eventos em que a militante se fez presente. Em documentos da agência central do SNI produzidos em

⁴³⁰ RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE- RIO DE JANEIRO. Recurso eletrônico. Rio de Janeiro: CEV-RJ, 2015, p. 262.

⁴³¹ Relatório da CNV, op. cit., 118.

⁴³² RESENDE, op. cit., p. 69.

⁴³³ GASPARI, op. cit., p. 172-173.

1975⁴³⁴, foram utilizados periódicos nacionais como fontes para relatar que Ana Montenegro era autora em 1961 da coluna “A cidade” no jornal *Novos Rumos*, e que estava em Berlim trabalhando para FDIM de acordo com notícia retirada do jornal *O Globo*.

Segundo informe da agência regional de Salvador⁴³⁵, Ana Montenegro fazia parte, em 1958, do “grupo de intelectuais” do PCB, sendo redatora do *Imprensa Popular*. Desde 1947 a militante escrevia para periódicos da rede de imprensa comunista, tratando os seus textos, como ficou demonstrado no capítulo anterior, desde poesias até reportagens sobre problemas sociais e políticos na cidade do Rio de Janeiro e de vários lugares do mundo (a exemplo de textos sobre Cuba e China). Se pelo título de “intelectual” o SNI compreendia o/a comunista que demonstrava conhecimento através da escrita jornalística, poderíamos compreender que sim, que Ana era parte, de fato, desse “grupo de intelectuais”, uma vez que de 1947 até o Golpe de 1964, sua atuação junto a essa imprensa ampliou-se, sendo responsável por textos e reportagens diárias nos periódicos comunistas, dominando assim, “o saber” sobre as mais diversas temáticas.

Acerca dos depoimentos, esses foram apenas detectados como fontes na construção do aparato documental sobre Ana no acervo da agência central do SNI. Documento confidencial da AC/SNI⁴³⁶ trouxe os depoimentos de Ivo Mendes e Antonieta Hampshire Campos da Paz, os quais veicularam informações sobre Ana. Ivo relatou ao aparato repressivo que esteve asilado na Embaixada do México por 45 dias e que naquele período conheceu a militante comunista Ana Montenegro. Testemunha do casamento de Ana com Alberto de acordo com certidão já apresentada no primeiro capítulo deste trabalho, Antonieta, “A Tereza”- depoente presente também em documento do DOPS/GB⁴³⁷ e que naquele informou sobre viagem à Rússia com Ana em 1963 - no relato do documento do SNI, trouxe a informação de que Ana e seu marido estavam vivendo na Alemanha.

Ora, versam ambos os documentos, tanto do SNI quanto o do DOPS, sobre depoimento prestado por Antonieta em abril de 1972, podendo, por um lado, tratar-se de único depoimento e que os órgãos veicularam as informações que entenderam importantes sob o ponto de vista de cada um, justificando assim o porquê das informações veiculadas distintas de um mesmo depoimento; ou, por outro viés, foi colhido mais de um depoimento da

⁴³⁴ Mensagem confidencial nº 169/16/AC/OUT/75-SNI/AC, enviada do SNI/AC-GMM/CENIMAR para o SNI/AC-CENIMAR em 13 de novembro de 1975; Informação confidencial nº 0110 do CISA/RJ para o SNI/AC de 03 de dezembro de 1975.

⁴³⁵ Informe confidencial nº 032116/ASV/79, enviado da ASV/SNI ao SR/DPF/BA em 07 de maio de 1979

⁴³⁶ Informação confidencial nº 0110 do CISA/RJ para o SNI/AC de 03 de dezembro de 1975.

⁴³⁷ Documento confidencial do Gabinete do Ministro do Ministério do Exército ao CIE em 10 de abril de 1972.

militante no mês de abril daquele ano, chegando ao conhecimento do DOPS um deles, e ao do SNI, o outro. Como toda informação do Sisni deveria ser repassada para conhecimento do SNI, demonstra-se aí (se de fato houve dois depoimentos prestados) que um deles não chegou ao SNI, denotando assim falha no sistema de veiculação das informações. Na verdade, embora o SNI fosse o centro do aparato de informações do sistema repressivo, esse órgão terminava, na prática, por não ter todo o conhecimento sobre as informações que eram veiculadas pelos demais órgãos.

As cartas e documentos apreendidos se fizeram presentes em documentos produzidos pela AC/SNI em 1975 e 1971⁴³⁸. No primeiro, carta de Luís Carlos Prestes (“O Alfredo”) dirigida ao Comitê Central em 20 de março de 1972 referencia Ana Montenegro como aquela que iria mandar notícias aos companheiros sobre o “Congresso da Mulher Trabalhadora”. No segundo, uma caderneta apreendida no Uruguai pertencente a Jeferson Cardim de Alencar que continha informações sobre o esposo de Ana. Nessa última referência, há alguns equívocos no tocante ao relato dos fatos. O documento informa que Alberto Carmo residiu em Cuba de 1965 a 1968 e, em outubro de 1969, seguiu para o Uruguai quando se encontrou com Jeferson.

Uma série de informações desconexas e contraditórias pode ser encontrada tanto no acervo do DOPS quanto do SNI no tocante à trajetória de Ana Montenegro e de seu esposo do dia posterior ao Golpe até o seu retorno do exílio. Questionário respondido à Superintendência da Polícia Federal da Bahia três dias após o seu retorno do exílio, na cidade de Salvador⁴³⁹, pode esclarecer e complementar as ideias trazidas pelos documentos mantidos pelo aparato repressivo.

Conforme mensagem confidencial e documento secreto sem data do DOPS, bem como de acordo com informe da agência regional do SNI em Salvador (ASV/SNI), Ana Montenegro e Alberto pediram asilo na Embaixada do México no Estado da Guanabara em 28 de abril de 1964⁴⁴⁰. Antes dessa data, entre os dias 1º até o dia 28 de abril, Ana relatou no seu livro autobiográfico que “teria se escondido na casa de pessoas solidárias”⁴⁴¹. De abril a

⁴³⁸ Informação confidencial nº 0110 do CISA/RJ para o SNI/AC de 03 de dezembro de 1975; Informe secreto nº 398 do CIEX para o SNI/AC e o CISA em 05 de outubro de 1971.

⁴³⁹ Vide anexo questionário completo.

⁴⁴⁰ Mensagem confidencial nº 169/16/AC/OUT/75-SNI/AC do SNI/AC-GMM/CENIMAR para o SNI/AC-CENIMAR em 13 de novembro de 1975; Informe confidencial nº 032116/ASV/79 da ASV/SNI para a SR/DPF/BA em 07 de maio de 1979.

⁴⁴¹ MONTENEGRO, op. cit., 1988, p. 27.

junho de 1964, segundo resposta fornecida por Ana Montenegro ao questionário da DPF-BA⁴⁴², esteve asilada na Embaixada do México.

Ainda em resposta ao questionário, Ana afirmou que deixou o país junto com o marido, rumo ao México, em junho de 1964⁴⁴³. Embora alguns documentos tanto da AC/SNI⁴⁴⁴, quanto do DOPS⁴⁴⁵, concordem com a afirmação e detalhem que Ana Montenegro saiu em 1º de junho de 1964 do território brasileiro, outros documentos diferem dessa informação. De acordo com documento classificado como de confiança “A” e veracidade “1”, ou seja, que resguardava uma informação verdadeira e proveniente de fonte confiável, Ana Lima Carmo deixou o Brasil rumo ao exílio em 1º de julho de 1964, um mês depois do que informava as fontes mencionadas, dentre elas, uma inclusive da mesma agência e órgão⁴⁴⁶.

⁴⁴² Item 15 da parte “Dados sobre viagem”. Vide anexo.

⁴⁴³ Itens 03, 05 e 06 da parte “Dados sobre viagem”. Vide anexo.

⁴⁴⁴ Informe confidencial nº 2733/03/CI/DPF da CI/DPF para a AC/SNI-CIE-CENIMAR-DSI/MRE em 11 de abril de 1979.

⁴⁴⁵ Informe secreto nº 2295 da DFSP-DPS à S.F.A. para distribuir ao Gabinete do Ministro da Guerra, 2ª SEC EME; CENIMAR; DOPS/GB; Comissão Geral de Investigações e GAB SG/CSN, em 15 de junho de 1964. Na fonte do DOPS mencionada, há inclusive detalhamento da lista de asilados na Embaixada do México que saíram do Brasil rumo àquele país ÀS 9h do dia 1º de junho em avião da VARIG nº 810, e dentre os onze da lista, Ana Montenegro figurava como a única mulher.

⁴⁴⁶ Informe confidencial nº 2733/03/CI/DPF da CI/DPF para a AC/SNI-CIE-CENIMAR-DSI/MRE em 11 de abril de 1979.

Figura 43- Documento "A1" do CENIMAR

CONFIDENCIAL

88651

MINISTÉRIO DA MARINHA
 GMM
 CENIMAR

ORIGEM SNI/AC
 REFERÊNCIA MENSAGEM 169/16/AC/OUT/75 - SNI/AC
 DISSEMINAÇÃO SNI/AC - CENIMAR

DATA 13/11/75 N.º 1005

INFORME/REGISTRAÇÃO/PROCESSAMENTO

AVALIAÇÃO	
CONFIANÇA	A
VERACIDADE	1

AGÊNCIA CENTRAL
 024254 18.11.75
 PROTOCOLO

DISSEMINAÇÃO ANTERIOR XXXXXX

PARA ADIDOS -- País de origem _____ País/Área a que se refere _____

Assunto: ANA LIMA CARMO

Em atenção ao solicitado pela Mensagem da referência, este Centro transmite os dados abaixo transcritos:

1) - ANA LIMA CARMO: - sem dados de qualificação.

1.1 - Jornalista, ex-funcionária do IAPI; pseudônimo: ANA MONTENEGRO,
 1.2 - Em 1961, escrevia para o jornal "NOVOS RUMOS", na coluna "A CIDA-
 DADE".
 1.3 - Em 26/07/61 viajou com destino a CUBA a fim de participar das
 comemorações do 2º aniversário da Revolução Cubana.
 1.4 - Em 1962, pertencia a LIGA FEMININA DO ESTADO DA GUANABARA.
 1.5 - No dia 18/5/62, em comício realizado pela LIGA FEMININA DO ESTA-
 DO DA GUANABARA, nas escadarias da Assembléia Legislativa, das
 17:30 às 20:00 horas, discursou, concitando "os estudantes, ope-
 rários e camponeses a formarem ao lado das mulheres do Brasil,
 na campanha contra a carestia de vida e contra os tubarões, so-
 negadores dos gêneros de 1ª. necessidade, inimigos da classe o-
 perária".
 1.6 - Em 1963, continuou suas atividades na LIGA, pregando a revolta
 do povo contra a carestia. Este movimento era patrocinado pelas
 embaixadas de CUBA e URSS.
 1.7 - Em 28/4/64, asilou-se na Embaixada do MÉXICO, juntamente com
 seu esposo ALBERTO CARMO.
 1.8 - Em 01/7/64 partiu para o MÉXICO. Após algum tempo naquele país,
 seguiu para CUBA sem o marido.

CONFIDENCIAL

Fonte: Acervo agência central do SNI, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

No México, Ana Lima Carmo recorda que permaneceu por um período de quatro meses⁴⁴⁷. Na imagem da fonte da AC/SNI, no item 1.8, pode ser encontrada a informação de que Ana passou algum tempo no México, sem especificar quanto tempo, podendo assim compreender que, em parte, essa fonte está de acordo com a resposta de Ana para o

⁴⁴⁷ Item 08 da parte "Dados sobre viagem" do questionário. Vide anexo.

questionário da DPF-BA. No mesmo item, informação de que Ana seguiu do México para Cuba. Contraditoriamente, em documento da ASV/SNI⁴⁴⁸, informação de que Ana chegou na Alemanha Oriental em 1º de junho de 1964, o que não só contradiz o fato de que a militante comunista passou um tempo no México, como também o trajeto rumo ao exílio, e a data que saiu do Brasil com destino àquele país.

Durante o período que passou no México, Ana Montenegro recebeu a proposta de trabalho na FDIM⁴⁴⁹. Saiu sozinha daquele país rumo à Alemanha Oriental; seu esposo permaneceu no México a espera dos filhos que viriam no ano seguinte⁴⁵⁰. Nesse sentido, como poderia Alberto Carmo estar residindo em Cuba entre os anos de 1965 a 1968 segundo a informação da AC/SNI que foi obtida através de caderneta apreendida no Uruguai em 1969⁴⁵¹? Alberto não teria seguido para Cuba naquele ano de 1964 e nem mesmo nos seguintes. Ana Montenegro teve seu roteiro de viagem alterado e passou por Cuba como via alternativa para chegar na Alemanha Oriental. Documento secreto do acervo da DOPS/GB informou que Ana Lima Carmo foi detida no Canadá enquanto tentava viajar para a Alemanha Oriental, informação essa obtida através da matéria “*poetisa brasileña detenida en Canada*” de jornal mexicano⁴⁵².

⁴⁴⁸ Informe confidencial nº 032116/ASV/79 da AV/SNI para a SR/DPF/BA em 07 de maio de 1979.

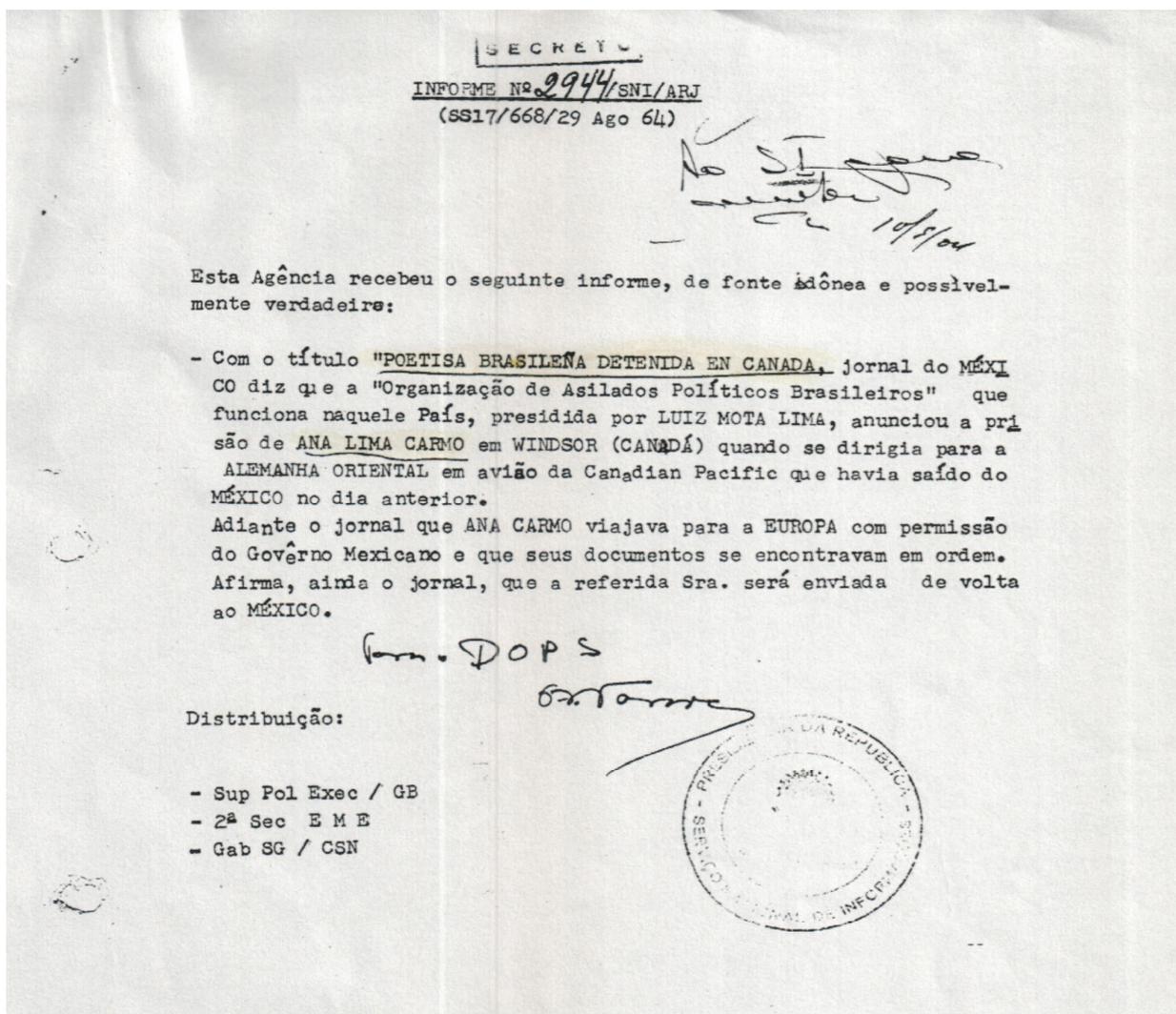
⁴⁴⁹ Item 08 da parte “Dados sobre viagem” do questionário. Vide anexo.

⁴⁵⁰ Carta de Alberto a Julieta no acervo do DOPS escrita do México em 08 de outubro de 1964 falando das providências para a viagem dos filhos àquele país. Item 20 da parte “Chegada ao país de destino” do questionário. Vide anexo.

⁴⁵¹ Informe confidencial nº 032116/ASV/79 da ASV/SNI para a SR/DPF/BA em 07 de maio de 1979.

⁴⁵² Acervo do DOPS/GB. Informe secreto nº 2944 da SNI/ARJ para a SUP Pol Exerc/GB- 2ª Sec EME-Gab SG/CSN em 29 de agosto de 1964.

Figura 44- Poetisa brasileira detida no Canadá



Fonte: Acervo do DOPS/GB, Arquivo do Rio de Janeiro.

Quando Ana Montenegro retornou ao México e de lá viajou para Cuba para seguir rumo à Alemanha Oriental, Alberto que já se encontrava naquele país desde a vinda do Brasil permaneceu lá residindo até o ano 1965⁴⁵³. Em outubro de 1964, Alberto escrevia do México para parentes, enquanto Ana, da Alemanha Oriental⁴⁵⁴.

Os documentos da AC/SNI resguardam informações dúbias acerca de quando Ana Montenegro saiu de Cuba rumo à Alemanha. Primeiro, um documento⁴⁵⁵ diz que ela deixou

⁴⁵³ Acervo do DOPS/GB. Informe secreto nº 3268 da SNI/ARJ para a 2ª Sec EME- DOPS/GB- CENIMAR- 2ª Sec EMAer em 06 de outubro de 1964.

⁴⁵⁴ Acervo do DOPS/GB. Carta de Ana para Zilah de 09 de outubro e de Alberto para Julieta em 08 de outubro.

⁴⁵⁵ Mensagem confidencial nº 169/16/AC/OUT/75-SNI/AC do SNI/AC-GMM/CENIMAR para o SNI/AC-CENIMAR em 13 de novembro de 1975.

Cuba em 06 de setembro de 1964, e que de Cuba seguiu para o Canadá e lá foi detida, tendo que retornar ao México. Ora, ela foi para Cuba exatamente porque havia sido detida na rota para a Alemanha Oriental via Canadá, o que inclusive é relatado em seu livro autobiográfico⁴⁵⁶. Portanto, o documento demonstra informação confusa e contraditória. Contraditória também é a informação veiculada por dois documentos da AC/SNI de que Ana Montenegro saiu de Cuba em 03 de setembro de 1964 rumo à URSS⁴⁵⁷.

É possível encontrar informação no acervo documental da mesma agência do SNI de que Ana esteve asilada em Portugal desde 1976⁴⁵⁸ e, não, como informam outros documentos tanto do DOPS⁴⁵⁹, quanto da AC/SNI e da ASV/SNI⁴⁶⁰, na Alemanha Oriental. Outro documento da AC/SNI⁴⁶¹ traz o nome de Ana na lista de brasileiros asilados no Chile na época da Revolução de 11 de setembro de 1973. Em um dos documentos que veiculou a informação de que Ana teria seguido de Cuba para a URSS⁴⁶², há notícia do jornal *O Globo* informando de que a militante vivia na Alemanha trabalhando para a FDIM. Em oposição a esses documentos, Ana Montenegro afirmou em depoimento a DPF-BA que residiu na Alemanha durante todo o período de exílio. Disse, inclusive, que antes de retornar ao Brasil morava com o seu marido na R. Fischerinsel, nº 02, apartamento 02, em Berlim Oriental⁴⁶³.

Entre os anos de 1965 e 1969, há na documentação analisada dados de que Alberto Carmo morava junto com Ana Lima Carmo na Kopnicker Strasse IID, na Alemanha Oriental. No entanto, documento do DOPS/GB de 1974⁴⁶⁴ sobre artigo publicado pelo comunista na revista checa “*El periodista democrata*”, resguarda a informação de que Alberto estava na República Checa residindo e trabalhando para a Rádio Praga. Se Ana Montenegro respondeu corretamente ao funcionário da DPF-BA, onde estaria o seu esposo quando do retorno da militante comunista ao Brasil? Os documentos analisados não fazem qualquer alusão ao assunto. Os órgãos da repressão brasileira possuíam uma vasta quantidade de informações

⁴⁵⁶ MONTENEGRO, 1988, p. 33.

⁴⁵⁷ Informação confidencial nº 0110 da CISA-RJ para a DSI/MRE- AC/SNI em 03 de dezembro de 1975; Informe confidencial nº 2733/03/79/CI/DPF da CI/DPF para a AC/SNI-CIE-CENIMAR-DSI/MRE em 11 de abril de 1979.

⁴⁵⁸ Pedido de Busca confidencial nº 0688 do CISA-RJ para a DSI/MRE-AC/SNI em 03 de novembro de 1977.

⁴⁵⁹ Acervo DOPS/GB. Informe secreto nº 2944 da SNI/ARJ para a SUP Pol Exerc/GB- 2ª Sec EME-Gab SG/CSN em 29 de agosto de 1964.

⁴⁶⁰ Informe confidencial nº 032116/ASV/79 da ASV/SNI para a SR/DPF/BA em 07 de maio de 1979.

⁴⁶¹ Pedido de Busca confidencial nº 2949 do DSI/MRE para o SNI/AC-CISA-CIE-CENIMAR-CI/DPF em 07 de outubro de 1975.

⁴⁶² MONTENEGRO, 1988, p. 33.

⁴⁶³ Informação confidencial nº 0110 da CISA-RJ para a DSI/MRE- AC/SNI em 03 de dezembro de 1975

⁴⁶⁴ Itens 10 e 11 da parte “Chegada ao país de destino”. Vide anexo.

⁴⁶⁴ Pedido de Busca confidencial nº 0159 do CENIMAR para o DOPS/DI- SP/SCBI e disseminação no GMM-EMA-COM-CIE-CISA-SNI/AC-DSI/MRE-DSI/MC-DSI/MEC-DOPS/GB-CENIMAR em 03 de junho de 1974.

sobre a militante e o seu esposo (embora boa parte dessas informações fossem contraditórias e cheias de brechas), no entanto, não conseguiram dar conta do todo da vida da vigiada.

Ana Lima Carmo deu seus primeiros passos na militância enquanto comunista “de carteirinha” em 1945. No entanto, para o DOPS e para o Serviço Nacional de Informações, a trajetória comunista de Ana Montenegro iniciou-se apenas em 1947. Em 1946, inclusive, ela já aparecia nas páginas d’*O Momento* enquanto candidata pelo Partido Comunista ao cargo de deputada estadual. Naquele ano, todavia, o PCB figurava na legalidade e a repressão aos comunistas não estava “escancaradamente” legitimada - embora certos grupos e organizações sociais continuassem a vigiar e a temer os “subversivos”.

A vigilância institucionalizada aos comunistas, assim como os empastelamentos à sede das imprensas comunistas, começaram a ocorrer freqüentemente após abril de 1947, quando então, o PCB retornou à ilegalidade. Coincidência ou não, a data que figurou nas páginas do DOPS⁴⁶⁵ como da candidatura à deputada estadual de Ana Montenegro (meses após a real eleição ter ocorrido) é de poucos dias depois da data da cassação do registro do Partido. De pouco tempo depois é também a informação do DOPS, em julho daquele ano, de que Ana foi “avistada junto à bancada comunista”.

O ano de 1947 é também aquele em que Ana Montenegro publicou, pela primeira vez, um texto na imprensa comunista. Dali em diante, tornou-se redatora em muitos dos periódicos dessa rede. Como foi apresentado nesta dissertação, os jornais serviram de fontes para coleta de informações sobre a militante. Se a repressão aos comunistas enquanto o PCB figurava na legalidade foi “afrouxada”, é possível dizer, que quando esse partido retorna à ilegalidade em 1947, Ana Montenegro passou a figurar na mira da repressão como uma “comunista subversiva”. A seguir, respectivamente, imagens de documentos dos acervos do DOPS/GB, AC/SNI e ASV/SNI que configuravam Ana Lima Carmo enquanto militante do PCB desde 1947.

⁴⁶⁵ Documento sem data, destinatário e classificação, proveniente do Departamento Estadual de Segurança Pública do Estado da Guanabara.

Figura 45- Sobre Ana em 1947 no DOPS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

D.O.P.S.
S.I. = S.F.A.
Nº 4.662

Referência: - "GABINETE DO SR. DR. DIRETOR"

ANALISE DO RELATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO DO SR. DR. [...]

nome de registro de identidade nº [...]

nationalidade e a info ANA LIMA CARMO ou ANA LIMA MONTENEGRO, brasileira, natural do Estado do Ceará, nascida em 13-4-1918, filha de Elpidio Corrêa Lima e de Sila Corrêa Lima, casada, poetisa, funcionária do Instituto dos Industriários, que residiu / na Rua Barata Ribeiro, 185 - apto. 705 e, posteriormente, na Av. N.S. de Copacabana, 1.292 - apt. 904, esteve, em 3-7-1947, na Câmara dos Deputados, onde se avistou com a bancada comunista. Em maio de 1947, foi apresentada como candidata a deputado estadual pelo P.C.B.. Em agosto de 1948, faz parte de uma comissão que esteve na redação do jornal Diário de Notícias para protestar// contra a prisão de suas companheiras Valdivia Araripe Barros, Ivona Carvalho Monteiro e outras, quando vendiam a "Classe Operária" na E.F.C.B. e contra o espancamento de Carlos Guimarães Paternostro. Era presidente da "Comissão Bento Ribeiro" para auxílio do M.A.I.P., por cujo Comité foi responsável em 1953 o // para o qual, desde dezembro de 1947 contribuía com a importância mensal de Cr\$ 5 (cinco cruzeiros), pela "Comissão do Momento Feminino". Agia em varios setores de espionagem comunista, mantendo contacto com grande numero de elementos vermelhos. Fez parte do Conselho Diretor da Organização Brasileira de Defesa da Paz e da Cultura, entidade de caráter comunista, ocupando o cargo de 2º tesoureiro e para a qual contribuía em 1949, com a mensalidade de Cr\$ 20 (vinte cruzeiros). Em dezembro de 1949, declamou inspirado tema de sua autoria, dedicado ao "Campeão da Paz e Edificador do Socialismo", na comemoração feita pelos jovens do Meier, pela passagem do 70º aniversário de Stalin. Em janeiro de 1950, dedicou um poema ao líder comunista Luiz Carlos Prestes, pelo transcurso de seu aniversário natalício. Tomou parte na 1ª Convenção Feminina do então D.F. realizada em 8 e 10 de março de 1950, sob delegação da "Organização Brasileira de Defesa da Paz e da Cultura". Foi signatária do "Apelo de Estocolmo", destinado a interdição das Armas Atômicas. Em junho de 1951, esteve presente a mesa redonda realizada no Realengo, contra a carestia da vida. Foi uma das oradoras do comício realizado em 23-6-1953 e patrocinado pela "Federação de Mulheres do Brasil" e "Associação Feminina do Rio de Janeiro", com o tema "A Mulher e a Luta Social", e pelo qual, é claro,

Figura 46- Sobre Ana em 1947 na AC/SNI

Ficha 002/CISA		CONFIDENCIAL	
MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA		AC/ARGE/FL. 03	
<u>C I S A</u>		21 OUT 1975	
		S. N. I. AGÊNCIA CENTRAL 022262 29.10.75 PROTOCOLO	
1 - ASSUNTO	ANA LIMA CARMO		
2 - ORIGEM	CISA/RJ		
3 - DIFUSÃO	DSI/MRE - <u>SNI/AC</u> (p/conh)		
4 - DIFUSÃO ANTERIOR	+++++		
REFERÊNCIA	PB Nº 2949/DSI-MRE, de 07 Out 75.		
88651			
NUMERAÇÃO		INFORMAÇÃO Nº 0566 /CISA-RJ	
M Aer	P N I		
<p>1. <u>ANA LIMA CARMO</u>, ou <u>ANA MONTENEGRO</u> ou ainda <u>ANA LIMA MONTENEGRO</u>, militante do PCB desde 1947, com vasto dossier neste Centro.</p> <p>2. Casada com <u>ALBERTO CARMO</u>, também militante do PCB.</p> <p>3. Vivia no Chile durante o Governo ALLENDE.</p> <p>4. O CISA é de parecer de que nenhum documento seja fornecido à mesma.////</p> <p>////</p>			
<p>O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESSE DOCUMENTO. (Art. 62 - Dec. n.º 60.417/67. Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos).</p>			

Fonte: Acervo da agência central do SNI, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Figura 47- Sobre Ana em 1947 na AC/SNI

CONFIDENCIAL



SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE SALVADOR

Toda pessoa que tomar conhecimento deste documento é responsável pela manutenção de seu sigilo. (Art. 12 do RSAS - Dec. N.º 79.099/77)

INFORMAÇÃO Nº 032116/ASV/79

DATA : 07 de maio de 1979

ASSUNTO : ANTECEDENTES DE ANA LIMA CARMO

ORÍGEN : PRG Nº 01208/ASV/79

DIFUSÃO : SR/DPF/BA.



1. QUALIFICAÇÃO:

ANA LIMA CARMO é filha de Paul Elpidio Vaughness e Sila Correia Lima, DLN: 13 Abr 1915 - CEARÁ, carteira de identidade nº 1.435.005/IFP, funcionária do ex-IAPI.

2. ANTECEDENTES:

- A nominada é militante do PCB desde 1947; quando foi candidata à deputada estadual pelo Estado da BAHIA.
- Usa também os nomes de ANA MONTENEGRO e ANA / MONTENEGRO LIMA e fez curso de Capacitação Política na URSS no período de 1953/1955.
- Em 1958, fazia parte do "Grupo Intelectuais" do PCB; foi redatora da "Imprensa Popular".
- Em 1959, fez parte da "Comissão de Ajuda do BRASIL" ao "Congresso Latino-Americano de Mulheres", realizado em SANTIAGO-CHILE no período de 19 a 22 Nov 59.
- Em 1960, teve sua passagem aérea para PRAGA, / via PARIS, paga pelo PCB. Na época visitou a CHINA-comunista.
- Em 1961, era Diretora do Departamento Feminino do Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do RIO

CONFIDENCIAL

01

A segunda imagem apresentada resguarda a informação de que Ana Lima Carmo ou Ana Montenegro possuía vasto dossiê naquele centro, no caso, no Centro de Informações e Segurança da Aeronáutica do Rio de Janeiro (CISA-RJ). A quantidade de textos que produziu e que foram publicados nas redes de imprensa comunista e feminina, assim como, a diversidade de eventos que Ana participou seja nas atividades do Partido, seja nas manifestações de mulheres, nos anos que precederam o Golpe e durante os 21 anos em que se prolongou a Ditadura civil-militar no Brasil, tornam a militante comunista um alvo fácil de ser mapeado pelo sistema repressivo. Quanto mais Ana Montenegro “aparecia”, menos complicado era para os agentes de informação vigiá-la.

No último documento, uma informação em particular chama a atenção. Supostamente, de 1953 a 1955, Ana Montenegro residiu na União Soviética e lá fez curso de capacitação, informação essa que foi da mesma maneira veiculada em documento da AC/SNI em 1977⁴⁶⁶. A militante foi uma das fundadoras do jornal *O Momento Feminino*, periódico esse que circulou, com dificuldades, entre os anos de 1947 e 1956, com sua redação funcionando na cidade do Rio de Janeiro. Entre os anos de 1947 e 1964, Ana Montenegro foi funcionária do IAPI também em terras cariocas, vínculo de servidora pública do qual só poderia se afastar por tanto tempo via licença. Vários endereços, já mencionados neste trabalho, foram veiculados pelo aparato repressivo de que a militante residia no Rio de Janeiro nas décadas de 50 e 60, viajando, pontualmente, para eventos em outros países, como o Congresso Mundial das Mães em 1955 na Suíça, e os festejos da Revolução Cubana, em Havana, em 1961.

Se a militante viveu entre os anos de 1953 a 1955 na Rússia, precisaria ter dado entrada em pedido de antecedentes criminais no Brasil para viagem à Europa em 1955 (conforme prontuário do DOPS), uma vez que já estava “ali do lado” residindo? Nessa linha de raciocínio, não necessitaria ter requerido no ano de 1953, ou mesmo em fins de 1952, os antecedentes para viajar para a União Soviética? Ocorre que, segundo o prontuário já mencionado, a primeira vez que Ana Lima Carmo requereu os seus antecedentes criminais para fins de viagem foi em junho de 1955.

Outras contradições ainda podem ser encontradas quando da análise ao acervo documental do SNI, tanto da agência central, quanto da regional de Salvador. Em 1981, a ASV configurou a “militante subversiva” Ana Lima do Carmo enquanto filha de Joaquina Freire Correia Lima, que seria a mesma pessoa que Sila Correia Lima ou Zila Correia

⁴⁶⁶ Pedido de Busca nº 0688 do CISA-RJ para DSI/MRE-AC/SNI em 03 de novembro de 1977.

Lima⁴⁶⁷, nomes completamente díspares daquele. Joaquina seria também relacionada como mãe de Ana Montenegro ao lado da filiação paterna de Elpidio Correia Lima em documento da AC/SNI⁴⁶⁸. Por outro lado, há nessa documentação mais um nome para o esposo de Ana, podendo ser ele Alberto Carmo ou José Montenegro Lima⁴⁶⁹. É provável que Alberto tenha usado o nome “José” para esconder-se da repressão, e o agente de informação ter levado esse nome ao relatório e, posteriormente, o aparato repressivo identificou como sendo a mesma pessoa que Alberto Carmo.

Temática abordada pela documentação do DOPS e do SNI sobre o Inquérito Policial Militar ao qual Ana Lima Carmo foi indiciada, logo após o Golpe de 1964, leva à compreensão que a militante teria respondido a dois IPMs diferentes, um pelas atividades na Rádio Mayrink Veiga, outro pela vinculação às atividades do PCB. Notícia sobre o IPM nº709 foi encontrada dentre os documentos do acervo do DOPS/GB⁴⁷⁰, listando o nome de Ana entre os 971 indiciados no “IPM do PCB”. Nesse sentido, documento do acervo da AC/SNI⁴⁷¹ menciona que a militante foi intimada para depor em 28 de maio de 1965 em IPM que “apurava atividades do PCB”, cujo Coronel Ferdinando era o encarregado.

No entanto, é da AC/SNI também o informe que relata que “durante o governo de João Goulart, foi acusada, juntamente com outras pessoas, de subversão. A denúncia está fundamentada em IPM que, na época, aparece implicada em atividades delituosas através da Rádio Mayrink Veiga”⁴⁷². Na ASV/SNI, documento alude que seriam dois IPMs na medida em que traz a informação de que em 1º de julho de 1964 Ana foi intimada para depor no IPM para apurar atividades do PCB, e que em 1966, foi instaurado pelo DOPS/GB, IPM para apurar as atividades subversivas da Rádio Mayrink Veiga na 3ª Auditoria do Exército⁴⁷³. Contudo, o IPM que o documento da ASV traz como instaurado em 1966 pelo DOPS/GB é exatamente o IPM nº 709 de 1964 na Auditoria do I Exército, que aqui já restou apresentada imagem.

Nesse sentido, em carta enviada por Ana Montenegro de Berlim para o Comitê Brasileiro de Anistia em março/abril de 1979, a militante informa que desconhecia qualquer

⁴⁶⁷ Acervo ASV/SNI. Informe confidencial nº 0143 da ASV/SNI para a AC/SNI em 17 de setembro de 1981.

⁴⁶⁸ Informe confidencial nº 2733 da CI/DPF para a AC/SNI- CIE-CENIMAR-DSI/MRE em 11 de abril de 1979.

⁴⁶⁹ Documento confidencial nº 0110 da CISA-RJ para SNI/AC em 03 de dezembro de 1975.

⁴⁷⁰ Documento secreto, sem data, origem ou destinatário.

⁴⁷¹ Mensagem confidencial nº 169 da SNI/AC-GMM/CENIMAR para SNI/AC-CENIMAR em 12 de novembro de 1975.

⁴⁷² Informe confidencial nº 2733 da CI/DPF para AC/SNI-CIE-CENIMAR-DSI/MRE em 11 de abril de 1979.

⁴⁷³ Informe confidencial nº 032116 da ASV/SNI para SR/DPF/BA em 07 de maio de 1979.

processo que tivesse sido indiciada, a não ser o da Rádio Mayrink Veiga do qual foi absolvida⁴⁷⁴.

Uma das funções do SNI era arquivar as informações que serviriam de fundamento para os processos no Conselho de Segurança Nacional e do Superior Tribunal Militar (STM) contra organizações de esquerda e militantes acusados de crimes previstos na Lei de Segurança Nacional⁴⁷⁵. Ana Montenegro foi indiciada em um IPM. Se essa documentação contraditória fundamentaria a abertura de um processo contra a militante, é possível dizer, que dentro desse sistema, ela poderia vir a ser condenada por uma série de “inverdades” produzidas por aquele órgão. E foram essas séries de “inverdades” produzidas que, somadas à corrupção, os escândalos criminais e financeiros que se metera, levou o SNI a chegar ao ano 1982 desmoralizado⁴⁷⁶.

Talvez por essa razão é que foi encontrada uma quantidade menor de documentos sobre Ana no acervo do SNI produzidos na década de 80. Sob outra perspectiva, é preciso ter em conta que o país passava por um período de relativa abertura política rumo ao processo de redemocratização, e nessa trilha, já não mais “caçava” os comunistas como antigamente. Essa parcela dos documentos versa, em sua maioria, sobre os eventos ou atividades que a militante comunista se fez presente, palestras que proferiu, como também organismos que fazia parte.

Em 1981, tanto nos informes da AC/SNI quanto da ASV/SNI foi configurada como Diretora Adjunta do Comitê de Anistia e Direitos Humanos (CADH)⁴⁷⁷. Naquele ano, esteve nas reuniões com os antigos membros do Movimento Feminino pela Anistia (MFPA) que buscavam se reorganizar⁴⁷⁸ e foi para o 12º aniversário da morte de Carlos Marighella em 04 de novembro⁴⁷⁹. Na ocasião da homenagem a Marighella, o SNI veiculava crítica à tentativa das esquerdas em apagar a imagem do terrorista e criar a de herói.

No ano seguinte, em 1982, Ana Montenegro foi considerada como pessoa que poderia contribuir para o processo subversivo e contestatório do regime e foi mencionado vínculo da militante ao PCB do B⁴⁸⁰. A sigla referenciada não existe, podendo ser um equívoco que mistura o PCB (Partido Comunista) com o PC do B (Partido Comunista do Brasil), ou

⁴⁷⁴ _____ . Carta da Exilada Ana Montenegro. In: GUEDES, Ana; MENDONÇA, Lucimar Silva Cunha (orgs). **Construindo a memória: a luta pela anistia na Bahia**. Salvador, 2006, anexos.

⁴⁷⁵ Relatório da CNV, op. cit., 133.

⁴⁷⁶ GASPARI, op. cit.

⁴⁷⁷ Acervo ASV/SNI. Informe confidencial nº 0143 da ASV/SNI para a AC/SNI em 17 de setembro de 1981 e Informe confidencial nº 0161 da ASV/SNI para a AC/SNI em 30 de outubro de 1981. Acervo AC/SNI. Informe confidencial nº 0376 da AC/SNI para CH/3NI-ABE-ABH-ACG-ACT-AFZ-AMA-APA-ARE-ARJ-AS-ASV-NAGO/SNI em 13 de novembro de 1971.

⁴⁷⁸ Informe confidencial nº 0084 da ASV/SNI para a AC/SNI em 21 de maio de 1981.

⁴⁷⁹ Informe confidencial nº 0164 da ASV/SNI para a AC/SNI em 06 de novembro de 1981.

⁴⁸⁰ Informe confidencial nº 0086 da ASV/SNI para o 6º RM em 11 de maio de 1982.

mesmo, um simples problema de digitação do documento. Ainda em 82, “Ana Maria do Carmo” participou do 1º Encontro da Mulher Baiana realizado na Biblioteca Central de Salvador entre os dias 06 e 07 de março; e foi também apresentada como uma das líderes do Movimento de Mulheres Maria Brandão dos Reis (MMMBR), movimento esse, que era formado, segundo o relato, de diversas organizações “subversivas”⁴⁸¹. Vale lembrar que Maria Brandão dos Reis foi a militante feminina que recebeu Ana Lima em sua pensão e que a iniciou na militância enquanto residiu na cidade de Salvador.

Entre os anos de 1981 e 1982 as atividades exercidas por Ana apareceram em alguns dos documentos como vinculadas a meios religiosos. Em informe sobre a “Infiltração comunista em diversos setores” figurou como “subversiva militante do PCB” que atuava em diversos movimentos contestatórios orientados por entidades religiosas⁴⁸². Foi listada como membro do CADH, organização essa que figurava na parte de infiltração por meios religiosos - particularmente católicos⁴⁸³. Na mesma direção, informe da AC/SNI, caracterizou Ana como militante de organização subversiva que estava atuando em entidades e movimentos ligados ou orientados pelo clero⁴⁸⁴. Em outras palavras, o SNI, mapeando entidades ou movimentos de alguma forma com associação à Igreja, terminou por considerar, que ambas as instituições, tanto os movimentos de esquerda vinculados ao PCB, quanto a Igreja Católica, estivessem unidos contra o regime.

Por fim, os últimos documentos do acervo do SNI a serem analisados, trazem as atividades de Ana Montenegro em 1983. Em 17 de março de 1983, participou da reunião da criação da Casa da Mulher em Salvador⁴⁸⁵. Esteve presente, ainda, em vários eventos do Comitê de Anistia e Direitos Humanos⁴⁸⁶. Em outubro, viajou para o Rio de Janeiro, onde proferiu palestra para cerca de 25 pessoas sobre o exílio e suas experiências em países socialistas no continente africano e asiático⁴⁸⁷. Era o final de 1983, a Ditadura se encerraria pouco mais de um ano depois, mas a repressão brasileira ainda mantinha Ana Montenegro sob

⁴⁸¹ Informe confidencial nº 0057 da ASV/SNI para o AC/SNI em 17 de junho de 1982.

⁴⁸² Informe confidencial nº 0161 da ASV/SNI para a AC/SNI em 30 de outubro de 1981.

⁴⁸³ Informe confidencial nº 0171 da ASV/SNI para a AC/SNI em 09 de setembro de 1982.

⁴⁸⁴ Acervo AC/SNI. Informe confidencial nº 0376 da AC/SNI para CH/3NI-ABE-ABH-ACG-ACT-AFZ-AMA-APA-ARE-ARJ-AS-ASV-NAGO/SNI em 13 de novembro de 1971.

⁴⁸⁵ Acervo ASV/SNI. Informe confidencial nº 0089 da SI/SSP/BA para a SI/SR/DPF/BA-ASV/SNI-SI/BASv-M2/2ºDN-S2/6ºRM/PM2/PMBA em 18 de março de 1983.

⁴⁸⁶ Acervo ASV/SNI. Informe confidencial nº 372 da PM-BA/2ª Seção de 09 de dezembro de 1983.

⁴⁸⁷ Informe confidencial nº 3078-S da CIE para AC/SNI -CI/DPF em 23 de novembro de 1983.

a sua “mira”, mapeando, inclusive, o local em que a “comunista subversiva” estava hospedada na capital carioca⁴⁸⁸.

Figura 48- Ana Montenegro sendo vigiada pela repressão ainda em 1983

NUMERAÇÃO		INFORMAÇÃO Nº
M Aer	P N I	
		0312/105/CISA-RJ

1. ANA MONTENEGRO (ANA LIMA CARMO), militante do PCB na Bahia, encontra-se hospedada na Rua Silva Teles nº 71 aptº 106, bairro do Andaraí, no Rio de Janeiro, RJ, telefone 208-6182, residência de HÉLIO ROSALVO DOS SANTOS, que não registra antecedentes neste Centro.

2. ANA, vem participando de várias palestras promovidas por militantes do partido.

ó ó ó ó ó

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA MANUTENÇÃO DO SIGILO DESTES DOCUMENTOS. (Art. 12, de Dec. nº 79.095, de 06 Jan 71 - Regulamento para Salvaguarda de Documentos Sigilosos).

Fonte: Acervo da agência central do SNI, Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

⁴⁸⁸ Informe confidencial nº 0312 da CISA-RJ para AC/SNI -CIE-CENIMAR-CI/DPF-CISA/BR em 14 de outubro de 1983.

CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscou-se contar a história da militante comunista Ana Montenegro. Em um primeiro momento, foi apresentada a narrativa de quem foi essa mulher, que caminhos percorreu, as redes de relações as quais esteve inserida, quais organismos ajudou a fundar, locais em que viveu, dentre outros aspectos que configuraram sua trajetória de vida desde o nascimento em 1915 até sua morte em 2006. Apresentada a personagem, dois eixos temáticos centrais foram trabalhados ao longo do segundo e terceiro capítulo.

No campo da rede de imprensa comunista e feminina, analisamos no segundo capítulo a atuação de Ana e os seus escritos junto aos jornais *O Momento*, *O Momento Feminino*, *Imprensa Popular*, e *Novos Rumos*. Nessa parte do texto, primou-se por demonstrar os principais assuntos abordados pela Ana redatora - enquanto comunista subordinada a uma pauta do partido quando da escrita de seus textos. Além de deixar claro quais foram os temas abordados pela militante e como se dava o seu trabalho junto a essa rede de imprensa, no capítulo buscou-se construir a imagem da intelectual comunista que figurou na mira da repressão no capítulo seguinte.

O terceiro e último capítulo, trabalhando com as fontes do DOPS/GB, PIDE, IPES, e SNI, procurou demonstrar quem foi essa Ana Montenegro vigiada pela repressão nacional e internacional; de que forma ela foi configurada pelo aparato repressivo; bem como o quanto essa narrativa oficial apresentava brechas e contradições. Procurou-se também elucidar as razões pelas quais Ana figurou na lista de “inimigos internos” da nação e de “comunistas subversivos” entre os anos de 1947 e 1983.

Ana Lima Carmo viveu quase 91 anos, desses, 61 como comunista. De 2013 até aqui muito se pesquisou sobre a sua trajetória e muitas “peças foram sendo montadas” para construção do “quebra-cabeça” da vida da biografada. No entanto, em grande quantidade acredita-se que estão também as peças que ainda precisam ser encontradas para preencher a complexidade da trajetória de vida dessa militante comunista. Seu trabalho incansável junto a muitos organismos e organizações, mesmo quando já idosa, deixaram rastros de uma história longa e cheia de personagens. Não se pretendeu nesta dissertação contar toda essa história, privilegiou-se completar apenas alguns dos cenários desse “quebra-cabeça”.

E mesmo quanto aos cenários escolhidos, o historiador termina por silenciar parte do passado ao “selecionar entre milhões de documentos”⁴⁸⁹. Quando da análise dos periódicos e dos documentos do aparato repressivo, escolhas foram feitas para a construção da narrativa desta dissertação que acabaram por deixar detalhes sobre a história dessa mulher que podem vir a ser mais bem explorados em outra oportunidade de estudo.

Por outro lado, resta muito ainda a se buscar sobre a vastidão de textos que Ana Montenegro escreveu, bem como a memória que deixou nos companheiros de partido e de vida. Uma biografia não se resume a abordar aspectos selecionados da vida do biografado como se fez aqui, ela requer o estudo completo da trajetória desse indivíduo, embora há aqueles que digam que esse todo nunca será alcançado pela escrita biográfica.

Em 2017 muito da documentação produzida durante os anos da Ditadura civil-militar já é de livre e de fácil acesso a qualquer cidadão, embora a grande maioria desses documentos só possa ser consultada presencialmente nas cidades do Rio de Janeiro e Brasília. No entanto, há apenas pouco mais de 30 anos a Ditadura civil-militar chegava ao fim, deixando por muitos anos toda a documentação produzida ao longo daquele período em sigilo à população. Apenas em 2005, por exemplo, o acervo do SNI foi repassado ao Arquivo Nacional. Somente em maio de 2012, com a entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527) e com a instalação das Comissões da Verdade, é que a população em geral e os pesquisadores puderam conhecer um pouco mais dessa história e escrever sobre ela. Somam muitos os pesquisadores que nos últimos anos vêm se dedicando a fundo em analisar e debater esse período da história recente do nosso país.

Dentro dessa “abertura documental” pôde-se conhecer um pouco mais da trajetória de militantes políticos como Ana Montenegro. Várias mulheres e homens têm as suas memórias “resgatadas” a partir desses documentos. Obter o todo dessa documentação sobre Ana é uma pretensão futura de longo prazo. Por ora, entende-se necessário, a curto prazo, enquanto alguns dos militantes que com ela conviveram estão vivos, trabalhar com a memória desses sobre a companheira Ana.

Por sua vasta produção e intensa participação nas atividades do partido, mesmo em idade avançada, Ana Montenegro é ainda hoje constantemente lembrada pelos novos e ex-militantes do PCB. Só no ano de 2015 foram dois os eventos celebrando o seu centenário, fora as notícias na internet, rádio e televisão sobre o acontecimento. Criou-se um mito político em torno da figura dessa comunista, mito esse que, por vezes, enxerga apenas os seus feitos –

⁴⁸⁹ GREEN, op. cit.

supervalorizando suas ações e não reconhecendo as suas falhas. Através desse mito, a militante tornou-se uma heroína no imaginário comunista. Desvendar esse mito a partir do trabalho com a memória coletiva dos companheiros acerca de Ana é uma das questões a serem estudadas futuramente.

A História Oral, com as suas especificações e problematizações próprias, não foi utilizada neste trabalho por questões cronológicas e metodológicas. No entanto, trabalhar com esse ramo da história (ou método de se fazer história) faz-se premissa basilar de uma próxima pesquisa sobre Ana Montenegro, uma vez que poderá fornecer “peças” sobre a vida da personagem que até então não foram encontradas em nenhum documento escrito.

A análise minuciosa das obras escritas por Ana, sobretudo, a “Ser ou não ser feminista” levando em consideração os aspectos teórico-práticos da tese apresentada por ela no texto e contrapondo com estudos de demais militantes comunistas, a exemplo de Zuleika Alembert, é outro ponto a ser abordado em estudo futuro. A questão curiosa e que incita pesquisas é que, apesar da sua constante participação em movimentos e organismos de luta pelos direitos da mulher, Ana, do ponto de vista teórico, nunca aceitou e nem concordou com a doutrina feminista. Por outro lado, mulheres do partido, a exemplo de Zuleika, defenderam um feminismo sob o ponto de vista marxista. Com esse estudo vai ser possível entender as nuances particulares da teoria defendida por Ana contrária ao feminismo de sua época.

Uma próxima questão a ser desvendada diz respeito à atuação de Ana Montenegro no cenário internacional. É preciso conhecer um pouco mais sobre o trabalho desenvolvido junto à Federação Democrática Internacional de Mulheres em Berlim. Em visita a cidade alemã em 2016 e em contato com a professora Francisca de Haan da Universidade Central da Europa em Budapeste, foi possível descobrir o paradeiro de boa parte da documentação produzida pela FDIM durante os anos de sua existência em Paris e em Berlim em um repositório de um instituto holandês. Como a documentação está, sobretudo, veiculada na língua alemã, a análise dela irá requerer um maior dispêndio de tempo, no entanto, a pesquisa a essa documentação, assim como a busca de informações sobre a atuação de Ana pela FDIM em vários países estrangeiros não deve ser descartada em um estudo futuro.

Os documentos encontrados sobre Ana na PIDE resguardam na figura da militante comunista a projeção das esquerdas brasileiras no exterior. Contudo, para além dos documentos da PIDE, devem ser buscados outros documentos sobre Ana Montenegro nos acervos da repressão internacional. Através desses novos documentos seria possível ampliar a análise de como se dava a relação da rede de informações nacional com as estrangeiras e por

consequência, melhor compreender, através da figura de Ana, como se dava a repressão internacional aos comunistas brasileiros.

Dito isso, espera-se com este trabalho abrir caminho para outras pesquisas não só sobre Ana Montenegro, mas sobre outras mulheres que por sua atuação política e intelectual foram condenadas pela repressão e perseguidas pelos seus atos, muitas delas, terminando por desaparecer dentro dos aparatos repressivos, restando apenas suas memórias em papéis e nas mentes daqueles que com elas conviveram. Entender a trajetória de Ana é compreender as mudanças recentes pelas quais o Brasil passou e que ainda repercutem a suas marcas no presente, e perceber o quanto mulheres como ela foram relevantes personagens na construção da nossa história.

REFERÊNCIAS

FONTES

Arquivo Biblioteca Pública do Estado da Bahia- Seção de Periódicos Raros- Acervo do periódico *O Momento*

Arquivo Nacional - Acervo Correio da Manhã - Hemeroteca Digital

Arquivo Nacional- Acervo Imprensa Popular- Hemeroteca Digital

Arquivo Nacional - Acervo Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais

Arquivo Nacional - Acervo Jornal do Brasil - Hemeroteca Digital

Arquivo Nacional - Acervo Momento Feminino - Hemeroteca Digital

Arquivo Nacional - Acervo Novos Rumos - Hemeroteca Digital

Arquivo Nacional - Acervo do Serviço Nacional de Informação (SNI)

Arquivo Nacional - Acervo Última Hora - Hemeroteca Digital

Arquivo Torre do Tombo - Acervo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)

Arquivo NEIM- Acervo Ana Montenegro

_____. Carta da Exilada Ana Montenegro. *In*: GUEDES, Ana; MENDONÇA, Lucimar Silva Cunha (orgs). **Construindo a memória: a luta pela anistia na Bahia**. Salvador, 2006, anexos.

MONTENEGRO, Ana. **Crônicas e Poemas**. Salvador, 1985b.

MONTENEGRO, Ana; OLIVEIRA, Jardilina de Santana. **Falando de mulheres**. Salvador: Casa amarela, 2002.

MONTENEGRO, Ana. **Mulheres-** participação nas lutas populares. Salvador: M&S, 1985a.

MONTENEGRO, Ana. **Ser ou não ser feminista**. Recife: Guararapes, 1981.

MONTENEGRO, Ana. **Tempo de Exílio**. Novos Rumos: Aracaju, 1988.

BIBLIOGRAFIA

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2011.

ALVES, Iracélli da Cruz. **A POLÍTICA NO FEMININO: Uma História das Mulheres no Partido Comunista do Brasil – Seção Bahia (1942-1949)**. 2015. 240f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2016.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AVELAR, Alexandre de Sá. **A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões**. Dimensões, Vitória, v. 24, 2010, p. 157-172.

BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. **Tempos e Memórias Movimento Feminista no Brasil**. Brasília: Secretaria de Política para Mulheres, 2010.

BONA, Aldo Nelson. Memória como fonte submetida à crítica histórica. **História, Verdade e Ética**. Paul Ricoeur e a epistemologia da história. Itari: Unicentro, 2010, p. 209-234.

BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, p. 183-191.

BOURDON, Albert-Alain. **História de Portugal**. Lisboa: Texto&Grafia, 2013.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma. **Dicionário de Mulheres do Brasil: De 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

BRAZIL, Érico Vital; SCHUMAHER, Schuma Um Rio de Mulheres: a participação das fluminenses na história do Estado do Rio de Janeiro / Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil. - Rio de Janeiro : REDEH, 2003.

BRITO, Jonas; NEGRO, Antonio Luigi. **Mãe parálitica no teatro das oligarquias? O papel da Bahia na Primeira República para além do café-com-leite**. Varia História, Belo Horizonte, v.29, n. 51, p. 863-887, set/dez 2013.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

CARDOSO, Célia Costa. **O Estado de Paulo sob os governos militares (1963-1983)**. São Cristóvão: UFS, 2014, p. 176

CARDOSO, Lucileide Costa. **Criações da memória: defensores e críticos da Ditadura 1964-1985**. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARDOSO, Lucileide Costa. **Os discursos da celebração da ‘Revolução de 1964’**. Revista Brasileira d História, São Paulo, v.31, nº 62, p.117-140, 2011.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. O Estado Novo, o DOPS e a segurança nacional. In: PANDOLF, Dulce (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, 1999, p. 327-340.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. **Os arquivos da Polícia Política Brasileiro: uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: PROIN- Arquivo Público do Estado de São Paulo

CARONE, Edgard. **O tenentismo**. São Paulo: Difel, 1975.

CARVALHO JR., Celso. **A criação da Petrobras nas páginas dos jornais O Estado de S. Paulo e Diário de notícias**. Anais do XVII Encontro Regional de História – O lugar da História. ANPUH/SPUNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.

CARVALHO NETO, Joviniano Soares de. II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições. In: ZACHARIADHES, Grimaldo Carneiro (org.). **Ditadura Militar na Bahia**. Salvador: EDUFBA, 2009, p. 259-285.

CEVA, Antonia; SCHUMACHER, Schuma. **Mulheres no Poder**. Trajetórias na política a partir das lutas sufragistas do Brasil. Rio de Janeiro: Edições de Janeiro, 2015.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CHILCOTE, Ronald H. **Partido Comunista Brasileiro**. Conflito e integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

CIACCIA, Fábio; MANHANELLI, Carlos. **A História do Rádio na Política Brasileira**. São Paulo: UNESP, 2012.

CLASSE OPERÁRIA. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLASSE%20OPER%C3%81RIA,%20A.pdf>>. Acesso em: 25.jan. 2017 às 10:45h.

CLASSE OPERÁRIA. Disponível em: <<http://www.grabois.org.br/cdm/jornal-classe-operaria-arquivo?aba=7>>. Acesso em: 25.jan.2017 às 10:32h.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**. Escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2015.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classes. Petrópolis: Vozes, 1981.

ENDES, Claudinei Magno Magre. **A questão do feudalismo no Brasil: um debate político**. Notandum 32 CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, maio-ago 2013, p. 199-212.

FALCON, Francisco. **História e Poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p. 61-89.

FAUSTO, Boris (org.). **III. O Brasil Republicano**. Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

FERREIRA, Daniela de Jesus. **IMPrensa Comunista: Um panorama da produção de revistas e jornais do Partido Comunista do Brasil**. Revista eletrônica de discentes em História, UFRB, Cachoeira, v. 2, n.3, 2014.

FERREIRA, Jorge. **Novos Rumos: jornal do Partido Comunista Brasileiro**. Locus: revista de história, Juiz de Fora, v.19, n.02, p. 205-224, 2013.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **IMPRESA POPULAR**. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/imprensa-popular>>. Acesso em: 14.out.2016 às 12h45m.

FICO, Carlos. **História do Brasil contemporâneo-** da morte de Vargas aos dias atuais. São Paulo: Contexto, 2015.

FICO, Carlos. **Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 24, nº 47, p.29-60, 2004.

FONTES, Rafael Oliveira. **A Seiva de uma juventude:** Intelectualidade, juventude e militância política (Salvador, Bahia, 1932-43). 2011. 164f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana.

FRANCISCON, Moisés Wagner. **Os jornais do PCB e a representação no Brasil da atuação soviética na Segunda Guerra**. Contreiras, Revista Catarinense de História, Santa Catarina, ANPUH-SC, n. 26, 2015, p.134-158.

GASPARI, Elio. **A Ditadura envergonhada**. As ilusões armadas. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GREEN, James. **A proteção da privacidade com a abertura plena dos arquivos**. Revista Acervo, v.24, nº 1, Rio de Janeiro, jan./jun. 2011, p. 205-216.

HAAN, Francisca de. *The Women's International Democratic Federation (WIDF): History, Main Agenda, and Contributions, 1945-1991*. Disponível em: <http://wasi.alexanderstreet.com/help/view/the_womens_international_democratic_federation_widf_history_main_agenda_and_contributions_19451991>. Acesso em: 15.out.2015 às 23:15.

HALL, Michael. **Imigrantes**. Revista Trabalhadores, Campinas, Secretaria Municipal de Cultura, 1989.

Imprensa revolucionária- o jornal como agente politizador. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. — Rio de Janeiro : Secretaria, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

JOFFILY, Mariana. **“A verdade”:** sobre o uso de documentos do órgãos repressivos. Anais do XXVII Simpósio Nacional de História, ANPUH, Natal, 22 a 26 de julho de 2013.

KLÖCKNER, Luciano. Segunda Cadeia da Legalidade: a resistência ao golpe militar de 1964 que não passou para a história. In: KLÖCKNER, Luciano; PRATA, Nair (orgs.). **História da Mídia Sonora**. Experiências, Memórias e Afetos de Norte a Sul do Brasil. Porto Alegre: EdiPucrs, 2009.

LE GOFF, Jacques. Memória. In: LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 423-477.

LEVI, Giovanni. **Usos da biografia**. In: In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. Usos & abusos da História Oral. Rio de Janeiro: FGV, p. 167-182.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 142-183.

MACEDO, Elza Dely Veloso. **Ordem na casa e vamos à luta!** Movimento de mulheres: Rio de Janeiro 1945-1964. Lydia da Cunha- uma militante. 2001. 300f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2002.

MAGALHÃES, Mário. **Marighella**. O Guerrilheiro que incendiou o mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAPA DO ANALFABETISMO NO BRASIL. Brasília: Ministério da Educação/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003, p.8.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos. **Petróleo e “Nacionalismo” no segundo governo Vargas**: o debate em torno da criação da Petrobrás. *Historiæ*, Rio Grande, 6 (2): 401-425, 2015.

MATOS, Ariovaldo. **Corta-braço**. Salvador: EGBA/Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1988.

MENDES, Claudinei Magno Magre. **A questão do feudalismo no Brasil**: um debate político. Notandum 32 CEMOrOC-Feusp / IJI-Universidade do Porto, maio-ago 2013, p. 199-2012.

MORENTE, Marcela Cristina de Oliveira. **Invadindo o mundo público**. Movimentos de Mulheres (1945-1964). 2015. 130f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

NOVA, Cristina; NÓVOA, Jorge (orgs.) Quando a Primavera Chegar. Entrevista com Ana Montenegro. In: **Carlos Marighella**. O homem por trás do mito. São Paulo: Unesp, 1999, p. 409-422.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro**. (1922-1964). São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

PIMENTEL, Irene Flunser. **A Polícia Política do Estado Novo Português- PIDE/DGS**. *Acervo*, Rio de Janeiro, v.24, n. 1, p. 139-156, jan/jun.2011.

PRESTES, Anita Leocadia. **Luiz Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

RIBEIRO, Maria Cláudia Badan. **Experiência de Luta na Emancipação Feminina: Mulheres na ALN**. 2011. 418f. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, USP, 2012.

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE- BAHIA. Recurso eletrônico. Salvador: CEV-BA, 2014.

RELATÓRIO DA COMISSÃO ESTADUAL DA VERDADE- RIO DE JANEIRO. Recurso eletrônico. Rio de Janeiro: CEV-RJ, 2015.

RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Recurso eletrônico. Brasília: CNV, 2014.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem.** A cooperação DEOPS-SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia. 1975-1983. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RICHARDSON, Roberto Jarry e Col. **Pesquisa Social.** Métodos e Técnicas. São Paulo: Atlas, 2009.

RODEGHERO, Carla Simone. **Os historiadores e os estudos sobre o Golpe de 1964 e o regime militar no Brasil.** Revista L'Ordinaire Latino-Americano, n. 3, 2006, p. 93-123.

RODEGHERO, Carla Simone. A anistia entre a memória e o esquecimento. **Revista História Unisinos**, Porto Alegre, 13(2): 131-139, 2009.

RODRIGUES, Luiz Cesar B. **A primeira guerra mundial.** São Paulo: Atual, 1994.

ROLLEMBERG, Denise. **Memórias no exílio, memórias do exílio.** In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs.). *Revolução e Democracia (1964-...)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RUBIM, Albino. **Partido comunista, cultura e política cultural.** 1986. 416f. Tese (Doutorado em História)- Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Leonardo Soares dos. **Das folhas de jornal para a realidade: lutas pela terra no Sertão Carioca, pequenos lavradores e imprensa comunista (1945-1964).** Revista Convergência Crítica, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Teoria Social – NEPETS, v.1, n.1, 2012, 31p.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado.** Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Construindo biografias - historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 3-21, 1997.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografia e regimes de historicidade.** Métis, História & Cultura, Caxias, v. 2, n. 3, p. 56-72, jan./jun.2003.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Grafia da vida:** reflexões sobre a narrativa biográfica. História Unisinos, v. 8, n. 10, p. 131-142, jul./dez. 2004.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Biografias históricas: o que há de novo?** In: ANHEZINI, Karina et al. *Leituras do passado.* Campinas: Pontes, 2009, p. 73-82.

SCHWARCZ, Lilia M. et al. **População e Sociedade.** In: *A abertura para o mundo. 1889-1930.* Rio de Janeiro: Objetiva/Fundação Mapfre, 2012, p. 35-83.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias. **Os impasses da estratégia.** As comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil. 1936-1948. São Paulo: Annablume, 2009.

SERRA, Sonia. **Jornalismo político dos comunistas no Brasil:** diretrizes e experiências da “Imprensa Popular”. Revista Compólitica, 2007, p. 24.

SERRA, Sonia. *O Momento: história de um jornal militante.* 1987. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais)- Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA, Raquel Oliveira. **Comitês populares democráticos**-aspectos da política de massas do PCB em Salvador (1945-1946). In: ARAÚJO, Dilton Oliveira de; MASCARENHAS, Maria José Rapassi. *Sociedades e Relações de Poder na Bahia.* Salvador: EDUFBA, 2014.

SILVA, Raquel Oliveira. **O PCB e Comitês Populares Democráticos em Salvador** (1945-1947). 2012. 134f. Dissertação (Mestrado em História)- Universidade Federal da Bahia, Salvador.

SILVA JÚNIOR, Edson Teixeira da. Carlos, **a Face Oculta de Marighella.** São Paulo: Expressão Popular, 2009, p.233- 243.

SOUNDHAUS, Lawrence. **A Primeira Guerra Mundial.** São Paulo: Contexto, 2014

TAVARES, Flávio. **1961 O Golpe derrotado.** Luzes e sombras do movimento da legalidade. Porto Alegre: L&PM, 2011.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **História da Bahia.** São Paulo/Salvador: UNESP/EDUFBA, 2001.

VILLA, Marco Antonio. **A História das Constituições.** São Paulo: Leya, 2011.

VINHAS, Moisés. **O Partidão.** A Luta por um partido de massas. 1922-1974. São Paulo: Hucitec, 1982.

VOGEL, Johanna. **Die Auflehnung des Miguel C.: Eine Spurensuche auf drei Kontinenten.** Berlim: Books on Demand, 2011.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

RESPOSTA AO QUESTIONÁRIO PADRÃO.

a. QUALIFICAÇÃO

ANA LIMA CARMO, que também usa o nome literário ANA MONTENEGRO, natural de Quixadá, Estado do Ceará, nascida a 13 de abril de 1915, casada, Professora de nível médio, falando três idiomas, Português, Espanhol e Francês.

b. DADOS SOBRE A VIAGEM

- 01 - Não apresentou.
- 02 - Em virtude da situação que se criou contra certas pessoas, no ano de 1964, a declarante resolveu deixar o Brasil, por não se sentir segura.
- 03 - Deixou o País em junho de 1964.
- 04 - A decisão da escolha ao Exterior foi sua, não havendo interferência de outras pessoas ou grupos.
- 05 - Viajou acompanhada de seu marido, Alberto Carmo.
- 06 - Viajou direto do Brasil ao México, País que lhe concedeu agilo político, fazendo ligeira escala em La Paz, na Bolívia. Na escala não manteve contato com qualquer pessoa.
- 07 - Permaneceu em La Paz apenas o tempo necessário para o reabastecimento da aeronave.
- 08 - Esteve no México e na República Democrática Alemã. No primeiro País residiu por cerca de 04 meses, quando, então, recebeu convite da Federação Democrática Internacional de Mulheres, com sede em Berlim e ali foi trabalhar e residir. Que não se recorda as datas precisas das viagens, não podendo apresentar comprovantes.
- 09 - O transporte utilizado foi o aéreo.
- 10 - Não pode dizer com precisão, mas acredita que foi a Companhia SABENA.
- 11 - Do Brasil para o México viajou com passagens fornecidas pelo Governo daquele País. Do México para Berlim viajou com passagens fornecidas pela Federação Democrática Internacional de Mulheres.
- 12 - Ao chegar ao México recebeu documento próprio de emigrado e quando viajou para Berlim utilizou aquele documento, sendo que

Qual



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

Fls.2

sendo que a Federação Democrática Internacional de Mulheres se incumbiu de regularizar a situação da declarante quanto à sua permanência na Alemanha.

- 13 - Não, vez que não possuía passaporte.
- 14 - Não.
- 15 - De abril a junho de 1964 esteve asilada na Embaixada do México, no Rio de Janeiro.
- 16 - Não pode comprovar a afirmativa, uma vez que recebeu um Salvo Conduto de Itamaraty quando viajou para o México e ali o documento foi recolhido.

c. CHEGADA AO PAÍS DE DESTINO

- 01 - Não se recorda o dia certo, mas foi em junho de 1964.
- 02 - Desembarcou no Aeroporto Internacional da Cidade do México.
- 03 - Pelas autoridades diplomáticas mexicanas.
- 04 - Se dirigiu para o Hotel, cujo nome não recorda, já reservado pelo Governo do México. O percurso foi feito em carro do Ministério das Relações Exteriores Mexicanas, não sabendo informar a distância percorrida.
- 05 - Nada lhe foi exigido, a não o Salvo Conduto.
- 06 - Não preencheu outro documento em virtude de os mexicanos considerarem válidos os dados constantes do Salvo Conduto.
- 07 - Não.
- 08 - Não.
- 09 - Como já disse, não possuía passaporte.
- 10 - Residiu no México no hotel indicado pelas autoridades mexicanas, cujo endereço não se recorda. Em Berlim residiu na Rua Fischerinsel, 02, aptº.02-02, em Berlim.
- 11 - Residia com seu marido.
- 12 - No México por cerca de 04 meses e em Berlim até o corrente ano, quando regressou ao Brasil.
- 13 - Somente exerceu o emprego na Federação Democrática Internacional de Mulheres, - Estatuto "A" e "B" da ONU e da UNESCO, em Berlim.
- 14 - Nada sabe informar sobre brasileiros exilados.
- 15 - Sim.
- 16 - O curso foi realizado na própria Federação de Mulheres, em Berlim, e era de natureza documentalista para as reuniões de Orga-



SERVICO PÚBLICO FEDERAL
 MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

Fls.3

Organizações Internacionais, com duração de 08 meses, sendo de definitivamente concluído.

- 17 - Sim. Tinha absoluta liberdade de locomoção.
- 18 - Em virtude de já conhecer anteriormente a Europa e na ocasião retornando na condição de exilada, não achou mais nenhuma novidade.
- 19 - Não possui nenhum amigo asilado.
- 20 - Inicialmente os seus filhos permaneceram no Brasil, viajando no ano seguinte para encontrar a declarante que viajara com seu marido.
- 21 - Sim. Normalmente recebia correspondência do Brasil, remetida por familiares de seu marido, sempre pelo Correio.
- 22 - Nunca recebeu qualquer correspondência com indícios de violação.
- 23 - Recebeu ajuda oficial do Governo Mexicano, até quando residiu na Cidade do México. Na Alemanha o seu custeio foi feito com o seu trabalho.
- 24 - Não.
- 25 - Não.
- 26 - Acha que a Filosofia Marxista é um instrumento de estudo.
- 27 - Não tem conhecimento de embaixadas que proporcionassem encontro sócio-culturais aos brasileiros.
- 28 - Ouviu e leu diversas críticas feitas pela Imprensa Francesa, não só ao Brasil como também ao regime e o Governo.
- 29 - Não.
- 30 - Não. Apenas fez contatos oficiais com funcionários de Embaixadas Brasileiras no Exterior.

d. CONTATO COM BRASILEIRO

- 01 - Não.
- 02 - Não.
- 03 - Nada sabe informar a respeito, vez que não chegou a conhecer brasileiros no Exterior.
- 04 - Nada sabe informar a respeito.
- 05 - Não participou de qualquer reunião de cunho político.

e. REGRESSO

Real



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
 MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

Fls.04

- 01 - Não recebeu orientação de ninguém para regressar ao Brasil. Decidiu regressar por verificar que já haviam cessado os motivos pelos quais teve que deixar o País.
- 02 - Sim, vez que recebeu na Embaixada Brasileira em Berlim o documento próprio que lhe permitiu regressar. Não houve comunicação ao Ministério das Relações Exteriores da Alemanha sobre o seu regresso, por não ser necessário. Apenas foi comunicado o fato à Polícia local.
- 03 - Partiu de regresso no dia 04.05.79, de Berlim.
- 04 - Partiu de Berlim e fez escalas em Praga, Zurich, Lisboa e, finalmente, Salvador. Nas escalas permaneceu apenas o tempo necessário para o reabastecimento.
- 05 - Regressou sozinha.
- 06 - Nada trouxe com referência a encomendas e correspondências.
- 07 - Os seus livros estão vindo por navio, devidamente autorizados pela Embaixada Brasileira.
- 08 - Não pretende mais deixar o País.
- 09 - Em princípio irá residir nesta Cidade do Salvador, na Rua Caetano Moura, 31, Bairro Federação (Aptº.202), em companhia de sua filha SONIA TEREZA CARMO, podendo também fixar residência no Rio de Janeiro, onde irá providenciar a sua aposentadoria.
- 10 - Por enquanto não irá trabalhar, pois pretende adquirir a sua aposentadoria.
- 11 - Prejudicado.
- 12 - Acredita que para avaliar uma realidade é preciso vivê-la, pois gosta de ter o seu próprio conceito sobre tudo. Entretanto, pelo fato de diversas pessoas, como declarante, estarem voltando, é sinal de que existe uma nova realidade no País.
- 13 - Por não ser cidadão de nenhum País estrangeiro não pode ter uma avaliação de como se sentem esses povos, nos Países em que residiu.
- 14 - Acha que o Brasil deve ter a sua política externa independente, de acordo com os interesses do povo brasileiro.
- 15 - Não conheceu cantores, artistas ou intelectuais que vivem no exterior e que exerçam atividade pública.
- 16 - Prejudicadô.
- 17 - Prejudicado.
- 18 - Nada mais tem a acrescentar ao seu depoimento, salvo que dentro



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJ-DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

fls.05

dentro da realidade contemporânea, sem qualquer conotação ideológica, a declarante é pela independência nacional do Brasil e pela paz mundial.

- 19 - Não sofreu prisões ou detenções no Brasil e no Exterior.
- 20 - Depois de 1964 a declarante respondeu a um processo, à revelia, instaurado na Auditoria da Justiça Militar, no Rio de Janeiro. Esse processo foi julgado e a declarante foi absolvida, segundo informações transmitidas pelo seu advogado.

Salvador/BA., 09 de maio de 1979

Ana Lima Carmo
ANA LIMA CARMO.